Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Julian Araujo Brito

Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista

Rio de Janeiro
2014

Julian Araujo Brito

Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Rio de Janeiro

2014

Julian Araujo Brito

Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 01 de dezembro de 2014.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof. Dr. Paulo Mesquita d'Avila Filho

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Inês Emília de Moraes Sarmento Patrício

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

B862c Brito, Julian Araujo.
Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista / Julian Araujo Brito. – 2014.
188 f.

Orientador: Carlos Eduardo Rebello de Mendonça.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Socialismo – Cuba – Teses. 2. Cuba – Condições econômicas – Teses. I. Mendonça, Carlos Eduardo Rebello de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 330.85(729.1)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e a todos os amigos (as) cubanos (as) que contribuíram para tal.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio e o auxílio de algumas instituições e também de muitas pessoas. Agradeço em primeiro lugar ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ) pela oportunidade de desenvolver este trabalho, possibilitando-me um compromisso acadêmico com autonomia intelectual, além de determinados recursos materiais não menos essenciais. Agradeço aos seus professores e estudantes que contribuíram para a minha formação, promovendo um convívio amistoso no qual surgiram interessantes debates e discussões, e também novas amizades. Ademais, não posso de deixar de agradecer ao trabalho da equipe da Secretaria do Programa, sobretudo à Sonia e ao Wagner, que sempre se colocaram à disposição para nos ajudar e colaborar no que fosse possível.

Em especial, gostaria de agradecer a atenção, dedicação e o incentivo do orientador Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, neste período de mais de dois anos, sugerindo-me e disponibilizando-me inúmeros livros e autores. Por ter concedido ampla liberdade neste estudo, e ao mesmo tempo sempre esteve disponível às conversas, a escutar minhas dúvidas e também as reflexões que este trabalho suscitou. Agradeço pela leitura atenta dos capítulos durante o período de escrita, cujos comentários foram imprescindíveis para o aperfeiçoamento do texto. Além disso, não poderia deixar de mencionar sua paciência e compreensão nos momentos de maior dificuldade do trabalho intelectual. Destaco ainda os importantes comentários e sugestões recebidos durante a banca de qualificação pelos professores Paulo D'Avila e Inês Patrício, que foram importantes na etapa final da dissertação.

Por outro lado, também agradeço a presença dos novos e velhos amigos que estiveram ao meu lado durante o mestrado. Principalmente aos colegas pesquisadores que também investigam temas ligados à Revolução Cubana: Luis Eduardo Mergulhão Ruas e Ana Paula Cecon. Eles contribuíram decisivamente a este trabalho à medida que estabelecemos um grupo de discussão permanente sobre a Revolução Cubana – ainda que respeitando as preocupações específicas de cada um. Criamos um frutífero intercâmbio de ideais, experiências e material bibliográfico que foram essenciais ao desenvolvimento deste trabalho. Agradeço ao querido amigo Tádzio Coelho pelas sugestões iniciais sobre a pós-graduação em um momento de dúvidas e incertezas, e pelo companheirismo nos anos

posteriores. Agradeço ao colega e amigo Fábio Cardoso pelo apoio intelectual e as importantes discussões que tivemos ao longo de alguns anos que, sem dúvida, ajudaram a amadurecer esta pesquisa.

Além disso, agradeço enormemente à generosidade dos amigos (e amigas) cubanos que me acolheram nas duas visitas que realizei a Cuba (Havana), sem a qual este trabalho não seria viável. Especialmente à Inês e Myrian, à família de Wilfredo Pomares (principalmente ao "Wilfre") e também à Elizabeth Dominguez. Não poderia deixar de mencionar também a atenção que recebi de vários professores e pesquisadores, no Brasil e em Cuba, que se colocaram à disposição para colaborar com a realização deste trabalho, são eles: Luis Fernando Ayerbe, Wanderlei Clarindo, Atílio Borón, Juan Valdés Paz, Luis Suarez Salazar, Jesus Pastor Garcia Brigos e Oscar Fernadez Estrada.

Por fim, agradeço especialmente à minha família: minha mãe Sonia, pelo carinho e o amor presente em todos os momentos, além do seu apoio incondicional sem o qual este trabalho não se realizaria; meu pai Lafayete pela preocupação, carinho e o incentivo permanentes; a querida companheira de todas as horas Anelise Gutterres, pelo cuidado, atenção e paciência em compreender os momentos mais difíceis, pela ajuda valiosa nas diferentes etapas do trabalho, pela oportunidade de um rico diálogo cotidiano (sem contar as sugestões "antropológicas" com as quais ainda tenho pouca familiaridade), pelo incentivo generoso e essencial a continuidade da pesquisa em um possível doutorado, enfim, pelo alento necessário para seguirmos adiante.

RESUMO

BRITO, J. A. *Cuba em transformação:* socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação reflete sobre os dilemas do socialismo contemporâneo a partir da experiência revolucionária cubana, focalizando especialmente a etapa conhecida como "atualização do socialismo". Em 2011 o VI Congresso do Partido Comunista de Cuba aprovou um conjunto de reformas econômicas cuja meta proclamada é a "atualização do modelo econômico e social" do país. Nestes termos, a proposta central do governo aponta para a diversificação dos atores econômicos e maiores níveis de descentralização, entretanto, sem abrir mão do predomínio da propriedade estatal sobre os meios de produção e da planificação sobre o mercado. Por outro lado, inegavelmente, essas medidas trazem mudanças significativas em relação ao modelo socialista historicamente construído em Cuba. Visando entender esse processo de transformações, o presente trabalho abordará os aspectos políticos e teóricos destas reformas.

Palavras-chave**:** Cuba. Revolução. Socialismo. Reformas;

RESUMEN

BRITO, J. A. *Cuba en transformación:* socialismo y las reformas económicas del 6º Congreso del Partido Comunista. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esta tesis de maestría reflexiona sobre los dilemas del socialismo contemporáneo desde la experiencia revolucionaria cubana, focalizando especialmente la etapa conocida como "actualización del socialismo". En 2011 el VI Congreso del Partido Comunista de Cuba aprobó un conjunto de reformas económicas con la cual se ha proclamado la meta de "actualizar el modelo económico y social" del país. Así, la propuesta central del gobierno apunta para la diversificación de los actores económicos y mayores niveles de descentralización, sin embargo, manteniendo el predominio de la propiedad estatal sobre los medios de producción y la planificación sobre el mercado. Por otra parte, no hay como negar que estas medidas implican cambios significativos en el modelo socialista históricamente construido en Cuba. Buscando entender este proceso de cambios, el presente trabajo abordará los aspectos políticos y teóricos de estas reformas.

Palabras-clave**:** Cuba. Revolución. Socialismo. Reformas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 **AS CONCEPÇÕES DO SOCIALISMO E A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MODELO SOCIALISTA CUBANO (1959-1990)** 25

1.1 **A opção socialista da Revolução Cubana e as duas visões da transição socialista (1959-1961)** 27

1.2 **Medidas transformadoras iniciais** 27

1.3 **Duas concepções da transição socialista** 30

1.4 **O debate econômico e a tentativa de construção de um modelo socialista autônomo (1963-1970)** 34

1.4.1 O Sistema do cálculo econômico 36

1.4.2 O Sistema orçamentário de financiamento 37

1.4.3 O modelo socioeconômico resultante 39

1.5 **A 'sovietização' do regime cubano e o processo de "retificação de erros e tendências negativas" (1970-1990)** 43

1.5.1 O modelo socialista soviético 44

1.5.2 Cuba dentro bloco soviético 46

1.5.3 O processo de "Retificação de erros e tendências negativas" (1986) 52

2 **A CRISE DO "PERÍODO ESPECIAL": MANUTENÇÃO DO REGIME POLÍTICO E SOBREVIVÊNCIA DO PROJETO SOCIALISTA (1990-2006)** 55

2.1 **Cuba e contexto global pós Guerra Fria** 56

2.2 **Crise e renovação do socialismo: um desafio a Cuba** 61

2.3 **A estratégia política da sobrevivência** 63

2.4 **O ressurgimento do debate socialista** 66

2.5 **Transformações econômicas e as medidas para conter a crise** 73

2.6 **O socialismo e as prioridades políticas do regime** 77

3 **SOCIALISMO E A "ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL" (2007-2012)** 83

3.1 **O novo programa reformista aprovado no VI Congresso do Partido Comunista (2011)** 83

3.2 **Ascensão de Raul Castro e a crítica oficial ao modelo estatista e centralizado** 90

4 **A DISCUSSÃO TEÓRICA DA REFORMA DO SOCIALISMO ANTERIOR AO VI CONGRESSO: O QUE PENSAVAM ALGUNS INTELECTUAIS?** ….....… 104
4.1 **Alfredo Gonzalez Gutiérrez** ……...……106
4.2 **Osvaldo Martinez** ……..110
4.3 **Carlos Lage Cordoniú** ……...…….....112
4.4 **Mayra Espina** ……...…….....114
4.5 **Jorge Luis Acanda** ……...……..….....119
4.6 **Juan Valdés Paz** ……...……...…….....120
4.7 **Aurélio Alonso** ……...……...…….....125
4.8 **Carlos Alzugaray** ……...…….....127
4.9 **Atílio Borón** ……...…….....129
5 **FUNDAMENTOS TEÓRICOS INICIAIS DA REFORMA ECONÔMICA E O DEBATE SOCIALISTA ATUAL** ……...…….....134
5.1 **O socialismo no novo modelo** ……...…….....136
5.1.1 Socialismo e subdesenvolvimento ……...…….....136
5.1.2 Sistema e modelo ……...…….....138
5.1.3 Propriedade e a sua gestão……...…….....139
5.1.4 A regulação econômica: Planificação e Mercado …….....146
5.1.5 Formas de distribuição da riqueza social ……...…….....150
5.2 **O debate atual: as três visões do socialismo em Cuba** …….....154
5.2.1 A visão estatista ……...…….....156
5.2.2 A visão economicista ……...…….....159
5.2.3 A visão autogestionária ……..…...…….....162
CONCLUSÃO 169
REFERÊNCIAS 182

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do projeto socialista da Revolução Cubana e seus desdobramentos contemporâneos. Especificamente, trata-se da discussão em torno das concepções do socialismo que orientam as recentes reformas econômicas e sociais que emergiram do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), mediante as quais o governo pretende "atualizar" o modelo socialista do país. Este trabalho constitui, por assim dizer, o desenvolvimento de uma investigação anterior iniciada na monografia, com a qual concluí a graduação em Ciências Sociais[1]. Assim, as reflexões que apresento nesta dissertação são uma continuidade daqueles estudos, iniciados durante minha graduação em 2008.

Origem do interesse sobre Cuba

Naquele momento inicial, meu interesse pela história e desdobramentos da Revolução Cubana de 1959 revestia-se até mesmo de um caráter antropológico. Ou seja, interessava-me conhecer a vida cotidiana e os valores que moviam uma sociedade que até então eu considerava "exótica", que se orientava por um projeto social alternativo, enfim, que buscava construir o socialismo. Isto porque eu tinha a percepção de que aquele país baseava-se em um modo distinto de organizar a vida em sociedade e, sobretudo, por distinguir-se dos processos de modernização capitalista que tiveram lugar na América Latina na segunda metade do século XX. Processos estes que talvez pudéssemos generalizar como variantes de um projeto de desenvolvimento econômico periférico em que os valores políticos liberais dominantes, não raro foram travestidos por regimes ditatoriais. O próprio triunfo da Revolução Cubana exerceu decisiva influência na instauração destes regimes, ao incitar o temor nas burguesias locais, artífices dos golpes junto aos setores militares – processo que Florestan Fernandes chamou de contrarrevolução preventiva. Posteriormente, durante a década de 1980, ainda que os aspectos perversos da estrutura econômica fossem mantidos, a maioria destes países iniciou a chamada transição democrática.

---

[1] Este trabalho foi intitulado: *"Pátria ou morte": crise e sobrevivência do regime revolucionário cubano nos anos 90*, e contou com a orientação do historiador Luis Fernando Ayerbe, realizado ao final da graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara-SP.

Enfim, nutria enorme curiosidade em conhecer uma sociedade que aparentemente baseava-se em princípios e conceitos organizativos radicalmente diferentes dos nossos. Por exemplo, a busca da igualdade, não apenas enquanto preceito formal, junto à solidariedade (e não a competição) como eixos essenciais das relações humanas e, principalmente, a existência da propriedade coletiva (estatal) dos meios de produção. Em outras palavras, questionava-me: o que diferenciava a experiência revolucionária e socialista em Cuba dos processos de desenvolvimento capitalista mais ou menos análogos na América Latina? Quais os efeitos desta transformação sobre os indivíduos? (o mítico Ernesto "Che" Guevara sempre chamou atenção para a necessidade de forjar um "homem novo" no socialismo); ainda seria possível na contemporaneidade organizar a sociedade de um modo diferente, com um projeto intencional (anticapitalista ou socialista), qualitativamente superior ao nosso *capitalismo real*?

Certamente, nestas indagações eu não estava considerando as experiências de organizações sociais alternativas como a dos povos pré-colombianos ou não ocidentais ("tradicionais"). Pelo menos não as considerava com a possibilidade de sustentar um projeto político nacional de transformação para as nossas sociedades "modernas" ("pós-modernas" para alguns), mas considerava-as, implicitamente, como um sinal que evidenciava a diversidade que poderiam assumir as sociedades humanas. Em suma, minhas inúmeras interrogações iam nesta direção.

Iniciando meus estudos sobre a Revolução Cubana logo me deparei com o que, posteriormente, considerei como um obstáculo adicional à pesquisa sobre o tema: a herança da luta ideológica na Guerra Fria parecia ter dificultado o acesso à informação confiável sobre Cuba, de modo mais geral. Em outras palavras, seja porque eu tinha a impressão de que Cuba era um país "fechado", cujas informações eram difíceis para um estrangeiro acessar; seja porque as que chegavam até mim, sobretudo através dos grandes grupos de mídia privados, demonizavam o país, seus líderes, seu regime político e seu projeto social de tal forma, que pareciam produtos de uma campanha orquestrada de difamação e, portanto, digna de desconfiança.

Por outro lado, não poderíamos esquecer que o Brasil, há poucas décadas, havia passado por um regime repressivo que cerceava as informações sobre Cuba, e principalmente, durante muito tempo não permitiu que os brasileiros viajassem até lá (eram os tempos do "inimigo comunista"). Certamente, este período teve um impacto enorme sobre a limitada

bibliografia sobre a Cuba pós-revolucionária existente no Brasil[2]. De todo modo, a influência da nossa história recente incide até hoje no viés com que a chamada "grande imprensa" aborda os temas relacionados a Cuba, além das motivações políticas e ideológicas implícitas (e até mesmo explícitas) que sustentam a sua visão de mundo. Em grande parte, esta primeira aproximação ao tema, via imprensa, foi determinante para a formulação da minha primeira problemática de pesquisa.

Assim sendo, meu objeto investigação na monografia foi a capacidade de resistência e sobrevivência do regime político cubano após queda do muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética (URSS). No início dos anos 1990, o regime cubano se viu confrontado pela crise econômica mais grave de sua história e, aos olhos de muitos analistas, sucumbiria na esteira dos impactos devastadores na economia do país e na vida cotidiana da população. Cuba já não contava com o apoio soviético e diante disso os Estados Unidos (EUA) intensificaram as pressões com vistas a derrubar o regime liderado por Fidel Castro. No entanto, contrariamente àqueles analistas, o regime político se manteve. Este cenário de crise ficou conhecido no país como "Período Especial", marcando a década de 1990 e os anos iniciais do século XXI. A resposta à investigação, a julgar pelo que se publicava na grande imprensa, seria muito simples: Cuba tem um regime ditatorial que se sustenta fundamentalmente pela coerção do Estado – com frequência, de modo implícito ou explícito, deixava-se transparecer que estava em curso uma iminente sublevação da população, oprimida, que derrubaria o regime. Para mim este tipo de visão era insuficiente, uma vez que seria impossível compreender por meio dela a continuidade do regime cubano frente à intensa crise, após a queda dos regimes "comunistas" no Leste Europeu.

Apesar das particularidades que existem entre as distintas configurações que o Estado possa assumir, todo Estado se funda na força, disse certa vez Max Weber parafraseando Leon Trotsky. Assim sendo, eu não desconsiderava o caráter repressivo do Estado cubano, porém procurei focar o entendimento daquela problemática nos elementos de legitimação que o processo revolucionário forjou ao longo de sua história. E estes estariam ligados (e relacionados entre si) ao legado da Revolução[3] como uma radical transformação social em

---

[2] Durante este período destacaram-se, entre outros, os trabalhos precursores do escritor Fernando Morais, *A Ilha* (1976) e do sociólogo Florestan Fernandes, *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana* (1979).

[3] É importante deixar claro a utilização do termo *Revolução* neste trabalho. Quando utilizamos "revolução" esta deve ser entendida pela sua acepção marxista convencional, da derrubada brusca de uma ordem social vigente. Ao passo que o termo "Revolução" refere-se ao processo político revolucionário cubano ou simplesmente ao

favor dos despossuídos em geral, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos; às políticas de contenção da crise econômica na década de 1990, orientada pelo princípio de que os seus custos sociais fossem repartidos de modo mais igualitário possível; à confrontação dos governos norte-americanos, sempre desejosos de derrubar o Estado revolucionário; e por fim, à 'reemergência' do nacionalismo frente à crise do "socialismo real", como ideologia essencial para a mobilização da sociedade em apoio à ordem política vigente (BRITO, 2013)[4].

Durante os dois anos iniciais daquela pesquisa (até 2010) as nossas fontes se basearam: na reduzida bibliografia disponível no Brasil (de caráter mais histórico); no acervo digital de revistas estrangeiras especializadas em temas latino-americanos e cubanos – *Revista Herramienta* (Argentina), *Revista Nueva Sociedad* (Argentina) e *Revista Temas* (Cuba); no acompanhamento da realidade cubana através da "grande imprensa", e cada vez mais através de mídias alternativas - em particular pela internet -, e da literatura e cinema cubanos. Enfim, procurava as mais diferentes maneiras de me aproximar da realidade daquele país, dada as condições de um pesquisador estrangeiro. Entretanto, os planos de visitar o país também iam amadurecendo. Foi então que, a partir de contatos possibilitados naquela ocasião pelo orientador Luis Fernando Ayerbe, me aproximei de pesquisadores cubanos com vistas a iniciar os preparativos de uma viagem ao país. Desta forma, em setembro de 2010 realizei minha primeira visita a Cuba, tendo a oportunidade de conhecer a capital Havana, onde durante um mês pude realizar pesquisa de campo e recolher material bibliográfico.

Socialismo?

Nos momentos finais daquela pesquisa, dentre as novas questões que foram emergindo, a que me pareceu essencial para aprofundar o entendimento do processo revolucionário cubano - e logo percebi a necessidade de investigar - foi a questão teórica envolvendo a problemática do socialismo (enquanto projeto de sociedade e sua possível expressão naquele país). Isto em razão de que a ideologia que fundamenta o regime cubano – autoconstruída - vincula indissoluvelmente o Estado revolucionário, como guardião da independência e a soberania nacional diante das ameaças externas, a uma opção socialista.

---

governo revolucionário que chegou ao poder em 1959, e se conserva até os dias atuais. Inclusive esta é uma autodefinição dos próprios cubanos sujeitos deste processo.

[4] Esta foi a conclusão de nossa pesquisa inicial, cuja versão reduzida pode ser encontrada no artigo*: "Pátria ou morte": crise e sobrevivência do regime revolucionário cubano nos anos 90*, publicado pela Revista Eletrônica da ANPHLAC, nº14. Disponível em: http://revistas.fflch.usp.br/anphlac

Portanto, de forma mais simplista, a sobrevivência do regime revolucionário estava associada à sobrevivência do projeto socialista, uma vez que as reformas econômicas iniciadas nos anos 1990 não promoveram, essencialmente, o desmonte das instituições políticas e econômicas de até então. Consequentemente, uma grande dificuldade que me deparei ao finalizar aquela pesquisa foi o tratamento da questão do socialismo. Ou seja, naquele momento, ainda com poucas leituras sobre o tema, indagava: Cuba havia realizado o socialismo? Cuba era um país em transição (mais ou menos distante) ao socialismo? Ou não seria mais que um capitalismo de Estado[5]? Enfim, como abordar esta questão?

De forma subsidiária ao objeto comecei a me debruçar sobre estas questões. O socialismo proclamado historicamente pela liderança da Revolução Cubana (Fidel Castro, Che Guevara, entre outros) se colocou dentro do campo do marxismo – e inclusive ela segue falando em seu nome. O socialismo, dentro da tradição marxista clássica, foi entendido como um período de transição histórica entre a sociedade capitalista desenvolvida e a possível sociedade comunista, e daí a utilização do termo *transição socialista*. De modo explicativo e esquemático, talvez pudéssemos falar de dois momentos desta transição (ainda que isto não signifique etapas estanques): uma que diz respeito à destruição das instituições econômicas capitalistas e da sua forma estatal correspondente, ao mesmo tempo em que se busca construir as bases do socialismo; e um segundo momento que representa o trânsito da sociedade pós-revolucionária (socialista) a uma sociedade comunista - esta última seria caracterizada, genericamente, pela abolição das classes sociais, logo, pelo definhamento do Estado como aparelho de dominação. Portanto, o período de transição se daria por meio de um longo processo. A diferenciação terminológica *socialismo/comunismo* foi feita por Lenin ao analisar o que Marx chamou, na *Crítica do Programa de Gotha*, de *fase inferior* e *fase superior* da sociedade comunista. Nesta obra Marx salienta:

> Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p.29).

Nestes termos, o socialismo que sai das entranhas da sociedade capitalista, e ainda preserva os estigmas da velha sociedade, é marcado pela abolição da propriedade privada dos

[5] Naquele momento eu entendia este conceito mais como a manutenção das relações de produção capitalistas, apesar da transformação jurídica da propriedade privada, e a conversão dos dirigentes em "burguesia de Estado", como em certo período de sua obra, Charles Bettelheim apontou; e não como a concepção tática de Lenin do "capitalismo de Estado", na qual este é entendido como um meio de desenvolvimento das forças produtivas sob o comando de um Estado Socialista.

meios de produção fundamentais, transformando-os em propriedade social, de uso coletivo. A apropriação individual da riqueza criada, por sua vez, seria baseada no trabalho – descontada uma quantia para os fundos sociais - que cada indivíduo contribuiu à produção social total. Ou seja, o trabalhador terá direito a consumir o que ele aportou em trabalho para a sociedade. Destruído o Estado burguês, o Estado continuaria a ter vigência no período de transição sob a forma política da *ditadura revolucionária do proletariado*. No entanto, na perspectiva de longo prazo, a transição deve apontar para o desaparecimento do Estado, entendido como a perda do seu caráter político, ou seja, de dominação de uma classe sobre a sociedade. Ainda assim, este processo de transição socialista só teria viabilidade caso ocorresse em escala internacional – isto é, teria início em algum país e iria irradiando-se mundialmente - como se pode perceber no pensamento de autores clássicos, tais como Marx, Lenin e Trotsky.

Passando às experiências concretas, durante o século XX houve um amplo debate especialmente em relação à União Soviética, entre pensadores marxistas acerca da natureza da sociedade pós-revolucionária e do seu modo de produção. A maioria destas interpretações do chamado *socialismo realmente existente* privilegiaram, como casos paradigmáticos, as formações sociais originadas da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Chinesa de 1949 - talvez isto se explicasse pela originalidade da proposta socialista e por serem países de grande peso internacional. Em um primeiro momento, eu considerava a experiência socialista cubana bastante marginalizada nestes debates, uma vez que as obras que chegavam até mim sobre o referido tema abordavam essencialmente a experiência soviética (e em menor medida, a chinesa). Inclusive há que se considerar que durante muito tempo a URSS exerceu forte influência sobre Cuba, inclusive ideologicamente, na maneira de conceber o socialismo.

Durante grande parte do século XX o sistema soviético foi identificado por amplos segmentos da esquerda comunista como a expressão concreta (por excelência) da transição socialista, como bem assinalou criticamente o filósofo cubano Fernando Heredia (2006): "o sistema soviético e sua ideologia teorizada eram a força maior no mundo que atuava e falava em nome do socialismo e do marxismo" (2006, p.2)[6]. Esta identificação, em parte, estava ligada à influência político-ideológica que a URSS alcançou internacionalmente, especificamente, a hegemonia estalinista existente nos partidos comunistas da época. Nestes

[6] Em termos socioeconômicos o sistema de autogestão experimentado na Iugoslávia sob Tito constituiu uma experiência alternativa às economias centralmente planejadas de tipo soviético. No Chile da Unidade Popular e Salvador Allende, apesar do curto período de tempo e do fracasso em que redundou, foi tentada uma via parlamentar (dentro das instituições burguesas) de transição ao socialismo.

termos o sistema soviético ocuparia um papel relevante na história dos experimentos de inspiração socialistas no século XX. O chamado marxismo-leninismo - como ideologia oficial do Estado soviético (e, portanto, do movimento comunista da Terceira Internacional) entendia a *construção socialista* mediante a consecução de etapas a se cumprir, iniciando-se com a revolução proletária (a tomada do poder pelo proletariado) e a abolição da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sobre a qual se instituía a propriedade estatal e a planificação econômica centralizada.

Por outro lado, até por falar em nome do "socialismo e do marxismo" o regime soviético também mobilizou a crítica de inúmeros pensadores marxistas e dirigentes revolucionários, sobre o seu sistema social. Destes, poderíamos destacar parte da obra do francês Charles Bettelheim (em seu período após a publicação da obra *A Luta de Classes na URSS [1976]*) tendo utilizado o conceito de "capitalismo de Estado" para analisar a natureza do sistema soviético. Bettelheim fez a distinção entre as relações jurídicas de propriedade, que passaram por uma radical transformação - sobre a qual se impôs a coletivização e destituição as classes dirigentes anteriores -, e as relações de produção que, porém, mantiveram-se essencialmente capitalistas, sendo preservadas várias formas de dominação e exploração, mesmo sob o amparo da propriedade estatal. De modo distinto, o economista belga Ernest Mandel, influenciado pelo legado de Trotsky, considerou a União Soviética uma sociedade que havia iniciado a transição socialista – portanto, uma sociedade pós-capitalista – que entretanto, encontrava-se estagnada pela ação despótica da burocracia no comando de um Estado Operário (degenerado), cujos interesses foram se autonomizando em relação aos interesses do proletariado. Assim sendo, o avanço do socialismo estava condicionado a uma revolução política que destituísse a burocracia do poder. Além destes autores, o filósofo húngaro István Mészáros interpretou as sociedades pós-revolucionárias como um tipo de formação social pós-capitalista, as quais romperam com o capitalismo, mas no entanto, continuaram dominadas pelo capital. Este, por sua vez, se expressava por meio dos imperativos materiais, da divisão social do trabalho, do aparato produtivo disponível e dos vínculos com o sistema global do capitalismo.

Ainda que estas análises possam ter certa capacidade de generalização para outras experiências fora do âmbito da URSS e do Leste Europeu, em um primeiro momento sempre mantive algumas reservas quanto à possibilidade de fazer uma transposição destes conceitos ao caso cubano. Possivelmente isto poderia ser feito, porém, ao mesmo tempo demandaria um

conhecimento aprofundado das especificidades do processo revolucionário cubano – o qual eu pensava ainda não possuir. De todo modo, continuei buscando obras que tratassem especificamente da experiência cubana.

No caso específico de Cuba, apesar da originalidade de sua revolução e das tentativas de construir um socialismo mais autóctone e autônomo nos 1960, a década seguinte marcou uma intensa aproximação com a URSS, e a consequente adesão, em grande parte, das instituições econômicas e políticas soviéticas. Apesar disso, o processo cubano não perdeu as suas especificidades nacionais – por certo, uma questão chave para compreender este amalgama, seria atentando para a disputa ideológica no interior das forças revolucionárias no poder. Talvez, como hipótese, pudéssemos falar que em Cuba, entre 1970 e 1990, se configurou um modelo do *socialismo realmente existente* em sua versão cubana. Explico: de um lado, fortemente influenciado pelo modelo soviético e suas vicissitudes burocráticas, tais como: economia centralmente planificada, relação hierárquica entre Estado e sociedade (o poder emana, essencialmente, de cima para baixo), fusão entre Partido único e Estado etc. De outro lado, mantiveram-se as particularidades do seu socialismo que advém da marca nacionalista da Revolução Cubana e, consequentemente, a presença do anti-imperialismo defensivo frente à hostilidade permanente dos EUA. Somando-se a isso poderia ser salientada a influência ideológica de Fidel Castro e Che Guevara sobre o processo, ao acentuar o papel da mobilização política e da consciência revolucionária na construção do socialismo.

A partir dos anos 1990, com a derrubada dos regimes do *socialismo real* na Europa Oriental e a intensa crise que se abateu sobre Cuba, a questão da transição socialista parece se tornar mais complexa em vista de um cenário altamente desfavorável, do ponto de vista político e intelectual. O professor Marcos del Roio ressaltou que a derrota do movimento comunista, capitaneada pela desestruturação e o fracasso daquelas experiências de transição socialista, e a consequente ofensiva neoliberal, acuaram o marxismo e deixaram o "mundo do trabalho" praticamente decapitado de sua intelectualidade orgânica. Com isso, a reflexão sobre a transição socialista se viu quase que inteiramente abandonada. Enquanto isso no contexto cubano Fernando Heredia também observaria este fenômeno, ainda que com outros matizes. Seja como for, talvez Heredia seja um dos poucos autores que tentaram continuar estas reflexões em circunstâncias tão adversas.

Para Heredia a sociedade cubana iniciou uma transição socialista em 1959, e na contemporaneidade vive uma batalha cultural decisiva entre o capitalismo e o socialismo.

Assim sendo, para este pensador, em Cuba estariam em disputa fundamentalmente dois projetos de sociedade e duas concepções de mundo. Em outras palavras, as práticas cotidianas no país contêm uma gama extraordinária de relações sociais, motivações e expectativas socialistas, convivendo paralelamente (e se contradizendo) com relações capitalistas correspondentes. Estes fenômenos perpassam um complexo fundo institucional em que predomina o poder socialista, combinando, no entanto, diferentes tendências: eficiência e burocracia, altruísmo e interesses de grupo. Desta maneira o que estaria em jogo, nos tempos atuais, é a natureza do sistema, confrontado por dois riscos fundamentais: 1) que não triunfe o socialismo; 2) e que em algum momento sejam rompidos os equilíbrios que regem esta disputa.

Ao fim, ainda que eu partilhe mais de visões como a de Heredia, considero que a questão do socialismo em que esboçamos uma breve discussão não está totalmente fechada. De todo modo, o Partido Comunista de Cuba e o Estado cubano – sendo que este último se autodefine como um Estado Socialista – ainda preservam o discurso e o objetivo "socialista". Seu fundamento, portanto, está na chamada ideologia da Revolução Cubana, a qual responde a uma síntese dos princípios *marxista-leninista e martiano*[7].

Do que trata a presente pesquisa?

Como já sublinhamos, ao finalizar a pesquisa anterior novos questionamentos foram surgindo no sentido de aprofundar o estudo sobre o projeto socialista e as perspectivas da Revolução Cubana neste início de século XXI. No segundo semestre de 2010, minha visita a Cuba viria a coincidir com o período imediatamente anterior ao lançamento de um documento de reformas econômicas pelo Partido Comunista de Cuba, depois de alguns anos de espera pela realização do seu VI Congresso, o qual definiria a linha política (e econômica) geral para os próximos anos. Com isso, a direção partidária convocou uma ampla discussão na sociedade

[7] A ideologia da Revolução Cubana que fundamenta o regime vigente em Cuba poderia ser resumida do seguinte modo: seu ideário opera nos termos de uma fusão entre o Estado revolucionário, o nacionalismo e o socialismo. Ou seja, o Estado revolucionário implantado em 1959, liderado por Fidel Castro, assegurou a independência e a soberania nacional de Cuba através de um processo de ruptura com o imperialismo norte-americano, consequentemente, desdobrando-se em uma revolução anticapitalista e de inspiração socialista. Assim sendo, o governo cubano fala em nome do projeto socialista como pré-condição à independência e soberania nacional (diante da permanente agressão dos EUA), e como a única opção do país para alcançar o desenvolvimento com justiça social. A designação "martiano" refere-se ao ideário do pensador cubano José Martí (1853-1895), herói nacional e ícone da luta pela independência; portanto, representa o fundamento ideológico do nacionalismo.

sobre tal documento, como uma prévia à realização do VI Congresso. O conclave então foi anunciado para 2011, e o objetivo central seria debater e aprovar o documento, que viria a constituir a base de um novo programa reformista adotado pelo governo[8]. Desta forma, foi reaberto um novo período de reformas no país que tem como meta a chamada "atualização do modelo econômico e social" cubano (ou simplesmente a "atualização do socialismo")[9]. No entanto, que tipo de reforma se trata?

De forma resumida, a proposta de mudanças saída do VI Congresso aponta para uma abertura econômica gradual, retomando as discussões sobre a possibilidade de reformar a economia socialista, definida historicamente pela estatização dos meios de produção e a planificação centralizada, conforme consagrou o modelo soviético. Reformas análogas a esta já foram observadas em outras experiências socialistas, portanto, a reforma cubana atual coloca novamente a problemática da ampliação dos mecanismos de mercado e a diversificação das formas de propriedade (inclusive a propriedade privada capitalista) em processos de transição socialista. Enfim, é sobre este processo reformista que vamos tratar neste trabalho.

Não são poucos os estudiosos que em Cuba (ou fora do país) afirmam que esta proposta de transformações econômicas e sociais é a mais substantiva desde o início do processo revolucionário nos anos 1960. Por outro lado, como bem destacam alguns economistas cubanos, em especial Armando Nova, a proposta reformista possui algumas lacunas, dentre elas a ausência de uma definição explícita dos conceitos fundamentais do modelo econômico e social ao qual se aspira e tampouco da estratégia socialista a ser seguida. Enquanto isso, fora de Cuba, a aprovação das reformas econômicas teve uma ampla repercussão na imprensa e nos meios políticos de esquerda (no seu espectro mais amplo), indagando-se, sobretudo, o significado de tais reformas para o projeto socialista da Revolução Cubana. Assim, questionamentos comuns vieram à tona: o governo cubano estaria sucumbindo à pretensa superioridade da economia de mercado? Cuba estaria abandonando a perspectiva socialista do seu sistema econômico?

---

[8] O documento foi denominado "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução", lançado em novembro de 2010.

[9] No momento em que escrevo esta dissertação, 2014, este processo está em curso no país. Pensou-se inicialmente que o tempo para implementação das reformas duraria 5 cinco anos, portanto, este é um processo de mudanças graduais.

Partindo da aprovação do programa de reformas econômicas o objeto deste trabalho é a discussão em torno da concepção do socialismo que fundamenta estas reformas. Em uma palavra, nosso objeto é a *reforma do socialismo cubano*. Ainda que este tipo de reforma tenha se mostrado bastante polêmico (principalmente entre os distintos segmentos de esquerda fora de Cuba), o governo cubano e o Partido Comunista procuram legitimá-lo com a manutenção do discurso socialista. Ou seja, não se trata de abandonar, mas de tentar consolidar o socialismo tornando-o sustentável através de uma "atualização" – isto é, modificações - no modelo econômico e não na essência socialista do sistema econômico. Entretanto, qual é a fundamentação teórica e a justificativa política para esta reforma? Embora medidas desta natureza não sejam uma novidade absoluta no contexto cubano – nos anos 1990 tentou-se um ensaio neste sentido, porém, sem a profundidade observada atualmente -, a forma aberta com que o governo vem defendendo a necessidade de determinadas alterações no seu modelo socialista, sobretudo quanto ao papel do mercado no novo ordenamento e a crítica (oficial) a algumas políticas consideradas "igualitaristas", inegavelmente, aparecem como mudanças substantivas dentro da história recente do socialismo cubano.

Portanto, debruçando sobre este processo de reformas esta pesquisa visa responder a dois questionamentos fundamentais:

1) Quais as principais transformações que o governo e o Partido pretendem no modelo socialista cubano historicamente construído? Como elas estão sendo justificadas?
2) Há uma formulação teórica sobre o socialismo que fundamente o projeto reformista? O que se debate no país acerca de um projeto socialista contemporâneo (e renovado) para Cuba?

Ainda que na maioria das vezes o tema da reforma econômica tenha sido objeto de economistas em Cuba, não propomos uma análise "econômica" do nosso objeto, senão uma análise histórica e do contexto político no qual a discussão sobre o socialismo em Cuba se desenvolveu, complementada por uma investigação teórica acerca da problemática do socialismo contemporâneo naquele país. Através da perspectiva histórica procuramos abordar o debate socialista dentro do governo revolucionário e a gestação de um modelo econômico e social determinado, ao qual agora se busca reformar. Mediante esse tipo de abordagem imaginamos que seja possível evidenciar continuidades e descontinuidades acerca da concepção do socialismo que estaria orientando a reforma atual. Por outro lado, propomos investigar a discussão entre os intelectuais cubanos no intuito de nos aproximar de um

entendimento teórico sobre as reformas econômicas no socialismo, além de perceber alguns diagnósticos correntes da situação cubana.

Embora aquele primeiro contato com o debate acerca da natureza socialista (ou não) das sociedades pós-revolucionárias - brevemente esboçado acima - tenha contribuído para uma aproximação inicial à discussão teórica do socialismo, nossa intenção neste trabalho não é retoma-lo a partir da perspectiva cubana atual. Logo, nosso interesse está menos em realizar uma discussão essencialmente teórica sobre a transição socialista, do que observar as dificuldades e os dilemas práticos de um poder (estatal) estabelecido, ao sustentar um projeto socialista nos tempos atuais. Em outras palavras, por trás daqueles dois questionamentos que elencamos, nosso objetivo é observar os condicionamentos políticos concretos que envolvem a busca de uma alternativa anticapitalista contemporânea. E nestes termos, Cuba representa um *locus* privilegiado para pensar estas alternativas, uma vez que na sua história recente há um rico debate socialista referido a uma situação concreta – ainda que este debate tenha ocorrido de forma instável (ou seja, relaciona-se a momentos de maior ou menor abertura intelectual).

O propósito de discutir as concepções do socialismo para dar conta daqueles questionamentos está ligado ao nosso entendimento de que as políticas do governo cubano que conformaram um modelo econômico e social de inspiração socialista estão ancoradas em uma determinada concepção do socialismo (hegemônica ou em disputa) dentro do governo revolucionário – em especial entre altos dirigentes. Isto não quer dizer, porém, que fenômenos de outra natureza não influenciaram naquelas políticas. Pelo contrário, procuramos analisar a discussão sobre a concepção do socialismo dentro do contexto político e histórico em que o governo teve que tomar suas decisões. Este tipo de abordagem se justifica na medida em que a transição socialista é, conceitualmente, um processo de transformação social consciente e dirigido. Isto é, não se desenvolve por via espontânea na sociedade e, portanto, a sua construção exige um direcionamento ideológico e político intencional, e deveria, ao menos em tese, orientar as políticas públicas.

Assim sendo, nosso trabalho parte da seguinte hipótese: haveria uma mudança na forma de conceber a construção do socialismo do governo e o Partido Comunista cubanos, principalmente com relação ao papel do mercado e da chamada propriedade não estatal (cooperativas, propriedade privada, empresas mistas). Em grande parte, esta mudança estaria condicionada por fatores políticos que se associam, por sua vez, à busca de uma

(re)legitimação do governo revolucionário e, consequentemente, do próprio projeto socialista que ele procura encarnar. Ou seja, o que estaria em jogo é a manutenção da hegemonia política do socialismo entre a população, como o projeto de sociedade ideal que orienta o desenvolvimento do país. Este risco estaria ligado a uma crise de amplas proporções desencadeada pela extinção do "socialismo real" no início dos anos 1990 – crise esta não só econômica, mas também dos referenciais práticos do socialismo. Sobretudo, dos referenciais socialistas consagrados internacionalmente pelo modelo soviético, que entendia o sistema econômico socialista basicamente como um processo de estatização da propriedade e da centralização da gestão econômica no Estado. Portanto, impunha-se uma tentativa de renovar o projeto socialista.

Em certa medida, esta hipótese relaciona-se a uma impressão que tive (durante minha primeira visita ao país) apoiada em algumas leituras - principalmente pela visão do sociólogo cubano Aurélio Alonso[10] -, de que o projeto socialista da Revolução Cubana encontrava-se paralisado. Ou seja, estava estagnado diante do fracasso do modelo socialista cristalizado no século XX e, ao mesmo tempo, recusava-se a aceitar uma transição para a economia de mercado e a democracia liberal, como possíveis soluções a uma crise que se prolongava há cerca de duas décadas. Em suma, recusava-se a abandonar o projeto socialista, se apegando a uma noção de resistência, entretanto, sem vislumbrar uma estratégia política de renovação. Pareceu-me, então, que o grande dilema dos cubanos estava entre o retorno ao capitalismo, ainda que este pudesse ser revestido de formas variadas (gradualmente; através de uma ruptura violenta; ou até mesmo travestido do discurso "socialista"), ou ousar encontrar uma alternativa anticapitalista própria, enfim, como sugeria Alonso, reinventar o projeto socialista.

Para tanto, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos: No primeiro capítulo abordaremos a discussão histórica em torno do socialismo dentro do processo revolucionário após 1959, buscando compreender o contexto de gestação, as características principais e os problemas do modelo socialista que se implantou em Cuba até 1990 – ao constituir o que chamaremos neste trabalho de modelo estatista e centralizado.

No segundo capítulo, discutiremos o contexto que se abriu a Cuba após a Guerra-Fria, no qual abordaremos a dinâmica política da manutenção do projeto socialista em um cenário adverso. Ainda que fossem discutidas propostas reformistas para enfrentar a crise econômica

---

[10] Ver o artigo: *Sair do caos sem cair na lei da selva*

e medidas importantes tiveram que ser tomadas, o que pautou a ação do governo foi a sobrevivência do regime político e não o esforço de renovação efetiva do modelo socialista.

Já no terceiro capítulo passaremos diretamente à discussão das reformas econômicas que emergiram do VI Congresso do PCC, com as quais se pretende "atualizar o modelo econômico e social". Neste capítulo procuramos destacar as principais modificações nas concepções do socialismo que historicamente fundamentaram o modelo até então vigente, bem como observar como o governo vem justificando este processo, ao tentar legitimar as transformações dentro de uma perspectiva de continuidade do socialismo.

Em seguida, no quarto capítulo destacaremos a reflexão de alguns intelectuais cubanos sobre a temática das reformas econômicas no socialismo, já existentes anteriormente ao lançamento das reformas em 2010. Nestas reflexões já poderíamos observar o desenvolvimento de algumas críticas e propostas com determinado nível de consenso, mesmo entre posições diversas.

Enquanto no quinto e último capítulo buscamos fazer, por um lado, uma reconstrução teórica acerca da questão do socialismo relacionado às reformas econômicas em curso, baseada em alguns trabalhos de pesquisadores cubanos que vieram à tona posteriormente ao VI Congresso. Somando-se a isso, discutiremos a diversidade do debate socialista atual no país, e ainda que pese possíveis concepções hegemônicas, apresentaremos as distintas concepções sobre o socialismo que procuram influenciar o processo reformista.

Ademais é importante ressaltar que a periodização histórica da transição socialista cubana adotada nesta dissertação se baseia, em parte, na periodização feita pelo cientista político cubano Rafael Hernandez (2007) – o que também parece ser algo relativamente consensual entre os estudiosos. Portanto, consideramos que em inícios dos anos 1960 a Revolução Cubana subverteu a ordem capitalista e durante esta década formulou um projeto socialista de caráter mais autóctone. Posteriormente, nos anos 1970, adotou um modelo institucional próximo ao socialismo histórico de matriz soviética; na segundo metade dos anos 1980 submeteu, especialmente os paradigmas econômicos deste modelo, a um debate crítico dentro do chamado "processo de retificação de erros e tendências negativas", que resultaram na contenção da influência da *Perestroika* e da *Glasnost* em Cuba. Nos anos 1990 este processo é interrompido, iniciando-se a crise do "Periodo Especial", quando aparecem as primeiras reformas econômicas que tinham como objetivo "salvar" o projeto socialista. Enquanto em 2007 teríamos a origem da etapa atual, a qual teve como ponto alto a aprovação

das novas reformas econômicas no VI Congresso do PCC, cuja implementação gradual ainda está em curso.

Fontes

Por fim, as fontes principais nas quais nossa investigação se baseia são, por um lado, os discursos das lideranças políticas do país e os documentos oficiais do Partido Comunista, onde procuramos observar a discussão e as concepções do socialismo que, em diferentes momentos, se recorreu para legitimar determinadas decisões políticas e econômicas do governo, dentro de uma estratégia socialista mais geral. Estas fontes estão disponíveis nas páginas eletrônicas oficiais do Governo e do PCC, na internet. Por outro lado, em trabalhos acadêmicos de intelectuais que em sua grande maioria são cubanos, além de outros que mantiveram uma interlocução específica com os temas de Cuba abordados aqui. A partir destas visões teremos melhores condições de qualificar o estudo daquelas concepções e, consequentemente, das políticas formuladas desde o poder. Os intelectuais que selecionamos aqui são estudiosos de diferentes áreas das ciências humanas - economistas, sociólogos, historiadores e filósofos -, e sem sua maioria fazem (ou fizeram) parte, digamos assim, do debate crítico 'interno' à Revolução[11]. Recorrer à visão destes intelectuais é essencial para não nos limitar à reprodução estrita do discurso oficial, e inclusive perceber outros aspectos da realidade política do país que não tiveram reconhecimento público[12].

Muitos dos trabalhos acadêmicos que utilizamos nesta pesquisa encontram-se publicados pela *Revista Temas*. Sem dúvida esta é uma das publicações cubanas atuais que mais promove a discussão das Ciências Humanas naquele país, inclusive seu conteúdo está disponível em formato digital na internet. Enfim, o acesso a esta publicação foi fundamental

---

[11] Devido à intensa politização que o processo revolucionário acarretou, a discussão interna em Cuba não deixa de manifestar certos níveis de tensão. Existem limites políticos claros para os que desejam permanecer "dentro do campo revolucionário", em grande parte relacionados à sua posição frente ao sistema político (e a sua liderança) do país, além disso é comum que defendam, pelo menos nominalmente, algum tipo de proposta "socialista". Porém, em vários destes intelectuais isto não significa ausência de avaliação crítica acerca da realidade ou a políticas cubanas. Ainda assim, é importante ressaltar que nos últimos anos tem havido uma abertura maior às discussões e às críticas.

[12] Em muitas ocasiões o chamado "secretismo" permeou a política cubana, fazendo com que as discussões no âmbito do governo e as justificativas reais para determinadas ações nem sempre viessem a público. Por sua vez, o "secretismo" relaciona-se com o fato de que o exercício da política nas instituições oficias cubanas, em especial nas altas esferas, nem sempre é pública. Ou seja, há um controle das informações. Este fenômeno, na maioria das vezes, foi justificado pela ingerência imperialista e os intentos de subversão patrocinados pelos EUA.

para realização do nosso trabalho[13]. Também não poderíamos deixar de mencionar dois *websites* que foram importantes para este trabalho, já que os consultava frequentemente para acompanhar as notícias (e os artigos de opinião) sobre as reformas econômicas em Cuba, respectivamente, os portais: *Cubadebate* e *Havana Times*[14].

Como pode ser observado, este trabalho foi realizado fora de Cuba. No entanto, em maio de 2014 tive a oportunidade de realizar uma segunda visita à Havana, como parte da pesquisa. Permaneci na capital cubana durante três semanas, onde, além de ter conhecido as festividades do Dia do Trabalhador (1º de maio), pude observar e sentir de perto o andamento das reformas em curso; escutar a população sobre este tema; buscar material bibliográfico específico sobre meu objeto de estudo – e percebi, aparentemente, que as investigações por lá ainda se encontram em fase inicial. Além destas atividades, realizei entrevistas com intelectuais e trabalhadores sobre as reformas econômicas e o socialismo, a dinâmica política do país e os possíveis impactos que já poderiam ser sentidos nas condições de vida. Porém, o resultado destas entrevistas, infelizmente, somente poderá ser visto nesta dissertação de maneira indireta[15]. De todo modo, esta visita representou novas experiências e um rico aprendizado intelectual e humano, enfim, fundamental a este trabalho.

---

[13] Cabe lembrar que todas as citações nesta dissertação cujas fontes originais estão no idioma espanhol, a tradução foi realizada pelo próprio autor.

[14] O primeiro (www.cubadebate.cu) alinha-se mais à linha oficial do governo cubano, inclusive onde também se encontram discursos e documentos oficiais; enquanto o segundo (www.havanatimes.org) é um portal de notícias de Cuba, editado fora do país (Nicarágua), no qual colaboram vários articulistas cubanos residentes em Cuba, privilegiando certas visões críticas desde pontos de vista diversos, que não encontram espaço na imprensa oficial do país.

[15] Embora inicialmente as entrevistas fizessem parte do plano desta dissertação, devido ao tempo reduzido que dispúnhamos para concluir esta pesquisa, infelizmente não foi possível realizar o árduo trabalho de transcrição, tradução e edição das gravações a tempo de publicá-las aqui.

1 AS CONCEPÇÕES DO SOCIALISMO E A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MODELO SOCIALISTA CUBANO (1959-1990)

Com vistas a dar historicidade ao nosso objeto de pesquisa, este capítulo pretende resgatar, ainda que de forma breve, o panorama das concepções socialistas que nortearam o processo revolucionário cubano pós-1959, apontando os principais aspectos que caracterizaram seu modelo socialista até 1990 - ano que marcaria uma ruptura na geopolítica mundial, alterando as condições da construção do socialismo no país -, resultado das teorias e práticas, autocríticas e retificações que a sua liderança seguiu. Assim sendo vamos abordar, de acordo com a periodização do processo revolucionário adotada, (1) a opção socialista da Revolução Cubana e as duas concepções da transição socialista (1959-1961); (2) o debate econômico e a tentativa de construção de um modelo socialista autônomo (1963-1970); (3) a 'sovietização' do regime cubano e o "processo de retificação de erros e tendências negativas" (1970-1990).

1.1 A opção socialista da Revolução Cubana e as duas visões da transição socialista (1959-1961)

A opção socialista da Revolução Cubana geralmente é tratada por intelectuais marxistas, e pela própria ideologia que fundamenta o poder revolucionário em Cuba, como uma alternativa de desenvolvimento à ordem social até então existente, expressão do capitalismo subdesenvolvido e dependente, de tipo neocolonial[16]. Os momentos iniciais do processo revolucionário naquele país (1959-61) teriam demonstrado as dificuldades de reformar este tipo de capitalismo dependente, por exemplo: a tentativa de instituir a 1º Lei de Reforma Agrária de 17 de maio de 1959. De acordo com Florestan Fernandes (2007), por um lado, esta medida era radical na sua proposta de mudança da estrutura fundiária, por outro lado, era moderada nas várias exceções que previa, mantinha a propriedade privada, além das indenizações de terras expropriadas. Tocar na economia açucareira, no entanto, teve como

[16] Existem outras visões da opção socialista que foi desencadeada pela Revolução Cubana. No entanto, partilhamos da visão difundida pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes e pelo pensador cubano Fernando Martinez Heredia, cujas interpretações convergem na visão de um processo revolucionário (nacional-democrático e socialista) único, isto é, não compartimentado em dois momentos estanques: etapa nacional-democrática e a posterior etapa socialista.

efeito aflorar os antagonismos de classe e a consequente virulência da burguesia cubana e dos EUA. Ou seja, uma proposta reformista que visava alcançar um desenvolvimento mais democrático e soberano esbarrava no fato de que o centro de poder que determinava os rumos do país eram os EUA.

Nestes termos, a dominação neocolonial apoiava-se na aliança do poder norte-americano com a burguesia cubana, fazendo com que esta classe abdicasse a um tipo de dominação interna com relativa autonomia. Subordinava-se, ao contrário, aos interesses próprios do imperialismo, os quais impunham limites expressos. Desta forma a burguesia cubana mostrou-se incapaz de aceitar reformas democráticas e populares, e uma divisão mais equilibrada da riqueza nacional. Reformas sociais substantivas como aquela lei de reforma agrária ou uma melhor distribuição da riqueza só poderiam ser alcançadas através de uma revolução radical não apenas nacional-democrática, mas também anticapitalista. Vem daí a conceituação de Fernando Martinez Heredia da Revolução Cubana ao caracteriza-la como uma "revolução socialista de libertação nacional"[17].

Florestan Fernandes (2007) em sua obra *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana* (publicada originalmente em 1979) destacou com exatidão o contexto histórico-social mais amplo de Cuba no qual desencadeou a revolução, sendo formado a partir de uma conexão entre três fatores: desenvolvimento do capitalismo, descolonização incompleta e dominação externa imperialista. A situação revolucionaria precedente continha simultaneamente componentes estruturais e dinâmicos de uma "revolução dentro da ordem" e de uma "revolução contra a ordem", com vários tipos de forças sociais (reformistas ou especificamente revolucionárias) movimentadas ao mesmo tempo pela burguesia e pela classe trabalhadora, gravitando em torno de um modelo nacional de desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o sociólogo brasileiro destacaria que dada a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radical-burgueses que poderiam conter a revolução nacional dentro do capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas que tenderiam a levar a revolução até o fundo.

O imperialismo norte-americano intervém quando a revolução começa a tocar no âmago da dominação burguesa (isto é, na estrutura latifundiária), constituindo-se o principal obstáculo e o principal impulso para a radicalização da vanguarda revolucionária. Assim, os EUA bloquearam qualquer 'transformação capitalista do capitalismo' que pudesse afetar ou

---

[17] O que também pode ser entendido pelo conceito formulado por Leon Trotsky de "Revolução Permanente", conforme o dirigente trotskista Ernest Mandel interpretou a Revolução Cubana.

destruir o caráter neocolonial de sua dominação imperialista. A interferência dos EUA, após a queda do governo de Fulgêncio Batista, contribuiu para tornar a descolonização 'até o fundo e até o fim' uma urgente necessidade nacional. Fernandes ressaltou que as fronteiras da guerra civil chegaram aos EUA e frente ao dilema do avanço ou o retrocesso revolucionário, consequentemente, a vanguarda radicalizou-se e o capitalismo foi posto em causa juntamente com a ordem social neocolonial, a dominação burguesa e o imperialismo estadunidense.

Neste contexto político, ao destacar o papel da vanguarda revolucionária, Fernandes apontou que o seu compromisso com uma revolução nacional e democrática que atendesse realmente à nação e ao povo trabalhador, conduziria, necessariamente, a uma contestação do capitalismo:

> Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para adiante dentro do capitalismo; ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um Estado democrático ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista (FERNANDES, 2007, p.31).

Assim sendo, a opção socialista emergiu como uma alternativa histórica, concreta, de desenvolvimento frente à agressão e ao bloqueio imperialista e às resistências internas ao "reformismo dentro da ordem".

Desta forma o socialismo foi o desdobramento de uma revolução de libertação nacional não interrompida. Isto é, tornou-se condição necessária para assegurar a independência e a soberania nacional em contraposição a ordem capitalista dependente e neocolonial, em cujo processo a Revolução pôde resistir à ação imperialista radicalizada dos EUA. Portanto, a opção socialista seria uma possibilidade histórica sem a qual a Revolução Cubana não poderia concretizar o seu desígnio de libertação nacional, ou seja, não seria possível implementar reformas profundas sob aqueles vínculos estabelecidos, senão a partir de uma ruptura com aquele padrão de dominação. Em resumo esta é a visão convergente de Florestan Fernandes e do pensador cubano Fernando Martinez Heredia.

1.2 Medidas transformadoras iniciais

O historiador Luiz Bernardo Pericás ressaltou a importância de se debruçar sobre o período inicial da Revolução Cubana, durante a década de 1960, justamente porque foi neste momento que se delineou os caminhos que o novo regime iria tomar (PERICÁS, 2004). Particularmente, foi uma década muito rica na qual a história parecia estar aberta à

criatividade humana que a Revolução alentava, aparecendo iniciativas inovadoras, fomentando debates abertos e heterodoxos (no campo da esquerda), mas também foi neste contexto que surgiram inúmeras dificuldades ao desenvolvimento do país. A autodeterminação lograda pela revolução aos poucos se defrontava com a redução da margem de manobra no campo internacional, sendo necessário experimentar diferentes estratégias para a construção de um socialismo de raiz autóctone e que buscava manter uma autonomia relativa frente às outras experiências socialistas existentes, especialmente a soviética, a chinesa e a iugoslava (ALONSO, 2007).

À medida que a reforma agrária se aprofundava, é desatada a intervenção dos EUA com o objetivo de frear o processo e defender os interesses das companhias norte-americanas que operavam no país até então. Em contrapartida o governo revolucionário respondeu com a expropriação e nacionalização destas companhias que passariam ao controle do Estado. Após reduzir as importações do açúcar cubano, em 1962, o governo norte-americano de John Kennedy decreta um bloqueio econômico total a Cuba. Neste momento de ruptura com os EUA, a aliança com o chamado "campo socialista", especialmente a URSS, desempenhou um papel fundamental para a sustentação econômica e militar da Revolução. Este realinhamento se impôs em virtude de que a característica marcante da economia cubana no contexto geral em que se desenvolveu até 1958 foi, sem dúvida, seu enorme nível de dependência externa em função de ser exportadora, essencialmente, de um só produto (o açúcar) a um só mercado (os EUA). Ou seja, os EUA, além de concentrar 71% das importações e 72% das exportações cubanas, eram sobretudo o centro de tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento do país. (RODRIGUEZ apud GARCIA BRIGOS, 2012).

No período que vai de 1959 a 1963 a sociedade cubana passou por profundas transformações revolucionárias, implementadas a partir da tomada do poder pelos guerrilheiros[18]. Para modificar as condições prevalecentes anteriormente a 1959 se requeria uma transformação profunda que apontasse para outro tipo de desenvolvimento, mais soberano e inclusivo. Neste sentido, a concepção socialista de desenvolvimento se ajustava ao desejo generalizado de que prevalecesse os interesses da maioria da população sobre a propriedade dos meios de produção, ao contrário do que ocorria anteriormente. Além de

[18] Seguiu-se a este processo a destruição do Estado burguês e sua organização militar, através do armamento de todo o povo (milícias), e a edificação do Estado revolucionário, que se pretendia defensor dos interesses populares, cada vez mais extenso e centralizado. Apesar do aumento real da participação política das classes trabalhadoras, o processo iniciado não deixou de ser uma 'revolução desde o poder'.

medidas que visaram a uma melhoria da distribuição de renda, seguiu-se uma política que procurou concentrar a propriedade dos meios de produção fundamentais nas mãos do Estado, as quais passaram a ser administradas por um tipo de planificação (em 1960 estabeleceu-se a Junta Central de Planificação) que mais se parecia com a mera centralização das decisões, mostrando-se a esta altura bastante deficiente em vista da inexperiência e da ausência de quadros técnicos. De acordo com o economista cubano José Luis Rodriguez já no final de 1960 o peso da propriedade estatal na economia alcançava 100% no comercio exterior, nos bancos e o comércio atacadista; chegava a 95% na construção e na indústria; 90% nos transportes e 37% na agricultura (RODRIGUEZ, 2010).

Soma-se a isto um conjunto de medidas igualitárias que melhorou as condições de vida da maioria da população: o esforço educacional levado a cabo por uma campanha de mobilização nacional, cujo objetivo foi alfabetizar todo o povo; distribuição regulada de alimentos e outros produtos (através da instituição do carnê de racionamento [*libreta*]); a realização da reforma agrária, implementada mediante duas leis, alterou radicalmente a estrutura fundiária e as relações sociais que resultavam dela; ainda por cima, com o abandono do país de importantes setores da burguesia cubana – frente ao deslocamento de poder representado pela revolução -, o novo governo realizou uma reforma urbana, redistribuindo grande número de moradias à população despossuída e reduzindo significativamente os aluguéis e outras taxas.

Uma vez escolhido o caminho socialista, do ponto de vista estratégico o propósito fundamental da Revolução – em meio às preocupações militares - foi a construção das condições iniciais da transição socialista através de uma mudança estrutural da economia[19]. Entretanto, este objetivo se mostrou radicalmente difícil. Com o intuito de atenuar a dependência externa e diversificar a economia, a partir de 1961 até 1963, foi empreendida uma estratégia de industrialização acelerada do país – patrocinada principalmente por Ernesto "Che" Guevara -, que teria como complemento um processo de diversificação da produção agrícola. Esta estratégia de desenvolvimento, porém, enfrentou um enorme obstáculo devido à fragilidade da sua balança de pagamentos, que inclusive se viu aumentada pelos próprios requerimentos de um desenvolvimento industrial naquelas condições. A ausência de condições internas que este processo necessitava – como maior capacitação da força de

[19] Uma radical transformação nas relações de propriedade foi levada a cabo pelo Estado revolucionário, no entanto, uma mudança da mesma magnitude no seu padrão de especialização produtiva e no tipo de inserção econômica internacional não teve êxito naquele momento.

trabalho e eficiência gerencial dos quadros técnicos -, mas acima de tudo pela enorme tensão que se gerou sobre a balança de pagamentos, obrigou o governo a reconsiderar o programa de desenvolvimento adotado.

Em vista do fracasso da tentativa de industrialização acelerada, uma nova estratégia passaria a ser estudada, considerando o peso da tradição agrícola do país e a experiência acumulada neste setor - em especial a produção açucareira -, apostando no incremento deste tipo de exportação a fim de criar as condições para a industrialização de forma gradativa e a longo prazo. A partir de então Cuba passa a apostar em uma estratégia agrícola como o principal impulsionador do seu desenvolvimento, baseado em acordos preferenciais de produção açucareira com a URSS (RODRIGUEZ, 2010).

1.3 Duas concepções da transição socialista

À medida que a vanguarda no poder vai se radicalizando destacam-se, no seu interior, duas premissas teórico-conceituais do socialismo que iriam influenciar as idas e vindas do seu modelo econômico e social em construção. Sendo assim, apresentaremos três visões que existiam à época que se aglutinam, de acordo com o nosso ponto de vista, em duas concepções distintas do socialismo – as quais também se refletiram no "debate econômico" que abordaremos em seguida. A primeira delas estava ligada a setores do antigo Partido Socialista Popular[20] (PSP), que seguia a orientação soviética da 'revolução por etapas'[21]; e a segunda representada pelo pensamento do líder revolucionário "Che" Guevara, partidário do desenvolvimento ininterrupto da revolução. Entretanto, as medidas iniciais do governo (nacional-democráticas e socializantes), não necessariamente se orientaram por estas concepções estritamente ou separadamente uma da outra. Elas passam a coexistir no interior dos novos grupos no poder, bem como disputar espaços. Segundo Michael Löwy (2006) apenas alguns revolucionários tinham a perspectiva, em 1959, de que a Revolução Cubana seria uma revolução anti-imperialista e socialista, e um deles era justamente Guevara. Para a

[20] Era considerado até então o Partido Comunista Cubano – seção cubana da Internacional Comunista. Integrou-se tardiamente (em 1958) à luta revolucionaria encabeçada pelo Movimento 26 de Julho.

[21] Sua doutrina defendia a necessidade de uma política de Frente Ampla, isto é pluriclassista, como via para a revolução. Esta, primeiramente, deveria cumprir as tarefas nacionais e democráticas como pré-condição para o avanço da luta dos trabalhadores pelo socialismo, num segundo momento.

maioria dos outros a prática precedeu a teoria e a descoberta do caminho marxista e socialista ocorreu no decorrer do próprio processo revolucionário entre 1959 e 1961 (LÖWY, 2006).

O pensador cubano Jesus Garcia Brigos (2012) apontou a importância de dois dirigentes do antigo PSP como os teóricos iniciais da transformação socialista em Cuba. O partido (filiado a Terceira Internacional) pretendia-se representante dos interesses do proletariado cubano e foi exercendo cada vez mais influência no governo revolucionário à medida que a luta de classes se acirrava e a revolução se radicalizava[22]. Posteriormente, o PSP seria incorporado a outras organizações (o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário) de cuja fusão decorreria a fundação, em 1965, do atual Partido Comunista de Cuba (PCC). Entre os principais quadros do PSP estavam Blas Roca e Carlos Rafael Rodriguez, que se tornaram altos dirigentes da Revolução.

Na obra *Los fundamentos del socialismo en Cuba* (1961), Blas Roca desenvolveu como critérios básicos que o caráter anti-imperialista, nacional-libertador e anti-latifundista da Revolução se definiria pelas medidas que erradicaram os monopólios imperialistas e o latifúndio. A necessidade do trânsito da primeira etapa, burguesa e democrática, para a segunda etapa (socialista), se explicaria porque durante o período de libertação nacional ainda subsistia a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, e portanto, a exploração do 'homem sobre o homem'. Por sua vez, implantar o socialismo significaria passar os meios fundamentais de produção à propriedade coletiva, e em seguida estabelecer a planificação socialista – dado que o capitalismo se baseia na anarquia da produção - como a forma de alocação dos recursos que satisfaça as necessidades de todo o povo e garanta a harmonia do desenvolvimento entre diversos ramos da economia.

Já Carlos Rafael Rodriguez em sua obra *Cuba en el transito al socialismo 1959-1963* (1966), destacava que para considerar-se o início de uma revolução socialista dever-se-ia levar em conta, ao mesmo tempo, dois elementos principais: primeiro, a inevitabilidade de transformar uma parte importante da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva; e em segundo, a possibilidade de que o volume e a parte relativa da propriedade nacionalizada seja maior ou menor, de acordo com as condições concretas e históricas. Além disso, quanto ao conteúdo socialista de uma revolução, sentenciou:

---

[22] Entretanto é importante salientar que o PSP também exercia uma influência moderadora nas transformações em curso, principalmente em relação à postura radicalizada de Fidel Castro (comandante do Exército Rebelde) que, frente à tentativa de asfixia econômica do imperialismo, adotou a tática do "golpe contra golpe".

> (...) Para que este apareça, é necessário que em uma parte maior ou menor da economia do país, as relações de produção capitalistas – baseadas na exploração – sejam substituídas pelas relações socialistas, baseadas no interesse comum e a cooperação. Isto depende de que os meios fundamentais de produção tenham passado aos representantes do povo, em particular do proletariado, através do poder político da classe operária (RODRIGUEZ apud GARCIA BRIGOS, 2012, p.314).

Logo, para estes dirigentes, o socialismo se iniciou em Cuba a partir das nacionalizações, em 1960, quando houve a coincidência de duas condições básicas: a conquista do poder político pela classe operária, em primeiro lugar, e como consequência, que os meios fundamentais de produção tenham passado aos representantes do povo, em uma palavra, estatizados.

Influenciado pelas concepções do movimento comunista oficial da época, de viés 'estalinista', o socialismo nestas visões é entendido como o cumprimento de etapas referidas a certo período histórico-concreto, com determinações objetivas. O socialismo seria eminentemente uma transformação econômica e das relações de poder (a hegemonia do proletariado), as quais seriam impulsionadas por uma espécie de determinação econômica em última instancia. Trazem consigo a ideia de que o socialismo tem como pré-condição o desenvolvimento econômico, em especial seu caráter industrial, sedimentando sua base material sobre a abundância. Sendo assim, pesam sobre estes esquemas o aspecto 'etapista' e mecanicista da sua compreensão do desenvolvimento econômico (LÖWY, 2006). Em outras palavras a transição ao socialismo adquire certos traços de uma "evolução espontânea", teleológica, a partir da tomada do poder pela classe operária.

Ao mesmo tempo, durante a década de 1960, um marxismo de novo tipo ganharia força no processo revolucionário cubano, influenciando fortemente seu direcionamento ideológico e orientando um amplo número de políticas socialistas que vão se desenhando. Considerado por muitos autores (MANDEL, 2006; LÖWY, 1999; PERICÁS, 2004) como o elemento de maior inovação e criatividade do socialismo cubano, este marxismo é sintetizado especialmente pelo pensamento de Ernesto 'Che' Guevara[23]. Comandante guerrilheiro e posteriormente alçado a ministro de Estado, Guevara foi se tornando um crítico dos métodos de construção do socialismo que estavam florescendo na URSS na época das primeiras tentativas de reforma econômica dos anos 1960.

---

[23] De acordo com Löwy (2006) a Revolução Cubana subverteu a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina - a da concepção etapista da revolução socialista -, representada pelos Partidos Comunistas que seguiam a linha soviética, em função da sua forma de chegada ao poder pela via da guerrilha (que não era comandada por um Partido Comunista) e do cumprimento de tarefas democráticas e socialistas num processo ininterrupto.

Crítico do economicismo e do socialismo entendido apenas como método de distribuição – isto é, um mero regime produtivista -, na visão de Guevara o socialismo é concebido como uma transformação da estrutura econômica simultaneamente à modificação consciente na maneira de pensar dos homens e mulheres, ou seja, dos seus valores. Embora não desconsidere as questões de ordem material, Guevara ressaltou o papel subjetivo humano na transição socialista - a necessidade do que denominava 'ética comunista'. Em suas palavras:

> O socialismo econômico sem a moral comunista não me interessa. Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo contra a alienação. Um dos objetivos fundamentais do marxismo é fazer desaparecer o 'interesse', o fator 'interesse individual', e o progresso das motivações psicológicas. Marx se preocupava tanto com os fatos econômicos quanto com a sua tradução no espírito. Chamava-lhe um 'fato de consciência'. Se o comunismo negligencia os fatos de consciência, pode ser um método de repartição, mas já não é uma moral revolucionária. (GUEVARA apud LÖWY, 1999, p.93).

Guevara acreditava que o socialismo se constrói por métodos socialistas. Isto é, não se pode superar o capitalismo mediante a 'utilização dos seus próprios ídolos': não se pode construir uma autentica sociedade socialista se a base econômica adotada minar, desviar ou contrariar o desenvolvimento da consciência coletivista. Em suas palavras: "indo atrás da quimera de realizar o socialismo com a ajuda das armas corrompidas legadas pelo capitalismo (a mercadoria tomada como unidade econômica, a rentabilidade, o interesse material individual como estímulo, em suma as relações mercantis), arriscamo-nos a chegar a um impasse (...). Para construir o comunismo é preciso mudar o homem ao mesmo tempo que a base econômica", noutras palavras, "é preciso dar prioridade total a criação do homem novo e ao desenvolvimento da técnica" (LÖWY, 1999 p.88). Consequentemente, foi nestes termos que a visão de Guevara representou um rompimento com as ideias marxistas dominantes até então nos Partidos Comunistas orientados pela matriz soviética.

Assim sendo, a produção e a distribuição em uma sociedade em transição ao socialismo, ao contrário de estar submetida às "leis cegas do mercado", deveriam ser socialmente planejadas, isto é, submetidas ao controle consciente dos homens com vistas à satisfação das suas necessidades. Em uma palavra, a atividade produtiva deve estar em função dos homens (e mulheres) e não ao contrário. Conforme salientou Che Guevara:

> A planificação é a maneira de ser da sociedade socialista, a categoria que a define e o ponto em que a consciência do homem finalmente consegue sintetizar e dirigir a economia para o seu objetivo, a libertação total do ser humano no contexto da sociedade comunista (GUEVARA apud LÖWY, 1999 p.72).

É consensual entre os teóricos do socialismo que o processo de construção socialista deve ser consciente e dirigido. Ainda assim, uma das questões mais debatidas na teoria e nas práticas das experiências socialistas é a correlação entre os fatores objetivos e subjetivos como alavancas que impulsionam a transformação revolucionaria da sociedade (NODA, 1994). Naquele contexto dos anos 1960, Ernest Mandel – que tomou partido das posições defendidas por Guevara no debate cubano[24] – colocou a questão da inter-relação entre a consciência socialista (ou os valores) e as transformações da base material durante a transição de uma maneira bastante esclarecedora, sublinhando que:

> Os que defendem o postulado absoluto do desenvolvimento prévio das forças produtivas, antes que se possa expandir a consciência socialista, pecam todos de um pensamento mecanicista, da mesma forma que aqueles que creem poder suscitar, por meios puramente subjetivos (a educação, a propaganda, a agitação), idêntica consciência de maneira imediata. Há uma interação constante entre a criação de uma infraestrutura material necessária para a expansão da consciência socialista, e o desenvolvimento desta mesma consciência. É, com efeito, uma utopia acreditar que ela poderia surgir já pronta mediante um esforço de pura vontade subjetiva, de uma situação material inadequada. Porém, é igualmente utópico acreditar que esta consciência socialista possa brotar bruscamente, como um encanto, somente do fato de que a sua infraestrutura material já tenha nascido, se ao mesmo tempo a atmosfera social permanece dominada pelos 'estímulos materiais', ou seja, o desejo de cada indivíduo de melhorar sua sorte individual (MANDEL, 2004, p.5).

1.4 O debate econômico e a tentativa de construção de um modelo socialista autônomo (1963-1970)

Após a morte de Stalin e as denúncias de Kruschev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) abriu-se um cenário propício ao debate de ideias dentro do "campo socialista", no âmbito da tentativa de "desestalinização" daqueles regimes e do combate à diminuição do crescimento econômico na Europa oriental – que deu origem às chamadas reformas no mecanismo econômico. Segundo Garcia Brigos (2012) aquelas discussões apontavam na direção de liberalizar alguns setores da economia socialista, buscando soluções aos problemas econômicos em especial derivados da excessiva

[24] O economista belga Ernest Mandel participou ativamente do debate econômico em Cuba entre 1963-1964 sempre ao lado das posições defendidas por Guevara. Vinculado a uma das vertentes do trotskismo que vai gerar ainda nos anos sessenta o Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, Mandel percebeu na Revolução Cubana um processo revolucionário rico e complexo, genuinamente popular. Além de não ter sido dirigida por um partido vinculado a III Internacional, Mandel entendia a Revolução Cubana como expressão mais clara da teoria da 'revolução permanente' formulada por Trotsky. Motivado pela esperança de construir um socialismo mais participativo e emancipador, que levasse em conta as especificidades da América Latina, Mandel deu sua contribuição não só ao processo cubano, mas também a outros movimentos revolucionários da América Latina, como na Nicarágua, El Salvador e Colômbia.

centralização e a burocratização, portanto, iam no sentido de uma descentralização[25]. Este contexto repercutiu em Cuba que estava enfrentando enormes desafios da transformação dos métodos de produção e de reorganização das empresas estatizadas. Enfim, este era um momento de buscas e a Revolução estava aberta aos diferentes caminhos que a transição socialista poderia assumir (FERNANDES, 2007).

De acordo com Fernando Heredia (2006), o que estava em questão era a capacidade e o alcance da transformação que um poder revolucionário poderia levar a cabo naquelas condições. Em outras palavras, os questionamentos fundamentais que estavam por trás deste debate eram: até onde pode intervir a vontade dos atores qualificados na construção econômica do socialismo? Qual é o papel real do Estado, do partido e da ideologia nesta construção econômica? As "leis econômicas" devem ditar o rumo a seguir? Os resultados econômicos ditarão as etapas do socialismo e a conduta a seguir em cada uma delas? Em suma, questões relacionadas à natureza que terá os mecanismos que irão impulsionar a construção socialista (HEREDIA, 2006).

Durante os anos 1963 e 1964 ocorreu o chamado 'debate econômico em Cuba', estimulado por Che Guevara, que contaria com a participação de representantes do governo cubano e notáveis pensadores marxistas, como Ernest Mandel e o francês Charles Bettelheim, os quais tiveram suas contribuições publicadas por revistas cubanas à época. No debate discutiram-se dois modos de organização da economia socialista: o "cálculo econômico (ou autogestão financeira)" com autonomia das empresas, em vias de ser implementado na URSS e na Europa Oriental, e o "sistema orçamentário de financiamento", mais centralizado, defendido por Che Guevara.

Em artigo publicado alguns anos mais tarde Ernest Mandel (1967) sintetizou o debate cubano, apontando seus temas centrais: o debate esteve referido a quatro questões principais, além de algumas questões subsidiárias. Duas questões são de ordem prática, versam sobre problemas de política econômica do governo revolucionário: a organização das empresas industriais e a importância relativa dos estímulos materiais na construção do socialismo. As outras duas questões são de ordem teórica: o papel exato da lei do valor na época de transição

---

[25] É importante ressaltar que a implementação de reformas econômicas em regimes de tipo soviético sempre foi uma questão bastante complexa, em especial para consolidar a sua concretização. Esta dificuldade está relacionada à natureza do poder político exclusivista e a resistência de setores da burocracia estatal. Apesar das proposições reformistas, até 1985 a URSS vivenciou "avanços e recuos" no sentido de flexibilizar o sistema de planejamento mediante a incorporação dos mecanismos de mercado (MARQUES, 1998).

do capitalismo ao socialismo e a natureza estrita dos meios de produção estatizados nesta época: são mercadorias ou não? representam uma propriedade social, ou são apenas em parte socializados, permanecendo parcialmente como propriedade das empresas? (MANDEL, 2004).

1.4.1 O Sistema do Cálculo Econômico

A posição que defendia o "sistema orçamentário de financiamento" representava uma crítica às propostas que vinham sendo discutidas na URSS, a partir das ideias reformistas do economista soviético Yevsei Liberman, com ressonância nos países da Europa oriental e também em Cuba. Emergia então o chamado "sistema do cálculo econômico" que era uma tentativa de descentralização do planejamento econômico soviético, até então altamente centralizado, através do estabelecimento da autonomia da gestão financeira das empresas. A condição essencial deste sistema seria de que as empresas deveriam ser rentáveis – isto é, lucrativas -, de modo que este tipo de aferição funcionaria como o indicativo, por excelência, de sua eficiência econômica. Cada unidade teria uma personalidade jurídica própria e assim poderia ser financiada e controlada pelo sistema bancário, do qual poderia tomar créditos para a realização de investimentos. As relações entre as empresas estatais seriam mediadas pelo dinheiro, e este funcionaria como meio de pagamento de produtos e serviços. Além do plano central mais flexível, enfatizavam-se os estímulos materiais concedidos aos trabalhadores individualmente. Em resumo, buscava-se conceder um maior espaço às relações mercantis entre as empresas.

O teórico francês Charles Bettelheim foi um dos nomes mais conhecidos que defendeu esta posição, bem como o cubano Carlos Rafael Rodriguez, que à época era diretor do INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), onde inclusive aplicava este modelo de gestão nas empresas agrícolas estatais controladas pelo órgão. A fundamentação teórica mais aprofundada deste sistema coube a Bettelheim, que recorreu a 'lei da necessária correspondência entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção', ou seja, que seria o nível de desenvolvimento das forças produtivas que determinaria a natureza das relações de produção nesta circunstância da transição. Nestes termos, a sobrevivência das categorias mercantis estaria ligada a um determinado estágio das

forças produtivas e, consequentemente, o modelo de autonomia financeira das empresas seria o mais adequado ao desenvolvimento das forças produtivas.

Portanto, para Bettelheim, dado o nível insuficiente de desenvolvimento das forças produtivas naquela economia de transição e a impossibilidade de que o Estado conhecesse *ex-ante* todas as necessidades sociais, as categorias mercantis deveriam ser utilizadas no interior do setor estatal, de forma a expressar as relações de oferta e demanda, visando equilibrar a produção com as necessidades sociais. Durante o período de transição, seria a manutenção da combinação das categorias mercantis no interior do setor (estatal) socialista com a liberdade de ação de cada unidade de produção (as empresas), dentro dos limites do plano, que iria conferir ao "sistema do cálculo econômico" a maior eficácia para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas[26].

Sob outro ponto de vista, Fernando Heredia (2006), que é um crítico destas concepções, esclarece que o "sistema do cálculo econômico", muito mais do que uma modalidade que visa a obtenção da eficiência econômica, contém a crença de que na transição socialista o progresso do sistema econômico deve alcançar um patamar em que a "economia se construa a si mesma", isto é, que as relações econômicas gozem de autonomia a tal grau que garanta seu funcionamento mediante suas regulações, seu controle, seus estímulos, suas iniciativas e seus equilíbrios econômicos próprios (HEREDIA, 2006).

1.4.2 O Sistema Orçamentário de Financiamento

As características mais marcantes do "sistema orçamentário de financiamento", que o diferenciavam do "sistema do cálculo econômico", eram: as empresas com produções e tecnologias similares, além de um destino comum da produção, eram agrupadas em conglomerados que por sua vez subordinavam unidades e fábricas (as chamadas "empresas consolidadas"); aplicavam-se métodos centralizados de planejamento; as entidades cobriam

---

[26] Segundo Michael Löwy, a crítica que Guevara fez a Bettelheim foi respondida pelo francês em um artigo de abril de 1966 em que apontava: "Che Guevara critica justamente – mas atribuindo a mim falsamente - uma concepção mecanicista da lei da correspondência entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o caráter das relações de produção". Bettelheim teria reconhecido neste momento que o período de transição é marcado precisamente pelo avanço das novas relações de propriedade e das novas relações de produção sobre o nível de desenvolvimento local das forças produtivas. De acordo com Löwy isto é o contrário do que Bettelheim afirmava no seu artigo inicial, em 1964, justamente classificado como mecanicista por Guevara. Löwy destacou, ainda, que meses depois, em abril de 1966, o economista francês voltou a sua formulação inicial, ao afirmar que "se se quiser aplicar as formas de organização e formas de circulação dos meios de produção que não correspondam ao nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, não se pode alcançar senão desperdícios" (LÖWY, 1999 p.64).

seus gastos mediante um fundo do Orçamento Nacional e os seus ingressos iam diretamente ao Estado; os produtos intermediários circulavam entre as empresas estatais sem se constituírem mercadorias, isto é, eram transferidas apenas por seus custos de produção, sendo que só se convertiam em mercadorias posteriormente quando mudavam de propriedade, ou seja, quando já não pertenciam à "grande empresa estatal", ao serem vendidas ao setor privado ou ao consumidor final; a eficiência era medida através da diminuição dos custos e aumento da produção. Altamente centralizado, este sistema utilizava de maneira muito restrita os mecanismos econômicos, as relações monetário-mercantis e os estímulos materiais (VÁZQUEZ, 2011).

A fundamentação teórica para a sua aplicação coube ao próprio Guevara, sendo acompanhado também pela contribuição de Ernest Mandel. Embora Guevara reconhecesse a persistência das relações mercantis durante o período de transição, ele enfatizava o papel da planificação centralizada como um instrumento para mitigar as relações mercantis e não desenvolve-las indefinidamente. Durante a transição ele apontava que "haveria uma luta tenaz, a longo prazo, entre o princípio do plano consciente e o jogo cego da lei do valor. Nessa luta, a planificação pode e deve utilizar conscientemente a lei do valor de maneira parcial com o fim de melhor combatê-la, em escala global." (GUEVARA apud LÖWY, 1999, p.77). Ernest Mandel – que defendeu as teses de Che Guevara - interveio no debate sublinhando que:

> (...) os que contestam que a lei do valor continua a regular a produção, direta ou indiretamente, no período de transição do capitalismo para o socialismo, não negam de maneira nenhuma que as categorias mercantis sobrevivem inevitavelmente a essa época. Tampouco negam que, em muitos campos, os planificadores podem abandonar tranquilamente aos mecanismos de mercado, certos ajustes entre a oferta e a demanda. Mas compreendem o caráter fundamentalmente contraditório entre o mercado e o plano e concedem um importante lugar ao estabelecimento de preços administrados em numerosos domínios, quer para assegurar o desenvolvimento de certos serviços sociais prioritários, quer para assegurar certos imperativos de desenvolvimento econômico nacional. É por isso que ressaltam que a influência da lei do valor é mais limitada que no modo de produção capitalista, e que certos setores – em especial a circulação dos meios de produção no seio do setor estatal – podem escapar-lhe. (MANDEL, 2006, p.317).

De acordo com Mandel a posição de Che Guevara não afirmava que a gestão centralizada fosse um ideal em si, ou um modelo que se deveria aplicar invariavelmente. O então ministro defendia, porém, simplesmente a ideia de que a indústria cubana existente, sendo dirigida por uma via centralizada, seria uma forma mais eficaz de gestão econômica. Seus argumentos para aplicação deste sistema eram essencialmente os seguintes: número reduzido de empresas do país; número ainda mais reduzido de quadros técnicos (industriais e

financeiros) capacitados; meios de telecomunicação bastante desenvolvidos; e a necessidade de poupar recursos e controlá-los de forma mais estrita.

Certos adversários das teses de Guevara vincularam a questão da maior eficácia da gestão descentralizada (e da autonomia financeira que dela se deriva) à questão dos estímulos materiais. Argumentavam, assim, que empresas obrigadas a serem rentáveis deveriam submeter todas as suas operações a um cálculo econômico muito estreito (dentro do âmbito de uma única empresa isolada). E por isso poderiam utilizar o estímulo material de maneira muito mais ampla, com o objetivo de que os trabalhadores incrementem a produtividade do trabalho, melhorem a rentabilidade da empresa (por exemplo, economizando matérias primas), além de incentivo para superar dos objetivos do plano.

Neste ponto a resposta de Che Guevara foi essencialmente prática. Ele não rechaçava a necessidade de um cálculo econômico estrito no quadro do plano, tampouco rechaçava o emprego de estímulos materiais. Entretanto, quanto a estes últimos, sustentava que deveriam estar subordinados a duas condições: em primeiro lugar, seria preciso escolher aquelas formas de estímulos materiais que não reduzam a coesão interna da classe operária; em segundo lugar, consequentemente, preconizar um sistema de prêmios coletivos (por equipes ou por empresas, para além do sistema de prêmios individuais). Em suma, Guevara estava se opondo a toda generalização abusiva dos estímulos materiais, porque poderiam gerar efeitos desagregadores sobre a consciência das massas, além de possibilitar maior risco de corrupção entre os dirigentes.

Neste sentido, suas propostas procuravam evitar que toda a sociedade fosse saturada por um clima de egoísmo e obsessão pelo enriquecimento individual. Por outro lado, Guevara entendia que o emprego de estímulos materiais seria inevitável durante o período de transição do capitalismo ao socialismo, entretanto, ao mesmo tempo, não deixava de sublinhar o risco de corrupção e desmoralização que resultariam do uso amplo destes estímulos (MANDEL, 2006).

1.4.3 O modelo socioeconômico resultante

Durante grande parte dos anos 1960 coexistiram os dois sistemas de organização econômica: o “sistema orçamentário de financiamento” em grande parte das indústrias e o “sistema do cálculo econômico” nas empresas agrícolas. Entretanto, esta dualidade acabou

dificultando uma resposta integral aos enormes desafios econômicos estabelecidos pelo novo regime, visto que a tentativa de uma industrialização acelerada não obtivera êxito. A partir de então, em 1965, o governo se viu obrigado a reorientar sua estratégia de desenvolvimento para a promoção de exportações, culminando na famosa safra de 1970, cuja meta de produção foi estabelecida em 10 milhões de toneladas de açúcar (a chamada "Safra dos 10 milhões").

A partir de 1967, influenciados pelas ideias socialistas de Che Guevara - que já não fazia parte do governo cubano e seria morto neste ano - inicia-se um novo experimento em que Fidel Castro proclamava que o processo revolucionário seguiria uma orientação de "construção simultânea do socialismo e do comunismo"[27]. Ou seja, entendia-se que a transição socialista já deveria prefigurar a sociedade comunista, na qual Marx afirmara que seu princípio produtivo e distributivo seria: "de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades". Esta orientação visava minimizar ao máximo as práticas herdadas do capitalismo, especialmente através da mudança dos valores individuais, combatendo a mentalidade individualista, competitiva e egoísta, fomentando os ideais de solidariedade e cooperação. Neste momento o processo revolucionário ganharia um novo impulso de radicalização, acentuando seu caráter coletivista e igualitário.

O auge desta etapa foi a chamada "ofensiva revolucionaria" de 1968 em que a estatização se intensificou e a propriedade privada quase desapareceu, ficando reduzida a um limitado número de pequenos agricultores. Praticamente foi eliminada a pequena iniciativa privada nas cidades. Por outro lado, esta medida teve um forte viés político ao buscar despojar a "base econômica" de alguns grupos opositores à Revolução e combater a difusão da "mentalidade capitalista" na sociedade. Estas ações, por sua vez, eram parte de uma concepção bastante crítica da existência das relações mercantis na transição socialista e exacerbavam a proeminência da propriedade estatal como a máxima expressão da propriedade socialista (esta última era uma visão muito comum à época, defendida pelo marxismo-leninismo soviético).

Com o objetivo de unificação daqueles sistemas de organização da produção foi criado um sistema diferente, o chamado "Registro Econômico". Ele partia do questionamento que o "sistema orçamentário de financiamento" fazia sobre o caráter das relações mercantis entre as

---

[27] Fidel Castro não participou diretamente do "debate econômico", mas sabe-se que partilhava, essencialmente - de acordo com seus discursos - das concepções de Guevara acerca do socialismo. Segundo Löwy (2007), o 'castrismo ou guevarismo', como uma corrente revolucionária que nascia na América Latina, caracterizava-se fundamentalmente por uma interpretação do marxismo que acentuava o "voluntarismo revolucionário", político e ético, em contraposição a todo determinismo passivo e fatalista.

empresas estatais e o papel dos estímulos materiais, e ao se vincular com a ideia da "construção simultânea do socialismo e do comunismo" deu origem a um novo modelo de gestão econômica. Em meio a uma campanha contra a burocratização do regime promovida por Fidel Castro, estas concepções conduziram a materialização de um sistema de gestão econômica que reduzia ao mínimo o papel do dinheiro, dos preços e das finanças, em suma, da contabilidade empresarial; foram suprimidas as cobranças e pagamentos entre empresas; criou-se um sistema de registro da produção fundamentalmente em unidades físicas; e foram implantadas inúmeras gratuidades (como telefones públicos, entrada em eventos esportivos e culturais, sepultamentos etc.) (GONZALEZ apud GARCIA BRIGOS, 2012). O economista cubano-americano Carmelo Mesa-Lago (2012) apontou que, virtualmente, se eliminou o plano central (substituído por planos setoriais) e o orçamento estatal, o que acabou por reforçar a centralização das decisões, acompanhado da ênfase aos incentivos morais, da mobilização política para as tarefas econômicas e do trabalho voluntário[28].

Seguindo a estratégia econômica exportadora centrada na demanda da URSS e dos países do bloco soviético, ao final da década de 1960 a liderança cubana - com Fidel Castro a frente – estabeleceu para 1970, como já destacamos, um plano ambicioso de produção de 10 milhões de toneladas de açúcar, meta elevadíssima para o país[29]. Em vista das limitações estruturais para um crescimento desta magnitude, o governo apostou na "vontade transformadora das massas revolucionárias" como instrumento impulsionador do avanço econômico que se fazia necessário. Além de mobilização dos trabalhadores, inúmeros recursos de outros setores da economia foram deslocados para alcançar tal empreitada. A meta não seria alcançada, porém, a safra foi recorde, chegando a 8,5 milhões de toneladas. Apesar disso, em termos econômicos gerais o resultado foi desastroso, tendo a concentração de esforços afetado severamente os outros setores, e logo, desorganizou todo o conjunto da economia.

O economista cubano Ramon Sanchez Noda (1994) destacou que neste período se subestimou que é o trabalho que deve constituir, durante a transição socialista, o critério

---

[28] Ainda que sob a influência das ideias econômicas de Che Guevara, o novo modelo econômico instituído deixou de lado, em nome de uma campanha antiburocrática, importantes aspectos do seu 'sistema orçamentário de financiamento', ao desprezar a importância do plano central e os seus elementos contábeis, que quase desapareceram.

[29] Segundo AYERBE (2004, p.67) a tentativa de diversificação da agricultura veio acompanhada de uma diminuição da produção de açúcar (em toneladas): Em 1961 foi de 6,8 milhões; em 1962 caiu para 4,8 milhões; e em 1963 alcançou apenas 3,8 milhões.

básico para a distribuição, devendo-se efetuar em correspondência com a qualidade, a quantidade e os seus resultados. Em outras palavras, o modelo econômico acabou consagrando a desvinculação dos resultados do trabalho com a retribuição salarial. Aliado a isso, a excessiva política de gratuidades foi debilitando o que o autor chamou de "sentimento de dono" – do indivíduo frente à propriedade coletiva -, que passou a se expressar em fenômenos como apatia pelo trabalho, 'ausentismo' e indisciplina laboral, assim como a diminuição da produtividade do trabalho. Isto acabaria por incidir negativamente no impulso ao processo produtivo, uma vez que se estabeleceram mecanismos que garantiam níveis de consumo final e de satisfação geral das necessidades separados de um fundamento nas fontes de produção interna – este se constituiria um problema crônico do modelo econômico a partir de então (GARCIA BRIGOS, 2012).

Posteriormente este modelo seria avaliado criticamente pela liderança da Revolução – o próprio Fidel Castro afirmou que se tinham cometidos 'erros idealistas'. A crítica a este experimento, também observada no I Congresso do PCC em 1975, se concentrou nos seus efeitos negativos sobre a atividade econômica, como descrevemos acima, e à visão um tanto quanto voluntarista da transição socialista que prevaleceu nestes anos. O sociólogo cubano Aurélio Alonso (2011) destacou a existência de uma espécie de confusão em torno do alcance da vontade na transformação social, por mais bem intencionada e justa que fosse. Ou seja, a intervenção da vontade política teria limites, e não raro encontrou obstáculos em determinados fundamentos econômicos – por exemplo, a tentativa frustrada de eliminar as relações mercantis através de decretos. De outro modo, Noda (1994) chamou atenção para a tendência do exagero dos fatores subjetivos e a desconsideração das "leis econômicas objetivas" no socialismo, tendo descuidado dos instrumentos financeiros da gestão empresarial, bem como a tentativa de extirpar as formas mercantis da economia socialista em uma etapa prematura. Ademais, este autor ressaltou que aquelas concepções também levaram a intensificação da fusão entre Estado e Partido, em muitas ocasiões confundindo-se as duas instâncias, e nesta confusão frequentemente a primazia era do Partido[30] (NODA, 1994).

É interessante observar como Fernando Heredia sintetizou os conflitos e os dilemas que a Revolução enfrentara durante a década de 1960, a qual estava empenhada em buscar o que alguns analistas chamaram de "caminho cubano ao socialismo" – isto é, um modelo mais autônomo diante de outras experiências socialistas. Porém, ao inaugurar a década seguinte o

[30] Por exemplo, na ausência da separação de funções administrativas estatais das funções propriamente empresariais ou políticas.

projeto cubano capitula frente aos paradigmas do sistema soviético, até então considerado como um modelo exitoso – e até mesmo exclusivo – de construção socialista. Heredia os apresentou como um tipo de tensão entre a ânsia libertária do processo revolucionário internamente e a influência e as adaptações que as relações econômicas externas impunham, e que acabaram por extrapolar o terreno das relações comerciais:

> A este contexto mais geral se somava a aliança com a URSS, que rapidamente teve um peso enorme. O triunfo e a libertação cubanos haviam burlado totalmente a geopolítica, mas esta iniciava uma vingança que duraria 30 anos. Cuba teve de enfrentar a agressão sistemática da maior potência imperialista da história, o imperialismo norte-americano, e evitar na medida do possível o peso dos aspectos negativos de sua relação com a URSS. No que tange a transição socialista, esta relação era muito importante porque existia evidentes tensões e contradições entre o ideal comunista, os processos de socialização, o poder revolucionário e os ideais internacionalistas da Revolução Cubana, por uma parte, e o sistema soviético e sua ideologia teorizada que eram a maior força mundial que atuava e falava em nome do socialismo e do marxismo (HEREDIA, 2003 p.2).

Apesar da originalidade da sua "revolução socialista de libertação nacional", a década seguinte marcou a adesão institucional de Cuba, em termos econômicos, políticos (e em muitos aspectos até culturais) aos padrões soviéticos. Apesar disso, não podemos deixar de mencionar que o caráter autóctone da Revolução Cubana faria também com que se preservassem matizes próprios no seu processo revolucionário.

1.5 A 'sovietização' do regime cubano e o processo de "retificação de erros e tendências negativas" (1970-1990)

Diante da crise e da desarticulação econômica que se instaura após a tentativa frustrada da Safra dos 10 milhões e do isolamento de Cuba na América Latina, a opção mais sensata que pareceu à liderança da Revolução foi estreitar os laços com a URSS - depois de ter havido algumas divergências diplomáticas a respeito do apoio à luta armada no continente latino-americano -, não apenas em termos econômicos, mas também nos seus aspectos políticos e ideológicos, verificando-se uma crescente convergência a partir dos anos 1970. É consensual entre muitos historiadores que este momento significou uma inflexão importante no processo revolucionário, no qual a influência das relações com a URSS expande-se amplamente, adquirindo os contornos de uma "sovietização ideológica"[31] da Revolução Cubana, ao iniciar, entre 1971 e 1976, o seu processo de institucionalização.

---

[31] Expressão utilizada pelo sociólogo cubano Aurélio Alonso (2007).

1.5.1 O modelo socialista soviético

Após o término da segunda guerra mundial, o prestígio alcançado pelo sistema soviético esteve presente em grande parte dos seguimentos de esquerda e adquirira tamanha proporção que o economista polonês Wlodzimierz Brus destacou que:

> O sistema de funcionamento da economia socialista que foi constituído na URSS no início dos anos 30 foi transplantado para todos os países sob direção comunista, inclusive aqueles que - como a Iugoslávia ou a China – podiam sustentar terem levado a cabo suas próprias revoluções, daí retirando fundamentos para serem postos na base da nova ordem socioeconômica[32] (BRUS, 1991, p.247).

O autor ainda acrescentou que este transplante – que sem dúvida chegaria até Cuba anos mais tarde - significava que o sistema em questão era considerado como um modelo de validade universal, não somente adequado às condições e aos problemas econômicos específicos da Rússia Soviética. Para além do poder ideológico que a URSS exercia no movimento comunista internacional, este transplante se deveu, em boa medida, a uma suposta experiência acumulada pelos soviéticos ao longo de décadas de "construção do socialismo", ou mesmo porque seu sistema era considerado um "modelo exitoso", responsável pelo extraordinário salto industrializante em um curto espaço de tempo que, apesar do alto custo humano, transformou um país eminentemente agrícola, devastado pela guerra, em superpotência militar e industrial.

A economia planificada consagrada pelo sistema soviético - anterior às tentativas reformistas de início dos anos 1960 - que Brus chamou de "modelo centralista" seria então caracterizada pela centralização das decisões macroeconômicas relativas às linhas de desenvolvimento principais da economia nacional e aos grandes objetivos da política social, ademais das decisões microeconômicas no âmbito das empresas ou grupos de empresa; e era apenas descentralizado com relação às decisões individuais, tomadas no âmbito das famílias na esfera do consumo e do emprego. A centralização era entendida como um método direto de gestão da economia, isto é, alocação física dos recursos, planejamento imperativo e ausência

---

[32] Posteriormente aqueles países tomaram rumos muito diferentes. A Iugoslávia apostou na autogestão das empresas reguladas pelo mecanismo de mercado. A China maoísta, por sua vez, rompeu com a URSS no início da década de 1960 acusando os soviéticos de 'revisionistas' e 'reformistas', isto é, que as reformas "liberalizantes" com vistas à implantação do "cálculo econômico" haviam restaurado o capitalismo naquele país.

do mercado; a descentralização, por sua vez, era entendida como a gestão planificada via métodos indiretos (BRUS, 1991).

De acordo com o economista cubano Julio Diaz Vázquez, de um ponto de vista mais amplo, o modelo soviético – também conhecido por "modelo socialista clássico"[33] - se baseava em três grandes pilares. O primeiro foi a nacionalização da economia, estabelecendo a propriedade social que logo se identificaria com a propriedade estatal. O segundo foi o elemento político em que a forma do Estado assumiu o princípio da "ditadura do proletariado", uma ditadura da maioria, que logo foi cedendo lugar na URSS a uma ditadura do 'Estado de todo o povo' – o que se tornou, segundo alguns autores, uma ditadura da burocracia e do Partido. Do ponto de vista social, buscou-se garantir acesso universal a serviços essenciais como: moradia, saúde, educação, atenção à velhice, esporte e lazer. Estes três pilares se fundiram na subordinação das instâncias estatal e governamental ao controle do Partido Comunista (que detinha o monopólio do comando do Estado), cuja lógica de funcionamento estava assentada sobre a ideologia. Isto é, o sistema teve seu sustento na ideologia, a qual se passava à política, e esta por sua vez chegava à economia. Tendo como base a propriedade estatal dos meios de produção, a planificação centralizada da economia funcionava como mecanismo de coordenação, excluindo o mercado, e estabelecia uma direção 'verticalista' da atividade econômica – isto é, que vai do ministério à empresa. Segundo o autor, este foi o modelo conformado a partir dos anos 1930 na URSS sob o comando de Stalin (VÁZQUEZ, 2004).

Segundo o pensador cubano Jorge Luis Acanda, a "transição socialista" sustentada pelo marxismo soviético oficial, significava a etapa intermediaria entre a revolução e o começo do socialismo, isto é, a transição do capitalismo ao socialismo. Este conceito, próprio do esquema tradicional formulado pelo marxismo soviético – que ele considera dogmático, mecanicista e economicista – estabelecia etapas pré-determinadas de desenvolvimento da sociedade. Para este enfoque, primeiro ocorria o triunfo da revolução, a tomada do poder, e depois começava um período de transição no qual se eliminavam as relações de produção capitalistas à medida que iam surgindo as novas relações de produção socialistas. Estes dois tipos de relação iam coexistindo, debilitando-se as capitalistas e fortalecendo as socialistas, até que chegasse um momento em que as relações antigas haviam desaparecido e somente

[33] Conceito desenvolvido por Janos Kornai para o sistema soviético consolidado sob Stalin, prévio às tentativas reformistas.

existiam as novas. Seria então quando terminaria o período de transição do capitalismo ao socialismo (ACANDA, 2007).

Esta visão implicava que o os respectivos 'países socialistas' se viam na obrigação de estabelecer a data de início e término dessa transição. Para os soviéticos este período terminou em 1936, quando os traços do capitalismo já teriam desaparecido e a "base econômica do socialismo" estaria construída mediante os processos de industrialização e coletivização que se implantou. Com efeito, a sociedade soviética passava a ser constituída por uma estrutura social mais 'simplificada', composta por duas classes e um estrato social, a saber, o proletariado, o campesinato e a intelectualidade (FERNANDES, 2000). Segundo Luis Fernandes (2000), a compreensão teórica dos Estados de tipo soviético, difundida pelo movimento comunista internacional (sob a influência de Stálin), originou das reflexões de Lenin[34] sobre as estruturas econômico-sociais existentes no período de transição, em que o socialismo era identificado com o estabelecimento da propriedade social sobre os instrumentos e os meios de produção fundamentais – o que, consequentemente, suprimia a as fontes materiais da exploração na sociedade (FERNANDES, 2000).

1.5.2 Cuba dentro bloco soviético

O ingresso de Cuba no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM), em 1972, provocou a intensificação e ulterior aprofundamento das relações econômicas com o bloco soviético, conduzindo também de forma obrigatória que Cuba buscasse fórmulas que a aproximasse das utilizadas pelos outros integrantes deste bloco. Em outras palavras, ocorria uma intensa integração da economia cubana ao então chamado "sistema socialista mundial" comandado pela URSS. Esta situação derivou na adoção do modelo econômico vigente naqueles países, em seus aspectos mais gerais, especialmente ao soviético (NODARSE, 1994). Segundo o economista cubano Julio Carranza (2002) esta integração permitia a Cuba escapar das difíceis condições econômicas que o mercado mundial impõe aos países subdesenvolvidos. Em suma, em tempos de Guerra Fria não havia outra opção de integração internacional, já que o bloqueio econômico norte-americano permanecia vigente.

---

[34] Lenin, entretanto, caracterizou a URSS como uma formação social em "transição", onde conviviam cinco tipos diferentes de estrutura econômico-social. A denominação "república socialista soviética", não significava que predominava em sua estrutura econômico-social as relações socialistas, mas sim que o poder soviético dominante estava disposto a realizar a transição ao socialismo.

Em 1975 realizou-se o I Congresso do Partido Comunista de Cuba. Se por um lado o congresso chamaria atenção para o fato de que os dez anos iniciais do processo revolucionário e construção socialista, em geral, foram anos de forte acento na atividade política, dedicada especialmente a luta pela sobrevivência da Revolução, com grande peso no aspecto militar; por outro lado, ele marcou a organização e estruturação do PCC de forma mais sistemática, cujas "teses e resoluções" passavam a apontar os fundamentos básicos da construção socialista cubana, ao ressaltar que:

> O objetivo final do Partido Comunista é a construção do comunismo. Para obter este propósito o Partido Comunista de Cuba se baseia na doutrina marxista-leninista acerca das duas fases da sociedade comunista: o socialismo ou fase inferior e o comunismo ou fase superior. O socialismo e o comunismo, como fases de uma única formação econômico-social, têm fundamentos comuns: a propriedade social sobre os meios de produção; a inexistência da exploração do homem sobre o homem; a realização do trabalho como uma atividade criadora; o trabalho como um direito e um dever de todos; a vigência e ação de leis econômico-sociais comuns; e o desenvolvimento da economia de acordo com um plano único (...) (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975).

Em termos práticos o Congresso instituiu a planificação centralizada da economia através do estabelecimento do "Sistema de Direção e Planificação da Economia" (SDPE), de origem soviética. Ademais, considerou-se que a natureza da propriedade socialista já era uma questão "resolvida", entendida eminentemente como propriedade estatal[35]. Com efeito, durante os anos que se seguiram (pós-1976) consolida-se o predomínio quase absoluto em todos os ramos da economia da forma de organização estatal da propriedade dos meios de produção; assim como do papel do Estado na produção, condicionando um vínculo estreito entre os processos de decisão política e o desenvolvimento econômico (GARCIA BRIGOS, 2012).

Julio Diaz Vázquez (2011) destacou que Cuba adotou o SDPE como uma versão 'restringida' do modelo do "cálculo econômico" – que estava sendo implantado na Europa oriental -, isto é, mais restrito com relação à descentralização das decisões e às relações mercantis. O qualificativo *restringido* distingue o SDPE adotado em Cuba tanto da versão original soviética dos anos 1920, como daquelas variantes introduzidas pelas reformas econômicas a partir dos anos 1960 na Europa Oriental. Assim sendo, os seus princípios, elementos estruturais, bases organizativas de direção e gestão, enfim, seu núcleo duro, foram formados na prática econômica dos 'países socialistas', e em particular, no experimento

[35] Em menor medida se considerava a cooperativização como uma forma de propriedade socialista, que neste momento acabou apenas se restringindo a alguns poucos setores agrícolas.

soviético. A versão cubana caracterizou-se pela planificação centralizada, excluindo os sinais do mercado como orientadores para as empresas e consumidores; e o papel passivo da moeda, que somente era reflexo contábil dos vínculos econômicos incluídos no plano da economia[36].

Vázquez (2011) também salientou as dimensões que a estatização da economia tomou ao afirmar: "ainda que nas experiências socialistas conhecidas foi o Estado quem possuiu os meios de produção fundamentais, no caso de Cuba, haja visto o grau e o papel que o Estado ocupou na gestão econômica, isto não teria comparação"; e acrescentou: "se buscássemos algum paralelo haveria que remontar-se ao 'comunismo de guerra' na URSS em 1918-1920". De todo modo, em 1989, o peso relativo dos fundos básicos estatais na economia cubana era de 92% na agricultura; 100% na indústria, na construção, no transporte – com exceção de pequeno número de operadores privados -, no comércio atacadista, varejista e exterior, assim como nos bancos. Logo, socialismo e propriedade estatal simbolizaram o que pareceu ser um mesmo ideal (VÁZQUEZ, 2011).

Aquelas medidas foram acompanhadas, em 1976, da aprovação da Constituição cubana (submetida a plebiscito popular) que reconhecia, como um dos seus fundamentos essenciais, a existência de um partido único dirigente – baseado nos preceitos leninistas do partido de vanguarda e do centralismo democrático -, responsável por conduzir a transição socialista, definido sob as seguintes bases:

> O Partido Comunista de Cuba, vanguarda organizada marxista-leninista da classe operária, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza os esforços comuns para os elevados fins da construção do socialismo e o avanço em direção à sociedade comunista (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CUBA: Artigo 5º, 1976).

Além disso, o Estado cubano foi estruturado, ainda que mantida a primazia do poder central, entre os níveis nacional, provincial e municipal. Criaram-se os órgãos eleitorais e de controle do chamado Poder Popular, bem como o Parlamento nacional (Assembleia Nacional do Poder Popular).

Ao mesmo tempo, Cuba passava a fazer parte da "divisão internacional socialista do trabalho" que possibilitava uma ampla coordenação de sua economia com os países do bloco soviético em termos comerciais, financeiros e tecnológicos, sobre a qual foram estruturados os planos quinquenais de 1975-1980 e 1980-1985. A partir de 1976 o governo voltaria a enfatizar a industrialização como o motor do desenvolvimento do país – que representaria a

---

[36] Para Omar Villanova (2010) não se superou o caráter formal da aceitação destas categorias como mercantis.

construção da ‘base técnico-material do socialismo’. No entanto, ao longo da década de 1970, manteve-se a estratégia econômica exportadora de produtos primários, com destaque para o açúcar e o níquel, uma vez que desfrutavam de preços favoráveis naquele intercambio, sendo possível, desta forma, modernizar e expandir a produção açucareira[37]. Para o plano quinquenal seguinte propunha-se avançar no processo de industrialização, com o qual se conseguiu a expansão deste setor e da infraestrutura nacional. Entre 1981-1985 Cuba alcançaria uma das maiores taxas de crescimento econômico com uma elevação de 8,5% no Produto Social Global (PSG) (VILLANOVA, 2010).

Ainda que entre 1975 e 1985 tenha sido o período de maior expansão econômica (o PSG crescia a um ritmo anual de 6,7%[38]) durante a Revolução, isto não escondeu o forte condicionamento externo que a economia cubana continha. O peso do setor industrial no produto cresceu, mas isso não repercutiu de forma significativa na erradicação das deformações estruturais típicas do subdesenvolvimento. Não se consolidou uma alteração considerável do padrão da produção e, consequentemente, das exportações que propiciassem a substituição de importações. Assim sendo, permaneceu, inclusive de forma acentuada, a dependência de alimentos, petróleo, veículos e equipamentos; a deformação do setor agropecuário continuou reproduzindo os traços de país monoprodutor agrícola e multi-importador de produtos manufaturados. Este quadro, somado ao baixo nível de competitividade das exportações, contribuiu para que Cuba não lograsse uma diminuição da sua dependência econômica (GARCIA BRIGOS, 2012; VILLANOVA, 2010).

Não obstante a permanência das deformações econômicas estruturais, o período que vai de 1972 até 1985 Cuba alcançou um significativo progresso material que se traduziu na constituição de uma das sociedades mais equitativas do mundo. Orientado pelo princípio da ‘intencionalidade social da economia’, foi edificado um sistema de bem-estar social de amplo alcance, com serviços subsidiados pelo Estado, onde se destacou o acesso gratuito e universal a saúde, educação e seguridade social. A concepção do trabalho como um direito fez com que se perseguisse o pleno emprego, além de garantir o direito ao esporte e lazer. Soma-se a isso o baixíssimo nível de desigualdade de renda, no qual os 20% da população com renda mais alta ganhavam apenas quatro vezes mais que os 20% de renda mais baixa (enquanto na América

---

[37] Houve um crescimento do investimento principalmente na indústria açucareira, com avanços consideráveis em bens de produção, que resultaram na expansão da mecanização do processo produtivo.

[38] Dado retirado de AYERBE (2004, p. 80).

Latina esta proporção chegava a uma diferença de 19 vezes[39]). Enfim, alcançou-se um padrão material de vida digno, em condições razoáveis, mas se comparado a situação social que permanecia na América Latina e Caribe, implicava em significativas conquistas.

Dito isso, é importante destacar que as conquistas sociais, que sempre foram uma prioridade da Revolução, desenvolveram-se progressivamente tendo em vista uma economia altamente dependente dos subsídios externos da URSS - que concedia elevado volume de créditos a Cuba -, mediante um intercambio mais vantajoso que as possibilidades existentes no mercado mundial. Este apoio não se pautava apenas por interesses econômicos mútuos, senão por laços políticos e estratégicos estreitos. Porém, a partir da década de 1980, com os sinais latentes da crise que a URSS mergulharia, começa a ocorrer uma deterioração das relações cubano-soviéticas, vindo a intensificar-se no final da década, com a redução dos suprimentos de petróleo e o descumprimento de outros acordos.

Em meados da década de 1980 a economia cubana começou a perder dinamismo (entre 1986-1990 houve um estancamento do crescimento), dando mostras de esgotamento do modelo econômico de crescimento extensivo que se havia implantado até então. A persistência de erros, contradições e deficiências do modelo econômico tornava-se visível e, em grande parte, apresentava os mesmos problemas do 'socialismo real' no leste europeu. A partir deste diagnóstico, foram detectados graves erros no setor produtivo como gasto excessivo, desperdício dos recursos, ineficiência dos investimentos, deformações no plano, assim como um burocratismo agudo que tomava as estruturas organizativas. Ou seja, vieram à tona os problemas de uma organização produtiva amplamente estatizada, que estava engendrando práticas de corrupção disseminadas, tais como: pagamentos por serviços não realizados, vantagens e privilégios para alguns setores que atuavam mediante favorecimentos, etc. (CARRANZA, 1990).

Em 1985, Mikhail Gorbatchov chegava ao poder no PCUS, tendo estabelecido como a sua principal plataforma política a *Glasnost* (abertura ou transparência) e a *Perestróika* (reestruturação), que sintetizavam um amplo programa reformista das estruturas econômicas e políticas soviéticas. Segundo Hobsbawn (1994) este programa visou transformar uma economia centralmente planejada (de comando tipicamente militar) em uma "economia de mercado socialista", através de maior utilização dos mecanismos de mercado (liberação do sistema de preços, da pequena produção agrícola, etc.) ao tornar as empresas autônomas e

[39] Extraído de GUTIERREZ (1998, p.4).

viáveis economicamente, criar cooperativas públicas e privadas, coordenados macroeconomicamente por um plano central. Isto não seria possível sem quebrar a resistência de setores burocráticos inertes, contra o qual buscou-se fomentar a transparência informativa das decisões políticas e abertura à crítica da opinião pública, ambos no sentido de instituir um Estado constitucional democrático. (HOBSBAWN, 1994; MANDEL, 1989).

No ano de 1990, em plena crise dos "regimes comunistas" europeus, Fidel Castro concedeu uma entrevista em que falou sobre as questões acerca da construção do socialismo em Cuba e as opções que a Revolução tinha feito, destacando a sua avaliação em torno do debate econômico socialista e o contexto em que a direção do país teve de reconsiderar algumas concepções[40]. Naquele momento o presidente cubano já tinha uma avaliação crítica da maneira como foram adotados os paradigmas econômicos soviéticos, porém a justificou da seguinte forma:

> Porque mesmo nossa Revolução tendo sido muito criativa e autóctone, cometeu erros por sua própria conta... Cometeu [erros] nos primeiros anos da Revolução no que se refere à organização das empresas, à utilização dos recursos. Nós num certo momento quase tínhamos desprezo pela contabilidade. Cometemos erros desse tipo. Eu diria que tentamos acelerar o processo. Quisemos saltar etapas históricas. Estávamos quase querendo construir uma sociedade comunista, e não uma sociedade socialista. Isso se explica porque ocorreu a revolucionários de qualquer época. Houve consequências positivas, mas também negativas. E quando nós fomos retificar aqueles erros, cometemos o erro de copiar muitas coisas do socialismo que aparentemente já estavam provadas pela vida, pela história, pelas experiências na URSS e em outros países socialistas. E copiamos. Para entender bem isso, é preciso remontar à época de Che (Guevara), quando ele foi nomeado ministro da Indústria e viu-se na necessidade de organizar a produção socialista... Aquelas indústrias, como organizá-las? Ia ser com conceitos de rentabilidade, os salários, os prêmios, os estímulos materiais, os estímulos morais? ... Então eu posso dizer e assegurar categoricamente que minha admiração pelo Che cresceu na medida em que vejo e compreendo que foi um grande visionário, um grande profeta. Porque nos primeiros anos da Revolução, quando se viu frente à tarefa, [ele] começou a questionar o método de construção do socialismo que estava estabelecido na URSS e nos países socialistas. Ele dizia que não se podiam utilizar as categorias do capitalismo na construção do socialismo. Era contra uma série desses conceitos (...) Na época nós víamos tudo isso como uma coisa mais ou menos acadêmica: entre o método orçamentário que o Che propunha e o método chamado de autofinanciamento que prevalecia, que se aplicava nos países socialistas. Quando nós em 1975 copiamos muito isso, tomamos a decisão no momento em que corrigíamos os erros de idealismo e utilizamos esse método (...). E começaram a surgir problemas (CASTRO, F. 1990).

Para combatê-los, porém, o governo cubano rechaçou uma abertura reformista ao estilo *Glasnost e Perestróika* que se iniciava na URSS, e teria repercussão em toda Europa

[40] Entrevista concedida ao programa de televisão brasileiro Roda Viva, da TV Cultura.

Oriental. Neste momento Cuba se distanciava da movimentação política em curso no Leste Europeu e Fidel Castro acrescentou:

> No começo não nos demos conta, só com o correr dos anos, da consequência altamente negativa para nosso país da aplicação desses métodos (...). Por isso, em 1985 resolvemos dar uma virada, não no sentido de desbaratar e desorganizar tudo o que havia, e sim retificando progressivamente e sem trauma, sem desorganizar o país (...). E enquanto se falava em Perestróika, no último congresso do nosso partido, que foi em princípio de 1986, há mais de quatro anos, nós colocamos a questão da retificação de erros e tendências negativas (CASTRO, F. 1990).

1.5.3 O processo de "Retificação de erros e tendências negativas" (1986)

Heredia sintetizou a segunda etapa da Revolução no poder, entre 1970 e 1990, como um período sumamente contraditório no qual se alcançou importante desenvolvimento econômico e social, entretanto, assentado em uma relação de dependência (além de prejuízos políticos e intelectuais – em função, especialmente, da adoção acrítica do marxismo-leninismo soviético como ideologia oficial). Se por um lado, obteve importantes avanços em termos de redistribuição da riqueza, consumo pessoal, qualidade de vida, salários reais superiores aos salários nominais, serviços de saúde e educação gratuitos e universais; por outro lado, Cuba estabeleceu uma sujeição econômica frente a URSS. E assim configurou uma fórmula que assegurava o presente, mas fechava as portas à busca da autossuficiência alimentar e do desenvolvimento econômico autônomo. Ademais, produziu-se uma profunda burocratização das instituições e organizações da Revolução e a eliminação dos debates entre os revolucionários. A ideologia dominante na URSS foi imposta como o único e legítimo socialismo, de onde se copiou, parcialmente, políticas e instituições. Apesar disso, se mantiveram os traços essenciais do socialismo cubano, que resultaram numa formação social híbrida e contraditória (HEREDIA, 2014).

É a partir destes traços autênticos que Aurélio Alonso (2007) apontou que sempre houve um substrato *martiano* na ideologia socialista cubana que, ao incorporar o legado de José Martí, fundamenta a marca nacionalista da Revolução Cubana[41]. Mesmo assumindo o marxismo-leninismo, a direção do país nunca deixou de acentuar o patriotismo, a defesa da soberania nacional e a independência de Cuba. Durante o século XX, o permanente anseio de

[41] No final do século XIX, José Martí, intelectual e mártir da independência cubana, já atentava para a possibilidade de dominação imperialista dos EUA sobre Cuba, após a sua libertação colonial frente à Espanha. Martí morreu em 1895 no campo de batalha contra a Espanha.

dominação dos EUA e sua política agressiva deram substância à bandeira histórica anti-imperialista dos cubanos, a qual foi adotada como referente e um dos símbolos da Revolução. Após 1959 embora Cuba tenha padecido de uma dependência econômica da URSS, esta relação passou longe de constituir o que o governo norte-americano chamava de "Estado satélite soviético no caribe", referindo-se a Cuba. O tipo de relação que existia entre Cuba e EUA antes da Revolução mostrou-se distinta da relação que os cubanos passaram a ter com URSS. Desta forma, a permanência do legado *martiano* também veio a se refletir na independência política com que a liderança cubana se colocou frente ao movimento de reformas no Leste Europeu, inspiradas na *Glasnost e Perestróika*. Posteriormente, já tendo desaparecido a URSS, este referencial nacionalista se tornaria fundamental para a sobrevivência do regime revolucionário durante a década de 1990.

Deste modo, ainda em meados dos anos 1980, a peculiaridade do socialismo cubano voltaria a se expressar com força – através da crítica da adoção desmedida dos paradigmas econômicos soviéticos (em especial certos níveis de descentralização empresarial), que tendia a reproduzir em Cuba as mesmas deformações burocráticas. Através desta crítica buscava-se recuperar a raiz mobilizadora da Revolução e o legado socialista de Che Guevara, portanto, o processo revolucionário passaria a mover-se na contramão das reformas desencadeadas pela Perestróika, que apostava em um novo fôlego econômico por meio da implementação de mecanismos de mercado.

Esta campanha ficou conhecida por "Processo de Retificação de Erros e Tendências Negativas", lançada por Fidel Castro em 1986. O economista Mesa-lago apontou que este processo, em teoria, tentou encontrar um ponto de equilíbrio entre os "erros idealistas" do final da década de 1960 e o que se considerou como "erros economicistas" do período anterior – do auge da influência do modelo econômico soviético. Embora sem a radicalidade do experimento sessentista, o governo lançou mão de medidas antimercado, recentralizou as decisões econômicas em detrimento dos planificadores, restringiu algumas atividades existentes anteriormente como mercados livres agrícolas e o trabalho autônomo, e reapareceram as mobilizações laborais e o incentivo ao trabalho voluntário.

Do ponto de vista da eficácia para corrigir as distorções apontadas, o programa não obteve êxito, até porque vigorou apenas durante quatro anos. Ao iniciar a década de 1990 um grande choque se abatia sobre Cuba: o fim do bloco soviético e a erosão do seu setor externo, o que, sem dúvida, provocaria outra inflexão no processo revolucionário. Talvez o impacto

mais significativo da 'Retificação' tenha sido político, ou seja, de contenção da influência da *Glasnost e da Perestróika* nos "ares do Caribe", em vista das dimensões liquidacionistas que tomou. Na Europa oriental as medidas liberalizantes terminariam por catalisar a derrocada do "socialismo real" em razão de uma condução equivocada das reformas. Estas já se faziam necessárias desde as propostas de 'reforma do mecanismo econômico' na década de 1960 e a consciência deste retardo posteriormente desembocou num desencanto generalizado, que logo adquiriu contornos de uma contestação sistêmica dos chamados "regimes comunistas", que logo vieram abaixo entre 1989-1991[42]. Cuba, diferentemente, buscou trilhar outro rumo - de preservação da opção socialista - e o faria apostando cada vez mais nas raízes nacionais desta opção.

Por fim, de forma resumida, o que resultou destas três décadas da Revolução no poder foi um modelo socialista que se baseou no predomínio quase absoluto da propriedade estatal dos meios de produção; na planificação estatal (mais ou menos centralizada) que evidenciou falhas e pouca regularidade, as quais se expressaram em desenhos e mecanismos que oscilaram ao longo deste período de economia socialista, carecendo de requisitos como a falta de integração da atividade econômica e caráter sistêmico[43] - consequentemente, em muitas ocasiões recorreu-se à forte centralização das decisões pelo poder governamental. Isto, por sua vez, se relaciona com a direção política do processo que se manifesta no comandado do Partido Comunista, em especial da liderança de Fidel Castro. Além disso, o modelo caracterizou-se por uma ampla política de proteção social com tendência a homogeneização, universalização e gratuidade que, em seus momentos mais radicais, assumiu uma tendência ao chamado "igualitarismo"[44].

---

[42] Com isto não estamos sustentando que foi o fracasso das reformas econômicas implementadas a partir da década de 1960 que conduziram a contestação política dos regimes. Existe uma ampla literatura acerca das razões que levaram a derrocada do "socialismo real" na Europa apontando para fatores, dentre outros, como 'deformação burocrática', autoritarismo do Estado e do Partido, ausência de legitimidade política (nos países da Europa Oriental), ineficiência econômica em função das expectativas de consumo comparadas ao ocidente etc.

[43] Esta avaliação, por exemplo, está presente em Vázquez (2010).

[44] Geralmente esta política social não esteve acompanhada da vinculação com os níveis de produção nacional que pudessem sustenta-la economicamente, ou seja, foi edificada em um período de bonança das relações vantajosas com a URSS. O "igualitarismo", tal como é criticado atualmente pelo governo cubano, aparece como uma espécie de deformação do ideal de "igualdade substantiva" que o socialismo deveria garantir aos cidadãos; resultou de uma política social com tendência a homogeneização que desconsiderava a diferença de necessidades (ESPINA, 2008a).

2 A CRISE DO "PERÍODO ESPECIAL": MANUTENÇÃO DO REGIME POLÍTICO E SOBREVIVÊNCIA DO PROJETO SOCIALISTA (1990-2006)

Neste capítulo discutiremos a sobrevivência do regime político cubano e do seu projeto socialista frente à extinção da URSS e ao termino da Guerra Fria, durante a década de 1990 e início dos anos 2000. A conjuntura que se abriu neste momento certamente pode ser sintetizada, como sublinhou Fernando Heredia, sob o signo de uma *grande crise*, a qual adquiriu amplas proporções no país. Desta forma a Cuba que emergiu, em grande parte, está fortemente marcada pelos impactos desta crise, e sendo assim, dificilmente poderíamos entender a aprovação do último programa reformista em 2011 e os seus objetivos sem mencionar este momento decisivo da história cubana recente. Inclusive é neste período que se iniciam os primeiros experimentos de reforma do socialismo em direção a uma relativa abertura econômica, cuja comparação ao ciclo reformista atual é relevante para percebermos as diferenças políticas e teóricas no tratamento deste tema pelo governo cubano e os intelectuais que o apoiam.

Para tal estabelecemos o marco de periodização que vai do início do chamado "Período Especial", anunciado em 1990 (e representa o começo da crise), até o afastamento de Fidel Castro da presidência em 2006[45]. Portanto, vamos tratar da conjuntura marcada pela crise do "socialismo real" e a hegemonia global do neoliberalismo, chamando atenção para as dificuldades que o governo cubano enfrentou ao perder seus vínculos político e econômico internacionais. A forte crise que se seguiu obrigaria o país a passar por uma ampla reestruturação das suas relações externas e, consequentemente, teria efeitos internos. Neste ínterim, há um nítido deslocamento das prioridades do regime, que passa a perseguir a sua sobrevivência política em meio à crise econômica. Assim sendo, discutiremos a estratégia política de resistência para preservar o regime e os debates para adequar o seu modelo socialista estatal e centralizado aos novos tempos. Somando-se a isso buscamos apontar as possibilidades de renovação do socialismo (teórica e prática) que o momento poderia propiciar, bem como os principais obstáculos que surgiram e dificultaram está difícil empreitada.

---

[45] Parece haver um consenso entre estudiosos (Luis Salazar; Juan Triana e outros) acerca do início do último ciclo reformista em Cuba, atualmente em movimento. Este se inicia em 2007 com a ascensão de Raul Castro à presidência, tendo seu ponto alto na aprovação do programa reformista no VI Congresso do PCC em 2011, no âmbito da chamada "atualização do modelo econômico e social" cubano.

2.1 Cuba e contexto global pós Guerra Fria

Ao final da década de 1980, nos países do Leste Europeu que até então tinham aderido, pelo menos nominalmente e na sua generalidade, ao projeto político soviético da *Glasnost* e a *Perestróika* - onde pretendia-se, inicialmente, a reforma do socialismo -, tais políticas reformistas, ao serem implantadas, não surtiram o efeito desejado e a intensificação da crise social conduziu a um processo político que se mostrou incontrolável para os poderes instituídos. Neste contexto, menos por razões de ineficiência econômica do que razões políticas mais complexas, desencadeou-se uma ampla ruptura sistêmica que visou destituir todo ordenamento político e econômico em que se baseavam aqueles regimes (FERNANDES, 2000). O projeto socialista, reivindicado pelos então "regimes comunistas" como a sua expressão histórica e concreta – isto é, o "socialismo realmente existente"[46] -, foi identificado por amplos setores da população como um sistema ineficiente e opressor, e logo, não sobreviveria à contestação generalizada que suscitou. Neste processo, as próprias antigas elites políticas abandonaram até mesmo a menção ao "socialismo" - mesmo a de matiz socialdemocrata. As novas elites políticas, não se contentando em pôr abaixo todo aquele ordenamento institucional, trataram de contribuir ativamente para a criação de uma atmosfera ideológica marcadamente anticomunista, a qual buscou negar radicalmente o passado recente. No seu lugar passam então a ganhar força as políticas neoliberais em ascensão global.

Em Cuba, embora o processo revolucionário tenha buscado se afastar deste tipo de perspectiva reformista (até pela sua especificidade histórica, como destacamos no 1º capítulo), o impacto do desaparecimento do bloco soviético e da crise terminal dos regimes identificados com o "socialismo real" foi muito significativo, e especialmente grave (Valdez Paz, 2014). Por um lado, impôs uma crise "externa" ao sistema econômico cubano, que passou a carecer de recursos básicos e fornecimentos necessários ao seu funcionamento em condições normais; por outro lado, colocou em xeque um modelo de socialismo baseado essencialmente na estatização dos meios de produção, no planejamento econômico centralizado e no monopólio da direção estatal pelo Partido Comunista. Ou seja, colocava em

---

[46] De acordo com o cientista político Luis Fernandes (2000) em 1970 a liderança soviética cunha o termo "socialismo desenvolvido" para designar o estágio do seu desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, a inquietação com algumas flagrantes contradições entre a realidade deste "socialismo desenvolvido" e o projeto socialista originalmente formulado por Marx e Engels, levou os dirigentes soviéticos a criar o termo "socialismo real" ou "socialismo realmente existente" para diferenciar a materialização histórica/empírica-concreta do socialismo na URSS da sua concepção como projeto teórico-abstrato pelo marxismo clássico (FERNANDES, 2000).

dúvida a permanência (e a articulação) do seu sistema social e político como um todo, a partir de uma intensa desestabilização da esfera econômica.

Sob a atmosfera deste impacto a virada para os anos 1990 inaugurava um novo momento na história da Revolução Cubana, no qual seria obrigada a fazer frente à maior crise econômica desde seu triunfo em 1959. Em 1990, antevendo o cenário de crise pela frente, Fidel Castro proclamava o início de um "Período Especial" em Cuba. O chamado *Periodo Especial en Tiempos de Paz*[47] foi a expressão utilizada pelo governo para designar o novo momento do país, inaugurando um período de extremas dificuldades econômicas. Além disso, conformava um plano de emergência de contenção da crise, através da distribuição dos recursos (cada vez mais escassos) em áreas vitais para o país, com o racionamento se impondo a praticamente a todos os produtos e serviços.

A crise, que foi adquirindo contornos trágicos para o país (sobretudo em 1993), estava ligada à rapidez com que se processou uma mudança brusca no seu setor externo. A economia cubana, altamente dependente daquelas relações favoráveis com a URSS, passa então a carecer de insumos básicos de produção quando tal fonte de ajuda externa se extingue[48]. Além disso, a crise também tinha raízes internas que remontavam as deformações econômicas do período anterior, não superadas (CARRANZA, 2002; ESPINA, 2008a). Consequentemente, com o fim do "socialismo real" no Leste Europeu, Cuba, em plena crise de desabastecimento, também ficava isolada em termos político-ideológicos, e agora contaria apenas com as suas forças para mover-se no mercado capitalista mundial.

Desta forma o desmantelamento da URSS e o fim do bloco soviético abriu para Cuba um momento de extrema incerteza, uma vez que o marco internacional de sua própria forma de organização econômica e política havia desmoronado. Somando-se a isto, a situação de isolamento era agravada pela continuidade da política agressiva norte-americana, o que intensificava ainda mais a sensação de vulnerabilidade do Estado revolucionário, permanecendo sob a ameaça de invasão externa pelos EUA – estes, agora, como única superpotência (BANDEIRA, 2009). Ainda que uma possível intervenção militar estivesse em

---

[47] A expressão fazia referência ao plano de sobrevivência preparado durante a Guerra Fria *("Periodo Especial en Tiempos de Guerra")* na hipótese de estourar uma guerra entre EUA e URSS em que possivelmente Cuba estaria sob bloqueio total.

[48] Segundo o economista cubano Julio Carranza (2002) os dados da CEPAL apontaram que entre 1990 e 1993 o PIB cubano sofreu uma contração de 32% e a sua capacidade de importação caiu 76% (CARRANZA, 2002). Em 1993, o pior ano da crise, a economia despencava cerca de 15%.

segundo plano, a estratégia estadunidense (associada ao *lobby* cubano-americano) era aproveitar a saída de cena da URSS para reforçar as medidas restritivas do bloqueio econômico visando derrocar o "regime de Castro", supondo-se que este estaria cada vez mais frágil[49]. De acordo com esta avaliação, o governo estadunidense e a oposição anticastrista radicada em Miami apostavam nos efeitos políticos desestabilizadores da asfixia econômica que o bloqueio impunha para derrotar a Revolução Cubana (AYERBE, 2004).

Diante deste cenário adverso, o regime cubano defrontava-se a dois grandes desafios decisivos, a saber: a preservação do poder, assegurando a manutenção do Estado revolucionário; e a reforma do seu modelo socialista em um momento de crise. Se desde a década de 1980 a necessidade de reformas se impôs especialmente no funcionamento econômico do sistema, com os acontecimentos dramáticos de 1989-1991, elas se tornariam imprescindíveis não só para a manutenção do poder político, mas também para viabilizar a atividade produtiva de forma a garantir a sobrevivência do país e reinserir-se no mercado mundial[50]. Nestes termos o país deveria levar a cabo uma reestruturação do seu setor externo, que sofria os impactos da perda de financiamentos e queda abrupta das importações – o setor energético foi o mais afetado: a carência de petróleo se tornou gravíssima e impôs uma diminuição drástica da capacidade produtiva nacional -, assim como a perda dos mercados externos que asseguravam a compra das suas exportações no âmbito do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM).

---

[49] Com esta perspectiva, em 1992 e 1996, aprovaram-se dois projetos de lei no Congresso norte-americano que significaram o acirramento do Bloqueio e o aumento das pressões para mudanças em Cuba. A primeira delas denominada Lei da Democracia Cubana (ou lei Torricelli) determinava que empresas subsidiárias norte-americanas em outros países seriam proibidas de comercializar com Cuba, além de que navios estrangeiros que entrassem em portos cubanos seriam proibidos de carregar ou descarregar em portos dos EUA durante seis meses. Além disso, acrescenta que o presidente dos EUA só tem poderes para suspendê-la caso ocorressem eleições livres, justas e com supervisão internacional, bem como outros requisitos que deveriam ser cumpridos pelo governo cubano, por exemplo, o avanço em direção a uma economia de mercado. A segunda, chamada de Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubana (ou lei Helms-Burton) é mais radical nos seus propósitos, chegando a possibilitar que cidadãos estadunidenses, ex-proprietários em Cuba, possam processar empresas estrangeiras que mantenham negócios com o governo cubano, uma vez que este estaria fazendo uso da sua antiga propriedade. Além de outras sanções aos interessados em negociar com Cuba, este ponto era uma clara tentativa de intimidação às empresas estrangeiras, sobretudo canadenses e europeias, que expandiam seus investimentos na ilha.

[50] Desde o final da década de 1980 tornara-se consenso entre os economistas cubanos que o modelo de crescimento alcançado até 1985 era essencialmente extensivo, sendo que o desafio que se colocava desde então era propiciar os mecanismos que pudessem conduzir a um crescimento econômico de tipo intensivo. De acordo com Carranza (2002), o modelo extensivo era caracterizado por um crescimento cada vez mais dependente da disposição crescente de recursos, do que avanços na produtividade do trabalho e na rentabilidade.

Sendo assim, Cuba deveria se mover no competitivo mercado capitalista mundial, inevitavelmente com efeitos internos. Diferentemente do processo de "Retificação" experimentado no final dos anos 1980, por um lado, o caráter das reformas não poderia continuar em um sentido antimercantil ou antiliberalizante; por outro lado, o governo cubano rechaçava as políticas neoliberais – nas palavras de Fidel Castro: "o caminho da autodestruição do socialismo" - vigentes tanto Leste Europeu quanto na América Latina contemporânea. Diante disso o líder cubano afirmava a necessidade de "aperfeiçoar o socialismo e não destruí-lo", e então seria decisivo refletir sobre os ritmos e alcances das medidas, forçosamente de desestatização, sem colocar em risco o socialismo (isto é, a supremacia da propriedade estatal e o planejamento). Dito de outra forma, o desafio central seria a reestruturação das relações externas de Cuba, bem como mudanças internas sem que isso representasse a capitulação do projeto socialista.

Entretanto, isto se tornava mais difícil já que o momento coincidia com a hegemonia global do neoliberalismo[51]. A emergência do neoliberalismo nos anos 1970 representou, além de uma crítica aos modelos de *welfare state,* uma resposta capitalista à crise da "era de ouro do capitalismo" (CARCANHOLO E BARUCO, 2011). Embora com matizes e intensidades diferentes, suas primeiras experiências concretas aconteceram na América do Sul (nos regimes ditatoriais do Chile, Argentina e Uruguai), chegando aos EUA durante a presidência de Ronald Reagan e no Reino Unido com Margareth Thatcher. Em início dos anos 1990 as recomendações neoliberais desembarcam no Leste Europeu – via economistas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc. – como a solução para a superação das economias planificadas (AARÃO REIS, 2007).

O neoliberalismo, como a forma por excelência do capitalismo contemporâneo, é muito mais do que um programa econômico, podendo ser compreendido como uma estratégia de desenvolvimento capitalista, e mais do que isso, como um projeto político de sociedade. Seu ideário frequentemente é marcado pela crença de que a expansão da livre-empresa e dos mercados na vida social em geral conduzem a níveis ótimos de eficiência econômica, sendo o ordenamento mais adequado à garantia da liberdade individual e, portanto, à democracia

[51] Esta coincidência temporal não foi casual. Isto é, relaciona-se intimamente com uma ofensiva do capital na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, quando a esquerda comunista e socialdemocrata evidenciam claros sinais de crise e capacidade de adesão. Entre os diversos fatores que podem explicar isso, alguns autores chamam atenção para as transformações do modelo fordista de produção industrial no ocidente; a constituição (e a crise) do Estado de bem-estar social e seus benefícios aos trabalhadores; e o crescente enfraquecimento político-ideológico internacional da URSS.

liberal - esta entendida não mais como um conjunto de direitos acessíveis a todos, mas como uma meritocracia normativamente desigual[52]. Consequentemente, estas proposições desdobram-se na defesa de um "Estado não interventor" nos mercados para que estes possam funcionar livremente. Daí desdobra-se a proposição do chamado "Estado Mínimo"[53] que deve zelar pela liberdade individual, proteção da propriedade, cumprimento dos contratos e a segurança pública; de forma sintética, um Estado que visa a disseminar a lógica de mercado para toda a sociedade[54] (CARCANHOLO E BARUCO, 2011).

Fascinados pela "superioridade" da Europa ocidental – como modelo de civilização –, os novos setores no poder nos "países ex-socialistas" passaram a adotar a cartilha neoliberal. Na maioria daqueles países acabaram por prevalecer soluções ultra liberalizantes, implementadas mediante a chamada "terapia de choque", que terminou selando a transição das economias centralmente planejadas à economia de mercado, a um altíssimo custo social para a maioria da população (PICKEL, 1998; AARÃO REIS, 2007). Em outras latitudes, a América Latina vivia a expectativa da transição dos regimes ditatoriais para a democracia liberal, contudo, o desejo de melhorias nas condições de vida não se concretizou em vista do avanço da desregulamentação e desnacionalização da economia, e do corte de direitos sociais que as reformas pró-mercado estabeleciam. Além da permanência dos altos índices de pobreza na região, aprofundava-se a desigualdade social crônica destas sociedades e os seus efeitos perversos. Nas medidas neoliberais estava contida a advertência de que se o país em questão estivesse disposto a evitar a bancarrota, seria inelutável aderir à globalização econômica em curso. Para tal, deveria implementar as chamadas "reformas estruturais" que garantiriam uma inserção competitiva no mercado mundial. Estas reformas iniciais teriam seus custos, mas posteriormente viria a estabilização e a partir de então, caso mantivesse as políticas acertadas, poder-se-iam colher os frutos.

---

[52] Embora a defesa da liberdade individual seja um valor caro à tradição liberal, as primeiras experiências neoliberais foram levadas a cabo por regimes altamente repressivos (Chile sob Pinochet, por exemplo).

[53] É importante deixar claro que isto não implica na ausência de Estado na vida econômica, tampouco a incapacidade implementar políticas públicas (inclusive sociais). Sem dúvida, a ação estatal dentro desta proposição ideológica pauta-se por incrementar a mercantilização generalizada da sociedade.

[54] Em termos práticos, de acordo com Carcanholo e Baruco (2011), o projeto neoliberal - que deverá ser conduzido por um Estado "forte" -, está estruturado em três partes interdependes: alcançar a estabilização macroeconômica (sobretudo o controle da inflação e das contas públicas) como uma pré-condição; seguida de reformas estruturais liberalizantes (pró-mercado) como privatizações, desregulamentação e abertura dos mercados (especialmente financeiro e de trabalho) no sentido da criação de um cenário favorável à livre iniciativa e aos investimentos privados; a partir de então deve-se retomar os investimentos privados que garantam um novo processo de crescimento/desenvolvimento econômico.

2.2 Crise e renovação do socialismo: um desafio a Cuba

O fracasso da experiência soviética, com o seu fim inglório em dezembro de 1991, intensificou uma crise de amplas proporções na esquerda de orientação socialista. O debate acerca da derrota da revolução socialista no ocidente já vinha desde muito tempo e inclusive deu origem ao Eurocomunismo, que já não partilhava dos referenciais soviéticos. No entanto, a crise do "comunismo marxista-leninista" era tão grave que o historiador britânico Robin Blackburn (1993) afirmou que este havia se tornado incapaz de constituir uma alternativa aceitável ao capitalismo, chegando até mesmo a comprometer a própria ideia de socialismo. Na esteira da queda daqueles regimes, o sistema econômico socialista identificado com a economia centralmente planificada e a estatização dos meios de produção, apareceu como um fracasso histórico frente às modificações na dinâmica da economia capitalista globalizada e, portanto, estava fadado à estagnação, ineficiência e obsolescência tecnológica.

Ainda que a derrota da esquerda pudesse ter consequências duradouras por um longo período – nunca se ouviu com tanta frequência a expressão: "não há alternativas!" -, os fenômenos de 1989-1991 poderiam servir para repensar o projeto socialista em novas bases e em confronto com a experiência histórica, conforme Blackburn ressaltou:

> (...) talvez [seja] possível um novo começo, a partir de um socialismo disposto a enfrentar a história e empenhar-se numa crítica mais acurada do projeto socialista. Ainda existem movimentos anticapitalistas expressivos, alguns influenciados pela tradição comunista. Mas falta-lhes um programa capaz de nos levar a superar o capitalismo. Sobrevivem regimes que se autodenominam comunistas ou socialistas, mas apesar das realizações que lhes podem ser atribuídas (como, por exemplo, o que foi feito em Cuba nas áreas de saúde e educação), é fora de dúvida que também esses regimes precisam ser renovados e reorientados de modo mais completo, que vise não apenas a criar uma cultura e uma organização política mais genuinamente democrática, como também a descortinar um modelo econômico novo e viável (BLACKBURN, 1993 p. 107).

Juntamente com a sobrevivência do regime político cubano, este por certo seria um dos maiores desafios da Revolução Cubana no contexto que se abria. Com efeito, o cenário que descrevemos acima complexificava enormemente a perspectiva teórica da transição socialista, ainda mais tendo em mente as condições de subdesenvolvimento e cerco militar. Quando o tema da transição socialista não desapareceu das discussões teóricas e políticas, não foram poucos os que consideraram que a Queda do Muro de Berlin tinha colocado por terra aquelas concepções que fundamentavam o socialismo historicamente existente, baseadas na doutrina do marxismo-leninismo soviético (acrescentando-se as formulações de Stálin). Ou

seja, a crítica era devastadora e recaia sobretudo às limitações democráticas dos regimes de partido único, ao controle verticalista do Estado sobre a sociedade, à ineficiência da economia planificada, ao burocratismo nas estruturas organizativas e outras.

Não foi à toa que uma grande preocupação dos pensadores marxistas (que mantiveram a perspectiva socialista) tenha sido problematizar e relativizar a vinculação dos "regimes comunistas" com o ideal socialista clássico de Marx e Engels (e também de Lênin), e não são poucos – como o cubano Fernando Heredia – os que chegam a afirmar a total negação que estes regimes representaram ao socialismo. Apesar das justas críticas que podem ser atribuídas àquelas experiências, descartar o seu estudo por considera-las irrelevantes (o que não é caso de Heredia), simplesmente em função das suas degenerações ou contradições com a teoria marxista, não contribui para a necessária investigação das dificuldades práticas de estruturação de uma sociedade pós-capitalista e as possíveis alternativas que possam surgir (NOVE, 1989).

O desprestígio que se abateu sobre o ideal socialista (e o marxismo) não se relacionava apenas com a "contaminação" imposta pelos regimes comunistas existentes. A impressão que se tem é que uma vez derrotado o inimigo principal da "democracia e do mundo livre", o capitalismo em sua forma neoliberal poderia reinar absolutamente sem se preocupar com as concessões de outrora – do período do "capitalismo democrático". Mas o fato é que a conjuntura econômica e político-ideológica mundial dos anos 1990 se mostraria altamente adversa à expansão e realização dos ideais socialistas, entendido minimamente pelos seus valores mais elementares como, por exemplo, a busca por maiores níveis de igualdade social ou a crença na eficiência e superioridade das formas coletivas de propriedade. Em contrapartida, os obstáculos estavam ligados, sobretudo, a hegemonia alcançada pelo projeto político neoliberal, com as suas propostas de mercantilização generalizada da sociedade, apologia da competição e da ação individual, além do poder desmedido do dinheiro. Estas dificuldades faziam com que aquela proposta de Blackburn que ressaltamos se tornasse uma árdua batalha, não só em vista da criatividade necessária, mas também da disparidade de forças existentes.

No contexto cubano, o pensador Fernando Heredia (2006, p.1) chamava atenção para um momento fundamental do país, no qual estaria em curso uma "batalha cultural entre duas sociedades e duas concepções da vida e do mundo: a do capitalismo imperialista e a dos que o enfrentam, ou ao menos se negam a ser absorvidos por ele". Nestes termos, contra toda sorte

de dificuldades, inclusive ameaça militar, Cuba estava disposta a resistir - com a clareza dos riscos envolvidos –, porém repensar e desenvolver uma nova concepção do socialismo se mostraria muito mais difícil. Isto, não apenas em função de condicionamentos externos (leia-se, conjuntura mundial adversa e proximidade do império estadunidense), mas também por limitações próprias.

2.3 A estratégia política da sobrevivência

Na contracorrente dos rumos liquidacionistas tomados no Leste Europeu e da abertura que ocorria na aliada Nicarágua Sandinista, em Cuba - onde não havia uma crise social de tamanha magnitude e o regime mantinha sua legitimidade -, as discussões em torno da convocação do IV Congresso do PCC, realizado em 1991, ainda que expressassem descontentamento e demandas de mudanças, conduziram à reafirmação do Partido único e da opção socialista pela liderança da Revolução, ao que parece apoiada pela maioria da população[55]. Segundo os economistas cubanos mais alinhados com a Revolução, este rumo aparecia como a melhor alternativa para enfrentar um cenário de profunda crise econômica que se iniciava, ou seja, com a intenção de limitar os seus efeitos ao menor custo social possível. Ao justificar aquela escolha, a direção do país buscou enfatizar os fundamentos nacionais do sistema social e político cubano, e associar a defesa da independência e da soberania nacional ao socialismo. Foi assim que começava a se configurar a resistência de Cuba aos ventos que anunciavam prematuramente o "Fim da História".

No início dos anos 1990, o "Período Especial" representaria, segundo Fidel Castro, uma interrupção da transição socialista em Cuba, entendida como uma detenção temporária em vista das condições muito adversas impostas ao país (PINEDA, 2006). Além disso, era concebida como uma concessão tática para a sobrevivência do Estado revolucionário e a preservação do projeto socialista – como um projeto político ainda hegemônico entre a maioria dos cubanos. De acordo com esta perspectiva, a transição socialista poderia ser retomada em melhores condições econômicas e geopolíticas a partir de uma mudança de conjuntura regional ou global, uma vez que o momento era de ofensiva neoliberal. Em 1991, no IV Congresso do PCC, a direção do país anunciou a linha estratégica a ser seguida: "salvar

[55] Segundo Valdés Paz (2009) aquelas demandas de mudança podem ser sintetizadas em: descentralização, desburocratização, desestatização e maior participação popular.

a pátria, a Revolução e as conquistas do socialismo", as quais, segundo o sociólogo cubano Juan Valdés Paz (2009), expressavam as bases do consenso político e uma ordem de prioridades.

Nestes termos Fidel Castro, em dois discursos de 1993, expunha com clareza as prioridades políticas da Revolução Cubana e o inimigo principal a ser combatido:

> Agora nosso país tem uma tarefa prioritária, como a definimos: salvar a pátria, a Revolução e as conquistas do socialismo. Digo as conquistas do socialismo porque é pelo que podemos lutar hoje, mas sem renunciar jamais ao socialismo (…). E isto equivale a defender o direito de seguir construindo-o no futuro (CASTRO, F. Discurso de 26 de Julio, 1993). (...) Digo conquistas porque hoje não podemos falar do socialismo puro, ideal, perfeito com que sonhamos, porque a vida nos obriga a concessões (...). O que é isso de ter que quadricular o território nacional e convidar as transnacionais a explorar e perfurar nosso solo em busca de petróleo que necessitamos para sobreviver? Por acaso é este o socialismo que queremos? Mas como sabemos que para construir o socialismo é necessário a pátria, a Revolução; preservar a pátria e a Revolução é preservar as melhores conquistas e as esperanças do socialismo. (CASTRO, F. Discurso de 24 de Julio de 1993).

E acrescentava:

> Acredito que hoje na América Latina a batalha prioritária é – a meu juízo – derrotar o neoliberalismo, porque se não derrotamos o neoliberalismo desapareceremos como nações, desapareceremos como Estados independentes, e vamos ser mais colônias do que nunca foram os países do terceiro mundo (CASTRO, F. Discurso de 24 de Julio de 1993).

Por outro lado, o poder cubano percebia que aquele tipo específico de marxismo-leninismo, como ideologia oficial de Estado, agonizava e havia o risco de que a crise econômica deslegitimasse a superestrutura, e então foi necessário relaxar alguns controles e ajustar o discurso oficial. Ao mesmo tempo em que se estabelecia a prioridade da sobrevivência política do regime verificava-se um deslocamento ideológico em direção ao nacionalismo (MONIZ BANDEIRA, 2009). Desta forma a legitimidade política do regime passava a se fundamentar, acima de tudo, na defesa da autonomia e da soberania nacional frente à dificuldade, cada vez maior, de se justificar em nome da construção de uma sociedade superior e socialista. Esta inflexão se manifestou não só nos discursos públicos e nas mobilizações de massa, mas também em modificações políticas conceituais e simbólicas, de importante significado. Por exemplo, o Estado cubano deixava de ser uma expressão classista da "ditadura do proletariado" para agir em nome dos trabalhadores e de todo povo cubano. O PCC manteve o princípio marxista-leninista, mas agora adicionava o termo "martiano" (em referência do ideário de José Martí), e ademais modificava sua concepção de representação classista para tornar-se a vanguarda organizada da "nação cubana" e não somente da classe

operária. Somando-se a isso o Estado tornava-se laico, deixando de ser ateu, e o Partido passa a admitir que os seus militantes professem alguma crença religiosa[56].

Paralelamente, o governo cubano levava a cabo uma série de reestruturações para livrar a economia da beira do colapso, porém, sem abrir mão das conquistas sociais alcançadas - o que representava um elevado consenso entre os cubanos. Embora a liderança política do país continuasse a falar em nome do socialismo – sob a Revolução o socialismo seria considerado a única opção de desenvolvimento com soberania nacional -, as menções ao socialismo foram perdendo força, uma vez que se tornava muito difícil legitimar o regime em nome da construção socialista (como uma sociedade qualitativamente superior), em vista da crise econômica aguda e os seus efeitos perversos, que contrariavam as próprias concepções cristalizadas sobre o socialismo. Neste contexto, não foram poucos os intelectuais cubanos que apontaram a emergência de uma crise ideológica relacionada à perda dos referenciais socialistas estabelecidos até então – o que tornava cada vez mais imprescindível uma renovação do pensamento socialista.

Devido às novas condições geopolíticas globais, a perspectiva da transição socialista deveria sofrer reformulações, conforme apontou o economista cubano Hiram Marquetti Nodarse (1994). Naquele momento ele ponderou que devido às condições excepcionais por que passava o projeto revolucionário cubano, isto deveria conduzi-lo, inexoravelmente, a uma reavaliação profunda do alcance do período de transição de uma formação econômico-social a outra, já que naqueles anos o país se veria obrigado a experimentar mudanças que contradiziam em muitos aspectos as concepções que serviram de fundamento ao projeto socialista adotado até então (NODARSE, 1994). Em outras palavras, dentro de uma perspectiva socialista contemporânea, como abordar teoricamente a necessidade de abertura de espaços de propriedade privada e a incorporação dos mecanismos de mercado? Por outro lado, dado o pragmatismo inevitável que a situação requeria, quais experiências concretas poderiam ajudar a iluminar algum caminho de reforma econômica, sem acudir à abertura de tipo neoliberal?

Embora fizesse parte de contextos muito diferentes, uma alternativa que seria observada por dirigentes e pesquisadores cubanos foi a experiência de reforma econômica na China e no Vietnã, com manutenção do poder do Partido Comunista na condução do

---

[56] Outra modificação importante verificou-se no sistema eleitoral cubano com a aprovação de eleição direta, secreta e universal, para a composição das Assembleias provinciais e da Assembleia Nacional do Poder Popular (parlamento cubano), em 1992.

processo. Entre estes países havia o traço comum de que seus regimes haviam emergido de autênticas revoluções nacionais em que a opção socialista não fora uma imposição externa, além de terem implantado em algum momento economias centralmente planificadas, de matriz soviética. Depois de intensas crises e uma mudança de estratégia política nos Partidos Comunistas daqueles países, iniciou-se um ciclo de reformas que visou reordenar a estrutura econômica, a partir de 1978 com a chamada "Reforma e Abertura" na China, e em 1986 com a "Renovação" no Vietnã. Esta mudança referia-se à incorporação plena da propriedade privada no funcionamento da economia socialista, passando a ser entendida como uma concepção estratégica, e não tática, para o propósito de desenvolvimento das forças produtivas (ESTRADA, 2011). A aposta centrava-se em uma economia mista com forte presença do mercado – ou seja, abertura à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, juntamente com a permanência de empresas estatais em setores estratégicos -, aliada a decisão de entrar ativamente no jogo competitivo do mercado global. O Partido Comunista Chinês (PCCh) denominou esta formação de "economia de mercado socialista" (o chamado "socialismo com características chinesas") ou, segundo alguns estudiosos, melhor caracterizado por "capitalismo de Estado"[57] (MONIZ BANDEIRA 2009; MEDEIROS, 1999).

2.4 O ressurgimento do debate socialista

Dentro deste quadro de incertezas, o economista Carmelo Mesa Lago (2012) chamou atenção para o ressurgimento do debate econômico em Cuba depois de ter virtualmente desaparecido, desde a polêmica de 1963-1966 patrocinada pelo então ministro Che Guevara. Neste momento Mesa-Lago salientou que a discussão já não era sobre a utilização ou não dos instrumentos de mercado, mas em que grau deveriam utilizá-los e como fazê-lo, dentro de uma estrutura socialista, a fim de evitar ou mitigar suas possíveis consequências negativas. Esta era uma percepção consensual entre economistas cubanos como Carranza et al (1995), Alfredo Gutierrez (1997) e José Luis Rodriguez (2009), entretanto, as posições diferentes diziam respeito a intensidade na utilização dos mecanismos de mercado e a interpretação de

[57] Conceito originado em Vladimir Lenin para a etapa inicial da transição ao socialismo em que as condições materiais não permitiriam a passagem direta à socialização. Portanto, ao lançar a Nova Política Econômica (NEP) em 1921 defendeu a expansão do capitalismo de Estado – isto é, uma série de concessões aos capitalistas privados controladas por um Estado Operário (socialista) – como meio para a elevação das forças produtivas.

sua natureza (ou caráter) enquanto um instrumento para a construção socialista; bem como às causas de fundo da ampla crise econômica. Resumindo, na visão de economista cubano Juan Triana (2011) se debateu entre posturas "continuistas" e "pragmáticas" de reforma econômica.

José Luis Rodriguez, que atualmente é um destacado economista cubano, tendo ocupado o cargo de ministro de Economia e Planificação entre 1995-2009, apontou que no contexto da transição ao capitalismo neoliberal que ocorreu nos antigos "regimes comunistas" da Europa oriental e na URSS, a questão da persistência das relações monetário-mercantis no socialismo voltou ao centro de importantes debates. Remontando ao pensamento de Guevara, Rodriguez afirmava que a interpretação correta acerca desta problemática se expressa no caráter contraditório entre mercado e a planificação no socialismo. Ou seja, diferentemente de autores que propunham um papel mais ativo do mercado como um instrumento orgânico, fundamental, de um novo modelo socialista, Rodriguez delimitava a sua incorporação aos seguintes termos:

> A existência objetiva das relações monetário-mercantis no socialismo somente havia sido explicada cientificamente nos anos 1960, quando se demonstrou que ainda sem a existência da propriedade privada, o caráter diretamente social do trabalho no socialismo não tinha uma expressão adequada, devido ao insuficiente desenvolvimento das forças produtivas na sociedade. Esta situação se expressava na existência de um isolamento econômico relativo do trabalho individual e dos interesses pessoais e grupais frente aos interesses sociais, o que requeria as categorias mercantis no contexto da divisão social do trabalho para medir o trabalho de cada membro da sociedade, ainda quando predominasse a propriedade social dos meios de produção (RODRIGUEZ, 2009, p.124).

Para José Luís Rodriguez Cuba vinha de um processo de "Retificação de erros e tendências negativas" e, portanto, entendia que a crise econômica não era uma crise do sistema em si, logo, ainda teria possibilidades de desenvolvimento devido as peculiaridades que o socialismo cubano demonstrou na segunda metade da década de 1980, quando buscou um critério próprio de mudanças. Embora considerasse que a economia cubana tivesse seu crescimento econômico estancado no final da década, dando mostra do esgotamento do tipo de crescimento extensivo, Rodriguez enfatizou as causas externas da crise. Ou seja, teria abatido sobre a economia uma crise exógena, fundamentalmente, em razão da perda dos vínculos com o antigo bloco socialista.

De acordo com Rodriguez (2009) tendo Cuba optado pela resistência e a manutenção do socialismo, seria preciso então adaptar seu modelo às condições imperantes mundialmente, entretanto, isto não significava embarcar-se em uma economia de mercado. Assim sendo, sua

análise do fator detonante da crise levou a uma formulação estratégica em duas direções: uma, a de sobreviver à crise fazendo o que fosse necessário para que o sistema subsistisse, distribuindo os efeitos sociais da crise da forma mais equitativa possível – via compensação estatal; e outra, procurar reinserir o país na nova ordem internacional, uma vez desaparecido o "campo socialista" (RODRIGUEZ, 2011). Ademais, embora em uma situação de crise Rodriguez defendesse que não se podia negar a necessidade de ampliação significativa dos mecanismos de mercado, não a concebia como uma apologia das relações mercantis, senão com o propósito de assegurar a sobrevivência do projeto revolucionário, como sublinhou nas palavras de Fidel Castro: "faremos tudo que seja possível para salvar o socialismo, inclusive o que não gostamos" (leia- se fomento ao turismo e investimento estrangeiro, abertura à pequena iniciativa privada, dolarização etc.).

E para tal a política econômica deveria se equilibrar em uma tensa situação: por um lado, descartando-se medidas extremistas, o país não tinha escolha a não ser realizar algum tipo de abertura econômica (sobretudo, diversificação do regime de propriedade e aceitação de investimentos de capital privado estrangeiro); por outro lado, para Rodriguez, aceitar a expansão generalizada das relações mercantis na economia socialista, no limite, conduziria a derrocada do sistema, de acordo com a sua avaliação das razões que levaram ao colapso do socialismo na Europa Oriental. Nestes termos sua compreensão de uma abertura às relações capitalistas – investimento estrangeiro, associações econômicas com capital externo, fim do monopólio estatal do comércio exterior, permissão ao trabalho autônomo – deveria ser restrita, gradual e controlada, entendidas tais concessões como táticas e impostas pela conjuntura. Isto teria um propósito claro de assegurar a manutenção do governo revolucionário em meio a grave crise econômica. Anos mais tarde, Rodriguez (2010) salientava que as reformas mercantis seriam uma espécie de "concessão ao capitalismo", tal como afirmou:

> (...) Chamo de concessões porque na medida em que se introduzem mecanismos de mercado, que muita gente admira e diz que são muito eficientes, se introduz uma dinâmica social baseada no interesse pessoal, material e individual, acima de todos os demais. Se esse mecanismo é deixado solto, em última instancia, traz serias consequências, acaba com o sistema, como aconteceu nos países socialistas europeus. Embora isto não queira dizer que dentro do modelo socialista não se deva utilizar o mercado e decisões mais descentralizas (...) (RODRIGUEZ, 2011a, p. 73).

Crítico do que considerava propostas de socialismo de mercado, Rodriguez tinha uma concepção do socialismo que esteve sempre presente no processo revolucionário cubano, de matriz *guevarista*, o qual é entendido como um projeto social integral, e não apenas como

método de distribuição e organização da economia. Posteriormente, ao expor as dificuldades práticas de transformação do chamado "modelo socialista clássico" que não se encaminhe em direção a algum tipo de socialismo de mercado, ponderou:

> O socialismo não é simplesmente um menu de opções para escolher um modelo econômico com maior ou menor presença dos mecanismos mercantis, ou um processo de tomada de decisões mais ou menos centralizado ou descentralizado (...). No socialismo se aspira a uma transformação política que permita ao homem alcançar um desenvolvimento mais pleno, onde a justiça e a solidariedade social são traços imanentes da sociedade que se quer criar. A combinação adequada dos componentes econômicos e políticos em um modelo socialista não é uma tarefa simples e a história mostra como o sobre dimensionamento de um destes fatores pode conduzir ao fracasso. Aí está a triste experiência com a *Perestróika* da era de Gorbatchev na URSS, que apostaram no mercado e se esqueceram dos fatores de mobilização política consubstanciais a todo projeto socialista, para acabar submetidos ao neoliberalismo mais ortodoxo, tornando-se hoje países capitalistas de segunda categoria. (RODRIGUEZ, 2011, Temas digital).

O então ministro José Luis Rodriguez, que estava amplamente alinhado com as posições de Fidel Castro, chegou a afirmar que as reformas econômicas tinham um limite político claro. Em outras palavras, a direção do país sabia que uma abertura teria consequências, porém o objetivo fundamental era "salvar o país" (isto é a Revolução), e para isso se faria tudo, menos colocar em jogo o poder político, como Fidel Castro havia estabelecido como o limite a todas as reformas (RODRIGUEZ, 2011). Consequentemente, a política econômica para retomar o desenvolvimento e as medidas de contenção da crise não deveriam empregar políticas de choque, senão considerar os elementos econômicos unidos aos aspectos sociais e políticos (buscando o consenso junto à população). Isto se justificaria, na concepção de Rodriguez, porque no socialismo são os fatores políticos que têm prioridade.

Mesa-Lago (2012) chamou esta posição de "ortodoxa ou minimalista" – e possivelmente Triana (2011) a considerasse "continuista". Ou seja, ortodoxa pela sua concepção teórica, crítica da utilização dos mecanismos mercantis na economia socialista de forma apologética e, consequentemente, desdobrava-se em uma proposição de reforma econômica "minimalista", temerosa de uma possível desestabilização do regime, em vista da prioridade que era concedida à manutenção do poder político. As medidas de abertura que estavam sendo implementadas não seguiram um plano estruturado, "mas eram pensadas como medidas tópicas e conjunturais para deter o declive econômico, diminuir a inflação e o déficit fiscal, restaurar o valor do Peso e promover o crescimento" (Mesa Lago, 2012, p.38).

Durante este mesmo período um grupo de economistas cubanos: Julio Carranza, Pedro Monreal e Luis Gutierrez (1995), ligados ao *Centro de Estudios sobre America* (CEA),

sustentou uma proposta inovadora e polêmica para os referenciais socialistas que predominavam em Cuba até então[58]. Diante da crise que o país enfrentava – que decorria de causas externas como o colapso do bloco soviético e o acirramento do bloqueio, mas também de causas internas que se intensificaram, como a ineficiência econômica -, estes autores defendiam que a viabilidade econômica de Cuba (um país pequeno, pobre e bloqueado), mantendo-se a orientação socialista, passaria por uma profunda reestruturação da sua economia. Isto incluiria a redefinição das bases materiais de acumulação, reinserção na economia internacional e uma reforma do mecanismo econômico (isto é, nos métodos de planificação e relação entre os agentes econômicos) – sintetizando, em uma palavra, o que chamaram de reforma econômica *fundamental*[59]. Esta proposta baseava-se no entendimento de que a desaparição do "socialismo real" no início de 1990 teria evidenciado que o "modelo socialista clássico" não era viável no longo prazo, e por isso, no plano teórico, a questão da viabilidade do socialismo passou a ser, essencialmente, um problema de redefinição do seu conceito. Ou seja, defendiam que era necessário transitar para outro modelo de socialismo, com conceito redefinido.

Uma vez que não há conceito único de socialismo, o "socialismo renovado" que se propõe é concebido a partir de um consenso teórico mínimo: como o sistema de propriedade no qual a sociedade controla genuinamente os meios de produção fundamentais e beneficia-se de seu uso; noutras palavras: a hegemonia da propriedade social seria uma condição *sine qua non* de um projeto socialista. A novidade, por sua vez, é que eles defendem o reconhecimento conceitual (e prático) de um papel ativo do mercado no funcionamento normal da economia socialista. A "lista de fracassos da planificação socialista" no modelo clássico é a base para afirmar que a construção do socialismo não requer a eliminação do mercado, senão a supressão da hegemonia do capital; isto em função de que, segundo os autores, "frequentemente se considerou o socialismo a primeira das sociedades não mercantis, quando na realidade é, no melhor dos casos, a última das sociedades mercantis" (CARRANZA, MONREAL, GUTIERREZ, L. 1995, p.33).

---

[58] O CEA era o centro de investigações sociais pertencente ao Partido Comunista de Cuba. Naquele momento, não só economistas, mas também outros cientistas sociais faziam proposições críticas e inovadoras ao processo revolucionário (ver, por exemplo, Juan Valdez Paz e Luiz Suarez Salazar).

[59] Consideravam a reforma vietnamita, o *Doi Moi* (renovação), a partir de 1986 um caso de reforma econômica *fundamental*.

E aqui é importante mencionar que esta colocação pressupõe uma modificação na relação que se deve estabelecer entre a construção de um "modelo socialista renovado" e o projeto de sociedade socialista a longo prazo[60], conforme os autores destacaram:

> O socialismo clássico foi concebido na tradição marxista como a primeira etapa do comunismo. Esta questão teve uma relevância prática para a construção socialista na medida em que se assumiu – muitas vezes de maneira injustificada – que desde a 'etapa socialista' deveriam estar presentes certas características e 'tendências' do futuro comunista, isto é, atributos de um ideal. Por essa razão, fenômenos do socialismo – como o mercado -, são frequentemente julgados de maneira negativa por considera-los elementos 'estranhos', 'concessões' ou 'desvios' do ideal comunista, sem a mediação de uma análise suficientemente séria sobre sua consideração como processos relevantes da prática concreta do socialismo. (...) Confundir o modelo de construção socialista com a prefiguração do futuro ao que se pretende chegar em um prazo muito longo, é uma limitação para a transformação do presente. (CARRANZA et al, 1995, p.30).

Dito isso, a reforma econômica *fundamental* destinada a transformar o modelo cubano estatal e centralizado, aponta para uma modificação substantiva do mecanismo econômico do sistema. Por um lado, advoga-se que o mercado tenha um papel ativo, embora não exclusivo e tampouco dominante na alocação dos recursos e no funcionamento geral da economia; por outro lado, o mercado teria um papel consideravelmente mais importante que tradicionalmente teve no "modelo socialista clássico" e na maioria das reformas socialistas. Disso decorre que o mecanismo econômico proposto é concebido como uma *planificação centralizada* no essencial – que não deve ser confundida com a planificação quase absoluta que vigorou no "modelo socialista clássico" -, com um alto nível de envolvimento estatal, mas onde existiria um grau elevado de descentralização articulado ao redor de um mercado regulado de divisas e bens de capital. Historicamente se comprovou que era impossível ampliar o espaço de decisão autônoma das empresas estatais sem reconhecer, automaticamente, a importância do mercado. Nestes termos, o mercado seria um componente descentralizador ativo do mecanismo de coordenação econômica do sistema.

Ademais, em uma economia subdesenvolvida que busca retomar o crescimento, seriam necessários mecanismos de decisão centralizados e descentralizados. Isto é, o Estado centralizaria as decisões econômicas mais importantes em função de um programa de desenvolvimento a ser alcançado, e descentraliza outras decisões consideradas menos importantes, o que permitiria respostas mais ágeis e flexíveis através da iniciativa dos

---

[60] Depreende-se daí uma ruptura com possíveis "visões voluntaristas" do tipo que se verificou em Cuba nos anos 1960, durante a chamada "estratégia de construção simultânea do socialismo e do comunismo", a qual apontava que na transição socialista do presente já deveria prefigurar elementos da sociedade comunista futura.

diversos agentes econômicos. Em suma, o desafio seria encontrar uma combinação adequada à questão da planificação-mercado, uma vez que "a planificação centralizada, em última instancia, retira flexibilidade e capacidade de operação da economia; e o mercado, por sua vez, impede a visão de longo prazo e acentua inevitavelmente as desigualdades" (CARRANZA et al, 1995 p. 30).

Assim sendo, três tipos de planificação deveriam funcionar na economia: (1) a planificação estratégica, cujo objetivo seria a elaboração e implementação de um projeto nacional; (2) a planificação diretiva em áreas centralizadas, através do investimento direto em empresas e serviços públicos, e em áreas descentralizadas o Estado estabeleceria contratos para fornecimento obrigatório em quantidades mínimas para empresas estatais, cooperativas e setor privado; e por fim, (3) a planificação indireta deveria operar via instrumentos de política econômica, como regulação do comercio exterior, política tributária, política monetária, controle de preços e salários (CARRANZA et al, 1995).

Enfim, diante da crise da economia cubana os autores defendiam uma maior presença dos mecanismos de mercado, que viriam acompanhados de medidas práticas como: maior abertura ao investimento estrangeiro; diversificação do regime de propriedade existente, direcionado a ampliação das formas de produção não estatais, como trabalho autônomo e cooperativas; bem como a descentralização da gestão das empresas estatais visando alcançar maior eficiência produtiva e na alocação de recursos.

Este é um exemplo de proposição que Mesa-Lago considerou como própria dos "reformistas mais avançados", partidários de uma mudança estrutural profunda da economia (mas não neoliberal), que atacasse a raiz dos problemas e garantisse o crescimento sustentado a longo prazo. Os reformistas eram acadêmicos (economistas e outros cientistas sociais), assim como técnicos, que viam a reforma de mercado com o menor de dois males. Alguns deles argumentavam que se reprimiam os mecanismos de mercado, estes emergiriam de qualquer modo, tal como havia demonstrado a existência do "mercado negro". Demais, se o Estado não era capaz de satisfazer as necessidades básicas (e urgentes) da população, deveria permitir que um mercado regulado ou a atividade privada o fizesse. Outros pediam a privatização de serviços pessoais que o Estado era incapaz de prestar, assim como a reintrodução dos mercados livres agrícolas, o trabalho autônomo e outros mecanismos abolidos ou muito reduzidos anteriormente (MESA-LAGO, 2012).

No entanto, segundo Mesa-Lago, entre estes também havia o receio das consequências adversas das reformas de mercado, como se mostrou na Rússia e na Europa Oriental. Em outras palavras, admitia-se que o setor privado poderia desempenhar papeis positivos (eliminar o monopólio estatal, criar competição para melhorar a eficiência, gerar fontes de emprego produtivo, enfim, dinamizar a economia), porém temia-se um efeito "bola de neve", acreditando que o setor privado incrementaria a demanda por insumos, acumularia riqueza e apresentaria um desafio ao Estado. A potencial desaparição ou brusca redução da rede de proteção social era a maior preocupação dos setores reformistas: o alto desemprego poderia criar graves problemas políticos e sociais; a ampliação significativa das desigualdades de renda poderia minar a coesão que mantinha unida a população; e o aumento dos preços reduziria muito o consumo dos grupos de baixa renda (MESA-LAGO, 2012).

2.5 Transformações econômicas e as medidas para conter a crise

Ainda que transformações significativas tivessem sido adotadas, como a expansão controlada das formas não estatais de propriedade e dos mecanismos mercantis na economia, em grande parte prevaleceu as posições como a do então ministro José Luis Rodriguez, alinhadas com as de Fidel Castro, conforme apareceram em seus inúmeros discursos nesta década. Passado o momento de maior declínio da economia, durante o V Congresso do PCC, em 1997, Fidel Castro evidenciava a ideia de que não havia alternativa senão apelar para o desenvolvimento da atividade turística e associações econômicas estrangeiras. Ainda assim, muitos dirigentes mantinham reservas a "influência externa negativa" de capitais e turistas, que trazem consigo os valores e as práticas capitalistas (da competição, o consumismo, individualismo etc.) e poderiam minar a orientação socialista que a sociedade cubana pretendia manter. Contudo, como também apontou Fidel, o país não poderia se fechar:

> Não gostávamos muito do turismo, todos sabiam; no entanto, uma das tarefas foi impulsionar o desenvolvimento do turismo e prepararmos para suportar os seus inconvenientes, e evitar uma situação de isolamento; e vimos os aspectos positivos e os aspectos negativos que contêm, então nosso dever é estar preparados para saber utilizar todas as coisas positivas que há, e em contato com mundo (...) nas circunstancias de hoje, temos de estar em contato com o mundo e com suas realidades (CASTRO, F. 1997)

E acrescentava:

> [Também] não gostávamos muito do investimento estrangeiro, não era de nosso maior agrado. Nos agradava mais a 'fabrica tal do povo', a 'indústria tal do povo',

> os ‘recursos tais do povo’. Mas o desenvolvimento, ainda mais em nossas condições, exigia capital, buscar capital; exigia simplesmente a utilização do capital estrangeiro e a aceitação de investimentos estrangeiros. (CASTRO, F. 1997).

É muito comum entre economistas e cientistas sociais cubanos mais ou menos simpáticos à Revolução – seguindo a linha política do Partido – ressaltar que o governo procurou distribuir os custos sociais da crise da forma mais equitativa possível, sem acudir a medidas de choque e tampouco ao receituário neoliberal (VÁZQUEZ, 2011). Embora a crise econômica tenha deteriorado a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado, foi acordado que não haveria reversão das “conquistas do socialismo”, especialmente a manutenção dos sistemas de saúde e educação gratuitos e universais, bem como da rede de proteção social. As medidas liberalizantes não conduziram à privatização generalizada e tampouco o Estado permitiu a acumulação privada de capital nos pequenos negócios abertos - inclusive não se permitia a contratação de força de trabalho assalariada, mas tão somente o emprego de familiares -, mantendo-se um rígido controle.

Neste sentido, de acordo com o economista cubano Omar Villanova (2009), entre 1990 e 1993 o governo buscou conter os efeitos da crise econômica, as dificuldades e carências, da forma mais “mais equitativa possível” – através do racionamento de praticamente todos os produtos e serviços, manutenção da saúde e educação pública e gratuita; medidas para conter o desemprego massivo, como reordenação laboral e subsídios estatais a trabalhadores que tiveram suas fábricas fechadas, e às empresas que operavam com perdas. Estas medidas culminaram em um elevado crescimento da liquidez nas mãos da população, em consequência de um aumento da demanda frente a diminuição drástica da oferta[61]. Por outro lado, em um primeiro momento o governo recorreu a uma abertura essencialmente externa da economia, na qual buscou priorizar o turismo estrangeiro e a biotecnologia como novas fontes geradoras de divisa, além de ampliar a abertura ao investimento estrangeiro[62]. Entretanto a economia continuou deteriorando-se até 1993, acumulando fortes desequilíbrios financeiros, o que levou a uma abertura interna, sobretudo entre 1993 e 1995.

---

[61] A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande incremento do mercado informal (“mercado negro”), ao qual a população tinha de recorrer para complementar a cesta básica, uma vez que os produtos subsidiados adquiridos com a caderneta de racionamento (a *libreta*) não supria as necessidades mensais de uma família.

[62] A partir de 1986 o governo cubano inicia o desenvolvimento do setor turístico da Ilha, que nos anos 1990 se tornaria o principal e mais dinâmico setor da economia.

De forma gradual, as medidas de liberalização mais importantes foram implementadas até 1995. O ano de 1994 marcaria a interrupção da queda livre em que a economia havia embarcado desde 1989, começando a partir de meados da década uma lenta recuperação[63]. As principais medidas tomadas foram: abolição do monopólio estatal do comercio exterior; entrega em usufruto de terras estatais a cooperativas e famílias (pequena produção privada); criação de um mercado para os produtos agropecuários; legalização da posse de divisas (dólar[64]) pelos cubanos e das remessas de familiares residentes no exterior; aumento das autorizações para o trabalho autônomo (o chamado "trabalho por conta própria") e pequenos negócios familiares nas cidades, especialmente serviços de gastronomia. Praticamente todos os setores da economia foram abertos ao investimento externo, exceto os setores militares, de saúde e educação. Além disso, a reforma constitucional de 1992[65] retirou o "caráter irreversível da propriedade estatal socialista", admitindo outras formas de propriedade em detrimento da quase total estatização existente, legalizando a propriedade privada, além da expansão das cooperativas agrícolas com a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC); descentralização da tomada de decisões econômicas nas empresas estatais e aumento da distribuição através do mercado (ESPINA, 2008a). Por outro lado, houve uma reestruturação do aparato administrativo estatal e do Partido Comunista, reduzindo o número de quadros e repartições.

A principal estratégia econômica de enfrentamento da crise foi o desenvolvimento do potencial turístico da Ilha, mediante a associação do Estado cubano com o capital estrangeiro – de empresas da Europa ocidental (em especial da Espanha), Canadá e México. Esta modificação viria a substituir a estratégia exportadora açucareira que havia predominado por décadas, cuja produção havia entrado em franca decadência com a perda dos sócios no Leste Europeu[66]. Somada a atividade turística, outros setores chave para a captação de divisas foram privilegiados como a biotecnologia e a exploração de níquel e petróleo.

---

[63] Esta recuperação seria continua ao longo da década, porém, com pouca melhoria das condições de vida em razão da intensa queda anterior. Contudo, no setor energético a melhoria foi considerável, ou seja, os cortes de energia já não eram frequentes e os transportes, ainda que precários, voltaram a operar.

[64] Em 2004 o Dólar foi substituído Peso Cubano Conversível (CUC), que equivale artificialmente à divisa. Desta forma passou a circular duas moedas nacionais na economia cubana: o Peso Cubano (CUP) e o CUC.

[65] Estas alterações foram acordadas durante o IV Congresso do PCC em 1991. Posteriormente foram aprovadas pela Assembleia Nacional do Poder Popular (parlamento cubano), confirmando a reforma constitucional em 1992.

[66] Segundo Gott (2006) a diminuição brusca das receitas do açúcar – à época o principal produto gerador de receita para Cuba caira de 4,3 bilhões de dólares em 1990 para 757 milhões em 1993.

Os desequilíbrios macroeconômicos acumulados nos anos iniciais do "Período Especial" levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela alta desvalorização do Peso cubano (CUP) frente ao dólar. Com efeito, em 1993 o governo tomou uma importante medida de "saneamento financeiro" que representou a dolarização da economia, o que resultaria em graves consequências posteriores[67]. Dividiu-se então a economia em dois setores distintos: um setor emergente, mais dinâmico e com maior autonomia das empresas, capaz de gerar a divisa necessária ao país - este setor operava em dólar através da atividade turística, empresas mistas, associações econômicas e remessas de familiares. Por sua vez, esta operação possibilitava ao Estado redistribuir a divisa via serviços sociais à população, em especial aos segmentos que não tinham acesso ao dólar. Enquanto isso, mantinha-se um vasto setor tradicional de empresas estatais, deprimido, operando em Peso Cubano (CUP), que contava com amplos subsídios do Estado. Alfredo Gutierrez (1997) denominou este reordenamento do modelo econômico como "modelo dual", o qual foi dando lugar a um "modelo semi-integrado".

De um modelo econômico altamente centralizado, com predomínio quase absoluto da propriedade estatal, planificação física e regulação administrativa da economia, foi transitando a um modelo no qual ainda predominava, fundamentalmente, a propriedade estatal e a planificação centralizada, porém agora incorporava diversas formas de propriedade, como empresas mistas, empresas estatais de tipo mercantil (com operações estrangeiras), cooperativas, trabalho autônomo e exploração da terra em regime de usufruto. Ademais, descentralizou-se a gestão das empresas estatais, as quais passaram a operar eminentemente de acordo com as relações monetário-mercantis e, portanto, com maior autonomia. Com efeito, também foi modificado o tipo de planificação ao tornar-se uma planificação de tipo financeira, que fixava a quantidade de divisas que as entidades geradoras deveriam aportar ao Estado[68] (GUTIERREZ, 1997). Esta modificação predominou entre aquelas empresas diretamente ligadas aos negócios estrangeiros, do setor emergente.

---

[67] Esta medida, por exemplo, levou ao desestimulo do trabalho formal - como meio para obtenção de renda - já que este operava em moeda fortemente desvalorizada. Consequentemente, grande parte da população passaria a buscar algum tipo de trabalho autônomo (regularizado ou não, além de permanecer como trabalhador do Estado) ou participar da atividade comercial no "mercado negro", em que consumidores e vendedores se apropriam de mercadorias do Estado - com frequência através do roubo e desvios -, cujas possibilidades de obtenção de moeda forte eram maiores (CARRANZA, 2002).

[68] Por exemplo: ao turismo é fixado um montante financeiro global que deve contribuir ao caixa central do Estado, enquanto que aspectos como o número de turistas, suporte material da atividade – contrariamente ao

2.6 O socialismo e as prioridades políticas do regime

O economista Alfredo Gutierrez (2002), que foi assessor de José Luiz Rodriguez no ministério de Economia e Planificação, listou os princípios gerais da estratégia de sobrevivência do governo cubano, que teve como objetivo preservar o regime revolucionário e "salvar" o projeto socialista, diante da grave crise que o país enfrentou. Segundo Gutierrez foi estabelecido: fazer tudo que fosse necessário em matéria de reformas de mercado para conseguir a sobrevivência do projeto socialista, mas não ir além disso; assegurar a conservação do poder político e econômico nas mãos da vanguarda revolucionária; não realizar mudanças que pudessem ter um caráter irreversível; ir estabelecendo, de acordo com os resultados observados, as compensações, limites e restrições às medidas liberalizantes, de forma a restringi-las para minimizar as suas consequências não desejáveis; avançar a partir de transformações bem delimitadas, por meio de análises, caso por caso, na implementação das medidas; assumir como permanente aquilo que redunde em aumento da eficiência e como temporário tudo o que implica em retrocesso nos objetivos sociais; priorizar o político sobre o econômico por ser a contradição principal na atual conjuntura; além de privilegiar o social em sua correlação com o econômico, como expressão dos objetivos últimos de uma sociedade socialista. Em resumo, esta foi a estratégia que marcaria a busca de um caminho original para a saída da crise cubana (GUTIERREZ, 2002).

Diferentemente da estratégia desenvolvida pelos Partidos Comunistas da China e do Vietnã destacadas acima, a liderança cubana estava disposta a preservar essencialmente o modelo socialista estatal e centralizado, dando-o uma sobrevida mediante um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia, ao adotar uma estratégia de concessões (isto é, medidas tomadas a contragosto e algumas de caráter temporário) às relações capitalistas[69], dito de outra forma, uma espécie de recuo tático. Sendo assim, não houve uma mudança estratégica no sentido de assumir a propriedade privada e os mecanismos de mercado como instrumentos orgânicos da economia socialista – como defendiam os economistas do CEA - objetivando o desenvolvimento das forças produtivas. Nestes termos a liderança da Revolução, sobretudo Fidel Castro, sempre receou que as prioridades econômicas ganhassem

---

que ocorria nos métodos de planificação anteriores – ficam a cargo das próprias empresas de turismo (Gonzalez, 1997).

[69] Veja-se, por exemplo, a irregularidade com que se permitiu e se restringiu a pequena atividade privada (familiar) de serviços gastronômicos, os chamados *Paladares*.

alguma autonomia – o chamado "economicismo" – e assim manteve sempre ativa a sua capacidade de mobilização política a partir do poder (HABEL, 2010).

Enfim, o governo não seguiu um programa claro e coerente de reformas, orientado teoricamente por um ideário de superação ou renovação do modelo socialista até então existente, mas recorreu a adequações tópicas que a crise impunha, de forma pragmática, apoiando-se teoricamente em uma concepção do socialismo tal como defendia José Luis Rodriguez. Embora modificações importantes tenham ocorrido, o tipo de reforma defendida pelos três economistas do CEA (Carranza, Monreal e Lucio Gutierrez) foi voto vencido, prevalecendo as posições que se aproximavam do pensamento de Fidel Castro e do então ministro José Luis Rodriguez.

Acerca da estratégia cubana, o economista Julio Diaz Vazquez (2011) acrescentou três precisões, que embora possam parecer meramente formais, trazem elementos e indicações para refletirmos sobre o tratamento ideológico através do qual o governo e o Partido abordaram e justificaram as modificações levadas a cabo[70]. Vázquez chamou atenção que nos anos 1990: 1) em nenhum documento governamental ou partidário, exposição ou pronunciamento dos dirigentes do país, se mencionou ou se reconheceu as adequações introduzidas usando-se os termos "reforma" ou "abertura"; 2) foram incorporados elementos próprios de mercado entendidos como impostergáveis para salvar o socialismo, mas sem dar-lhes integralidade ou conteúdo institucional; 3) o conjunto de mudanças e medidas instrumentalizadas, no que se refere a sua concepção e aplicação, foi estabelecido com o cuidado de não dotá-las de caráter irreversível (tal como observado por Alfredo Gutierrez acima).

Sublinhar esta abordagem oficial é relevante para compreendermos os desdobramentos posteriores, após o momento mais agudo da crise, quando não poucos estudiosos passam a observar uma paralisação e até mesmo reversão de medidas, entre 2000 e 2007, no sentido de recentralização e maior controle estatal da economia (VÁZQUEZ 2011, ESPINA, 2008b; TRIANA, 2012).

Por outro lado, ainda que uma lenta recuperação econômica estivesse em movimento, a intensidade da crise levou a uma grave deterioração das condições de vida da população, o

---

[70] Chamar atenção para esta questão é interessante para, posteriormente, fazermos comparações entre dois momentos "reformistas" da Revolução (1990-1995 e o iniciado em 2007 que culmina na aprovação dos Lineamientos em 2011), em especial como o poder tem abordado ideologicamente as modificações e a concepção do socialismo.

que certamente repercutiu na diminuição das bases sociais de apoio à Revolução - ou nas palavras de Valdés Paz (2009): “num estreitamento do consenso”. Segundo Fernando Heredia (2014), diante da forte crise a direção da Revolução teve de recorrer a uma forma de governo que concentrou o poder, essencialmente como uma política de forte coesão entre o poder governamental e a maioria da população. Do ponto de vista político, apesar do desgaste do discurso e das representações do socialismo, Heredia sintetizou uma percepção que ainda permanecia em grande parte da consciência popular, que associava a manutenção do regime revolucionário, a defesa da soberania e da independência nacional e o projeto socialista, conforme relatou:

> Na Cuba dos anos 90 o socialismo esteve associado a uma imensa frustração (...), em um terreno mais estritamente ideológico, muitos se esqueceram ou se afastaram do conceito de socialismo. Mas ao mesmo tempo o socialismo manteve sua vigência tácita indiscutível como o fundamento ideal do modo de vida predominante e do sistema político vigente. Explico esta realidade a partir da permanência – desde a crise dos primeiros anos 1990 – de três saberes populares muito compartilhados: 1) não podemos perder a soberania frente aos EUA 2) o regresso do capitalismo seria funesto para a maioria da população 3) é imprescindível manter a unidade do povo junto ao regime revolucionário, porque ele defende eficazmente o primeiro e evita o segundo. Esses saberes estão na base de um consenso que se torna ativo cada vez que se requer, e que se expressa sobretudo socialmente, sem dar muito valor à linguagem política (HEREDIA, 2014, texto digital: cubadebate).

A existência desta representação popular certamente traz elementos que nos ajudam a entender a resistência cubana frente ao neoliberalismo hegemônico, bem como a manutenção do seu regime em um contexto de crise aguda. Diante da adversidade geral – inclusive não foram poucos analistas estrangeiros que vaticinavam a eminente queda do regime – o governo cubano, na medida do possível, apostou na resistência do povo, que em grande parte ainda confiava na liderança de Fidel Castro. O líder cubano, por sua vez, seguia enfatizando em seus discursos a defesa da soberania e da independência nacional, denunciando o bloqueio estadunidense e os planos restauracionistas da direita cubano-americana radicada em Miami.

No entanto, Heredia (2014) também salientou que neste período ficou evidente a prioridade da conservação do poder político sobre o debate socialista, apesar de que uma “abertura intelectual” fosse perceptível. Conforme sua avaliação, não se desenvolveu uma luta ideológica que enfrentasse o desprestigio mundial a que se viu submetido o socialismo e reivindicasse o socialismo cubano; e embora pudessem ser expressos publicamente critérios revolucionários diferentes, não foram incentivados os debates que a situação tanto necessitava. Esta mesma percepção teve o pensador cubano Gilberto Valdéz (1997), para quem uma consequência não desejada das prioridades ideológicas destes anos foi que algumas

linhas de teorização sobre as alternativas de continuidade e renovação do socialismo, estiveram marcadas pelo reducionismo tático e o cumprimento de prioridades da conjuntura (isto é, a preservação do poder político).

Já ensaísta Julio Cesar Guanche (2008) sublinhou que a perda de referentes ideológicos decorrentes da crise terminal do "marxismo-leninismo soviético", trouxe a possibilidade de um "estado nacional pensante" em Cuba, no sentido de uma "abertura intelectual" que possibilitasse uma tentativa de renovar o pensamento revolucionário e socialista. Ainda que neste período tenha-se ampliado os espaços de discussão, alguns analistas destacam que o debate aberto que se desenvolveu no início da década - mesmo dentro do socialismo -, foi abortado em meados da década de 1990, quando Raul Castro criticou publicamente as reformas de mercado e seus efeitos. Talvez o seu marco simbólico tenha sido a dissolução do CEA, em 1996, que albergava vários intelectuais que estavam fazendo proposições e críticas para além da linha oficial[71] (Mesa Lago, 2012). Apesar desta limitação, estes e outros intelectuais continuaram seus trabalhos em outras instituições, mesmo separados, de forma a dar continuidade a esta perspectiva crítica e propositiva.

Posteriormente, não foram poucos os autores que observaram que à medida que a economia cubana foi consolidando a lenta recuperação no início da década seguinte, Fidel Castro colocou fim ao ímpeto reformista. Passada a etapa mais aguda da crise, a partir de 2003 se iniciou, sob a campanha governamental denominada "Batalha de Ideias" (ainda dentro do "Período Especial"), a promoção de um novo modelo que buscou restringir a abertura e liberalização anteriores, uma vez tendo processado uma melhoria no cenário externo, a partir de relações mais vantajosas de Cuba, especialmente, com a Venezuela comandada por Hugo Chávez. Neste momento procurou-se fortalecer o setor estatal da economia; minimizar o mercado; retornar a direção econômica altamente centralizada (especialmente o controle no acesso à divisa pelas empresas e as transações externas); priorizar os programas e gastos sociais; concessão de subsídios generalizados; limitação do consumo em favor da acumulação; distribuição regulada e ênfase nos incentivos morais (VALDÉS PAZ, 2009).

---

[71] Segundo o sociólogo Valdez Paz, pertencente ao CEA à época, esta medida pode ser considerada um "*golpe de Timon*", isto é uma mudança de rumo dos altos dirigentes do Partido acerca da abertura da discussão e aceitação de um grupo de intelectuais críticos e de reconhecido prestigio dentro do Partido. Embora tenha considerado o fechamento como uma atitude de estupidez, relacionou-o com a recém aprovação da Lei Hels Burton nos EUA, e portanto, à intensificação da hostilidade externa ao país. E por fim, os intelectuais foram realocados em outras instituições de pesquisa em Cuba.

Este retorno a concepções excessivamente centralizadas e estatistas do socialismo não era em vão. Estava associada, para além do escasso desenvolvimento teórico que se fomentou, a uma leitura do Partido e do governo acerca das transformações da década anterior – marcadas pela crise e reestruturação -, em que fenômenos considerados indesejáveis na transição socialista estavam proliferando no país. A desigualdade social e econômica tinha aumentado, expandia-se a corrupção e os desvios no setor estatal, além da percepção de uma deterioração dos valores e da moral revolucionária. Isto foi visto como um reflexo da abertura aos mecanismos de mercado e aos pequenos negócios, assim como dos imperativos da sobrevivência cotidiana em condições de privação - os quais estariam corroendo os valores e as atitudes de solidariedade, altruísmo e coletivismo[72]. Inclusive, poderiam colocar em risco a própria Revolução e o socialismo em Cuba, conforme o próprio Fidel Castro abordou em discurso.

Em 2005, um ano antes do seu afastamento, Fidel Castro fez um famoso discurso na Universidade de Havana, bastante crítico, no qual expôs os problemas do país de forma explícita. Ao discutir sobre a reversibilidade dos processos revolucionários, colocou a possibilidade de derrota da Revolução e reversão do socialismo em Cuba, mas não por razões externas - os cubanos já haviam dado mostras da fortaleza política da Revolução Cubana quando a ameaça vinha dos EUA -, e sim por erros próprios. Em suas palavras Fidel sentenciou: "este país pode destruir-se a si mesmo; esta Revolução pode se autodestruir, e não são eles [os EUA] os que hoje podem destruí-la; nós sim podemos destruí-la e seria nossa culpa" (Castro, 2005). Com estas palavras chamava atenção para a expansão da corrupção e das novas desigualdades que surgiam no país, e a necessidade de combatê-las. No entanto, este combate estava ocorrendo novamente pela via do fortalecimento do Estado e da centralização econômica, de acordo com uma tradição do processo revolucionário cubano[73]. E neste mesmo discurso, ao mencionar os métodos de construção socialista - reafirmou a sua convicção de que um dos maiores erros históricos foi acreditar que era possível construir o

---

[72] Durante a crise do "Período Especial" apareceram expressões de linguagem que se tornaram muito frequentes entre os cubanos, como: *luchar*, *resolver* ou *inventar*, as quais se referem às dificuldades cotidianas enfrentadas para o acesso aos produtos básicos à sobrevivência. Dada a insuficiência dos salários pagos pelo Estado, não é raro que as pessoas recorram a práticas ilegais, desvios e contravenções para complementar a renda.

[73] Não são poucos os intelectuais cubanos que apontam as limitações, para a renovação do processo revolucionário e do socialismo, de se identificar a propriedade social à propriedade estatal. Entre os quais é frequente a crítica ao socialismo confundido com a estatização da sociedade. O que se percebe, por exemplo, nos trabalhos de ALONSO (2009), ACANDA (2007) e ESPINA (2008b) discutidos no capítulo 4.

socialismo por métodos capitalistas -, e criticar a prepotência dos soviéticos que defendiam uma formula única, honestamente sentenciou:

> Uma conclusão a que cheguei ao cabo de muitos anos, entre os muitos erros que todos cometemos, o erro mais importante foi acreditar que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como se constrói o socialismo. Parecia ciência sabida, tão sabida como o sistema elétrico concebido por alguns que se consideravam peritos em sistemas elétricos, quando diziam: 'esta é a fórmula' (CASTRO, F. 2010 p. 55).

Resumindo, passados cerca de 15 anos do desaparecimento da URSS, o regime cubano havia conseguido sobreviver à crise - o que pareceu a muitos analistas algo surpreendente. Resistiu frente aos EUA que pressionavam por mudanças no seu sistema político e econômico, e ao ideário neoliberal que pregava uma reversão completa do seu sistema social. Contudo, em vista de obstáculos "internos e externos" que discutimos, pouco se fez para "descortinar um modelo econômico [socialista] novo e viável", como sugeria Blackburn em início dos anos 1990. Preferiu-se manter o que foi alcançado, através de uma adequação pragmática às novas circunstancias, e ao que parece, posteriormente, retroceder às concepções cristalizadas do socialismo, entendido fundamentalmente como avanço da estatização e aumento do controle central frente às consequências negativas que emergiram na última década. Questões estruturais não teriam sido enfrentadas e depois iriam cobrar atenção, como justamente mencionou Raul Castro em um importante discurso de 2007. No entanto, aquelas palavras de Fidel Castro fomentaram novamente a discussão interna sobre o socialismo e os problemas do país, e um novo ciclo de mudanças não tardaria a iniciar-se. Porém, agora em outro contexto político e com propostas polêmicas que alguns analistas vêm considerando como as mais significativas desde a transformação socialista de início dos anos 1960.

3 SOCIALISMO E A "ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL" (2007-2012)

Neste capítulo abordaremos diretamente o tipo de reforma econômica proposta pelo VI Congresso do Partido Comunista a qual se destina à chamada "atualização do modelo econômico", procurando discutir a concepção do socialismo vinculada a elas, como possíveis fundamentos de um novo modelo socialista que se almeja. Em vista do que já viemos discutindo nos capítulos anteriores, chamaremos atenção, sobretudo, para os elementos de descontinuidades que as reformas trazem. Dito isso, na primeira parte vamos tentar expor uma síntese das principais transformações pretendidas no modelo socialista estatal e centralizado cubano. Enquanto na segunda, destacaremos como o Governo e o Partido Comunista vêm abordando politicamente este processo, esforçando-se para justificar as modificações dentro de uma perspectiva de continuidade do socialismo.

3.1 O novo programa reformista aprovado no VI Congresso do Partido Comunista (2011)

Depois que Fidel Castro se afastou da presidência de Cuba, por razões de saúde, e seu irmão Raul Castro assumiu como presidente interino em 2006 e oficialmente a partir de 2008[74], a atenção mundial voltou-se a Cuba para observar o rumo das mudanças econômicas propostas pelo regime revolucionário. Estas mudanças foram assumidas formalmente por meio do lançamento de um programa de reformas e realização de um Congresso partidário, depois de alguns anos sem realizá-lo[75]. Os antecedentes deste programa remontam a 2007, com as primeiras medidas do governo de Raul Castro, culminando em 2009, após a transição de governo, na emergência de um novo contexto político vivido no país, agora sob o mote da chamada "atualização do modelo econômico e social cubano" ou "simplesmente atualização do socialismo".

---

[74] Em 24 de Fevereiro de 2008 Raul Castro foi eleito presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros pela Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento Cubano), depois de ter sido designado por Fidel Castro seu substituto nestes cargos em 31 de Julho de 2006. Em 19 de Fevereiro de 2008 Fidel Castro renuncia definitivamente à presidência do país.

[75] Segundo o estatuto partidário, o Congresso – máxima instância deliberativa do Partido – deveria realizar-se regularmente a cada 5 anos, salvo em caso de situações excepcionais. O V Congresso foi realizado em 1997, portanto, 14 anos depois realizou-se o VI (e último) Congresso.

O programa no qual se baseia esta plataforma reformista é denominado *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*" ("Diretrizes da política econômica e social do Partido e da Revolução"), lançado em novembro de 2010 pelo PCC, submetido a debate na sociedade, e posteriormente analisado e ratificado em abril de 2011 no seu VI Congresso, o qual realizou-se essencialmente para discutir "temas econômicos". O Congresso foi sucedido, em janeiro de 2012, pela I Conferência Nacional do PCC, destinada a discussão de "temas propriamente políticos". Portanto, estes acontecimentos representam a abertura de um novo ciclo reformista pelo regime revolucionário, cujas propostas visam, acima de tudo, reformulações substantivas no ordenamento econômico e social do país, e em menor medida, políticas. Estas reformulações, por sua vez, visam alcançar uma almejada "sociedade socialista próspera e sustentável". Entretanto, que tipo de reforma econômica se pretende? Em que medida se mantém a perspectiva socialista?

Nossa intenção neste contexto é analisar a concepção do socialismo subjacente às reformas econômicas e sociais aprovadas. Ainda que o programa de reformas seja mais amplo, com orientações de políticas governamentais concretas para várias esferas da sociedade, vamos nos limitar às considerações mais gerais sobre o socialismo contidas nos documentos partidários (*"Lineamientos"* e as resoluções do Partido aprovadas no VIº Congresso) e nos discursos do presidente Raúl Castro.

Embora apareçam poucas menções ao socialismo no programa reformista, tais menções tocam em questões centrais: referem-se às formas de propriedade dos meios de produção; aos mecanismos de coordenação econômica; às formas de distribuição da riqueza e ao princípio da igualdade como fundamento orientador da política social. Enfim, as reformas econômicas e sociais contemplam medidas que, essencialmente, vão incidir sobre: as relações de propriedade e a sua gestão, no intuito de diversifica-las; as relações entre a planificação estatal e a regulação mercantil, em busca de maior descentralização econômica; a forma de distribuição da riqueza social, especialmente em seus aspectos onde a distribuição igualitária estaria evidenciando traços de deformação, isto é, na política salarial do setor estatal, propondo-se que seja de acordo o "trabalho"; e em determinados segmentos da política social universalista – estas, segundo o governo, devem se pautar pelo princípio da "igualdade",

entendido agora em função da igualdade formal de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, e não pelo chamado "igualitarismo" de até então[76].

Basicamente a plataforma econômica reformista se articula em dois eixos. Por um lado, segundo a visão do PCC, não se abre mão da natureza socialista do sistema econômico, que continuará baseando-se na (1) propriedade social dos meios de produção fundamentais, que compreende o predomínio das empresas estatais e as cooperativas na economia nacional; (2) no primado do planejamento sobre o mercado como a forma principal de regulação da atividade econômica; (3) na vigência do princípio socialista da distribuição da riqueza, no setor estatal, de acordo com o trabalho realizado: "de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho"; (4) e na manutenção de uma política social que "não deixará ninguém desamparado", porém, que não mais se orientará por uma perspectiva "igualitarista", senão pelo princípio de que igualdade significa "igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos" – o que, em suma, pode significar a introdução de mecanismos de focalização na política social.

Por outro lado, as mudanças mais significativas estão ligadas ao incremento da diversificação da estrutura de propriedade e dos atores econômicos correspondentes. Com esta proposta há um nítido objetivo de criar um setor produtivo não estatal[77] mais amplo e efetivo, especialmente de cooperativas, pequenas empresas privadas, trabalhadores autônomos e investimento estrangeiro (direto ou associado ao Estado [nas formas de empresas mistas e associações econômicas mercantis])[78]. Para tal não se pretende uma privatização simples, mas

---

[76] O "igualitarismo" diz respeito à forma de distribuição igualitária do produto social cuja deformação estaria ocasionando efeitos negativos na economia. Por exemplo, está presente na política salarial (com baixa diferenciação de salários para as diferentes funções de uma instituição ou empresa estatal) desvinculada da produtividade e dos resultados das empresas. Além da distribuição igualitária de bens e serviços via subsídios estatais, por exemplo, acesso à alimentação subsidiada para todos os cidadãos, independentemente de sua necessidade. Enfim entende-se o "igualitarismo" como uma política distributiva destituída de condicionamentos ou mediações para o seu acesso. Por outro lado, parece consensual entre governo e população que o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde e educação devam ser mantidos.

[77] Segundo Camila Harnecker (2011), denomina-se de setor "não estatal" porque além de contemplar a propriedade privada simples (trabalhadores autônomos e empresas familiares que não contratam força de trabalho permanente) e não-simples (pequenas empresas com contratação de força de trabalho permanente), contemplam-se as cooperativas que são uma forma de propriedade coletiva.

[78] Em 2014 se aprovou uma nova lei de Investimento Estrangeiro, com o objetivo de atrair o capital internacional mediante maiores incentivos fiscais e segurança jurídica nos setores que sejam de interesse do governo cubano, o qual formulará uma "carteira de projetos" disponíveis. Todos os setores estarão aberto ao investimento estrangeiro, inclusive nos segmentos *empresariais* dos setores de saúde, educação e defesa. Não se permitirá a contratação de força de trabalho direta, senão através de agencias empregadoras do Estado. Faz parte desta estratégia a reconstrução do Porto de Mariel, em parceria com o Brasil, projetado para ser uma Zona Especial de Desenvolvimento com regime tributário diferenciado, com o qual se busca potencializar o investimento estrangeiro e a instalação de empresas no país.

a concessão da propriedade estatal nas formas de arrendamento (em especial de pequenos serviços urbanos), usufruto (propriedade agrícola), além do incentivo à formação de cooperativas[79]. Estes estabelecimentos se mantêm como propriedade estatal, mas passam a formas de gestão não estatais, o que também inclui a gestão privada. E com isso espera-se que o Estado possa se concentrar em determinados ramos e atividades estratégicas (de interesse nacional), com vistas a melhorar o desempenho do setor estatal da economia, depois de um longo período de precarização.

Inegavelmente, outra mudança notável é a permissão da contratação de força de trabalho, ainda que limitada, nos pequenos negócios privados. Anteriormente nestes negócios se permitia apenas o emprego de familiares, uma vez que se considerava o trabalho assalariado privado uma forma de exploração e, consequentemente, levaria a uma polarização de classes na sociedade[80]. Contudo, também se estabelece que não será permitida a concentração da propriedade no setor não estatal. Apesar do crescimento esperado deste setor, ele deverá conviver com um setor estatal ainda majoritário – pretende-se que o peso da atividade econômica nas mãos do Estado permaneça entre 60% a 70% de toda a economia (Suarez, 2014). Para lograr esta readequação as empresas estatais estão passando por um processo de reestruturação organizacional, em especial com o enxugamento do seu quadro de funcionários, visto que há um diagnóstico bastante consensual entre economistas de que existe um contingente excessivo de trabalhadores "subocupados" em empresas e entidades estatais, os quais devem transferidos gradualmente às atividades do setor não estatal[81]. Sem dúvida, estas modificações têm por objetivo a retração de funções econômicas diretas sob a

---

[79] Uma vez que a estatização envolveu inclusive as pequenas atividades urbanas (como: salões de beleza, cafés, lanchonetes, sapateiros, lavanderias etc.) cuja gestão centralizada conduzia, além da ineficiência econômica, à baixa qualidade dos serviços; chegou-se à conclusão de que não faria sentido mantê-los sob responsabilidade do Estado, mas ceder a outras formas de gestão mediante arrendamento ou cooperativização.

[80] Em 2013 foi aprovada uma nova legislação laboral (o chamado Código de Trabalho) que, entre outras atribuições, regula a contratação de trabalhadores assalariados por agentes privados. Tecnicamente alguns economistas consideram o trabalho assalariado privado como uma forma de exploração, entretanto sem um viés moralizante, propondo então a sua regulação jurídica. Por outro lado, sobretudo, entre alguns dirigentes políticos permanecem o estigma sobre esta forma de trabalho - inclusive Raul Castro já se referiu a isso em discurso, pedindo uma mudança de mentalidade.

[81] Segundo o economista cubano Oscar Estrada, em 2009, cerca de 84% do total da força de trabalho estava empregada em entidades estatais e mistas. Não obstante, este dado deve ser entendido dentro de um contexto particular, sublinhando que parte considerável desta mesma força de trabalho também fazia parte do setor privado (como trabalhadores autônomos), de maneira informal.

responsabilidade do Estado, principalmente em segmentos considerados não estratégicos, como pequenos serviços urbanos.

Destaca-se ainda, como uma importante mudança, um papel mais ativo atribuído às relações mercantis. Especificamente, reconhece-se o mercado enquanto um mecanismo de alocação que deverá ser levado em conta pela planificação estatal, respeitando suas dinâmicas de funcionamento próprias – e, ao mesmo tempo buscando controlá-lo –, em uma combinação que traz um grande desafio prático. Diante da ineficácia da gestão excessivamente verticalista das empresas pelo Estado - fruto da planificação centralizada e dos métodos puramente administrativos -, o objetivo é descentralizar certos níveis de decisão econômica nas empresas estatais, através da concessão de autonomia financeira e de gestão, conferindo maiores responsabilidades aos administradores e, eventualmente, maior participação dos trabalhadores. Soma-se a isso a descentralização que acompanhará o incremento das atividades econômicas no setor não estatal, as quais deverão atuar, basicamente, mediante a oferta e a procura. Ainda que se pretenda outorgar maiores funções aos poderes legais para regulação e controle da atividade econômica, a descentralização pressupõe o avanço das relações mercantis.

Neste sentido há uma perspectiva de transformação significativa da planificação centralizada que tendencialmente supere os métodos diretos, de alocação administrativa, em favor dos métodos indiretos – isto é, capazes de induzir o comportamento dos agentes. Para as empresas estatais, a formulação do plano deverá ser mais flexível – sendo que uma parte da produção será determinada pelo Estado, enquanto outra poderá ser vendida no mercado -, passando-se a um funcionamento realizado essencialmente por mecanismos econômico-financeiros, e, ocasionalmente, por mecanismos administrativos. A contribuição ao aparato estatal será realizada via impostos e de parte da produção. No setor estatal, prevalecerá uma planificação indireta, indicativa, mediante as políticas macroeconômica e fiscal.

Além destas mudanças econômicas, há ainda uma clara intenção do governo em transitar de uma política social amplamente universalista para uma política social mais seletiva, focalizada. Esta se destinará aos que realmente precisam do suporte estatal, mantendo, porém, serviços gratuitos e subsídios em áreas específicas. A mudança procura, em especial, revisar a política de subsídios generalizados a produtos oferecidos ao consumo coletivo. Por outro lado, haverá uma mudança da forma de distribuição dos salários estatais (considerada “igualitarista”), até então caracterizada pela pequena diferenciação por cargos e

funções, além de estar desvinculada dos resultados produtivos, em direção a um padrão mais diferenciado, que corresponda aos resultados do trabalho de cada indivíduo e da sua empresa. Consequentemente, busca-se reforçar os incentivos materiais, conferindo maior poder aos salários como meio para a satisfação das necessidades, além de propiciar que os salários cumpram seu papel de incentivo ao trabalho[82].

Em outras palavras, com a redução dos fundos sociais de consumo pretende-se transitar de um modelo de grandes subsídios coletivos, que proporcionava um nível relativo de homogeneidade social - atualmente nivelada por baixo -, onde o Estado detinha um forte papel na satisfação das necessidades, rumo a um modelo mais compartilhado nos papéis do Estado e do indivíduo para satisfação das necessidades individuais e familiares. Logo, pretende-se dar maior protagonismo à renda do trabalho e fazer com que diminuía a dependência dos subsídios estatais, portando, atribuindo maior autonomia individual. Neste aspecto, poderíamos ressaltar, que estão as principais críticas que o próprio governo vem fazendo ao modelo até então existente, quando considera que muitas das atuais deformações econômicas e sociais vinculam-se às políticas baseadas no "igualitarismo" e no "paternalismo estatal".

Como um todo, o objetivo declarado destas medidas é eliminar certas travas burocráticas que estariam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, aumentar a produção material, além de elevar a eficiência da economia nacional. E com isso possibilitar um maior equilíbrio entre produção, consumo e investimento. Chegou-se a um ponto tal de problemas econômicos acumulados – aos quais

---

[82] Um dos objetivos mais comentados do atual programa reformista é recuperar o papel do trabalho na sociedade cubana. Desde a crise da década de 1990 o sistema social vem padecendo de deformações econômicas que funcionam como um desincentivo ao trabalho produtivo e formal. Os fatores que estariam ligados a isso seriam: (1) os baixos salários pagos pelo Estado, em sua maioria insuficiente para a sobrevivência básica dos trabalhadores e, como regra, desvinculados da produtividade e responsabilidade dos cargos; (2) economia com dupla circulação monetária em que os salários estatais são pagos em Peso Cubano (CUP) amplamente desvalorizado frente ao Peso Cubano Conversível (CUC), equivalente à divisa, segunda moeda na qual estão liberados vários produtos de primeira necessidade - atualmente a cotação é de 1 CUC para 24 CUP, para a população em geral; (3) presença significativa de remessas estrangeiras na renda nacional, portanto uma renda não proveniente do trabalho; (4) incidência relativamente elevada de fontes de consumo social, em especial do subsídio estatal de produtos à população. A interação destes fatores produziu uma situação em que o salário recebido por via legal não garante a satisfação das necessidades na esfera individual, ao mesmo tempo em que as fontes de consumo social satisfazem, em condições mínimas, as necessidades coletivas. Diante disso, produziu-se um quadro de desincentivo ao trabalho produtivo e legalizado frente ao incremento de atividades informais, não raro ilegais ou clandestinas, por exemplo: corrupção e desvio de recursos do Estado, comercialização no mercado negro e outros serviços irregulares ligados à atividade turística, com intuito de complementar a renda. Este tipo de atividade se transformou em um fenômeno naturalizado e generalizado, à margem da economia formal. Daí, portanto, a necessidade de fomentar o trabalho formal através da valorização da renda proveniente dos salários no setor estatal, e regularizar determinadas atividades privadas até então clandestinas no setor não estatal.

acrescenta-se possivelmente uma situação de alto risco político - que, de fato, o que está em jogo é a sustentabilidade do projeto socialista cubano, uma vez que o atual modelo estatista e centralizado tornou-se insustentável (ou inviável) (TRIANA, 2012). Isto é, o país não consegue produzir o suficiente para assegurar a reprodução econômica e, ao mesmo tempo, garantir os inúmeros direitos sociais da população (em condições razoáveis) distribuídos, fundamentalmente, pela via estatal, por meio de altos subsídios e serviços gratuitos. A manutenção deste modelo, combinada à expansão de um mercado subterrâneo desregulado – o chamado mercado negro -, conduziu a graves deformações econômicas e sociais. No entanto, como a direção do país, pelo menos formalmente, almeja manter a perspectiva socialista, o Partido Comunista e o Governo reivindicam a transformação do "modelo de funcionamento econômico" e não uma mudança do "sistema econômico", diferenciação medular que nos permite denominar as medidas em curso como um tipo de reforma econômica[83] (ESTRADA, 2011).

Enfim, as medidas aprovadas visam reformar o modelo socialista estatal e centralizado que se manteve (após idas e vindas), de inspiração soviética, ancorado em uma concepção do socialismo que identificou o avanço da socialização da propriedade com a sua estatização, e na qual a planificação centralizada foi assumida essencialmente com a utilização de métodos diretos, por meio de medidas administrativas, o que conferiu à gestão empresarial um aspecto altamente verticalista. Com efeito, busca-se superar o protagonismo estatal para a satisfação das necessidades individuais, cujo mesmo modelo adotava uma perspectiva igualitarista de distribuição, ao mesmo tempo em que impedia (ou obstaculizava) o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas (privadas ou coletivas), e com isso aspirava a maiores níveis de homogeneização social – o que em décadas anteriores (1970-80) constituía, de acordo com a concepção vigente, uma importante meta de avanço do socialismo.

Estas mudanças propostas vieram acompanhadas de uma crítica pelo próprio discurso oficial a determinados traços do modelo que se está tentando modificar, juntamente aos aspectos correspondentes da concepção do socialismo que historicamente orientou a sua

---

[83] Segundo o economista cubano Oscar Estrada (2011) o conceito de modelo de funcionamento econômico representa uma construção teórica que permite caracterizar os traços mais gerais de funcionamento da economia em seu conjunto. Este conceito é compreendido como a expressão sintética dos princípios fundamentais de organização e movimento da economia nacional, inseridos em um determinado sistema socioeconômico. Portanto, uma mudança no modelo estaria associada a modificações substantivas nos elementos da ordem econômica prevalecentes em um momento dado, alterando sua forma de funcionamento, mas sem chegar a subverter seus princípios sistêmicos mais essenciais. No capítulo 5 apresentaremos a análise teórica deste autor sobre a atual reforma econômica.

construção. A seguir apontaremos as análises e as observações críticas do Governo e do Partido Comunista que buscaram justificar e fundamentar as reformas em curso. Vamos nos basear, sobretudo, nas intervenções do presidente Raul Castro, que é, ao mesmo tempo, a principal liderança do Partido Comunista (ocupando, atualmente, o cargo de 1º secretário).

3.2 Ascensão de Raul Castro e a crítica oficial ao modelo estatista e centralizado

O programa de reformas econômicas e sociais que brevemente tentamos sintetizar acima simboliza o ponto alto de um novo momento político do país. Depois de muitas décadas sob o comando de Fidel Castro, o seu sucessor Raul Castro, embora represente a continuidade do processo revolucionário, marca um estilo diferente de liderança (e talvez de concepções sobre o socialismo), considerada comumente pelos analistas como mais discreta e pragmática. Além disso, é provável que Raul seja o último líder da chamada "geração histórica" (isto é, dos fundadores do regime revolucionário) a presidir o país, o que revela um aspecto importante a ser considerado para a continuidade do regime. Em outras palavras, estes dirigentes ainda representam uma fonte de prestígio e legitimidade entre um amplo segmento da população, entretanto, em poucos anos deixarão de ocupar os principais cargos de direção política do país[84]. Neste sentido Raul Castro se referiu, falando do Parlamento cubano em 2010, que a "geração histórica" deveria aproveitar a sua "autoridade moral" para deixar o rumo traçado da estratégia de mudanças a ser seguida.

Neste novo momento que se abriu podemos destacar um tom mais crítico do discurso oficial cubano, especialmente de Raul Castro que, ao reconhecer os problemas e falhas do sistema, marca uma guinada significativa da atenção do governo para as questões internas do país. Passado o período mais dramático da crise econômica, pode-se perceber uma mudança de foco da liderança cubana que já não enfatiza como antes o "inimigo externo" e o Bloqueio estadunidense para justificar as dificuldades do país. Admite-se, por sua vez, que este é apenas um problema e, portanto, muito mais importante é combater os erros próprios. Desta forma, o governo estaria sinalizando uma atenção especial ao enfrentamento das questões

[84] A "liderança (ou geração) histórica" é a denominação que se dá em Cuba para os homens e mulheres que participaram da luta revolucionária como guerrilheiros e posteriormente passaram a ocupar importantes cargos de comando no Estado e no Partido. Porém, devido aos limites naturais da idade avançada, não deverão permanecer nestes cargos por muito mais tempo. Fidel e Raul Castro são consideradas as figuras mais proeminentes.

internas mais prementes, que afetam a vida cotidiana da população, o que acabou por resultar no aumento de expectativas de mudanças no país.

Em 2007, quando participava de um ato em comemoração aos 54 anos do assalto ao Quartel Moncada, Raul salientou que o país ainda não havia saído do "Período Especial" – portanto permanecia a austeridade da vida cotidiana para a maioria da população -, e reconheceu publicamente a insuficiência dos salários estatais para a satisfação das necessidades. Nesta mesma ocasião, falou do imperativo de que o país eleve sua produção, principalmente de alimentos, para o qual haveria que introduzir "mudanças estruturais e de conceitos onde forem necessárias". Este discurso teve um impacto significativo ao fomentar novamente a discussão dos problemas internos na sociedade cubana - em um "debate crítico dentro do socialismo", como delimitou Raul. Consequentemente, este clima mais aberto possibilitou um nível de debate inusitadamente alto e original, como não se via em Cuba desde os anos 1960 (VALDÉS PAZ, 2009).

Pode-se depreender que a necessidade de introduzir mudanças no modelo socialista está associada à manutenção da crise econômica - não superada, e que apenas se tornou menos intensa desde o final da década de 1990 - e ao reconhecimento de que grande parte dela resulta de causas internas. Situação, por exemplo, que não possibilita enfrentar com êxito o imperativo de melhoria das condições de vida - demanda permanente há pelo menos duas décadas e que está entre as maiores queixas da população[85]. Desta forma, enfrentar decisivamente a "questão econômica" significa assumir que já não se trata de "sobreviver", como na década de 1990, fazendo adaptações ou arranjos tópicos em um modelo socioeconômico com sinais de esgotamento, senão fazer modificações substanciais com vistas a retomar as bases do desenvolvimento do país. Em outros termos, não basta apenas que o governo siga enfatizando a resistência do povo, senão encaminhar propostas para viabilizar outro modelo alternativo.

Por outro lado, diante da gravidade da situação econômica, enfrentar este desafio é fundamental para assegurar a irreversibilidade do regime socioeconômico do país, como defendeu Raul Castro: "a batalha econômica constitui hoje, mais do que nunca, a tarefa

---

[85] A continuidade da crise econômica é sentida na vida cotidiana da população e se expressa em alguns problemas básicos como: baixos salários pagos pelo Estado, insuficiente para a satisfação das necessidades de um trabalhador e sua família; oferta limitada de produtos alimentícios (insegurança alimentar); déficit de moradias e deterioração da estrutura das existentes; transporte público precário; além de um nível de consumo individual e familiar contraído (subconsumo).

principal e o centro do trabalho político e ideológico dos quadros, porque dela depende a sustentabilidade e preservação do nosso sistema social". Ou seja, pode-se interpretar que o objetivo é fazer com que o projeto socialista cubano se torne viável através da transformação de um modelo socialista estatista e centralizado que já não é sustentável - segundo os próprios dirigentes -, e com isso possa "salvar a Revolução". Isto é, renovar a legitimidade do regime revolucionário para sua continuidade histórica, enquanto depositário da crença popular de que é a melhor opção política para assegurar a soberania e independência nacional, aliada às aspirações de desenvolvimento com justiça social. Em suma, atualizar o programa histórico da Revolução Cubana frente a um novo contexto global. As mudanças que visam a consecução deste objetivo estratégico se expressam na plataforma política da chamada "atualização do modelo econômico e social", assumida em 2009[86].

O crescimento experimentado pela economia cubana entre 2001 e 2007 se deveu, sobretudo, às condições favoráveis do setor externo, em especial da associação econômica com a Venezuela, das exportações de serviços profissionais e do turismo[87]. Contudo, isto não teve impacto efetivo na melhoria das condições de vida da maioria da população (TRIANA, 2012; VILLANOVA, 2009). Por outro lado, a incerteza que tomou conta do setor externo com a crise capitalista internacional desatada em 2007, e seu impacto negativo sobre Cuba, principalmente no aumento do déficit da balança comercial e na restrição de divisas, aprofundou a sensação de um agravamento da crise econômica interna, em cujo contexto político, destacara mais tarde José Luis Rodriguez (2011), já não haveria espaço para tomar medidas drásticas, por exemplo, rebaixando ainda mais o consumo[88]. Dito isso, pode-se

---

[86] Embora somente em 2009 tenha se falado publicamente em "atualização do modelo econômico", desde 2007 são tomadas medidas importantes, especialmente, para reforçar a institucionalidade e eliminar restrições burocráticas que "entorpeciam a vida cotidiana", tais como: reordenamento do governo e do Estado; diminuição de estruturas estatais; fim das proibições para a compra e venda de casas e automóveis; liberação de venda à população de produtos eletroeletrônicos; fim das restrições à hospedagem de cubanos nos hotéis reservados ao turismo internacional; nova lei para entrega de terras estatais ociosas em regime de usufruto.

[87] O economista cubano Omar Villanova (2009) ressaltou que o crescimento alcançado a partir de 2004 (entre este ano e 2008 a uma média de 8%) se deveu especialmente ao setor externo, em especial pelos ingressos provenientes da venda de serviços profissionais e o turismo, enquanto os setores produtivos (indústria, mineração e agricultura) mostram taxas de crescimento médio próximas a 1% entre 2001 e 2007, como resultado de um processo de deterioração contínua do sistema produtivo nacional.

[88] De acordo com o ex-ministro de Economia e Planificação José Luis Rodriguez a economia cubana é altamente depende da importação de alimentos, em torno de 60% do consumo total é importado. Com o aumento do preço dos alimentos, em 2008, o gasto total previsto era de $ 1,5 bilhão, mas gastou-se $2,3 bilhões para compra-los. Com isto buscou-se limitar as importações ao estritamente essencial. Consequentemente, nestes anos de impacto da crise, a taxa de investimento foi em torno de 10% do PIB, considerada muita baixa, o que reduziu fortemente as projeções de crescimento.

entender que este fator conjuntural funcionou como catalisador para a abertura de um novo ciclo reformista, no qual o governo passou a reconhecer, acima de tudo, que os problemas fundamentais da economia tinham raízes internas.

Em um contexto de ampliação da discussão econômica - fomentada pelo governo -, os temas comumente abordados eram as debilidades da economia nacional e como enfrenta-las, sem colocar em xeque os limites sistêmicos do socialismo (em suma, a planificação e o predomínio da propriedade estatal). Há pelo menos um amplo consenso entre os especialistas de que o funcionamento econômico do país é ineficiente – e se manifesta em: descontrole na administração das empresas estatais, nos planos rígidos que não se cumprem, baixa produtividade do trabalho e baixos salários, restrição de oferta, problemas de distribuição e desabastecimento, dupla circulação monetária etc. Portanto, tornava-se urgente uma ampla reestruturação econômica interna. Enquanto isso, na visão do Partido Comunista as principais causas desta ineficiência estariam relacionadas à desorganização da esfera econômica, à burocracia, ao paternalismo estatal (que se associa ao "igualitarismo") e à falta de previsão e exigência na gestão das empresas estatais[89]. Consequentemente, estas causas foram assumidas essencialmente como efeito de deformações do modelo socialista estatista e centralizado ainda vigente. Assim sendo, este modelo se tornaria alvo da crítica explicita dos dirigentes cubanos (do governo e do PCC) devido a sua insustentabilidade: seja pela falta de recursos estatais suficientes para reproduzi-lo ou pelo reconhecimento dos problemas econômicos e sociais que produziu - resumindo, deixou de ser viável.

Ainda que se reconheçam os problemas econômicos derivados de um modelo que se tornou insustentável frente às mudanças mundiais e às novas circunstâncias que a economia cubana teve de encarar, as modificações propostas pelo Partido Comunista e o Governo visam uma transformação no "modelo" econômico e social, e não na "essência socialista" do sistema econômico. Por outro lado, o tema das mudanças ou reformas dentro da ordem revolucionária sempre foi uma questão espinhosa para os dirigentes, principalmente pela existência da forte pressão política externa (em especial dos EUA) e os limites destas possíveis modificações, considerando a centralidade que o regime cubano atribui aos fatores políticos, sempre

[89] Resolução do PCC sobre o Informe Central apresentado ao VI Congresso.

decisivos para a sua ação – em outras palavras, à primazia dos fatores políticos no socialismo[90].

Sendo assim, o cuidado conceitual com que se fala das transformações atuais levou a adoção do termo "atualização" para denominar o programa econômico aprovado, de modo que o discurso oficial não o reconhece como "reformas". Este termo ficou estigmatizado em Cuba entre os setores que defendem o regime revolucionário, seja pela sua acepção inicial que contrapunha "reforma ou revolução" como um meio para o socialismo, ou pelo entendimento simplista (mais recente, no contexto do "socialismo real") de que reformas no socialismo representariam nada mais do que a antessala da restauração capitalista ou a abertura política[91]. Contra esta possível interpretação das mudanças dentro do processo revolucionário, Raul Castro salientou que:

> Aos que creem nessas infundadas ilusões (desmontar o regime econômico e social), vale recordar outra vez o que já expressei: não me elegeram Presidente para restaurar o capitalismo em Cuba e tampouco entregar a Revolução. Fui eleito para defender, manter e continuar aperfeiçoando o socialismo, não para destruí-lo. As medidas que estamos aplicando e todas as modificações que forem necessárias à *atualização* do modelo econômico estão dirigidas a preservar, fortalecer e tornar o socialismo verdadeiramente irrevogável (CASTRO, R. 2009).

Frente a um cenário de fortes desequilíbrios financeiros externos, agravado pela ineficiência do setor estatal da economia, Raul Castro começou a chamar a atenção para a sobrecarga que recai sobre o Estado - que vem demonstrando ser incapaz de administrar com eficácia a maioria esmagadora das atividades produtivas do país, além de oferecer bens e serviços com qualidade crescente, na lógica da gratuidade ou dos subsídios generalizados. Diante de um quadro de restrição orçamentária e risco de endividamento mais acentuado, o presidente anunciou a necessidade de cortar gastos, em especial do que se considera "gratuidades indevidas e subsídios excessivos", além de pedir aos cubanos uma mudança de mentalidade geral sobre o que se entende por socialismo atualmente. Neste sentido Raul conclamou:

---

[90] Se por um lado, considera-se que a transição socialista tem como pressuposição a manutenção do poder político estatal, por outro lado, o governo revolucionário tem uma percepção de que está permanentemente acossado por poderes externos. Ademais, o sociólogo cubano Juan Valdés Paz (2009) recorda que o lema maoísta da "política no posto de comando" segue caracterizando a Revolução Cubana, e possivelmente tenha caracterizado a todos os processos revolucionários de inspiração socialista no século XX.

[91] Diante da dificuldade de abordar as transformações "dentro do processo revolucionário" com frequência é citado o "conceito de revolução" enunciado por Fidel Castro em discurso no ato do 1º de Maio de 2000, como uma forma de legitimar politicamente a necessidade mudanças, quando o líder cubano ressaltou que "revolução é o sentido do momento histórico; é mudar tudo que deve ser mudado (...)".

> É necessário mudar a mentalidade dos quadros [políticos e empresariais] e de todos os compatriotas ao encarar o novo cenário que começa a delinear-se. Trata-se simplesmente de transformar conceitos errôneos e insustentáveis acerca do socialismo, bastante enraizados em amplos setores da população durante anos, como consequência do excessivo enfoque paternalista, idealista e igualitarista instituído pela Revolução em busca da justiça social. Muitos cubanos confundem o socialismo com as gratuidades e subsídios, a igualdade com igualitarismo, não poucos identificam a *libreta* [caderneta de racionamento de alimentos subsidiados] como uma conquista social que nunca deveria desaparecer. Quanto a isso, estou convencido que vários dos problemas que hoje enfrentamos têm sua origem nesta medida de distribuição (...) [a *libreta*] constitui uma expressão manifesta de igualitarismo, que beneficia da mesma forma os cidadãos que trabalham e os que não trabalham, além dos que não precisam, gerando práticas de troca e revenda no mercado negro (CASTRO, R. 2009).

Nestes termos a necessidade de reestruturação do papel do Estado traz consigo uma crítica significativa a determinados aspectos da concepção do socialismo que historicamente orientou a construção socialista em Cuba, justamente porque tal concepção fundamentou um modelo econômico e social marcado pela hipertrofia do Estado e pela centralização exacerbada. Esta concepção identificou a estatização da propriedade e a sua gestão centralizada como um nível superior de socialização que a transformação socialista supõe, e devido à radicalização deste preceito no processo revolucionário cubano, configurou-se ali um ordenamento econômico altamente estatizado, com baixíssima presença de atividades privadas ou cooperativas. A esta concepção do socialismo veio acompanhado uma noção de *planificação centralizada* por métodos diretos que conduziu à gestão verticalista das empresas estatais, retirando sua autonomia e, portanto, enfraqueceu a participação direta dos trabalhadores e dos administradores nos resultados da empresa[92]. No entanto, o que se critica não é propriedade estatal em si mesma, e tampouco a planificação - que são considerados traços fundamentais da economia socialista -, senão a absolutização desta forma de propriedade e a excessiva centralização da gestão econômica pelo Estado, e os seus efeitos negativos.

Ainda que o redimensionamento das funções do Estado tenha emergido como uma questão chave para a transformação do modelo econômico e social, o socialismo continua sendo entendido como o predomínio da propriedade social sobre os meios de produção, e dado o atual estágio das forças produtivas em Cuba, a propriedade social permanece identificada, eminentemente, com a propriedade estatal (a chamada "propriedade socialista de

---

[92] Com frequência os estudiosos cubanos constatam o 'estranhamento' que os trabalhadores sentem diante da propriedade social (isto é, a propriedade estatal), observando que não se sentem "donos" dela e, portanto, na ausência de salários dignos, não se comprometem devidamente com os resultados da empresa. No limite, isto é um produto da administração estatal verticalizada, que não possibilita uma gestão mais autônoma das empresas e tampouco a gestão democrática.

todo o povo”). Além do predomínio da propriedade estatal, pretende-se a expansão das cooperativas - também consideradas uma forma de propriedade socialista –, e assim constituirão o chamado setor socialista da economia nacional. Sendo assim, a crítica governamental, de fato, se dirige à absolutização e expansão generalizada da estatização, enquanto se acreditava, no passado, que o enfraquecimento das formas não estatais (privadas, mistas e cooperativas) aceleraria a construção socialista.

Em face desta interpretação que se mostrou equivocada, uma diferença importante das medidas atuais é que as atividades privadas, como o trabalho autônomo e as pequenas empresas (de gestão privada) não são mais entendidas como uma concessão capitalista temporária, mas como entes que podem contribuir à construção socialista através da elevação da oferta de produtos e serviços, dentro de limites, e orientadas pela ação do Estado Socialista. E para efetiva-las é necessário despir-se de certos preconceitos contra a atividade privada - o que se verificou com a abertura econômica dos anos 1990 e manteve-se na mentalidade dos dirigentes -, conforme Raul Castro afirmou em discurso:

> Insistindo sobre a necessária mudança de mentalidade vou mencionar um exemplo: se chegamos à conclusão de que o exercício do trabalho por conta própria [ou trabalho autônomo] constitui uma alternativa para os cidadãos em idade laboral, o que corresponde ao Partido e ao Governo, em primeiro lugar, é facilitar sua gestão e não gerar estigmas e preconceitos frente a eles, muito menos demoniza-los, e para isso é fundamental modificar a apreciação negativa existente em muitos de nós acerca desta forma de trabalho privado. Os clássicos do marxismo-leninismo, ao projetar os traços que deviam caracterizar a construção da nova sociedade, definiram – especialmente Lenin – que o Estado, na representação de todo povo, manteria a propriedade dos meios de produção fundamentais. Nós tornamos este princípio absoluto e instituímos a propriedade estatal em quase todas as atividades econômicas do país. Os passos que estamos dando e daremos na ampliação e flexibilização do trabalho por conta própria, são fruto de profundas reflexões e análises, e podemos garantir que desta vez não haverá retrocesso (CASTRO, R. 2010).

A retração das funções econômicas estatais em favor de um maior reconhecimento da propriedade e formas de gestão não estatais (privada, cooperativa e mista) tem por objetivo, além de aumentar a oferta de produtos e serviços, liberar o Estado da gestão de atividades não estratégicas (por exemplo, de pequenos serviços urbanos como lanchonetes, restaurantes, salões de beleza e outros), prestados inclusive com baixa qualidade, para concentrar-se decisivamente nas atividades e segmentos estratégicos do país, especialmente buscando elevar a eficiência econômica do setor estatal.

Ademais, este processo de mudanças traz consigo uma reestruturação da planificação, que consagrou a gestão centralizada das empresas estatais, eminentemente via mecanismos

diretos (administrativos), o que conferiu um traço fortemente verticalista da tomada de decisões empresariais. Em contrapartida, chega-se à conclusão que é necessário outorgar maior autonomia financeira e de gestão às empresas estatais, com vistas a propiciar maiores níveis de descentralização, uma vez que a insistência na centralização vinha reafirmando a ocorrência inúmeras deformações da gestão empresarial, além dos problemas de incentivos. Neste sentido a descentralização visa conceder mais responsabilidade aos administradores e, eventualmente, participação dos trabalhadores (via gestão democrática nas empresas que adotem esta modalidade), além da possibilidade de gerar maiores incentivos materiais através da retribuição salarial vinculada aos resultados da empresa.

Com efeito, a descentralização pressupõe uma flexibilização do plano e conduz automaticamente ao desenvolvimento das relações mercantis. Embora com um tom discreto, as mudanças reconhecem um maior papel aos mecanismos de mercado – que também atuará sobre as formas privadas de produção e serviços -, o qual representa uma novidade e uma transformação significativa no modo de conceber a construção socialista em Cuba. Apesar disso, ressalta-se que a planificação (que deverá se tornar cada vez mais indireta) vai prevalecer sobre o mercado. Quanto a isso Raul Castro observou criticamente as vicissitudes do "modelo excessivamente centralizado" e expôs o que se pretende:

> O modelo excessivamente centralizado que caracteriza atualmente nossa economia deverá transitar, com ordem, disciplina e participação dos trabalhadores, para um sistema descentralizado, no qual primará a planificação, como traço socialista de direção, mas que não deve ignorar as tendências presentes no mercado, o que contribuirá para a flexibilidade e permanente atualização do plano. A experiência prática nos ensinou que o excesso de centralização conspira contra o desenvolvimento da iniciativa na sociedade e em toda cadeia produtiva, onde os quadros se acostumaram que tudo se decidisse 'acima' e em consequência deixavam de sentir-se responsabilizados com os resultados da empresa que dirigiam. Nossos administradores, salvo exceções, se acomodaram à tranquilidade e à segurança da 'espera' e desenvolveram alergia ao risco inerente à tomada de decisões, ou seja, acertar ou equivocar-se. Esta mentalidade de inércia deve ser desterrada definitivamente para desatar os nós que impedem o desenvolvimento das forças produtivas (CASTRO, R. 2011).

Por outro lado, o ideal socialista de uma igualdade substantiva não meramente formal, que perpassou a construção histórica do modelo cubano, assumiu a intenção (mais ou menos radical) de uma igualdade absoluta das condições materiais de vida, via políticas sociais igualitárias, entendidas como a concretização de direitos de cidadania sob a responsabilidade do Estado. Este princípio orientou a conformação de um Estado de bem-estar social cujo provimento estatal de bens e serviços adquiriu dimensões praticamente monopólicas, retirando-os da esfera mercantil e privada, a fim de possibilitar a universalização do acesso.

Com o passar dos anos, apesar dos benefícios, este modo de conceber o acesso aos direitos - combinado a outras deformações econômicas - teria manifestado efeitos negativos sobre a sociedade. Em outras palavras, uma espécie de degeneração do seu objetivo inicial, em que algumas políticas teriam convertido o ideal de igualdade no chamado "igualitarismo", ou seja, uma igualação como fim em si mesma, com pouca retribuição econômica dos cidadãos. Ademais, denuncia-se o chamado "paternalismo estatal" que teria reduzido a autonomia e a iniciativa do indivíduo.

A política social sob o processo revolucionário compreendeu como direitos essenciais à dignidade dos cidadãos: o acesso ao trabalho, que se manifestou na busca do pleno emprego; o acesso aos serviços de saúde, educação e previdência social, gratuitos em todos os níveis; alimentação, transporte e acesso à cultura e esportes subsidiados. Estes direitos foram concebidos dentro de uma visão universalista, pública (estatal) e antimercantil - implementados através de financiamento pelo orçamento do Estado -, o que possibilitou o acesso gratuito ou a preços módicos a toda população, sem nenhum tipo de condicionalidade ou contrapartida individual. A forte condenação que o governo vem fazendo ao "igualitarismo" pode ser entendida como uma crítica ao sentido deturpado que tomou a distribuição igualitária (inserida em um cenário econômico com graves deformações), a qual estaria contribuindo para problemas de falta de incentivo ao trabalho, além de sobrecarregar as contas do Estado, e assim se tornando insustentável economicamente. Neste particular, as políticas igualitárias mais criticadas são a de empregos (e salários) e a distribuição de alimentos subvencionados.

Nas últimas décadas, com a crise econômica, o pleno emprego se tornou artificial e resultou no excesso de trabalhadores junto ao quadro de funcionários das empresas estatais frente às suas possibilidades produtivas, cuja situação combinava baixa produtividade a baixíssimos salários – fenômeno que os cubanos chamam de "subemprego estatal" - e daí a proposta de diminuição dos postos de trabalho estatais[93]. Historicamente, o padrão salarial pago pelo Estado assumiu níveis muito pequenos de diferenciação por cargos e funções e na maioria dos casos desvinculados dos resultados econômicos das empresas. Além de buscar maior homogeneidade social, outra justificativa era de que o "homem novo socialista" não

[93] Por exemplo, onde se necessitavam cinco trabalhadores para cumprir determinada função estavam empregadas sete ou oito pessoas. Por outro lado, segundo a ONEI (*Oficina Nacional de Estadisticas e Informacion de Cuba*) em 2008 o salário médio estatal era de 415 pesos cubanos (CUP).

poderia emergir se prevalecesse a ênfase nos incentivos materiais, conforme alertava Che Guevara. Por outro lado, o subsídio aos alimentos a toda população, que até então constituía o montante maior dos subsídios coletivos estatais, vem sendo apontado como a maior expressão deste "igualitarismo insustentável" e uma carga insuportável para o Estado, assegurou Raul Castro. Conforme já sublinhamos no discurso do presidente cubano, este benefício subsidia a todos, inclusive os que não necessitam e ainda os que não contribuem com seu trabalho, acrescentando-se ainda que potencializa o mercado negro.

Em uma sociedade com maior nível de diferenciação, inclusive em termos de renda, o "igualitarismo" aparece como a busca de uma igualação material em si mesma, desvinculada de condicionamentos para o acesso e (nas últimas décadas) com pequena contribuição econômica ao país. Ainda que pese todos os seus benefícios em décadas anteriores (eliminou a miséria, evitou grandes disparidades sociais, protegeu os setores mais vulneráveis diante do colapso econômico dos anos 1990 etc.), o "igualitarismo" vem sendo considerado um dos fatores que teria enfraquecido a disposição ao trabalho estatal e a disciplina laboral necessária ao aumento da produtividade nas empresas[94].

Intimamente ligado ao "igualitarismo", outro alvo da crítica oficial é o "paternalismo estatal". Mais um reflexo da absolutização do Estado, ele que se expressa na proeminência do orçamento do Estado como fonte de financiamento de diversos bens e serviços oferecidos à população e, esta, por sua vez, está submetida um padrão salarial contraído, marcado nos últimos vinte anos por um baixíssimo poder de compra. Em contrapartida o Estado incrementava os subsídios aos produtos e serviços. Inicialmente, este ordenamento resultou em benefícios coletivos e uma limitada autonomia individual para a satisfação das necessidades, uma vez que, em grande parte, estes eram assegurados no âmbito estatal. Entretanto, com a crise econômica do "Período Especial" verificou-se uma deterioração dos serviços estatais, o que conduziu a um nivelamento por baixo das condições de vida, em

---

[94] A vinculação das políticas igualitaristas com o desincentivo ao trabalho aparece quando se tem em mente que muitos cubanos vivem de remessas estrangeiras ou da negociação de produtos no mercado negro. Este tipo de fenômeno faz com que o trabalhador se mantenha apenas formalmente em um posto de trabalho (o que leva ao ausentismo e a indisciplina laboral), além dos que ocupam postos de trabalho de forma 'oportunista', ou seja, para abastecer sua atividade comercial no mercado negro, praticando desvios. Assim sendo, o subsídio aos alimentos para todos, também estaria beneficiando estes grupos que supostamente não "contribuem para o país". Por outro lado, pode-se considerar este tipo de problema como uma deformação da própria economia cubana, cujo setor estatal predominante não garante a satisfação de todas as necessidades dos trabalhadores em virtude dos seus baixos salários, e com isso, leva a busca de outras formas de renda, provenientes de atividades ilegais, clandestinas ou até mesmo legais. O dito popular que muitas vezes justifica este tipo de prática sustenta: "o Estado finge que paga, o trabalhador finge que trabalha".

especial do consumo familiar[95]. Ademais, o "paternalismo" também se expressa no sistema empresarial estatal, onde se adotam práticas de socorro a empresas que operam com perdas permanentes (despesas maiores que a receita) e que, entretanto, devem manter o seu funcionamento[96].

Raul Castro vem insistindo que as políticas baseadas no "igualitarismo" e o "paternalismo" devem dar lugar ao fortalecimento dos salários no setor estatal, buscando assegurar a distribuição (socialista) conforme o trabalho, e para tal deve-se estabelecer uma maior diferenciação salarial, proporcionalmente com a quantidade, a qualidade e os resultados do trabalho. Com a proposta de mudança da distribuição "igualitarista" dos salários estatais e da alimentação subsidiada a todos, o governo visa incentivar que as pessoas vivam da renda do trabalho legal (no setor estatal ou não), combatendo uma situação existente até então em que grande parte da população teve de recorrer a fontes de renda extralegais. Por outro lado, salienta-se que o Estado mudará a sua política social de subsídios coletivos (de produtos) na direção de subsídios individuais "aos que realmente necessitam"[97]. Entretanto, o remanejamento dos gastos estatais terá limites. O próprio líder cubano assegurou que os serviços estatais gratuitos e os subsídios se manterão em áreas consideradas vitais, conforme expressou:

> As gratuidades devem se limitar estritamente a assegurar a todos os cidadãos igualmente as 'questões' vitais como a educação, a saúde, a seguridade e assistência social, juntamente à cultura e ao esporte; os quais, inclusive, para manter os seus

---

95 Com a crise econômica e as deformações que se originaram dos ajustes da década de 1990, este modelo distributivo se deteriorou em sua capacidade de satisfação das necessidades, obrigando os indivíduos e as famílias a terem um papel mais ativo e autônomo para sua sobrevivência, agora em espaços mercantis (legalizados ou não); entretanto isto ocorreu de maneira informal e não assumida pelas autoridades. Assim sendo, mantiveram-se as travas burocráticas e proibições excessivas que impediam o desenvolvimento e a formalização de atividades econômicas privadas, resultando no aumento da informalidade e das atividades econômicas clandestinas. Neste sentido muitos cubanos afirmam que era praticamente impossível viver dentro dos limites legalidade.

96 A organização econômica do Estado cubano para as atividades produtivas, bem como para o provimento de produtos e serviços, estabelece uma diferenciação entre *sistema empresarial* e *sistema orçamentário*. No sistema empresarial estão as empresas cujo objetivo é a maximização dos seus rendimentos econômicos, em geral as empresas que prestam serviços produtivos e produção de bens; enquanto no segundo estão as unidades orçamentárias (financiadas pelo orçamento do Estado) cujo objetivo é a maximização da qualidade ou quantidade dos serviços oferecidos, sem a finalidade de ser rentável economicamente (escolas e hospitais, por exemplo).

97 A diminuição das gratuidades e subsídios começou com modificações com relação à alimentação nos locais de trabalho, assim como no transporte de ida e volta ao trabalho. Posteriormente, os materiais de construção deixaram de ser subvencionados e se outorgaram créditos para as pessoas necessitadas. A intenção de acabar com o subsídio de alimentos (que envolve itens da cesta básica) é, talvez, a medida mais polêmica, pois não há suficiente consenso sobre isso. Entretanto, com a crise das últimas décadas sua eliminação tem sido gradual, mediante a retirada paulatina de itens que até então estavam subvencionados.

> níveis atuais requer que se produza mais e aumente os recursos do orçamento [do Estado] (CASTRO, R. 2008).

As medidas destinadas a "atualizar o modelo" se fundamentam ideologicamente na noção de que já não existe modelo único para o socialismo e, portanto, reivindicam um "socialismo com características próprias" - inspirada na formulação desenvolvida pelo Partido Comunista Chinês - e por isso há maior espaço para propostas específicas relacionadas aos diferentes contextos nacionais e circunstâncias de cada país. Ainda que não pudéssemos afirmar que Cuba estaria adotando um programa econômico similar ao da reforma chinesa iniciada em 1978, parece haver uma clara inspiração na experiência chinesa quanto à estratégia reformista de transformações da economia estatal de planejamento centralizado, mantendo-se essencialmente a estrutura política de partido único; sobretudo se a compararmos com a estratégia de reformas sintetizadas na *Glasnost* e na *Perestroika* que fracassou na URSS. Sem dúvida, esta representa uma lição "negativa" para os dirigentes cubanos. Apesar disso, Raul Castro ponderou que Cuba não pretende copiar ninguém, haja vista as vicissitudes da influência soviética sobre o processo revolucionário cubano. Destaca-se assim a perspectiva de construção de um modelo próprio que, entretanto, não desconsidera outras experiências, como bem expressou Raul ao defender o programa de reformas perante o Parlamento:

> Ninguém deve se enganar, os *Lineamientos* assinalam o rumo em direção ao futuro socialista, ajustado às condições de Cuba, não ao passado capitalista e neocolonial derrocado pela Revolução. A planificação e não o livre mercado será traço distintivo da economia e não se permitirá a concentração da propriedade (...). A construção do socialismo deve se realizar em correspondência com as peculiaridades de cada país. É uma lição histórica que aprendemos muito bem. Não pensamos em voltar a copiar ninguém, isso já nos trouxe bastante problema, e ainda por cima, muitas vezes copiamos mal. Apesar disso, não ignoramos as experiências de outros [países] e aprendemos com elas, incluindo as [experiências] positivas dos [países] capitalistas (CASTRO, R. 2010).

Por outro lado, não se pode desconsiderar que um processo reformista desta natureza coloca sérias implicações políticas ao regime, basicamente em dois aspectos: o primeiro diz respeito à dinâmica política propriamente dita da implementação das mudanças pela burocracia estatal e partidária, ou seja, do apoio necessário ou possíveis resistências que possam existir frente a elas; o segundo aspecto, não menos essencial, diz respeito à transferência de poder que qualquer modificação acarreta, isto é, coloca a questão do controle político das transformações, tendo em vista que um objeto claro do governo cubano é evitar

uma desagregação da ordem sociopolítica existente, em especial com um desfecho trágico conforme atestou a experiência de reformas na ex-URSS.

Isto posto, é importante salientar que as reformas econômicas e sociais desencadeadas a partir do reconhecimento da sua necessidade pelas altas instâncias de poder do Partido e do Governo, inicialmente, só virão acompanhadas de modificações políticas pontuais (ainda que significativas), e em grande parte caudatárias dos ajustes necessários à implementação daquelas reformas[98]. Ou seja, o Partido Comunista vai conduzir este processo, ainda que tenha que passar por modificações internas - entretanto, sem abrir mão do seu poder dirigente exclusivo. Após o VI Congresso, que discutiu o programa reformista, realizou-se a 1ª Conferência Nacional do Partido, em 2012, dedicada a tratar das "questões diretamente políticas", com o objetivo de revisar o funcionamento interno do Partido e "atualizar" métodos políticos e concepções dos seus dirigentes em consonância com a tarefa prioritária de implantação das reformas.

Nesta ocasião, Raul Castro aproveitou para reafirmar a manutenção do sistema político de partido único, justificando-o não como uma essencialidade política da construção do socialismo, mas como necessário diante da pressão externa que os EUA exercem sobre Cuba. O sistema de partido único se relaciona com o projeto socialista apenas indiretamente, ou seja: na medida em que é este sistema político que garante a soberania e a independência nacional, através do qual foi possível sustentar um projeto alternativo de sociedade, cercado por uma potência hegemônica que se opõe, e que historicamente utilizou-se dos mais variados meios para derrubar o regime revolucionário. Portanto, a resistência de Cuba não seria possível sem a "arma estratégica da unidade" que o Partido assegura. Neste sentido Raul Castro o justificou:

> Nossos adversários e até alguns que simpatizam conosco, abstraindo a história de permanente agressão, bloqueio econômico, ingerência e cerco midiático (...) nos exigem, como se tratasse de um país em condições normais e não uma fortaleza sitiada, a reinstauração do modelo multipartidário que existiu em Cuba sob o domínio neocolonial dos Estados Unidos. Renunciar ao princípio do partido único equivaleria, simplesmente, a legalizar o partido ou os partidos do imperialismo em solo pátrio e sacrificar a arma estratégica da unidade dos cubanos, que tornou realidade os sonhos de independência e justiça social (CASTRO, R. 2012).

---

[98] Por exemplo: fala-se da necessidade de separação entre as funções do Partido e do Estado, diferenciando-se o papel de cada um; soma-se a isso a separação entre as funções estatais e as funções propriamente empresariais. Além disso, talvez a maior novidade seja o indicativo dado por Raul Castro de que deve-se limitar o tempo de permanência nos principais cargos políticos e estatais a um máximo de dois mandatos consecutivos de cinco anos.

Assim sendo, caberá ao PCC a responsabilidade sobre a implementação do programa reformista, além de impulsar e fiscalizar o seu cumprimento. E por isso Raul Castro pediu novamente aos quadros e militantes do Partido uma mudança de mentalidade, isto é, que se esforcem para superar os "dogmas e critérios obsoletos" ainda existentes. Em tom dramático, ele destacou a gravidade da situação econômica do país em relação às responsabilidades do poder revolucionário, ressaltando que a não viabilidade do "novo modelo" – por falta de compromisso de alguns funcionários – poderia mesmo colocar em risco a própria continuidade do regime:

> Se quisermos salvar a Revolução haverá que cumprir o que acordamos e não permitir que depois do VI Congresso – como tem sido até agora em muitos casos significativos – que se abandonem os documentos 'ao sono eterno das gavetas'. (...) Já acabou o tempo de seguir beirando o precipício: ou retificamos ou nos afundamos e afundaremos junto o esforço de gerações inteiras (CASTRO, R. 2010).

Nestes termos o presidente cubano apresentou a urgência de reformar o modelo econômico e social do país, cujo objetivo estratégico é sintetizado na palavra de ordem: "por um socialismo próspero e sustentável". A partir daí busca-se viabilizar um modelo com predomínio da propriedade estatal e da planificação, sem negar a importância do mercado e das formas privadas de produção; e com isto possibilitar um maior desenvolvimento econômico, fundamentalmente que seja capaz de produzir mais bens e serviços para proporcionar uma elevação do padrão de vida (em especial aliviar o consumo básico familiar) tão deteriorado nas duas últimas décadas. No entanto, que preserve as principais conquistas sociais, buscando criar a base produtiva necessária à sustentação de um Estado de Bem-estar social que, em parte, se pretende manter. No novo modelo o Estado desempenhará um papel mais reduzido na garantia da satisfação das necessidades da população, concentrando em algumas áreas como apontamos acima e, consequentemente, vai conferir à iniciativa individual a responsabilidade de prover outras necessidades. Por outro lado, muitos afirmam que, seguramente, novas desigualdades vão surgir e Raul parece não negar isso quando afirma que esta será uma "sociedade menos igualitária, porém mais justa". Diante dos sinais de esgotamento do modelo anterior e da concepção de um 'socialismo estatista' que o fundamentou, as reformas são entendidas pelo Governo e o Partido, dentro do contexto interno e externo no qual Cuba está inserida, como a única maneira de preservar e desenvolver o socialismo.

4 A DISCUSSÃO TEÓRICA DA REFORMA DO SOCIALISMO ANTERIOR AO VI CONGRESSO: O QUE PENSAVAM ALGUNS INTELECTUAIS?

Com vistas a aprofundar o entendimento das transformações econômicas e sociais que o novo programa saído do VI Congresso do PCC propôs para reformar o modelo socialista cubano, vamos retomar alguns temas acerca da reforma do socialismo que já vinham sendo discutidos anteriormente pelos intelectuais cubanos. Com isso buscamos trazer a contribuição teórica de alguns intelectuais que possivelmente nos ajude a pensar a reforma atual, uma vez que identificamos determinadas aproximações entre as medidas aprovadas no VI Congresso (além das justificativas políticas do Partido e do Governo sobre elas) e o que estes autores já vinham refletindo anteriormente[99]. Todas as reflexões a seguir abordam o contexto em que a sobrevivência do regime político parecia estar assegurada, após a dramática crise dos anos 1990, podendo-se ressaltar que a necessidade de reformas substantivas já era algo evidente nestes autores. Com isso não pretendemos afirmar que o Governo e o Partido Comunista foram influenciados diretamente por esta ou aquela visão, senão atentar para o aparecimento de certas críticas e proposições com determinado nível de consenso entre os especialistas, apesar das diferenças entre si.

Os intelectuais cubanos que selecionamos aqui fazem parte do debate interno no país, alguns mais próximos, outros mais críticos, ao governo cubano[100]. Todos eles, porém, falam desde uma perspectiva que eles consideram "socialista" para Cuba, embora com divergências sobre o que concebem por socialismo ou os meios para atingir tal objetivo. Todos são especialistas da área das Ciências Humanas: sociólogos, economistas, filósofos e historiadores. Com o objetivo de expor o pensamento dos autores de modo mais claro e coerente, optamos por manter uma divisão por autor, e assim evitar o risco, pelo menos por enquanto, de enquadramentos enviesados ou apressados[101].

---

[99] Estes debates nunca desapareceram em Cuba. No entanto, verificam-se momentos de maior ou menor abertura, e de incentivo aos debates. Especialmente a partir de 2007, como já apontamos, as discussões voltam a ganhar força.

[100] Ao final acrescentaremos a visão do sociólogo Atílio Borón que, embora seja argentino, mantém um diálogo frutífero com os intelectuais cubanos acerca do tema que estamos abordando, além de sua proximidade política com o governo cubano.

[101] Podemos adiantar, contudo, que há pelo menos um mapeamento sistemático do debate socialista em Cuba, que veio à tona após a realização do VI Congresso, realizado pela economista cubana Camila Harnecker (2012). Para ela, as concepções do socialismo se subdividem, fundamentalmente, entre três posições distintas: a *estatista*, a *economicista* e a *autogestionária*. Além desta autora, Oscar Estrada, ainda que não

Como a discussão crítica "dentro da Revolução" tem limites políticos claros – isto é, não se contesta abertamente a existência dos poderes instituídos (Partido, Estado, Governo), consequentemente o foco do debate aberto com a ascensão de Raul Castro acabou privilegiando os "problemas socioeconômicos" do país. Não foi à toa que a liderança do país afirmou que o VI Congresso seria restrito a análise de "temas econômicos". Assim sendo, não é difícil perceber que este tipo de estratégia visou isolar os "problemas socioeconômicos" de sua associação com os "problemas e erros propriamente políticos", e com isto evitar que a discussão transcenda para um "rumo perigoso" de contestação à ordem política vigente. Entretanto, isto não necessariamente significa ausência de pensamento crítico acerca das instituições políticas no país.

Estamos chamando atenção para este tipo de questão porque é importante para esclarecermos a delimitação dos "temas da reforma do socialismo" que vamos abordar nos autores a seguir. Ainda que estes intelectuais possam abordar o tema da reforma do socialismo de uma forma muito mais ampla, por exemplo, considerando também a questão essencial das "instituições políticas do socialismo" (ou seja, o tema da participação, do controle popular, ou da chamada "democracia socialista"), não iremos discuti-los especificamente neste capítulo, uma vez que nos limitaremos a considerar os "temas da reforma do socialismo" mais ou menos relacionados ao programa da "atualização do modelo econômico e social" já apresentado no capítulo 3[102].

Os temas que vamos abordar tratam, fundamentalmente, de três questões chave da teoria socialista, a saber: 1) as relações entre a planificação estatal e a regulação mercantil em uma economia socialista; 2) a estrutura de propriedade dos meios de produção: o predomínio da propriedade social e o lugar dos diferentes tipos de propriedade; 3) e eventualmente da noção de igualdade/equidade e as desigualdades que poderiam ser legítimas no socialismo (relativas ao princípio distributivo da riqueza social, e não aos dispositivos constitucionais formais).

---

tenha se debruçado especificamente sobre o debate, aponta a existência de duas posições majoritárias que ele chamou de *dogmática e pragmática*, entretanto, sublinha que limitar-se a estas duas posições resultaria no empobrecimento do debate. Ao fim, poderíamos falar que possivelmente haja uma coincidência entre a visão de ambos autores.

[102] Consideramos, entretanto, que o socialismo é um projeto integral de sociedade e portanto os temas da democracia e da participação também são questões intrínsecas a ele. Porém, devido a delimitação do objeto desta dissertação não iremos trata-los neste momento.

As reflexões que destacaremos a seguir contém, além do esforço de repensar o socialismo em uma situação concreta, um diagnóstico da realidade cubana contemporânea. E, por sua vez, nos possibilitará entender melhor alguns problemas que o próprio Raul Castro fez referência, como destacamos anteriormente. Por trás de qualquer referencial propositivo de reforma ou da chamada "reinvenção do socialismo" o que, de fato, fica evidente na maioria dos autores é a forte crítica ao modelo estatal centralizado - em grande parte associado ao legado soviético –, enquanto um ordenamento centrado na absolutização do Estado, não apenas na condução da economia, mas na vida social como um todo. Inclusive, é possível notar uma certa percepção do seu esgotamento.

4.1 **Alfredo Gonzalez Gutiérrez**[103]

A importância de sublinhar a contribuição teórica do economista Alfredo Gonzalez Gutierrez (2002) para o processo reformista que estamos tratando, consiste na sua projeção como um dos principais nomes em Cuba que procuraram investigar, desde os anos 1990, o novo contexto da transição socialista nas condições globais contemporâneas. De especial relevância para nossa problemática é o seu enfoque deste contexto, buscando pensar a compatibilidade do mercado com as aspirações por uma sociedade socialista.

Para este autor, nas condições mundiais referidas, o socialismo adquire um novo desdobramento conceitual, uma vez que:

> A partir do desenvolvimento desigual e heterogeneidade da estrutura produtiva, e a necessidade de uma interação mais direta com a economia internacional, o socialismo reconhece, na etapa atual, a convivência de diferentes formas de propriedade e a necessidade de utilizar a planificação, em combinação com o mercado, na regulação das relações econômicas. Esta diversidade de formas de propriedade, utilização dos mercados e abertura da economia pode impulsionar um desenvolvimento complementar das forças produtivas, devido à melhor acomodação dos fatores subjetivos às condições de produção (...) (GUTIERREZ, 2002. p.23).

Embora considere este o ponto de partida da situação concreta, Gutierrez entende que a essência do socialismo baseia-se nos seguintes princípios: a equidade e a justiça social, enquanto princípios que devem nortear a distribuição da riqueza; e a solidariedade enquanto meta da consciência social – isto é, o substrato da moral comunista. Portanto, estes princípios

---

[103] Alfredo Gonzalez Gutierrez, falecido em 2006, é o único dos autores discutidos abaixo que não se refere diretamente ao período pós-ascensão de Raul Castro. Sua contribuição sublinhada aqui está baseada em um texto publicado em 2002. Apesar disso, consideramos que se trata de um mesmo contexto político e ideológico: o da crise do modelo socialista estatal e centralizado e, consequentemente, da necessidade de pensar o socialismo sob novos referenciais.

devem se expressar na criação de condições para o desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo (GUTIERREZ, 2002).

Estes princípios abarcam os chamados ‘direitos essenciais ou básicos’ que devem ser iguais para todas as pessoas. Em geral são os direitos mínimos indispensáveis para a sobrevivência, o desenvolvimento do indivíduo e a convivência social, tais como: direitos políticos, econômicos e pessoais (civis). Por outro lado, existem os ‘direitos não básicos’ que devem ser distribuídos de forma desigual, segundo o princípio da ‘igualdade proporcional’. A equidade com relação aos ‘direitos não básicos’ se expressa na forma de distribuição em correspondência com o aporte laboral de cada indivíduo à sociedade, ou seja, pelo trabalho realizado. Ademais, estes princípios se complementam com o princípio da ‘compensação’ e o da ‘igualdade de oportunidades’, os quais são imprescindíveis para que os cidadãos possam conquistar o que autor considera ‘direitos não básicos’.

Por outro lado, referenciando-se no pensamento de “Che” Guevara, Gutierrez faz a ressalva de que o socialismo não diz respeito apenas ao problema da distribuição de riqueza, mas que a sociedade socialista, por sua vez, aspira a ser algo qualitativamente distinto da sociedade capitalista, onde deve prevalecer uma consciência social mais solidária. Por isso, sem a transformação das consciências não é possível a construção da nova sociedade almejada. Nestes termos, o papel da política é fundamental já que o socialismo não se constrói de forma espontânea, portanto, requer a ação consciente dos homens para construí-lo.

Ao considerar a situação contemporânea de Cuba, Gutierrez questiona se pode haver uma sociedade solidária (ou seja, uma sociedade socialista), onde predomina um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. O autor nega esta possibilidade baseando-se nos próprios apontamentos de Karl Marx na *Ideologia Alemã*, quando este ponderou que o desenvolvimento das forças produtivas constitui também uma premissa prática absolutamente necessária, “porque sem ela somente se generalizaria a escassez e, portanto, com a pobreza, começaria de novo a luta pelo indispensável e se recairia necessariamente em toda a miséria anterior”. Desta forma, nos parece que uma contribuição essencial de Gutierrez ao entendimento do processo político vinculado às reformas econômicas que vieram à tona no VI Congresso do PCC, foi ter sublinhado que um “socialismo” sem resultados econômicos, de acordo com as aspirações da população, corre o risco de perder seu poder de atração e de “inclinar a balança” na direção de projetos de vida individuais descolados do projeto coletivo (socialista) a que se aspira - e não raro, até mesmo em contradição a ele . Ou seja, pode

acentuar a percepção da população de que a busca legítima de melhoria das condições (individuais) de vida não passa pelo projeto socialista – estabelecido politicamente – e, portanto, criando-se a antessala da sua destruição.

Por outro lado, em vista do imperativo de desenvolvimento econômico, Gutierrez aponta que se aceitamos que o socialismo não pode prescindir do mercado na etapa atual, e que tampouco deve perder seus traços essenciais de uma sociedade mais solidária, o dilema contemporâneo que se coloca é o dos limites e a compatibilidade entre a ação da lei do valor e a regulação consciente dos processos econômicos e sociais próprios de uma sociedade socialista. Logo, o debate socialista contemporâneo deve procurar discutir, fundamentalmente, os limites da atuação do mercado e a compatibilidade entre o mercado e planificação. Ou seja, como encontrar um ajustamento entre a necessidade de aproveitamento do potencial produtivo do país e as restrições à acumulação privada e aumento da desigualdade de renda?

Ainda assim Gutierrez não minimiza os riscos da incorporação do mercado e de parcelas de propriedade privada (capitalista ou não) na economia socialista, porém ressalta que quando se começa a fazer uso do mercado e das relações monetário-mercantis, os produtores e comerciantes encontram uma fácil possibilidade de obtenção do que em microeconomia neoclássica se denomina *lucro extraordinário* (ou supranormal, a taxa de lucro diferenciada resultante da concorrência oligopólica). Estes lucros podem se tornar persistentes, pois, em geral, nas primeiras etapas da concorrência existem obstáculos para a atuação da lei do valor e, portanto, para a sua nivelação através da competição. A persistência destas rendas diferenciais pode conduzir a importantes acumulações, ao crescimento e concentração de capitais que atuam para o mercado. E então, pode acontecer que, na tentativa de delimitar (ou limitar) a participação dos produtores e comerciantes nos mercados, o Estado eleve os custos de entrada e permanência em tais mercados, e assim os participantes já estabelecidos consolidam sua posição e se restringe ainda mais o efeito nivelador da competição. Com o tempo, as camadas sociais associadas a estes desdobramentos podem chegar a adquirir peso e desequilibrar a ‘balança política’ em direção a uma sociedade menos solidária - isto é, não socialista (Gonzalez, 2002).

Assim sendo, Gutierrez apontou que uma questão essencial a ser considerada pelos dirigentes cubanos era: uma estratégia econômico-social que não satisfaça as aspirações de melhoria das condições de vida da população, provavelmente terá um baixo poder de mobilização e legitimidade. Por outro lado se o Estado impor restrições muito estreitas ao

lucro privado, isto pode conduzir a que se sacrifique uma parte significativa do desenvolvimento econômico potencial. Desta forma, é possível que a tentativa do Estado em restringir certos fenômenos negativos (como o aumento da desigualdade de renda ou a tendência à acumulação privada) seja insuficiente do ponto de vista dos requerimentos da produção e do crescimento econômico. Em outras palavras, o projeto socialista cubano parece estar preso a seguinte tensão: como conseguir superar as contradições entre os incentivos à produção e o aumento das desigualdades sociais? Segundo Gutierrez, é precisamente o desequilíbrio entre o baixo aproveitamento do potencial produtivo – devido a medidas restritivas do Estado – e a necessidade de evitar os fenômenos negativos, onde reside o problema mais agudo para o socialismo nas condições contemporâneas. Portanto, se o país quiser evitar sacrificar um e outro dos objetivos anteriores, será necessário encontrar novos caminhos e enfoques para o desenho de medidas compensatórias e de compatibilização que permitam um melhor ajustamento da problemática da utilização da capacidade produtiva e a contenção das desigualdades (GUTIERREZ, 2002).

Dito isso, é necessário buscar a incorporação da heterogeneidade das formas de propriedade e o aumento das relações monetário-mercantis no socialismo de uma maneira mais adequada, através de medidas concretas que poderiam ser experimentadas nas seguintes direções: aumentar a capacidade de oferta e competição do setor estatal em relação ao setor não estatal; conceder maior autonomia de gestão às empresas e incrementar os incentivos materiais; desenvolver a competição entre as formas não estatais; diversificar as formas de propriedade não estatal estimulando as “formas de maior conteúdo social”, por exemplo: a propriedade coletiva local e as cooperativas; restringir o crescimento das formas de propriedade não estatal a partir do momento em que alcance determinada escala, associando-as ao Estado; quanto ao orçamento, separar mais detalhadamente os gastos sociais dos gastos produtivos; melhorar a distribuição dos recursos entre acumulação e consumo, visando a uma ponderação adequada entre crescimento, eficiência econômica e desenvolvimento social; reduzir ou eliminar as causas econômicas do ‘delito econômico’ (desvios e corrupção no setor estatal); reconhecer a diversificação de opções econômicas individuais e, ao mesmo tempo, lograr maior assimilação social e política destas opções ao projeto socialista (GUTIERREZ, 2002).

Enfim, Gutierrez conclui que cada projeto socialista tem possibilidades de avançar dentro de seu marco histórico para uma sociedade mais humana e solidária, de tal maneira que

o proponha, e se reconheça com objetividade as contradições que se enfrentam. Em suma, não há soluções mágicas e tampouco propostas que resolvam as contradições. Possivelmente, a principal contribuição trazida por este autor seja iluminar os problemas sobre os quais é necessário ter consciência para agir, bem como sugerir um novo enfoque diante desta nova realidade do socialismo. Ou seja, refletir sobre estas tarefas é indispensável para não cair, de acordo com o autor, nos excessos de voluntarismo ao qual a Revolução Cubana, em determinadas ocasiões, teve uma certa propensão.

4.2 **Osvaldo Martinez**

Mais recentemente o também economista cubano Osvaldo Martinez (2007) chamou atenção para a necessidade de que a Revolução Cubana repense o seu modelo socialista, ainda mais considerando-se o novo contexto político que emergiu na América Latina no início dos anos 2000. Com a ascensão de forças de esquerda e governos nacionalistas em vários países da região, mais ou menos críticos do neoliberalismo, Martinez vislumbra maiores possibilidades de uma aproximação de Cuba com estes países, não apenas em termos de intercâmbio comercial. Além de destacar a importância da política externa aos desafios da reforma do socialismo cubano, a sua contribuição fundamental, e que gostaríamos de sublinhar, refere-se à dificuldade quanto ao tratamento teórico do mercado nos processos de transição socialista.

Segundo este economista, para os cubanos, repensar o socialismo implica uma alta dose de responsabilidade política, pois trata-se de avaliar o significado das conquistas fundamentais que foram alcançadas, para avançar, a partir delas, no chamado "socialismo do século XXI" – o que não equivale a copiar o processo venezuelano. Ou seja, esta empreitada só faria sentido se pensássemos em um "socialismo com características cubanas", já que a marca do novo socialismo no século XXI deve ser o rechaço a imitações, logo, cada um deve ter seus próprios 'cheiros e cores' nacionais. Neste sentido aponta a superação de uma visão única de socialismo, veiculada pelo marxismo-leninismo soviético até a década de 1980, quando se supunha que o socialismo era um corpo rígido com características similares em todos os países. Martinez sustenta, portanto, que atualmente é mais adequado falar em "socialismos" (MARTINEZ, 2007).

Para Martinez, diferentemente do capitalismo - que se baseia na regulação pelo mecanismo de mercado e que conduz a um tipo de formação social de maneira mais ou menos espontânea - ou seja, uma autoconstrução; o socialismo, por sua vez, deve ser uma construção consciente, que não deve confiar em mecanismos espontâneos. Porém, diante das circunstancias históricas e globais nas quais Cuba se insere, não é possível negar estes mecanismos completamente. Sobre esta tensão, o autor nos oferece uma reflexão bastante esclarecedora, não apenas das contradições entre os mecanismos espontâneos e os propósitos socialistas, mas também sobre as dificuldades que envolvem pensar o papel do mercado na transição socialista. Embora Martinez considere que o tratamento dado ao mercado permanece uma matéria pendente na teoria socialista, sublinha que:

> Trata-se de um fenômeno sumamente ambivalente. Lenin dizia que as relações mercantis geram capitalismo a cada dia, cada hora, cada minuto. Seu funcionamento espontâneo foi a base histórica do surgimento do capitalismo e foi seu mecanismo de geração e operação principal até hoje. Mas o mercado também é um mecanismo de estimulo à produtividade, à inovação, à produção. E o socialismo se debateu historicamente frente a esta ambivalência que eu caracterizaria como a luta entre a 'mercadofobia' e a 'mercadocracia'. Por um lado, não se trata de temor a um fantasma inventado, senão ao perigo real de que as relações mercantis, deixadas a seu espontaneismo ou confiando em seu funcionamento autônomo, produzam o contrário do que o socialismo se propõe. Sempre recordo a frase de Che [Guevara] quando ele o qualificava como a 'arma corrompida do capitalismo'. Por outro lado, existe o perigo de que, ao reprimir o mercado, afogando-o totalmente, possamos conseguir efeitos negativos, de desestimulo produtivo, e isto pode ser grave porque o grande problema consiste em que não descobrimos nada para substituir algumas de suas funções recorrentes e permanentes. Vivemos no fio desta contradição (MARTINEZ, 2007 p. 142).

Segundo Osvaldo Martinez não há uma solução imediata a esta problemática. Se por um lado, ele considera que esta questão deve ser conduzida de maneira muito específica, no dia a dia, mediante um processo de tentativa e erro - em suas palavras: "é necessário aprender a usar o mercado em doses certas para que não nos mate, já que é um tóxico; e ao mesmo tempo, em doses suficientes para que possa funcionar como um tônico e permita nos estimular" (p.142). Por outro lado, fiel à tradição socialista cubana presente nas visões de Fidel Castro e Che Guevara, Martinez pondera que não é possível esquecer o componente ideológico do socialismo, em suma o papel da mobilização política e ideológica. E, portanto, diante das tensões que o mercado traz, um fator fundamental a ser considerado é a atitude política da população para enfrenta-las.

Além disso, do ponto de vista das relações externas que podem propiciar a construção de um "socialismo com características cubanas", Martinez vê com bastante otimismo o fortalecimento das relações de Cuba com processos políticos latino-americanos

antineoliberais, que emergiram após 1999. Especialmente, em função da sinalização de uma integração regional com potencial de apresentar novos enfoques, não meramente comerciais, mas também de cooperação solidária entre os países. De acordo com o autor:

> Estamos localizados na região do planeta onde é mais evidente a ruptura do sistema de domínio imperial. Há perspectivas promissoras como a ALBA, que embora não seja o socialismo do século XXI, permitem pensar em uma integração latino-americana não ditada pela vantagem comparativa de mercado, que dominou todos os processos de integração dentro e fora da América Latina, mas um que comece a enfatizar a atenção à saúde, educação e a alfabetização, que se baseie em princípios de solidariedade e cooperação, de modo que constituam não uma retórica do discurso integracionista, mas a substancia do processo (...). Fomos golpeados por todas as desvantagens do 'socialismo em um só país', mas agora abre a possibilidade de fundirmos em uma internacionalização do socialismo, em nossa região histórica e cultural. Esta possibilidade deve ter sobre nós uma influência muito saudável; e certamente Cuba deve influir sobre este processo (MAERTINEZ, 2007, p. 148).

Por fim, diante deste novo cenário, Martinez enxerga a transição socialista em termos muito diferentes do que se pensava em Cuba nos anos 1980, quando o "socialismo real" e seus manuais pesavam muito ideologicamente e impunham um modo de enfoque do problema. A etapa da sobrevivência do projeto socialista foi superada, agora o desafio é recolocar novas metas de desenvolvimento para o país (MARTINEZ, 2007).

4.3 **Carlos Lage Cordoniú**

Destacaremos agora a visão do jovem economista cubano Carlos Lage Cordoniú[104], (2007) na qual é possível visualizar uma defesa da introdução dos mecanismos de mercado na reforma da economia socialista, em especial sua defesa do estabelecimento de setores econômicos que estarão sujeitos a distintas formas de regulação. Porém, ao mesmo tempo, o autor não deixa de ressaltar que esta abertura deve estar condicionada à correlação de forças políticas na sociedade. Ou seja, observar de perto o crescimento do setor privado é crucial para evitar os possíveis riscos de restauração capitalista – ideia bastante difundida com a reforma aprovada em 2011. Por outro lado, é interessante chamar atenção para o seu diagnóstico da realidade cubana que o leva a tais proposições, especialmente quando parece falar em nome dos anseios da juventude cubana[105].

---

[104] Filho do ex-vice-presidente cubano Carlos Lage.

[105] As ideias do autor apresentadas aqui baseiam-se na sua participação, como presidente da Federação Estudantil Universitária (FEU), no simpósio: "Sobre a transição socialista em Cuba", publicado pela Revista

Segundo Lage o projeto social da Revolução Cubana nos tempos atuais vive uma "transição". Isto é, um processo de mudança e adaptação que, além de recorrer aos meios que respondam aos desafios da conjuntura atual, se caracteriza por colocar uma transformação na forma de pensar e de construir o projeto socialista cubano. Portanto, também defende a necessidade de se repensar o projeto neste novo contexto.

De acordo com este autor, a transformação do projeto socialista se impõe em função da emergência de três situações que influenciam decisivamente o processo revolucionário no país: 1) quanto ao paradigma do socialismo, o modelo cubano é praticamente contrário ao que existe na maior parte do mundo; 2) apesar de certa recuperação dos efeitos da crise econômica, seus custos se expressam no plano interno não somente nas condições materiais, mas na questão dos valores – ou seja, da "consciência revolucionária" - das pessoas e, sobretudo, dos jovens; 3) o poder da globalização, o impacto das novas tecnologias, da transculturação e a força comercial do capitalismo, influenciam decisivamente o processo cubano. Em suma, estes seriam os elementos que pressionam para que Revolução repense seu modelo socialista, de modo a articular sua inserção neste cenário.

Ademais, Lage identifica alguns temas que considera de urgente tratamento pelo governo, pois atingem a maioria da população. São eles: a necessidade de que as melhorias econômicas se expressem na vida das famílias, em especial na oferta de alimentos, nos salários e algumas comodidades cotidianas; a recuperação do valor social do trabalho e a sua significação individual legítima como meio de vida; além de melhorar a eficiência na produção.

Frente ao desafio de repensar o modelo, Lage deixa claro a influência que a via reformista chinesa vem exercendo em muitos economistas cubanos. Partidário de uma economia mista, ele aponta que uma lição interessante das reformas econômicas naquele país oriental, poderia ajudar, por exemplo, na definição dos setores da economia cubana que estariam sujeitos aos diferentes tipos de regulação (estatal, mercantil e suas variações complementares). Somando-se a isso defende a abertura de espaços ligados às formas privadas e ao mercado que sejam capazes de satisfazer necessidades reais da população, porém, condicionado a que se preserve a correlação de forças políticas na sociedade. Em suas palavras:

Temas em 2007. Entre 2005 e 2007 Lage foi presidente da FEU, organização oficial que representa os estudantes universitários de Cuba.

> Embora eu não ache adaptável à nossa realidade, a linha econômica chinesa adotou medidas sábias, ao definir de início setores sujeitos à planificação e centralização, como por exemplo, o energético; outros, com algum tipo de regulação, embora com margens próprias de atuação e inclusive planificação; e outros que não se planificam, onde somente atua a lei do mercado. De certa maneira, essa filosofia pode ser útil, no sentido de definir que áreas são estratégicas; quais têm de manter sob determinado controle, menos estrito; e que atividades podem ser permitidas à iniciativa particular dos indivíduos. Com 'particular' não quero dizer necessariamente privado ou individual, senão uma margem onde determinados segmentos socioeconômicos que não afetem a correlação de forças dentro da sociedade, possam resolver problemas e necessidades reais. (LAGE CORDONIÚ, 2007 p. 141).

Neste sentido, não podemos deixar de chamar atenção sobre a problemática das relações mercantis no socialismo, a qual Lage também evidencia a dificuldade do seu tratamento teórico e político - isto é, como o Estado vai conviver com as classes potencialmente antissistêmicas? Não obstante, salienta que a experiência concreta de Cuba demonstra que nem tudo deve ser planificado, logo, delegar certas atividades ao mercado é necessário, conforme aponta:

> O mercado – diga-se o da atividade dos produtores privados – sempre vai ser um problema, embora isto não queira dizer que se deva renunciar a ele. Existem determinadas atividades que podem ser relegadas a este mercado, mas sempre estabelecendo limites muito claros. Estas relações de mercado facilitam a incubação das relações capitalistas. Não obstante, a economia socialista demonstrou, através de quarenta anos, que nem tudo deve ser planificado e controlado, mas que é necessário ir deixando margem a certos segmentos de mercado (LAGE CORDONIÚ, 2007, p. 141).

4.4 **Mayra Espina**

A partir de uma perspectiva de abordagem da reforma do socialismo distinta a dos economistas observados acima – ainda que em termos práticos possa convergir em determinadas proposições -, destacaremos a contribuição teórica da socióloga cubana Mayra Espina (2008) em dois aspectos essenciais ao objeto do nosso trabalho: a qualificação da crítica ao modelo socialista historicamente construído em Cuba e a sua proposta de mudanças orientadas a consecução de um *socialismo multiactoral* (isto é, um socialismo com atores múltiplos).

Espina inclui Cuba entre as chamadas experiências do "socialismo real", enquanto uma expressão do socialismo histórico no século XX. Partindo deste pressuposto a autora sustenta que o processo revolucionário cubano conformou a estruturação do que ela caracteriza como "modelo socialista hiperestatizado" – uma pequena variação do modelo soviético, que em determinado momento teve a pretensão de modelo universal. As duras

críticas que Espina endereça a este ordenamento econômico e social se relacionam com os seus efeitos negativos sobre a sociedade, onde destacam-se a excessiva verticalização e centralização da gestão estatal, o autoritarismo, o paternalismo e a tendência a homogeneização social. Acrescenta, por outro lado, que o caso cubano seria uma expressão do "socialismo periférico", noção mediante a qual a autora se baseia para compreender as especificidades e as complexidades das transformações (econômicas e sociais) contemporâneas no país, marcado por forte dependência econômica e integração subordinada na economia mundial; localizado, ademais, em um espaço geopolítico hegemonizado pelos EUA.

Neste quadro, Mayra Espina sintetiza os principais problemas cubanos contemporâneos que constituem sérios desafios à renovação do projeto social da Revolução. Embora o projeto de reforma econômica atual os mencione apenas de forma parcial, enuncia-los nos parece fundamental porque, de uma forma ou de outra, eles perpassam todo debate socialista cubano. Se por um lado, um novo projeto socialista certamente deverá leva-los em conta, por outro lado, eles vão condicionar o alcance e a natureza deste projeto. Nesta perspectiva Espina enumerou o que ela denomina de seis "problemas-nó" da sociedade cubana, que formam uma rede articulada de causas e efeitos inter-relacionados[106]. Em seguida apresentaremos um resumo destes "problemas-nó", uma vez que representam o diagnóstico da sociedade cubana elaborado pela autora, cuja reflexão pode nos ajudar a iluminar alguns problemas práticos já discutidos no capítulo anterior:

1) *Agenda da mudança social conformada fundamentalmente por burocratas, técnicos e dirigentes políticos*. Ou seja, chama atenção para um déficit de participação real dos cidadãos nas decisões da sociedade. No limite, traz à tona o problema de uma concepção política ainda calcada no "centralismo democrático" (ou melhor, na sua deformação centralista) que se traduz no esquema verticalista da tomada de decisões "de cima para baixo". Configurou-se, desta forma, uma espécie de dirigismo de elites e burocratas do poder, deixando em segundo plano os desejos e as aspirações da população "receptora das políticas". Assim, a participação popular é considerada apenas no nível consultivo e para a mobilização política desde o poder.

---

[106] Segundo a autora estes são problemas concretos, baseados na observação e avaliação da cotidianidade no sentido de quanto ela provê, simultaneamente, de bem-estar às grandes maiorias e as possibilidades de empoderamento e desalienação. Sua ordem não indica uma hierarquia causal.

2) *Insuficiente sustentabilidade econômica do projeto social*. A lógica da transformação socialista em Cuba conferiu à área social a prioridade do desenvolvimento, sendo responsável pelos avanços mais significativos do país. Tendencialmente os níveis de crescimento do gasto social sempre estiveram acima dos indicadores de desempenho econômico. Entretanto, isto não é sustentável no longo prazo caso o país não aumente os níveis de produção. Assim sendo, a prioridade do gasto social não pode estar desconectada dos níveis produção, ou seja, a geração de riquezas supõe um limite à política social. Por isso, quando este limite é violentado de maneira sistemática, paralelamente aos avanços alcançados, são gerados outros problemas como: baixa produtividade; pouco aproveitamento econômico do elevado investimento social; presença débil de incentivos materiais; ampliação da economia informal.

3) *Ampliação das desigualdades sociais*. O impacto da crise e das reformas da década de 1990 produziu um aumento brusco e acelerado das desigualdades socioeconômicas - em uma palavra, o país vem experimentando um processo de reestratificação social. Este ponto tem especial relevância porque é um fator de negação do projeto socialista, e aos poucos vai minando uma das suas bases.

4) *Perda do valor do trabalho como meio de vida, para o acesso ao bem-estar e satisfação pessoal*. A desvinculação da remuneração dos trabalhadores (do setor estatal) frente ao esforço pessoal e aos resultados do trabalho, assim como para a aquisição dos meios de subsistência, se comparada à cobertura de outras fontes de renda (remessas estrangeiras, mercado negro e ações ilegais), desvalorizou o trabalho como valor social imprescindível à realização material e espiritual. Fenômeno que, por sua vez, se vincula com o aumento das desigualdades sociais, e acaba legitimando estratégias de sobrevivência ilegais, semilegais e informais.

5) *Afinidades debilitadas do projeto sócio-político no poder (e sua oferta de modelo de sociedade) frente às aspirações e expectativas de vida individuais e familiares*. Com isto, a autora chama atenção para a descrença (e até mesmo a ruptura) de parcelas da população em relação ao atual grupo no poder e o seu projeto socialista. Isto, não apenas em função das dificuldades de satisfação das necessidades básicas, mas das tensões entre as aspirações pessoais e o modo de vida ideal proclamado oficialmente. Portanto, faz com que as pessoas desenvolvam projetos de vida desconectados do projeto coletivo. Enfim, aponta para o risco

da perda de hegemonia do projeto socialista entre a população. Isto se manifesta, por exemplo, no fenômeno da emigração acentuada.

6) *Institucionalidade socialista frustrada ou incompleta*. Em especial, esta problemática relaciona-se à burocratização e à dificuldade de consolidar e concretizar legalmente a Constituição em vigor. Se por um lado observa-se o excesso de regulações burocráticas que dificultam a vida cotidiana, por outro lado, não raro o Estado transgride a legalidade vigente. Isto se expressa, respectivamente, na generalização de práticas ilegais para a sobrevivência individual e na limitação das possibilidades de controle social do Estado (como falta de transparência e informação à cidadania).

Diante deste diagnóstico, a socióloga adota uma postura divergente em face à uma visão muito difundida em Cuba, para a qual os graves problemas atuais se explicam pela crise e a reforma da década de 1990, logo, a sua solução dependeria especialmente do aumento da disponibilidade de recursos para reproduzir um modelo que no passado foi exitoso. De acordo com Espina, não se trata disso. No seu entendimento, as reformas iniciadas na década anterior representaram o manejo conjuntural da crise e não uma estratégia de renovação do modelo socialista, portanto, para enfrentar efetivamente aqueles "problemas-nó" a questão não deve passar apenas pela disponibilidade de recursos para a reprodução do "modelo socialista hiperestatizado", senão pela mudança na forma de conceber o projeto socialista que aponte para a superação do ideário que fundamentou este modelo. A sua avaliação crítica recai, principalmente, sobre a concepção do socialismo predominante durante o período revolucionário, que se baseou, segundo a autora, em uma série de confusões conceituais. Ou seja, de forma equivocada, se identificou: a socialização da propriedade com a estatização; as relações mercantis com o capitalismo; a igualdade com a homogeneidade; a intencionalidade social da economia com a subordinação voluntarista da esfera econômica aos propósitos sociais; e por fim, o Estado com a sociedade.

Isto posto, na sua perspectiva, a mudança tem que ir no sentido de um "socialismo alternativo possível" que seja capaz de superar o modelo vigente. Ou seja, tornar viável o que ela reivindica por *socialismo multiactoral* que, entre outras coisas, deve possibilitar a diversificação dos sujeitos econômicos. Em suas palavras:

> Um modelo sem propriedade social, sem um grau preponderante de coordenação estatal, não será socialista, não poderia prover uma sociedade socialista. (...). O socialismo, e especificamente uma experiência desde a periferia do sistema-mundo, deve ser construído por uma multiplicidade de atores, coordenados pelo Estado, mas não substituídos ou anulados por ele (ESPINA, 2008c p. 272).

Esta proposta se justifica, pois, no seu entendimento, a absolutização da propriedade estatal limitou as possibilidades de diversificar as opções de geração de emprego e renda junto à população, restringiu os incentivos produtivos, sobrecarregou o Estado em suas funções produtivas e distributivas, e ainda debilitou a sua capacidade de garantir a sustentabilidade econômica do projeto social. Diante disso, a necessária desestatização da propriedade deve dar lugar a medidas concretas que ampliem o leque possível de formas de propriedade social não estatal, preservando um núcleo duro de socialização e coletivização, a saber: propriedade coletiva municipal e local; propriedade comunitária; cooperativas; propriedade profissional e de associações; propriedade mista (estatal/privada e estatal/cooperativa); além de pequenas e médias empresas privadas e o trabalho autônomo.

Para além da questão da propriedade, Mayra Espina ressalta que o socialismo não deve ser confundido com a busca da homogeneização social, acrescentando que deve-se tomar o devido cuidado de não mencionar o termo "igualdade" de maneira pejorativa, já que a "igualdade" conota um ideal mobilizador e não se pode renunciar a ele. Entretanto, o que não se deve fazer é confundir a "igualdade" com a homogeneização. Dito isso, a autora defende a ideia de que a política social cubana deveria abandonar o horizonte de se alcançar uma "igualdade absoluta", com tendência a homogeneização, para basear-se em uma "norma socialista de desigualdade".

Segundo Espina se observarmos o capitalismo nota-se com certa regularidade como enormes desigualdades se constituíram em norma cultural deste sistema, aceita inclusive pelos mais desfavorecidos. Por essa via as desigualdades foram naturalizadas. Entretanto, o socialismo, que também deve reconhecer as desigualdades, mas não para naturaliza-las ou aceitá-las, mas para vincular o progresso individual à sua contribuição ao bem comum em um cenário de solidariedade. Desta forma, as desigualdades legítimas no socialismo estariam sempre relacionadas ao aporte laboral. Orientar-se por uma "norma socialista de desigualdade" supõe ao menos dois fatores essenciais: primeiro, não se pode aceitar desigualdade alguma proveniente de um estado de exploração; segundo: deve-se assegurar o acesso universal aos mínimos básicos que garantam a reprodução da vida em um marco de dignidade, o que significa a possibilidade de realização progressiva das potencialidades humanas. Ou seja, implica uma mudança de concepção no sentido da introdução de uma "norma socialista de desigualdade-igualdade", de maneira que possa reorientar esta permanente tensão na política social cubana - ao fim a autora defende a combinação da

universalidade com os mecanismos de focalização na estruturação de uma nova política social.

4.5 **Jorge Luis Acanda**

Na mesma linha da crítica da Socióloga Mayra Espina – embora com diferenças no referencial teórico – vale a pena observar a interpretação do pensador cubano Jorge Luis Acanda acerca do modelo socialista que historicamente se construiu em Cuba, em particular porque busca sublinhar as raízes conceituais de um socialismo que, segundo sua visão, se confundiu com a estatização da sociedade. Ademais, chama atenção o seu esforço em pensar o papel das relações mercantis na transição socialista desde uma perspectiva histórica mais ampla, na qual o mercado ainda se justificaria enquanto não houvesse uma transformação substancial na divisão social do trabalho e nas características do desenvolvimento das forças produtivas.

A partir de um referencial teórico baseado em Marx e Gramsci, Jorge Luis Acanca (2007) desenvolve uma crítica contundente das experiências de construção do socialismo no século XX. Segundo este autor, estas se fundamentaram teoricamente, em sua maioria, no que ele chama de "vulgata marxista do período de transição". Como já destacamos no primeiro capítulo, para Acanda esta concepção foi estabelecida pelo marxismo soviético, dogmático, elevado à ideologia oficial de Estado. Em grande medida, aquelas experiências acabaram resultando em um processo de *estatização* da sociedade, associado à centralização e o verticalismo tanto das decisões políticas como econômicas. Acanda denomina este modelo de *socialismo estadocentrico*, inclusive afirmando que este teve sua razão de ser na experiência histórica cubana e que, contudo, esta já não existe. Desta forma, para o autor, a disjuntiva da política de transição, no contexto cubano atual, se encontra frente à alternativa de maior centralização do poder e da propriedade ou, ao contrário, maior socialização. De todo modo, no seu entendimento a transição socialista continua sendo um processo de socialização e democratização cada vez maior do poder e da propriedade, sempre orientado pela perspectiva gradual da extinção do Estado.

Acanda fundamenta sua crítica no pensamento de Marx e Engels, sublinhando que o "socialismo realmente existente" foi um *modelo estadocentrico*, que identificou a eliminação

da propriedade privada capitalista com a estatização da propriedade e, consequentemente, a propriedade social com a estatal. Neste sentido apontou:

> Em suas análises Marx e Engels deixaram claro que estatização da propriedade não significava socialização. Isto queria dizer que a propriedade destes meios de produção pertencia a toda a sociedade. Ao considerar que estatizar a propriedade equivale a torna-la de toda a sociedade, se identificou *o Estado* com *toda a sociedade*. Depois do ocorrido na Europa do Leste, está claro que o Estado não pode confundir-se com toda a sociedade, e que a propriedade estatal não tem porque ser sinônimo de propriedade de toda a sociedade (ACANDA, 2007, p.137).

Assim sendo, ao questionar como a *propriedade social* poderia se expressar no socialismo, Acanda advoga que é necessário buscar novos formatos nos quais uma empresa, uma fábrica, uma instituição, se convertam em *propriedade real* dos trabalhadores que nela trabalham. Logo, considera que a cooperativização da propriedade constitui uma estratégia socialista contemporânea. Por outro lado, é importante sublinhar que Acanda concebe a questão do mercado na transição socialista a partir de uma perspectiva mais ampla do seu desenvolvimento histórico. Isto é, o mercado enquanto espaço de intercambio de equivalentes esteve presente em diferentes modos de produção, inclusive seguirá existindo no socialismo durante certo tempo, como aparece em suas palavras:

> No feudalismo houve mercado, no capitalismo também. E em uma sociedade que quer construir uma sociedade comunista, com um sistema que chamamos socialismo, vai existir durante um tempo. Enquanto uma sociedade não possa superar a divisão social do trabalho, o mercado terá razão de ser. Marx sonhava com um comunismo onde não existisse a divisão social do trabalho, que não é o mesmo que divisão técnica. Como tudo isso ainda vai demorar bastante, porque relaciona-se com as próprias características do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, o mercado deve ter um lugar, seja este mais central ou mais periférico ao sistema. A demonização do mercado pode ser, em si mesma, bastante contraproducente para estudar os processos de construção do socialismo (ACANDA, 2007, p. 137).

4.6 **Juan Valdés Paz**

Destacaremos em seguida a reflexão do sociólogo cubano Juan Valdés Paz acerca das dificuldades que perpassam a reflexão teórica sobre o socialismo na atualidade, condição que o leva a defender a proposição da pluralidade dos modelos socialistas – e neste sentido se aproxima da visão Osvaldo Martinez, como já observamos acima, porém diferentemente deste economista, Valdés Paz acrescenta novos apontamentos, ampliando a discussão. Em vista dos desdobramentos da teoria socialista marxista originária e da experiência histórica do "socialismo realmente existente", Valdés busca pensar as possibilidades de uma nova

ascensão do socialismo para o século XXI, na esteira do projeto político de mesmo nome, patrocinado pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Com isso podemos deduzir que, no seu entendimento, a necessidade da reforma do socialismo cubano deve referenciar-se pela perspectiva de se inventar um "socialismo com características próprias". Assim sendo, atentar para esta proposta conceitual parece-nos bastante relevante à medida que esta vem sendo invocada por setores do próprio Partido Comunista de Cuba para legitimar a direção das reformas aprovadas no seu VI Congresso.

Em uma exposição sobre o "socialismo do século XXI", Juan Valdés Paz (2007) estabeleceu varias relações entre a reflexão teórica sobre o socialismo (dentro da tradição marxista) e as experiências históricas do socialismo no século XX – também denominadas de "socialismo histórico" ou "socialismo realmente existente" -, nas quais buscou problematizar questões chave como: os desvios do processo histórico frente à teoria com a qual o socialismo foi pensado; as insuficiências teóricas que se mostraram; além de chamar atenção para o reduzido acordo (ou consenso) que há entre os intelectuais acerca de temas essenciais como a interpretação do "socialismo real" ou sobre o chamado "período de transição". E a partir daí procurou refletir sobre o que prefere denominar "socialismos do século XXI", sublinhando o fato essencial de que já tivemos experiências históricas socialistas e que nela inclui o seu próprio desmoronamento.

Valdés Paz começa assinalando que na tradição revolucionária falava-se mesmo era do "comunismo" entendido como uma alternativa ao capitalismo e, portanto, o "socialismo" era considerado uma sociedade de transição ao comunismo. Na tradição marxista o ideal comunista é a negação da formação social capitalista – representando a superação das suas contradições. Segundo o autor, para os "teóricos clássicos" (Marx e Engels), o comunismo seria um processo de superação do capitalismo dada a inviabilidade material e espiritual da sociedade capitalista, cuja opressão aos trabalhadores se expressava na exploração do trabalho, na alienação e, portanto, na polarização social. Nestes termos, esta tese levou a uma ampla discussão no movimento operário acerca das condições objetivas e subjetivas que possibilitassem desencadear uma revolução proletária exitosa. Ou seja, em que país e sob quais condições materiais e políticas esta poderia ocorrer? Consequentemente, postulou-se a necessidade de um período de transição do capitalismo ao comunismo, ao qual Lênin denominou socialismo.

Ainda assim Valdés Paz ressaltou alguns traços teóricos da transição socialista, ainda como um ideal, que tinham algum consenso – não um consenso total – entre as diversas correntes do marxismo. Estes eram: na economia, socializar a propriedade privada dos principais meios de produção e distribuição, estabelecer a planificação econômica e social do desenvolvimento, distribuição da riqueza coletiva conforme o trabalho, além da autogestão nas empresas. Na política significava a instituição da "ditadura do proletariado", que posteriormente deveria apontar na direção da extinção paulatina do Estado; propiciar o desenvolvimento de uma democracia representativa e participativa no sentido do autogoverno da sociedade. Na esfera civil, a constituição de novas relações sociais com a supressão das relações de exploração, um novo e mínimo padrão de desigualdade. Do ponto de vista ideológico-cultural pregava-se uma revolução cultural, com vistas a difundir a ideologia anticapitalista e socialista, além de socializar os aparatos ideológicos do Estado e da sociedade civil, enfim uma batalha de ideias pela hegemonia cultural do socialismo e do comunismo.

Entretanto, o sociólogo cubano faz uma ressalva de que embora pareça que nos textos dos teóricos clássicos o "período de transição" seja relativamente curto, posteriormente se descobriu que ele é um período histórico relativamente longo - sublinhando que o importante é entender o socialismo como uma sociedade de transição[107]. A partir destes debates o autor estabelece uma problematização decisiva para se pensar o socialismo do século XXI:

> Para além deste debate teórico ficou em pé que a história se introduziu na discussão de uma maneira muito concreta: os supostos de partida desta transição que os *clássicos* pensaram não se deram; estas transições não se iniciaram ao final do desenvolvimento do capitalismo, mas muito antes e as vezes quase sem haver desenvolvido o tal capitalismo; e as experiências históricas ou os processos reais deixaram de ser um problema apenas teórico para incluir uma realidade tão vivida como observável, se acaso, a teoria passasse de ser parte de um ideal para dar conta do 'socialismo realmente existente'. Mas o importante a levar em conta na questão sobre o socialismo do século XXI, é que já tivemos experiências históricas socialistas, que as condições de partida foram distintas das previstas e que os problemas que tiveram que enfrentar foram em grande medida novidades para a teoria com que começou este discurso do socialismo (VALDÉS PAZ, texto cedido pelo autor, 2007).

[107] A partir desta percepção se iniciou um longo debate teórico sobre a natureza do período de transição – em que apareciam os seguintes termos "sociedade socialista, socialismo desenvolvido" (marxismo soviético oficial); "sociedade intermediaria entre o capitalismo e o comunismo"; "transição socialista" etc. – cujas diferenças de interpretação não eram puramente semânticas. Neste sentido, Valdés Paz recorre ao filosofo espanhol Francisco Fernandez Buey para ressaltar que é mais fácil definir o socialismo pelo que ele não é, do que precisamente o que ele é. De modo que, para Valdés Paz, há mais acordo sobre o que é o comunismo, uma questão de filosofia política, do que sobre o socialismo.

Ademais, Valdés Paz aponta quatro elementos distintivos do "socialismo histórico" em relação à teoria: 1) foram experiências que não se deram no capitalismo desenvolvido, senão no subdesenvolvido, e por isso estiveram dedicadas a criar as 'premissas materiais do socialismo'; 2) ocorreram em um sistema mundial dominado pelo capitalismo, desdobrando-se em 'revoluções em um só país'; 3) desenvolveram-se em sociedades com elevada heterogeneidade, por sua condição de capitalismo subdesenvolvido, portanto, a pretensão de um 'socialismo único' foi virtualmente impossível; 4) e constituíram o resultado de revoluções políticas e da vontade de iniciar processos de transformação a partir do poder político e não de evoluções endógenas do capitalismo (ou seja, tampouco se confirmou a tese socialdemocrata[108]).

A partir deste quadro mais geral interessa-nos, em particular, ressaltar a caracterização do autor acerca do modelo socialista adotado por Cuba, qualificando-o como um tipo de "socialismo de Estado". Assim, tal modelo poderia ser sintetizado pelos seguintes elementos: economia altamente estatizada; uma planificação e um plano fortemente politizados, tendo conformando um sistema econômico no qual as relações monetário-mercantis se tornaram bastante reduzidas e, por isso, com maiores mediações burocráticas; prioridade absoluta concedida aos bens públicos e, portanto, à política social; além disso, pelo subconsumo individual e familiar politicamente legitimado.

No entanto, com o desmoronamento do "socialismo real" na Europa do Leste emerge-se um novo cenário. Segundo Valdés Paz, sobreviveram quatro experiências socialistas: China, Vietnã, Coréia do Norte[109] e Cuba. As experiências chinesa e vietnamita estão transitando pelo chamado "socialismo de mercado", o qual introduz não apenas uma noção alheia ao discurso socialista dos autores clássicos, mas também diferenças em relação a todas as experiências prévias[110]. Inclusive, os modelos de "socialismo de mercado" são bastante distintos da experiência socialista cubana que, historicamente, resistiu a conciliar-se com o mercado – tornando-se uma marca evidente do processo cubano.

---

[108] No sentido do que se atribuía a Socialdemocracia até 1914, isto é, que a participação da classe trabalhadora, via democracia política, possibilitaria alcançar o socialismo através de transformações progressivas do capitalismo, como aparecia no programa do Partido Social Democrata Alemão (SPD) de Karl Kautsky.

[109] O autor ressalta que, afora o seu poderio bélico, pouco se sabe sobre os desdobramentos contemporâneos na República Democrática Popular da Coréia.

[110] Se bem que a URSS nos tempos da NEP, entre 1922 e 1928 aproximadamente, tinha muito de um "socialismo de mercado", mas não se tratava de uma experiência pensada para um longo período de duração - diferentemente da concepção em voga no Partido Comunista da China.

Com estes apontamentos o autor busca evidenciar que a ideia de um socialismo como formula universal, modelo único, se tornou limitada. Assim sendo, Valdés Paz se vale da experiência chinesa para salientar que esta, ao instituir a formula do "socialismo com características nacionais", permitiu aos que se declaram socialistas na atualidade, sustentarem versões nacionais dos seus projetos socialistas mais ajustadas às suas próprias condições históricas, econômicas e culturais. Ou seja, já não há modelos prévios a história real e sendo assim é necessário criar o modelo com as características próprias. Nestes termos, assim como Osvaldo Martinez, Valdés Paz prefere falar em "socialismos no plural", para o século XXI.

Com esta perspectiva, em outro debate recente em que em buscou discutir as questões que Fidel Castro levantou no já mencionado "discurso da Universidade de Havana"[111], Valdés Paz ponderou que a continuidade da Revolução e da transição socialista em Cuba deveria dar conta de determinados desafios contemporâneos, entre os quais apontou: reavaliar o conceito de socialismo de modo que permita sua aplicação teórica e prática à experiência cubana, assim como recriar um imaginário socialista entre as distintas camadas da população. Encarar estes desafios, por sua vez, deve conduzir a uma redefinição do modelo de transição socialista do país, tendo em vista as novas condições nacionais e internacionais (VALDÉS PAZ, 2009).

Por outro lado, Valdés Paz aproxima-se das propostas de Mayra Espina e Jorge Luis Acanda ao salientar que uma questão decisiva para a reorientação socialista de Cuba é a desestatização da sociedade. Embora a teoria socialista e a própria experiência histórica cubana confirmam que um Estado revolucionário é condição insuperável para uma opção anticapitalista, o autor pondera que o socialismo não pode ser confundido com o Estado, e tampouco a transição socialista identificar-se com a tendência de estatização da sociedade. Depois de uma experiência de estatização esmagadora de quase todas as atividades sociais – sem dúvida, das experiências socialistas existentes, a cubana foi a que mais apostou neste formato de coletivização -, segundo o autor, é imprescindível constituir atores econômicos não estatais. Logo, as principais formas de descentralização econômica que aparecem, além da maior autonomia de gestão das empresas estatais são, de um lado, a gestão privada e de outro, a expansão das formas cooperativas.

Uma curiosidade semântica que aparece nesta questão, e que Valdés Paz não deixa de sublinhar, é que o debate sobre a necessidade de desestatizar atividades, espaços, atores etc. aparece com o contra sentido – isto é, um pressuposto -, de que o discurso "desestatizador"

---

[111] Discurso proferido por Fidel Castro na Universidade de Havana em 17 de novembro de 2005. Trata-se do mesmo discurso que discutimos no 2º capítulo.

dominante no mundo atual é neoliberal. Enquanto que, nas condições peculiares de Cuba, para poder fazer avançar o socialismo, impõe-se desestatizar a sociedade – o que não implica necessariamente em privatização – no sentido de buscar maior socialização do processo, tanto econômica (mediante experiências de autogestão) quanto política (através de maior autonomia de uma esfera pública).

4.7 **Aurélio Alonso**

Já a visão do sociólogo cubano Aurélio Alonso merece importante atenção neste trabalho na medida em que nos oferece uma análise política bastante plausível da urgência com que o governo cubano deveria enfrentar a questão da reforma do socialismo. Por outro lado, seu pensamento parecia antecipar, em alguma medida, certas críticas e proposições que posteriormente vieram à tona com o processo de "atualização do modelo econômico", sobretudo em três aspectos chave, que nos ajudam a refletir sobre este processo: 1) a sua visão do dilema (ou a encruzilhada) que o projeto socialista cubano se encontrava após a extinção da URSS e a falência do seu modelo socialista; 2) a defesa de reformas mercantis no sentido do estabelecimento de uma economia mista; 3) e por fim, o seu entendimento da inevitabilidade da utilização dos mecanismos de mercado na transição socialista, ainda que sob controle do Estado e de forma não absoluta, uma vez que este mecanismo de regulação não poderia ser abolido de forma voluntarista (sem causar graves consequências).

Aurélio Alonso (2008) parte da observação de que o dilema contemporâneo dos cubanos é "sair do caos sem cair na lei da selva"[112]. Em suas palavras, este dilema define-se pela "transição de um socialismo defeituoso para um socialismo viável ou até mesmo para um capitalismo que amavelmente nos era apresentado como realizável, com 'rosto humano'". No entanto, segundo este autor, o projeto de um "capitalismo com rosto humano" é o mesmo projeto que traz consigo a política do pluripartidarismo eleitoral associada às pressões do capital, a ideologia do individualismo, a exaltação da competição e da desigualdade, e a insensibilidade perante a pobreza. Em uma palavra, é "a lei da selva".

Na perspectiva de evitar este desenlace, Alonso ressalta que o desafio do sistema socioeconômico existente em Cuba é transitar de um modelo socialista que fracassou –

---

[112] Aurélio Alonso: "Sair do caos sem cair da lei da selva". In: *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo, nº 12, Julho, 2008.

recusando as ilusões do projeto liberal - para um modelo socialista viável, isto é, que conjugue a justiça social com o desenvolvimento econômico. Sua ideia passa pela tentativa de construir algo novo em vista da experiência histórica acumulada por Cuba, descartando os paradigmas do "socialismo realmente existente" e das limitadas democracias capitalistas. Este último, claramente, é o projeto dos EUA para Cuba, com a possibilidade de vir acompanhado de perda de soberania, porém a maioria dos cubanos, pelo menos por enquanto, parece não estar disposta a aceitá-lo. Assim sendo, de acordo com o autor, o desafio fundamental dos cubanos é repensar e, portanto, reinventar a transição socialista. Tarefa esta que se torna colossal, em vista da ausência de referenciais práticos.

Para Alonso, depois da falência do modelo socialista implantado no século XX inspirado na experiência soviética, o que se revelou para Cuba – mesmo ainda não tendo superado totalmente os referenciais deste modelo - e para todo mundo que pretendia seguir sendo socialista, foi a necessidade de iniciar "outra transição dentro da grande transição em direção ao objetivo socialista", e com isso evitar a transição revertida (ao capitalismo), como a que ocorreu na Europa Oriental. Vejamos nas palavras de Alonso:

> Diria que hoje se trata de uma transição dentro da transição, gerada depois da derrubada do socialismo no Leste Europeu, com a falência das formulas que caracterizaram o experimento socialista no século XX. Mas não se trata de um processo de transição revertida, como aconteceu nos países da Europa do Leste. As quatro experiências socialistas que sobrevivem a nível mundial – a chinesa, a vietnamita, a norte-coreana e a cubana – nasceram inspiradas naquele experimento, mas modificaram seu rumo e reiniciaram seus projetos de reformas com outros caminhos, na busca também de um ideal socialista (ALONSO, 2007 p. 127).

Em um debate de 2007, a partir da perspectiva de pensar outro socialismo possível, Alonso também chamava atenção, na mesma linha dos intelectuais acima, para a urgente necessidade de se fazer a distinção entre a *estatização e* a *socialização* da propriedade na economia socialista, apontando para a possibilidade de redimensionar as funções econômicas do Estado e, consequentemente, os diversificar os sujeitos econômicos. Nestes termos, já anunciava alguns posicionamentos críticos que estão intimamente relacionadas com a justificação oficial que posteriormente foi dado às reformas econômicas de 2011. Ou seja, colocou como pontos essenciais das mudanças a desestatização da propriedade, a aposta em uma economia mista e a experimentação como forma de implementar as novas medidas, como pode se perceber abaixo:

> Não há coincidência entre socialização e estatização da sociedade. A socialização tem um sentido maior. Uma economia socialista não deve ser estatal em última instancia. O Estado socialista tem que manter uma função reguladora, ser um investidor, e também um proprietário dos recursos naturais, dos grandes serviços

> públicos – a eletricidade, a água, o gás. Mas também deve legitimar a economia mista, incluindo não somente o investimento estrangeiro, mas também o nacional. É necessário que se fomente, por exemplo, um setor de economia familiar naquelas atividades produtivas e de serviços onde este seja mais eficaz para resolver os problemas da sociedade. O Estado deve ter sensibilidade e flexibilidade para descentralizar e privatizar nesta economia. Não há razão para que as barbearias, os salões de beleza, sejam do Estado e tampouco a administração de bodegas e pequenos comércios. É necessário experimentar, e à medida que demonstre mais eficiência, facilitar; estabelecer cooperativas. Ou, pelo contrário, quando não funcionar em determinado setor, voltar à estatização. Mas quando se demonstre solidamente que não é funcional, e não quando se obstaculiza com travas impostas pelo Estado (ALONSO, 2007, p.137).

Junto a estas proposições emerge também a problemática das relações mercantis. Como já apontamos no primeiro capítulo, Alonso é um crítico da supressão artificial (por meio de medidas legais) do mercado nos processos de transição socialista. Considerando a inadequação de partir de esquemas e mecanismos de regulação econômica (essencialmente) voluntaristas, o sociólogo destaca que nas condições atuais é preciso adaptar o mercado às finalidades que se persegue, dotando-o de sentido ético e econômico. Ou seja, Alonso acredita que seja possível "domar" o mercado em conformidade com os valores da sociedade que se deseja construir. No entanto, também ressalta que não se deve tratar o mercado com o absolutismo com que este opera na sociedade capitalista, como pode ser observado em suas palavras:

> Com relação ao mercado realmente nunca estivemos à margem, o que fizemos foi colocá-lo na informalidade. Superar o mercado não pode se reduzir a demoniza-lo (...). Não se pode supera-lo a não ser a partir da criação, desde seu próprio mundo, de mecanismos superiores que conservem na sociedade o papel positivo que ele desempenhou em sua história. Deve-se evitar a deformação que nos últimos cem ou duzentos anos ele foi introduzindo, ao ser estabelecido de forma absoluta. Mas que fique bem claro: não podemos pensar que vamos abolir o mercado com quatro leis (ALONSO, 2007, p.137).

4.8 **Carlos Alzugaray**

O historiador cubano Carlos Alzugaray (2009) é outro intelectual que, assim como Aurelio Alonso, também abordou contexto político cubano da transferência de poder a Raul Castro, mediante a noção de uma *encruzilhada*. No seu entendimento esta encruzilhada diz respeito à crescente necessidade de introduzir mudanças dentro da continuidade do regime político nascido da Revolução Cubana. Se por um lado propõe mudanças para o aperfeiçoamento do sistema político que vá no sentido de uma "democracia deliberativa" (que seja capaz de qualificar a participação através de maior transparência e discussão pública das

decisões políticas); por outro lado – considerando os objetivos do nosso trabalho – o que gostaríamos de chamar atenção na sua reflexão é a defesa aberta das reformas de mercado em Cuba, com base na experiência chinesa das últimas décadas, diante de alguns dilemas do socialismo cubano (contemporâneo) que, segundo sua visão, pareciam "insolúveis" dentro da perspectiva vigente até então.

Segundo Alzugaray, a ascensão de Raul Castro à presidência intensificou a expectativa de mudanças no país, de modo que "nos discursos e intervenções do líder cubano emergiu com suma nitidez a prioridade dada ao desafio econômico, que por sua vez se torna político, [ou seja], a melhoria do nível de vida da população mediante o incremento da produção e dos serviços" (p.42). Diante deste objetivo, o autor aponta o processo reformista levado a cabo pelo Partido Comunista Chinês pós-1978 como fonte de inspiração para Cuba, com vistas a enfrentar aquela prioridade, sublinhando o imperativo do desenvolvimento as forças produtivas, além de orientar-se pelos princípios práticos na adoção e manutenção das políticas econômicas.

Isto posto, o desafio de reformulação do projeto econômico e social cubano deve dar conta do seguinte questionamento proposto por Alzugaray, a saber: "Quais são as bases para a edificação de uma sociedade justa que responda aos ideais socialistas?" Para autor haverá que resolver difíceis contradições: entre as distintas formas de propriedade; entre a centralização e a descentralização da gestão; entre os estímulos morais e os materiais; entre o desenvolvimento das forças produtivas e a consciência revolucionária. Na sua avaliação, a recente experiência de Cuba, e a de outros modelos socialistas, demonstraram que práticas como a hipercentralização, a subestimação das leis de mercado, a condução inadequada da relação entre os diferentes tipos de estímulos à produção, além do menosprezo à eficiência e ao desenvolvimento das forças produtivas, levaram o processo revolucionário no país a um beco sem saída e ainda não propiciaram a formação do "homem novo". Embora Alzugaray não desconsidere que há perigos evidentes no uso irrestrito dos mecanismos de mercado, ressalta que ignorar a necessidade de progresso e prosperidade dos cidadãos, coletiva e individualmente, tampouco será a solução do problema (ALZUGARAY, 2009).

Dentro desta perspectiva, ainda que o autor não deixe de mencionar as enormes diferenças de caráter econômico, territorial, populacional, históricas e culturais entre China e Cuba, apresenta cinco lições positivas da experiência chinesa que poderiam contribuir para a urgente reforma do modelo econômico cubano:

> Em primeiro lugar, priorizar o desenvolvimento das forças produtivas para alcançar os propósitos socialistas. Em segundo lugar, a adoção do princípio de que o socialismo se constrói sobre a base de características especificas de cada país. Em terceiro lugar, a ênfase nos resultados como critério para definir a política econômica (a partir da famosa frase confuciana de Deng Xiaoping: "Não importa a cor do gato, desde que ele cace os ratos"). Em quarto lugar, o reconhecimento e a utilização das relações monetário-mercantis mediante a fórmula da 'economia de mercado socialista'. E por fim, a permanente revisão das vias e formas adotadas a fim de fazer os ajustes imprescindíveis, derivados das mudanças nos contextos sociais e das consequências não desejadas que, inevitavelmente, todo curso de ação traz consigo. (ALZUGARAY, 2009 p.43).

Mesmo considerando as contradições e determinados efeitos negativos da estratégia chinesa, Alzugaray enfatiza que a observação destes princípios práticos conduziu a um rápido crescimento econômico naquele país, e a consequente melhoria das condições de vida da população – portanto, aspectos que também não devem ser negligenciados. Desta forma, o autor acentua que o governo chinês logrou tirar da pobreza entre 300 e 500 milhões de pessoas e criar uma classe média estimada em 180-200 milhões de chineses. Salienta, porém, que esta política exitosa não está isenta de elementos negativos. Apesar disso, em primeiro lugar, há que se reconhecer que não existe sociedade perfeita, e o mais importante é que os problemas gerados são reconhecidos pela liderança do Partido Comunista Chinês, procurando-se manter uma atenção permanente e a consequente retificação dos erros, se for o caso.

4.9 **Atílio Borón**

Por último, depois de ter destacado algumas visões dos intelectuais cubanos, não poderíamos deixar de lado as reflexões sobre o tema da reforma do socialismo realizada pelo sociólogo e cientista político argentino Atilio Borón (2010), intelectual assíduo no debate político latino-americano, além de um importante interlocutor dos cubanos. Em recente trabalho Borón reflete sobre as dificuldades teóricas e práticas do chamado "socialismo do século XXI", na perspectiva de discutir um projeto político alternativo (ao subdesenvolvimento capitalista) para a América Latina contemporânea[113]. Na medida em que este autor considera fundamental levar em conta a experiência revolucionária cubana para se pensar os dilemas concretos de um novo projeto socialista adequado aos tempos atuais, seu

[113] Refiro-me ao texto "O socialismo do século 21: notas para sua discussão", presente no livro de mesma autoria "O socialismo no século XXI: há vida depois do neoliberalismo?". Esta obra foi publicada na Argentina em 2008, em Cuba em 2009 e no Brasil em 2010.

texto é recheado de referências ao contexto cubano que estamos abordando, ao qual também dedica uma breve (ainda que significativa) reflexão sobre a necessidade de reformar o seu modelo socialista.

A partir de uma perspectiva mais ampla, Borón aponta, assim como os intelectuais cubanos, que na atualidade é imprescindível repensar as concepções socialistas tradicionais, consagradas no século XX. Isto quer dizer, além da batalha das esquerdas contra o neoliberalismo – um tipo de 'pensamento único' -, é necessário romper com outro 'pensamento único': "o de uma esquerda que ficou parada no tempo e que carece de audácia para repensar e tornar possível a construção do socialismo, rompendo com os moldes tradicionais derivados da experiência soviética" (p.109). Para este autor os problemas mais sérios de todas as experiências socialistas que se inspiraram no modelo soviético foram a confusão entre a propriedade pública e a propriedade estatal (o que se evidencia como uma observação bastante consensual), além da burocratização que a gestão centralizada da economia produziu, entendida como a expansão e a autonomização da burocracia estatal (BORÓN, 2010).

Com efeito, Borón defende uma mudança de postura da esquerda socialista no que tange à compreensão das reformas econômicas em um contexto específico, o qual, sem dúvida, aproxima-se bastante dos desafios enfrentados pelo socialismo cubano que estamos abordando neste trabalho. Dialogando com determinados segmentos da esquerda socialista que apresentam resistência a possíveis transformações nas práticas do socialismo, Borón aponta que:

> Muitos pensam, sobretudo na esquerda, que qualquer reforma econômica é necessariamente neoliberal (...). O absurdo de anatematizar qualquer reforma como heresia ou como uma traição ao socialismo – entendido este como um dogma inalterável não apenas no plano dos princípios, o que está bem, mas também no plano dos projetos históricos, o que está errado – salta aos olhos porque significaria a consagração de um imobilismo suicida, a negação da capacidade de autocorreção dos erros cometidos e a renúncia ao aprendizado coletivo, condições imprescindíveis para o permanente aperfeiçoamento do socialismo. Ou será que se pensa que o socialismo pode instituir uma política e um modelo de organização econômica e social que devem ser sustentadas de maneira imperturbável ao longo do tempo, para além do devir dos acontecimentos históricos (BORÓN 2010, p.110)?

Neste sentido, analisando especificamente o caso cubano, Borón procura advertir os perigos da paralisia frente à busca de alternativas ao modelo estatista e centralizado. Mesmo sem desconsiderar a hostilidade da política estadunidense – que muitas vezes reforça a tendência recorrente ao fortalecimento do Estado -, o autor afirma que limitar-se a agarrar a um velho modelo, mesmo que tenha sido bem sucedido no passado, quando as condições

nacionais e internacionais que o faziam possível e razoável não existem mais, equivale a se internar numa rota que, inexoravelmente, culminará em um maiúsculo e penoso fracasso (BORÓN, 2010). Assim sendo, Borón buscou apontar as limitações do velho modelo socialista cubano, ressaltando, em especial, os obstáculos que emergem de uma concepção excessivamente estatista:

> A estatização total da economia é, nas condições atuais, inadequada e contraproducente. Inadequada, porque as transformações da economia mundial, dominada sem contra pesos pela lógica do capital, requerem dispor de um amplo arsenal de respostas flexíveis e '*glocais*', quer dizer, que levem em consideração tanto o contexto global quanto o contexto local e nacional, o qual é incompatível com a rigidez, a demora, a generalidade e o enfoque eminentemente nacional do planejamento integral (BORÓN 2010, p. 107).

Frente a este diagnóstico o autor propõe, como alternativa, uma política de reformas *dentro do socialismo*. Embora esta proposição não seja um experimento simples e ausente de contradições – Borón ressalta que a construção do socialismo está longe disso -, ele aponta para a possibilidade de um socialismo que supere a anacrônica antinomia *planificação central/mercado incontrolado*, abrindo espaço para formas criativas de controle popular da economia que propicie a flexibilidade suficiente para responder com rapidez à corrente de inovações que modifica cotidianamente a fisionomia do capitalismo. Para tal deve potencializar a descentralização e a autonomia das empresas e unidades produtivas sem abrir mão de uma efetiva coordenação estatal das grandes orientações da política econômica.

Por outro lado, é necessário a diversificação da estrutura de propriedade que enfatize a promoção de diversas formas de propriedade social, como as cooperativas, as empresas estatais associadas com capital privado, passando por formas intermediárias em que trabalhadores, consumidores e funcionários estatais se articulem com vistas a engendrar novas relações de propriedade, sujeitas ao controle popular. Entretanto, deve ser mantida uma estrutura de propriedade na qual prevaleçam os meios de produção fundamentais e os recursos estratégicos estatais. Somando-se a isso, Borón acrescenta que para viabilizar um modelo com estas linhas gerais é imprescindível um Estado forte, isto é, bem organizado e com legitimidade popular.

Enfim, na mesma linha defendida por Osvaldo Martinez e Valdés Paz, esta proposição se baseia na constatação bastante frequente de que não há projeto único e tampouco modelos a imitar, além da consciência de que os projetos socialistas no século XXI podem se expressar de formas variadas. Em suma, citando o pensador venezuelano Simón Rodríguez, Borón ressalta: "ou inventamos ou erramos".

***

Procuramos destacar neste capítulo como alguns autores já vinham refletindo sobre a questão da reforma do socialismo nas condições contemporâneas de Cuba. Da leitura destes autores é possível perceber a existência, fundamentalmente, de pelo menos dois referenciais de reforma não mutuamente excludentes - isto significa que não há uma separação clara no pensamento dos autores que vá a um ou outro sentido. Contudo, este exercício pode ser interessante para percebermos influências de processos políticos distintos nas reflexões apresentadas.

Por um lado, permanece influência da estratégia de reformas chinesa (cuja discussão já vem desde os anos 1990), citada com frequência em função da sua experiência concreta, representando uma alternativa exitosa de reforma da economia centralmente planejada com preservação do sistema político, especialmente se comparada com as reformas do tipo da *Perestroika* e *Glasnost* que levaram à extinção do "socialismo real" na URSS. Sem dúvida, o referencial chinês aponta para uma linha de ação mais pragmática. Neste sentido, há que se esclarecer que quando se fala em influência do "modelo chinês", refere-se essencialmente à introdução orgânica do mercado e de parcelas de propriedade privada na economia socialista e não do "modelo econômico chinês" existente o qual, devido às enormes disparidades entre os dois países, resultaria em que qualquer comparação seria ilógica. Entretanto, no que diz respeito ao projeto socialista em si, esta referência revela-se bastante polêmica, já que a expansão das formas privadas de produção e dos mecanismos de mercado oferecem riscos evidentes quanto ao controle do processo e, portanto, poderiam conduzir à restauração capitalista.

Por outro lado, com a ascensão de Hugo Chávez e o *bolivarianismo* na Venezuela, ganha força na América Latina as discussões em torno do chamado "socialismo do século XXI". Embora não configure um referente prático ou uma linha clara de transformações anticapitalistas, a ideia de um "socialismo do século XXI" representa a busca de um socialismo alternativo à experiência histórica materializada no século XX. Enfim, aparece muito mais como uma proposição aberta à experimentação e à criatividade, e não um modelo de reformas em si. Apesar disso, não deixa de ser uma ideia mobilizadora frente ao objetivo de repensar o socialismo, e, no caso de Cuba, com a peculiaridade do seu acúmulo histórico-prático neste terreno.

Ao concluir, gostaríamos de ressaltar que este foi apenas um esforço inicial (e limitado) de aproximação à discussão entre os intelectuais cubanos acerca da problemática da reforma do socialismo. A partir daí pudemos perceber, digamos, que já havia uma atmosfera favorável ao tipo de reforma que posteriormente veio à tona. Ou seja, mais do que tentar encontrar possíveis referenciais teóricos da reforma aprovada em 2011, o que apresentamos aqui possivelmente contribua mais para demonstrar como a crítica ao modelo socialista estatal e centralizado já era bastante marcante, além de evidenciar como algumas visões sobre a reforma do socialismo pareciam antecipar, em alguma medida, as proposições que depois se materializariam no programa reformista. E com isso pudemos constatar como a necessidade de mudanças substantivas era uma questão praticamente consensual.

No capítulo seguinte, passaremos à discussão teórica que *diretamente* se refere às medidas aprovadas, focalizando a concepção do socialismo que está orientando aquelas transformações. O que, por outro lado, também nos levará a considerar a discussão interna e as disputas acerca das distintas concepções do socialismo que atualmente prevalecem no país.

5 FUNDAMENTOS TEÓRICOS INICIAIS DA REFORMA ECONÔMICA E O DEBATE SOCIALISTA ATUAL

Há menos de uma década, uma queixa muito comum entre os intelectuais e pesquisadores cubanos – sobretudo os intelectuais "orgânicos" da Revolução, ou, ao menos, os que não se situavam no campo da oposição radical ao governo - era de que a direção política do país não os levava em conta para tomar as grandes decisões do país, sejam econômicas, sociais ou culturais[114]. Atualmente esta situação parece começar a mudar, especialmente com a mobilização de vários economistas cubanos da Universidade de Havana e do Centro de Estudos da Economia Cubana (instituição de pesquisa da mesma universidade), em torno da conceitualização e assessoria para implementação das medidas aprovadas no VI Congresso do PCC[115]. O próprio Raul Castro, em recente discurso, pediu aos intelectuais que se somem à tarefa de conceitualizar teoricamente o "socialismo possível" para as condições de Cuba[116]. Ainda que este exercício ainda esteja em curso – as autoridades do governo anunciaram que se estava trabalhando na conceituação "oficial" do novo modelo, mas por enquanto tal documento não foi publicado - já é possível perceber em determinadas trabalhos acadêmicos, publicados em Cuba, algumas linhas mestras da teorização que fundamenta o novo modelo socialista almejado, assim como as principais críticas existentes desde perspectivas, pelo menos nominalmente, socialistas.

Uma vez que já apresentamos um panorama geral das transformações pretendidas pelo governo cubano para a chamada "atualização do modelo econômico e social" no capítulo 3, no presente capítulo nosso objetivo é aprofundar o entendimento daquelas transformações,

---

[114] Ver, por exemplo, o artigo de Fernando Heredia: *Pensamiento social y Política de la Revolución* (2007).

[115] Em correspondência via correio eletrônico o professor de Economia da Universidade de Havana, Oscar Estrada, nos relatou que ao encerrar o VI Congresso do PCC foi criada uma comissão governamental para a implementação das medidas aprovadas, presidida pelo alto funcionário Marino Murillo. Integram esta comissão vários grupos de trabalho organizados de acordo com as principais plataformas do programa reformista (*Lineamientos*), aos quais está atribuída a responsabilidade de conduzir a sua implementação. A partir de então, nos diferentes trabalhos que se realizavam nesta comissão foram chamados vários especialistas para colaborar nestes temas, e assim posteriormente se criou um órgão assessor adjunto à comissão denominado Conselho Técnico-Científico, o qual tem por objetivo organizar e institucionalizar os vínculos com a universidade. Desta forma um grupo amplo de acadêmicos (economistas, contadores, sociólogos, geógrafos, engenheiros etc.) apresentam resultados sobre temas encomendados previamente e outros resultados investigativos à comissão.

[116] Discurso pronunciado no ato de comemoração do 55º aniversário da Revolução Cubana, em janeiro de 2014.

observando a conceituação do socialismo vinculada a elas, mediante um enfoque mais analítico do tema, e com isso qualificar aquela abordagem anterior. Neste sentido, este capítulo será dividido em dois eixos: no primeiro destacaremos o que supomos que seja o início da fundamentação teórica das reformas em curso, ou seja, como alguns intelectuais cubanos vêm justificando aquele rumo de transformações dentro da continuidade de uma perspectiva socialista para o país; já no segundo vamos apresentar uma discussão resumida das diferentes posições "dentro do socialismo" que se debatem atualmente em Cuba, bem como destacar alguns de seus posicionamentos frente a tais reformas.

Na primeira parte vamos nos basear, fundamentalmente, nos trabalhos de um grupo de economistas da Universidade de Havana que estão investigando, especificamente, a reestruturação do modelo econômico e social cubano a partir das medidas aprovadas no VI Congresso do PCC – cujos artigos estão compilados na obra: *Modelo económico y social cubano: nociones generales* (2013)[117] -, em que é possível perceber uma tentativa, ainda bastante inicial, de reformulação teórica do socialismo com vistas a legitimar as transformações em curso e novo modelo. Especialmente vamos destacar a contribuição do economista cubano Oscar Fernandez Estrada - integrante daquele grupo – presente em artigos coletivos (ESTRADA et al, 2013) e também em trabalho individual (ESTRADA, 2011)[118]. A primeira obra - que tem mais um caráter didático e de divulgação – não obstante careça de fundamentação teórica rigorosa, é interessante para uma visualização prévia do rumo conceitual que se está adotando. Enquanto no artigo individual de Estrada (2011), encontra-se uma discussão inicial mais aprofundada das transformações que se pretendem - melhor fundamentada teoricamente - na qual defende a necessidade urgente das reformas, ao mesmo tempo em que procura sublinhar os limites sistêmicos para manter e orientar as transformações dentro de uma perspectiva socialista. Apesar de percebermos neste autor a intenção de legitimar teoricamente a reforma econômica em curso, isto não significa que ele tenha abdicado de fazer considerações críticas diante delas. Pelo contrário, talvez sua contribuição mais significativa à discussão das reformas econômicas e o socialismo seja alertar para os riscos de restauração capitalista que algumas medidas podem conduzir no médio prazo.

---

[117] Esta publicação foi coordenada pelas professoras da Faculdade de Economia da Universidade de Havana: Margarita Garcia Rabelo e Vilma Hidalgo de los Santos (2013).

[118] Trata-se do artigo: *El modelo de funcionamiento económico en cuba y sus transformaciones: seis ejes articuladores para su análisis* (2011). Os artigos em coautoria estão presentes na coletânea citada acima.

A segunda parte deste capítulo será baseada no pensamento da economista cubana Camila Piñeiro Harnecker (2011; 2012), que também vem participando ativamente das discussões acerca do socialismo e as reformas, trabalhando, principalmente, na temática das cooperativas. No entanto, para os objetivos do nosso trabalho, vamos ressaltar o esforço intelectual desta autora em mapear o debate socialista contemporâneo em Cuba, no qual identificou as diferentes correntes ideológicas em discussão. A partir daí, isto nos possibilitará visualizar algumas críticas, além de distintos posicionamentos frente à reforma atual. Enfim, com isso gostaríamos de chamar atenção para a importante contribuição que Harnecker deu ao entendimento das ideias em disputa no processo reformista.

5.1 **O socialismo no novo modelo**

5.1.1 Socialismo e subdesenvolvimento

Dois processos sócio históricos distintos marcam a reformulação do socialismo cubano na atualidade. Por um lado, destaca-se o legado da experiência socialista do século XX, em especial a derrocada do experimento soviético e as transformações por que passaram outros processos revolucionários como o chinês, o vietnamita e o norte-coreano. Por outro lado, considera-se que os processos políticos latino-americanos contemporâneos surgidos na Venezuela, Bolívia e Equador, que almejam a construção do que chamam de "socialismo do século XXI" mediante métodos distintos ao do socialismo observado no século XX, também transmite importantes ensinamentos. Frente a este quadro de mudanças, prevalece em Cuba a formulação de que cada país interpreta, concebe, modifica e implementa as noções mais gerais sobre o socialismo - em seus aspectos políticos, econômicos e sociais – de acordo com as circunstancias e as condições especificas de cada país. Dentre elas há que se levar em conta o nível de desenvolvimento das forças produtivas, a disponibilidade de recursos naturais e outras condições geográficas, além dos fatores sociopolíticos, culturais e o contexto internacional existente (RABELO ; SANTOS, 2013).

Com estes termos, busca-se alertar que desconhecer estas particularidades pode conduzir a equívocos de tática e estratégia tanto nas questões políticas como econômicas. Em suma, a reformulação do projeto pressupõe que as vias contemporâneas ao socialismo são variadas e, portanto, inexiste modelo único a se reproduzir. Talvez a origem desta formulação,

como apontou Juan Valdez Paz (2014), tenha referência no Partido Comunista Chinês, ao denominar a sua experiência socialista como o *socialismo com características próprias* – levada a cabo através de uma "economia socialista de mercado" – cuja fórmula teria permitido a todos que reivindicam o socialismo na contemporaneidade propor uma versão nacional mais adequada às suas condições.

Segundo Estrada et al (2013) Cuba vive um processo de transição socialista iniciado em 1959 com a Revolução Cubana, o qual passou por diferentes momentos e etapas, cuja continuidade no presente está desafiada pela sua capacidade de fazer com que o sistema econômico socialista gere prosperidade e seja sustentável. O ideal socialista que norteia esta transição tem como fim supremo alcançar o pleno desenvolvimento do ser humano, o que significa uma sociedade profundamente humanista e democrática, em oposição às relações de exploração e alienação que sofrem os trabalhadores no sistema capitalista. Assim sendo, a transformação social que vá neste sentido só pode ser o resultado do estabelecimento de um sistema de relações socioeconômicas baseado na propriedade social dos meios de produção fundamentais, que coloque os indivíduos em igualdade de condições frente a tais meios. Além disso, deve adotar uma forma de direção consciente da atividade econômica no âmbito de toda sociedade e a serviço desta, isto é, instituir a planificação.

No entanto, um fator crucial a ser observado para a realização deste ideal é a questão do subdesenvolvimento. Esta condição representa um sério desafio para a transição socialista, tornando-a mais complexa e temporalmente mais extensa. Em outras palavras, é imprescindível criar a base produtiva, científica e tecnológica que permita satisfazer, de maneira progressiva, as necessidades de todos os membros da sociedade. É fundamental levar em conta este aspecto porque os países subdesenvolvidos apresentam um nível de produtividade muito pequeno se comparado à média mundial, e com isso, apresentam restrições quanto à sua capacidade de geração de ingressos externos, e consequentemente, para as magnitudes necessárias à acumulação socialista (ESTRADA et al, 2013).

Sendo assim, a constituição de uma sociedade alternativa ao capitalismo em um país subdesenvolvido deve ser capaz de cumprir dois objetivos essenciais, intimamente conectados: 1) a formação de um sistema de relações econômicas que assegure o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação da estrutura produtiva herdada do capitalismo, questão da qual depende a sustentabilidade da nova sociedade em construção e 2) a formação do sistema de relações sociais que permita modelar o desenvolvimento integral do

sujeito da transformação, isto é, tornar possível o desenvolvimento de uma nova consciência social. Em outros termos, estes objetivos se sintetizam nos seguintes propósitos: eliminar os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas, e ao mesmo tempo formar cidadãos trabalhadores, cultos, participativos e solidários, cujo nível de bem-estar material e espiritual não decaia no simples consumismo e no desperdício.

Frente à impossibilidade histórica da transição socialista por meio de transformações progressivas ou graduais da sociedade capitalista, a nova sociedade só pode ser resultado de um processo revolucionário de ruptura com esta ordem, como o iniciado pela Revolução Cubana na década de 1960. Não obstante, isto não quer dizer que semelhante processo, inevitavelmente, implique numa ruptura abrupta e total. Neste sentido é fundamental atentar que a transição socialista também se depara com processos e obstáculos que se desenvolvem fora do âmbito nacional e que, necessariamente, devem ser levados em conta - já que nenhum país é capaz de sustentar-se sem estabelecer relações econômicas com o exterior. Esta circunstância, inclusive, se torna visível com mais clareza no mundo contemporâneo, onde as relações capitalistas são amplamente dominantes e os países subdesenvolvidos sofrem de forma mais intensa os conflitos deste sistema.

5.1.2 Sistema e modelo

Isto posto, Oscar Estrada (2011) busca compreender as transformações desencadeadas pela atual reforma econômica partindo de uma diferenciação entre o conceito de *sistema econômico* e *modelo de funcionamento econômico*.

O *sistema econômico* socialista se baseia na propriedade social dos meios de produção fundamentais, premissa sobre a qual se aplica a planificação, como processo de regulação consciente da atividade econômica em seu conjunto, além de adotar uma forma de distribuição da riqueza em função do trabalho dos indivíduos. Cada uma destas relações de produção pode ter diversos graus, magnitudes ou expressão, segundo o modelo econômico que cada nação decida adotar, de acordo com as suas condições histórico-concretas. Ou seja, o avanço da transição socialista vai depender, em grande medida, da conformação de um

modelo econômico e social apropriado às condições nacionais e internacionais do país em questão[119].

Enquanto isso o *modelo de funcionamento econômico* representa uma construção teórica que permite caracterizar os traços mais gerais de funcionamento da economia em seu conjunto[120]. Este conceito é compreendido como a expressão sintética dos princípios fundamentais de organização e movimento da economia nacional, inseridos em um determinado sistema socioeconômico. Portanto, uma mudança no modelo estaria associada a modificações substantivas nos elementos da ordem econômica prevalecentes em um momento dado, alterando sua forma de funcionamento, mas sem chegar a subverter seus princípios sistêmicos mais essenciais.

Com base nesta diferenciação Estrada concebe o processo de mudanças em curso como um tipo específico de *reforma econômica*. Não obstante, o autor alerta que "pretender transformações no modelo sem o rigoroso esclarecimento dos limites sistêmicos pode desencadear um processo de transição irreversível que comprometa a construção socialista". Desta forma, no nosso entendimento a contribuição fundamental de Oscar Estrada é que não apenas procura fundamentar teoricamente a reforma, mas também chamar atenção para os riscos de reversão sistêmica - isto é, de restauração capitalista - que determinadas medidas podem suscitar no médio prazo.

Para os nossos objetivos desta pesquisa, com base neste autor, vamos apresentar uma análise teórica das principais transformações almejadas pela reforma econômica. Em especial destacaremos a abordagem com relação àqueles componentes que se considera essencial ao *sistema econômico* socialista e, possivelmente, como vão se rearticular na conformação de um novo modelo econômico e social. Portanto, discutiremos os seguintes aspectos: propriedade e sua gestão; planificação e mercado como formas da regulação econômica; e as formas de distribuição da riqueza.

---

[119] Dado o caráter do sistema econômico socialista, a configuração de um modelo particular não pode estar circunscrita apenas às determinações da política econômica, mas também à da política social. Portanto compreende-se um *modelo econômico e social.*

[120] A análise do modelo de funcionamento econômico baseia-se em seis eixos estruturadores, a saber: 1) o peso relativo das diferentes formas de propriedade; 2) as formas de gestão da propriedade social; 3) a forma que adota a organização econômica do Estado; 4) características e estrutura dos mercados agregados; 5) mecanismos (que predominam) de regulação da produção; 6) o peso relativo das diferentes fontes de distribuição da riqueza.

5.1.3 Propriedade e a sua gestão

De acordo com Estrada (2011) diversificar da estrutura de propriedade, e consequentemente, a expandir as formas menos socializada propriedade é um dos componentes principais da reforma. Para este economista, possivelmente, a estrutura de propriedade seja o principal aspecto distintivo de um sistema econômico. Neste sentido, a abolição quase total da propriedade privada dos meios de produção ou a sua incorporação de maneira plena, como um componente estratégico no funcionamento da economia socialista, representou um debate histórico fundamental do socialismo. A experiência histórica de abrir espaços significativos à propriedade mercantil em busca de desenvolver as forças produtivas transcorreu sob dois enfoques: como uma concepção estratégica tal como foi implementada pelo modelo chinês pós Mao Tsé-Tung; ou como uma concepção tática, de acordo com a interpretação feita por Che Guevara da NEP (Nova Política Econômica), durante os primeiros anos da URSS sob Lenin.

Face às condições atuais, é um entendimento consensual que a construção paulatina e consciente de uma sociedade alternativa à sociedade capitalista implica a coexistência de diferentes formas de propriedade, transitando em um período no qual convivam e, por sua vez se contrapõem, as novas relações que se quer construir e aquelas que ainda se mantém, herdadas do regime anterior. De todo modo, a heterogeneidade das formas de propriedade explica-se pelo nível relativamente baixos de desenvolvimento das forças produtivas e de socialização da produção, em especial, nos países subdesenvolvidos. No entanto, para além da supremacia das formas mais socializadas, que garantem o sistema, existem certos graus de liberdade quanto ao peso relativo que cada forma de propriedade desempenha nesta coexistência.

A respeito das formas de propriedade possíveis neste momento da transição, Oscar Estrada salienta que é possível desdobrar o exercício da propriedade dos meios de produção em dois aspectos essenciais: 1) o da apropriação do excedente produtivo; 2) e o do controle efetivo das decisões dentro da empresa ou unidade econômica.

Em relação ao primeiro, isto é, ao sujeito jurídico da apropriação pode-se fazer uma classificação em quatro formas de propriedade: em primeiro lugar, o patrimônio da *sociedade em seu conjunto,* representado pelas empresas estatais, cujo dono legal (como sujeito formal da apropriação do excedente) é o agregado social. Segundo, as *formas coletivas* em que a

propriedade é exercida por um grupo de indivíduos, geralmente, em igualdade de condições, combinando a condição de trabalhadores e proprietários, cujos membros não apropriam do trabalho de outros – neste formato aparecem as cooperativas. Em terceiro lugar, a *propriedade privada individual* aparece naquelas formas de produção mercantil simples, com origem pré-capitalista, nas quais um mesmo indivíduo ou núcleo familiar é o dono dos meios de produção e emprega a sua força de trabalho; estes apropriam de todo valor do seu trabalho e por sua vez não contratam trabalho alheio – são os trabalhadores autônomos. Por último, aparece a *propriedade privada capitalista*, que se caracteriza, justamente, pela apropriação de determinada mais-valia gerada pelo trabalho alheio. Tecnicamente, sempre que um indivíduo ou grupo possua os meios de produção e contrate força de trabalho assalariada, ele apropria-se de parte do valor criado; consequentemente, pode-se afirmar que existem relações de exploração, mesmo que em pequena escala.

Para Estrada, um mérito indiscutível da proposta de reformulação da estrutura de propriedade no novo modelo é o objetivo de incorporar um importante setor privado de trabalhadores informais (assalariados, autônomos ou pequenos proprietários) que estavam na ilegalidade, possibilitando a sua formalização junto as formas de emprego não estatais. Portanto, tratou-se acertadamente adequar as excessivas regulações vigentes às condições objetivas da reprodução social. Em suas palavras:

> A expansão que experimenta o emprego privado constitui não mais que um adequado diagnóstico da situação social corrente. Não se trata de avançar para a privatização porque é supostamente mais eficiente, mas de ajustar o modelo às circunstancias reais das forças produtivas, neste momento particular do transito cubano ao socialismo (ESTRADA, 2011 p. 8).

No entanto, isto traz consigo vários desafios e riscos. A recente autorização da contratação de força de trabalho e, com isto, o reconhecimento oficial explícito da existência de parcelas de *propriedade privada capitalista* – ao menos na escala da microempresa – representou uma das transformações conceituais mais significativas dos últimos 50 anos. Entretanto, Estrada recomenda uma dose de cautela na implementação da pequena propriedade privada, ou seja: tendo em vista que o exercício do trabalho autônomo em Cuba depois de sua expansão nos anos 1990 esteve legalmente restrito à modalidade de *propriedade privada individual*, uma vez autorizada a contratação de trabalhadores – e caso não se incentive a criação de cooperativas como forma de expansão dos negócios –, a tendência natural de prosperar de tal forma mercantil simples é a de desenvolver-se através do aumento

da de força de trabalho contratada. Logo, estaria criando as condições para a generalização da *propriedade privada capitalista.*

Consequentemente, além disso, um dos maiores desafios para o Estado cubano é o controle da expansão do setor privado, assim como o de evitar a concentração de capital em determinados setores. Segundo Estrada (2011), em face da iminente proliferação de agentes econômicos cuja função de otimização não é outra senão a de maximizar lucros, em torno dos quais é gerada uma complexa rede de relações predominantemente mercantis que se vão reproduzindo, impõe-se o redesenho do Estado como ente regulador e garantidor dos objetivos sistêmicos da reprodução. Neste sentido, uma questão chave que deve ser enfrentada diz respeito ao controle da acumulação potencial de riqueza nas mãos de determinados setores. Para o autor, esta questão deve ser enfrentada não somente utilizando os instrumentos de política tributária, mas também através da promoção de determinadas formas de consumo – por exemplo: de bens duráveis ou serviços de lazer – que permitam extrair e redistribuir parte da riqueza acumulada; além de assegurar que não representem em si mesmos a concentração de meios de produção. Por outro lado, para evitar a concentração do capital – uma resultante natural da expansão do setor privado – Estrada propõe que o governo incentive as fórmulas cooperativas, por exemplo, através de benefícios fiscais etc.

Dito isso, é fundamental ressaltar na análise de Oscar Estrada como ele observou contradições e as tensões entre este tipo de reforma econômica e o imobilismo que até então imperava. Por um lado, a reforma pode trazer certos benefícios imediatos, porém contém sérios riscos de restauração capitalista, por outro lado, a paralisia em torno de um modelo que se tornou disfuncional possivelmente seria mais arriscada ainda, uma vez que era evidente o distanciamento entre o país formal e o país real. Vejamos nas palavras do autor:

> Finalmente, como consequência de uma maior presença de formas não estatais (de propriedade) pode-se esperar, por um lado, um maior aproveitamento de capacidades produtivas, aparição de ofertas melhor relacionadas com as características da demanda, assim como a proliferação de postos de trabalho, relativamente, com maior retribuição. Enquanto isso, por outro lado, produzir-se-ia o avanço relativo de uma classe social de natureza intrinsecamente antissistêmica, e incrementaria as relações de intercambio mercantil marcadas pelo interesse material, o qual tende a impactar negativamente sobre as relações socialistas de reprodução, embora não as comprometa imediatamente. A aposta de um papel mais protagonista do setor privado, buscando dinamizar a curto prazo o desempenho econômico, entranha profundos riscos de restauração capitalista em um horizonte temporal mediano. Entretanto, a persistência de um modelo com uma centralização exacerbada que ignora as condições objetivas de reprodução, também entranha um considerável risco de reversão sistêmica, talvez mais perigoso por parecer menos evidente. (ESTRADA, 2011 p.9).

Ademais Oscar Estrada, sempre preocupado que não se perca uma visão da totalidade na análise, chama atenção para os aspectos políticos intrínsecos a este processo. Em vista das tensões sublinhadas, o autor sugere que é necessário ter cautela na implementação das reformas. Inclusive recorda que a principal lição (para o governo cubano) deixada pela *Perestroika* nos desdobramentos das reformas no Leste Europeu é o imperativo de não perder o controle político da dinâmica das transformações, impedindo que as forças reacionárias acessem as bases do poder. No entanto, também pondera que se o sistema político não evoluir, o poder político estabelecido também se coloca em risco. De todo modo, equilibrar-se nesta difícil equação não é tarefa simples. Embora considere que o novo modelo cubano deva articular plenamente os novos atores no interior do sistema econômico e político vigente, o autor aponta que a manutenção da perspectiva socialista, para além da supremacia da propriedade social, radica essencialmente em evitar que o controle da política econômica caia em mãos do capital privado, nacional ou internacional.

Não menos decisiva é questão das *formas de gestão* da propriedade da "sociedade em seu conjunto", isto é, o controle efetivo e a tomada de decisões dentro das empresas estatais. Como já apontamos acima, Estrada destaca que a possibilidade relativa de isolar os dois planos que compõem a propriedade, permite ao Estado proprietário optar entre as várias alternativas para a gestão do conjunto de decisões, a fim de otimizar as funções atribuídas às empresas[121]. Assim sendo, o autor distingue cinco formas alternativas de gestão empresarial da propriedade estatal.

A primeira delas, predominante durante grande parte do período revolucionário, é a gestão estatal centralizada – uma herança do modelo soviético, intrinsecamente ligada à planificação por métodos diretos. Sob esta forma de gestão a maioria das faculdades empresariais devem ser submetidas à consideração ou decisão dos níveis governamentais correspondentes, isto é, configura-se um desenho verticalista de decisões que vai dos ministérios às empresas. Consequentemente, é comum que esta maneira de conduzir o sistema produtivo, dada à enorme complexidade para se chegar a decisões ótimas, resulte em desequilíbrios entre a demanda e a oferta ao nível microeconômico, que se manifestam em escassez ou excedentes de determinados produtos. Ademais, dado o verticalismo das decisões os trabalhadores tendem a se descomprometer com os resultados econômicos da empresa,

[121] Estas decisões se referem, basicamente, a determinação de quantidades, qualidades e variedades da produção; fixação de preços; escolha de clientes e fornecedores; definição de investimentos; estrutura organizativa e dos funcionários; contratação de trabalhadores; eleição da direção etc.

fazendo com que não tenha efeito o pagamento por resultado; destarte, a pretensão de elevar os níveis de produtividade adquire um caráter voluntarista.

Outro traço que se desenvolve nesta forma de gestão é tendência à autarquia, uma vez que se minimizam as relações horizontais entre empresas. Soma-se a isso a utilização excessiva de mecanismos extra econômicos das decisões verticais, os quais acabam por subverter a confiança das empresas nas regras econômicas, e, portanto, conduz ao raciocínio comum entre os administradores de que a única garantia de assegurar um serviço ou uma produção (a tempo ou qualidade necessária) é gerando capacidade de fazê-los por si próprio. Em resumo, grande parte dos atuais problemas econômicos do setor estatal está ligado a esta forma de gestão.

Em vista da ineficiência que se gerou, a alternativa imediata que aparece frente a gestão estatal centralizada é a descentralização. A gestão descentralizada provavelmente evitaria algumas das deformações acima, já que confere aos administradores a possibilidade de decidir um conjunto mais amplo de fatores, ainda que se mantenham certas decisões em nível central, como a nomeação da direção da empresa. Quanto ao objetivo de descentralização da gestão estatal das reformas atuais é necessária uma reflexão mais detida, porque neste aspecto, segundo o autor, radica outro risco de reversão sistêmica, como já foi observado em outras experiências socialistas. Ou seja, com a descentralização das decisões sem o devido controle dos trabalhadores corre-se o risco de conceder poderes semi-absolutos aos administradores, os quais, potencialmente podem se tornar a prefiguração de uma classe burguesa. Neste sentido o autor alerta:

> Implementar um mecanismo de funcionamento que incremente as atribuições das empresas deve atender a seguinte advertência: não se pode transferir autoridade para as empresas sem desenhar no médio prazo as formas – não de participação – mas de controle efetivo dos trabalhadores sobre as decisões da empresa. Não se deve transferir as faculdades empresariais aos administradores, mas à sabedoria e aos interesses do poder coletivo. Caso contrário, se enfrentariam dois grandes riscos: 1) continuar postergando a necessidade de avançar na realização da propriedade social, mantendo-se o distanciamento do trabalhador frente aos interesses do coletivo laboral; 2) potencializar ainda mais aquela classe de ‘empresários socialistas’ que emergiu como resultado da implementação da política econômica do I Congresso do PCC em 1975, sobre a qual Fidel Castro alertou em vários discursos durante o processo de Retificação na década de 80. Esta ‘classe empresarial’ com poderes semi-absolutos, que se produziu em experiências alhures (na Europa oriental) como resultado de transformações descentralizadoras, constituiu o cenário favorável catalisador da restauração capitalista em vários modelos ex-socialistas do Leste Europeu.” (ESTRADA, 2011 p.10).

Além da descentralização, outra forma de gestão proposta pelas reformas (que constitui outra novidade) é a gestão privada da propriedade estatal – por meio de contratos

temporários –, como a entrega de terras ociosas em usufruto e o arrendamento de estabelecimentos de serviços urbanos até então administrados por empresas estatais. Nestes casos Oscar Estrada aponta que não se trata de privatizar a propriedade estatal, uma vez que não se aliena irreversivelmente os meios de produção, no entanto, na prática, esta se converte em propriedade mista. Neste formato de concessão o Estado participa como coproprietário, pois os arrendadores (ou usufrutuários) podem possuir outros instrumentos ou meios de produção; além disso, verifica-se uma tendência à contratação de trabalhadores assalariados.

Dito isso, é importante sublinhar que os debates históricos em Cuba se deram em torno da centralização ou da descentralização de gestão da propriedade estatal[122]. Contudo, Estrada ainda chama atenção para duas outras formas de gestão ainda pouco debatidas ou experimentadas no país, e que apesar disso deveriam ser consideradas já que são formas de gestão mais socializadas e, portanto, mais afins ao projeto socialista. Trata-se da gestão coletiva e da gestão social. Na gestão coletiva as decisões da empresa recairiam sobre os próprios grupos de trabalhadores que, inclusive, poderiam eleger os dirigentes da empresa. Neste esquema os trabalhadores arrendariam a propriedade estatal cuja regulação ficaria essencialmente a cargo do mercado, sendo que o Estado também poderia intervir estabelecendo algum compromisso junto às empresas (por exemplo, produzir de determinado bem ou certas quantidades). A gestão social, por sua vez, é concebida como uma forma superior de gestão da propriedade estatal e se caracterizaria pela busca de mecanismos sistemáticos e efetivos de controle social sobre o desempenho das empresas, assim como das decisões econômicas em seu conjunto. Entretanto a gestão social pressupõe outra maneira de conceber o Estado, e, assim, uma ampla reestruturação das instituições de participação[123]. Enfim, o desenvolvimento destas formas de gestão ainda esbarra em uma cultura de centralização cristalizada por décadas, porém o autor não deixa de sublinhar a importância de se avançar nesta discussão, assim como ensaiar experimentos neste sentido.

Na perspectiva de encontrar as formas de gestão mais apropriadas ao objetivo de reprodução sistêmica na transição socialista, Estrada aponta que a esfera empresarial deve equilibrar-se nesta tensão: é necessário que o Estado mantenha empresas que respondam a

---

[122] Ressalta-se que os modelos de gestão estatal experimentados durante nos últimos 50 anos, todos mais ou menos centralizados, nenhum deles conseguiu se estabelecer-se de forma generalizada, de modo que esta questão ainda permanece pendente.

[123] Oscar Estrada salienta que experimentar fórmulas de controle da atividade empresarial através das assembleias legislativas, nos diferentes níveis (municipal, provincial e nacional), poderia ser um caminho interessante para avançar na gestão social da propriedade estatal.

determinados objetivos sociais, mesmo com o custo da irrentabilidade econômica; e ao mesmo tempo devem existir outras empresas que - sendo socialmente e ambientalmente responsáveis – tenham por meta fundamental a maximização dos rendimentos e a inserção competitiva em mercados domésticos e internacionais[124]. Por outro lado, destaca a necessidade de se elevar os níveis de socialização dos meios de produção e garantir a irreversibilidade das relações socialistas de produção.

Estrada, no entanto, fez uma ressalva à proposta contida nas reformas que visa promover a sustentabilidade econômica de organizações e empresas cubanas, ao sublinhar que a produção de bens e serviços não deve ser excluída por decreto do amparo do orçamento estatal. Ou seja, uma das principais vantagens da propriedade social é que ela deveria permitir a produção de certos itens considerados socialmente necessários, embora em condições produtivas que não alcancem a rentabilidade econômica. Levando isso em conta, é perfeitamente possível e desejável que determinadas produções continuem desenvolvendo-se amparadas pelo orçamento estatal, desde que se estabeleça regras claras e invioláveis para cada tipo de entidade. De todo modo, o autor defende que se mantenha a diferenciação entre organizações *orçamentárias* e as *empresariais*.

5.1.4 A regulação econômica: Planificação e Mercado

Outro princípio sistêmico essencial à transição socialista é a planificação. De modo mais geral Estrada et al (2013) a entende como uma forma de intervenção social que busca produzir uma transformação específica no curso tendencial dos eventos. Ela deve possibilitar, ao menos teoricamente, a partir da antecipação e configuração de um futuro desejável e possível, tanto estruturar como coordenar as estratégias e ações, de maneira coerente, racional e ótima, com vistas a alcançar os objetivos previstos. Em outras palavras, a planificação diz respeito ao papel que deve desempenhar os mecanismos de regulação consciente da produção que a sociedade implementar, em oposição ao desenvolvimento automático do mercado.

[124] Neste ponto é importante salientar que a organização econômica do Estado cubano para as atividades produtivas, bem como para o provimento de produtos e serviços, estabelece uma diferenciação entre *sistema empresarial* e o *sistema orçamentário*. No sistema empresarial estão as empresas cujo objetivo é a maximização dos seus rendimentos econômicos, em geral as empresas que prestam serviços produtivos e produção de bens; enquanto no segundo estão as unidades orçamentárias (financiadas pelo orçamento do Estado) cujo objetivo é a maximização da qualidade ou quantidade dos serviços oferecidos, sem a finalidade de ser rentável economicamente (escolas e hospitais, por exemplo).

Comumente, isto é levado a cabo pela via da intervenção direta do Estado nas relações econômicas, a qual persegue a regulação de um ou outro aspecto da reprodução (mediante ordens, influência ou suplantando a autorregulação mercantil).

Nas experiências socialistas do século XX influenciadas pelo modelo soviético, Estrada aponta que aparecia como regularidade uma forma de planificação estatal altamente centralizada e detalhada. O caráter diretivo atribuído à chamada “planificação socialista" – que inclusive era aceito como um aspecto distintivo fundamental frente aos propósitos de planificação em economias capitalistas -, pressupunha a tentativa de dirigir a partir de um centro único (o Estado) uma ampla gama de detalhes da vida econômica da nação. Caracterizou-se, ademais, pela distribuição direta de recursos físicos em função de determinadas metas - fixadas de maneira administrativa – contidas em um sistema de diretrizes centrais chamado *plano*. Para alcançar o *plano* frequentemente se apostava na mobilização política e patriótica, assim como nos incentivos morais à produtividade e disciplina do trabalho. Assim sendo, se concebia a planificação com uma lógica que determinava *a priori* a grande maioria das relações que iam ser estabelecidas entre os sujeitos econômicos (isto é, regulava e restringia fornecedores, clientes, quantidades a produzir e a consumir, variedades, preços, padrões tecnológicos, estruturas organizativas e de pessoal, formas e montante da retribuição salarial entre outros).

Frente as suas vicissitudes concretas (que se associam à gestão estatal centralizada), Oscar Estrada desenvolve uma crítica a este tipo de planificação, sublinhando que ela não pode ser confundida com a planificação em si. Segundo o autor, esta forma de regulação – denominada *regulação direta* - foi interpretada de forma equivocada como sendo a “planificação socialista” por excelência, predominante no imaginário tanto dentro como fora de Cuba. De acordo com o autor, seguramente os fundadores do marxismo imaginaram a organização de uma nova sociedade (não capitalista) sobre a base de uma regulação centralizada e *ex-ante* da produção, porém, isto foi concebido para uma etapa de desenvolvimento econômico da sociedade que ainda não foi alcançada. Sob esta influência, a noção de planificação em questão, difundida como princípio sistêmico pela ortodoxia marxista durante tantos anos, é portadora de uma severa inconsistência devido a sua implantação intempestiva.

Assim, para Estrada, assumir a *regulação direta* como sinônimo de planificação constitui uma noção reducionista e distorcida deste conceito, uma vez que ela introduz

rigidezes instransponíveis nas condições atuais de heterogeneidade de formas socioeconômicas (de propriedade e sujeitos econômicos). Em outras palavras: ela subestima o papel dos incentivos econômicos na transição socialista, superestima a capacidade decisória dos planificadores centrais, estimula o arbítrio administrativo acima de qualquer tipo de racionalidade econômica, e finalmente, conduz a um processo altamente custoso para a legitimação da viabilidade do socialismo.

A partir disso, Oscar Estrada pondera que embora os métodos associados à regulação direta – como a distribuição administrativa, mobilização política e incentivos morais - possam ser úteis e ter validade para determinado período de uma revolução social, no qual se leva a cabo uma industrialização intensiva, eles podem se converter num obstáculo ao progresso econômico posterior, quando se perpetuam para além de sua justificação histórica, haja vista a sua falta de flexibilidade. Baseando-se na obra do polonês Oskar Lange, o economista cubano afirma que a dificuldade começa, justamente, quando estes métodos de 'economia de guerra' se identificam com a essência do socialismo. Nestes termos o conceito de planificação adotado por Estrada baseia-se em Lange, e se define como: "todo esforço para submeter a ação das leis econômicas e o desenvolvimento econômico da sociedade à direção da vontade humana" (p.20).

Assim sendo, também é legitimo a utilização de outro tipo de instrumento, neste caso, denominado de *mecanismos de regulação indireta*. Aqui incluem todos aqueles atos que buscam criar determinadas condições econômicas que possam induzir os sujeitos a tomar decisões em certas direções, coerente com os objetivos desejados. Ou seja, o governo tem em suas mãos a possibilidade de modificar as circunstâncias enfrentadas por estes agentes e com isso influenciar indiretamente sobre seus comportamentos, através das políticas micro e macroeconômicas (política fiscal, monetária, setorial, de preços, de investimento e outras).

Segundo Estrada, há cinco décadas a economia cubana se auto define como uma economia planificada, sendo que a concepção de planificação esteve fortemente marcada pela noção de regulação direta. Atualmente, entretanto, ele afirma que é insustentável continuar apostando na regulação direta via "balanço de materiais" (medição física), uma vez que a inserção econômica internacional do país se dá sob bases financeiras. Os desajustes se intensificam, ademais, com a constatação de que a formulação do *plano* é deficiente. Ou seja, os administradores das empresas estatais informam sua capacidade de produção subestimada enquanto superestimam suas necessidades de recursos. Por sua vez, o nível central destina os

recursos abaixo do solicitado e exige metas superiores à planejada pela base. Neste tipo de negociação cada parte é consciente da lógica que move a outra e o resultado final é determinado centralmente de forma administrativa. Com efeito, aparecem distorções com a coexistência desarticulada - em ocasiões caóticas - de formas de medição e gestão econômica baseada em magnitudes físicas com as análises baseadas em magnitudes financeiras. Logo, o funcionamento físico da economia apresenta inconsistência com a sua dimensão financeira, devido ao elevado nível de intervenções administrativas.

De acordo com Estrada et al (2013) a diversidade de formas de propriedade na economia cubana, seu encadeamento produtivo, a heterogeneidade técnico-produtiva das empresas estatais e a inserção na economia internacional condicionam o reconhecimento da influência do mercado e da lei do valor nesta etapa da transição socialista. O que equivale a dizer que o Estado não pode decidir administrativamente todos os preços, tampouco definir a cada produtor tudo que deve produzir, de quem comprar ou a quem vender. Porém, isto não quer dizer que o autor defenda a conversão da economia cubana em uma economia de mercado. De acordo com sua visão não se trata disso, uma vez que as falhas sociais e ambientais - assim como o predomínio da visão de curto prazo - em economias de mercado já são amplamente reconhecidas. Em suma, se trata então de uma economia socialista com mercado, na qual a planificação leva em conta o mercado e, por sua vez, é influenciada por este.

Isto significa, por sua vez, uma transformação essencial da planificação de maneira que possa superar os limites estreitos da regulação direta, e incorporar, com maior efetividade, os instrumentos de regulação indireta. Além disso, considerando que o objetivo de autonomia das empresas é essencialmente contraditório com a manutenção da regulação direta, uma planificação de tipo financeiro deve se impor, já que é um mecanismo mais eficaz para reduzir a complexidade nos processos de alocação dos recursos (ESTRADA, 2011). Por outro lado, a regulação direta (administrativa) deve se manter restrita somente àqueles itens limitados desde o ponto de vista de sua oferta física, ou com restrição de capacidade de produção. E com isso caminhar no sentido de que os resultados financeiros das empresas correspondam com os resultados do setor real.

Por fim, é importante ressaltar que este processo é ainda inicial e tem um caráter experimental. Ainda assim Oscar Estrada et al (2013) procuram observar outras experiências acerca desta problemática central das relações entre a planificação e o mercado. Sublinham

que naqueles países onde se outorgou um maior papel às relações mercantis, estas resultaram mais efetivas para o desenvolvimento das forças produtivas; porém, simultaneamente, possibilitou-se o retrocesso dos níveis de desenvolvimento da consciência socialista, e em alguns casos se chegou ao ponto de selar a restauração capitalista. Enfim, até este momento, isto parece constituir uma contradição insuperada.

Diante destas dificuldades, entende-se que a transição ao socialismo só pode ser um processo de tentativa e erro, uma experimentação constante. Em outras palavras, talvez o grande desafio da construção do socialismo nos tempos atuais seja integrar de forma coerente as exigências da produção material e, ao mesmo tempo, não descuidar da formação dos valores éticos-políticos que devem prevalecer em uma sociedade alternativa. Frente às condições de crise enfrentadas por Cuba nas últimas décadas, o que estes autores mais parecem ressaltar é que as aspirações no âmbito da política, da ideologia e da cultura - em suma, dos valores - não podem ser concebidas à margem (ou com independência) dos objetivos e resultados econômicos do país, os quais devem se expressar nas condições de vida da população. Em uma palavra, socialismo não pode se confundir com renuncia ao bem-estar material.

5.1.5 Formas de distribuição da riqueza social

Outro aspecto chave para a reprodução sistêmica que está em jogo é o peso das diferentes formas de distribuição da riqueza, lembrando-se que esta é fruto do trabalho em conjunto da sociedade. De acordo com Estrada (2011) a noção de ‘necessidades’ humanas que a riqueza criada deve satisfazer está condicionada por ao menos três dimensões básicas: os requerimentos biológicos da subsistência; as circunstâncias para a reprodução da vida social, determinada pelo entorno socioeconômico; e as diferentes expectativas de modo de vida, as quais incorporam um componente fundamentalmente subjetivo. Neste aspecto Oscar Estrada chama atenção que a sobrevivência da transição socialista descansa, entre outros fatores, sobre a possibilidade de fazer corresponder, de maneira sustentável, a produção da riqueza social com a noção de necessidades dos indivíduos. Neste sentido, a expansão da riqueza criada deve ser acompanhada da promoção de expectativas de consumo socialmente responsáveis, de acordo com uma racionalidade distinta do consumismo e do desperdício que impera no sistema capitalista.

Em vista da coexistência de diferentes formas socioeconômicas nesta etapa histórica da transição, necessariamente existirão diferentes fontes para a distribuição da riqueza, tais como: o *trabalho que o indivíduo aporta à sociedade; os fundos sociais de consumo; e a apropriação privada de trabalho alheio.* Dentre estas, as duas primeiras são consideradas formas de distribuição socialista. Levando em conta o ponto de partida da sociedade cubana e os objetivos da construção socialista, deve prevalecer a distribuição de acordo com o trabalho – como sublinhou Marx na *Critica ao Programa de Gotha* – que relaciona o grau de satisfação das necessidades individuais com a contribuição à geração da riqueza coletiva. Esta forma, por sua vez, é complementada pela existência dos fundos sociais de consumo, que é fundamental para a justiça do sistema socialista, uma vez que o acesso aos serviços incluídos nesta forma não depende da mediação do trabalho, e estão ligados à necessidade dos indivíduos, com tratamento igualitário ou focalizado. Além destas, ainda persistirá a distribuição via apropriação privada do trabalho alheio, associada, entre outras expressões, ao trabalho assalariado privado.

Segundo Oscar Estrada (2011) o reordenamento das fontes de distribuição constitui um aspecto estratégico da reforma econômica atual para a persistência sistêmica do socialismo. Nas últimas décadas emergiram uma série de deformações nos mecanismos distributivos que vinham minando, "silenciosamente", o papel do trabalho formal na sociedade, além de possibilitar a proliferação de práticas e valores antagônicos aos objetivos socialistas.

No seu entendimento era evidente que o trabalho vinha sendo relegado como a principal fonte de renda da população, tornando-se uma atividade secundária. A forte incidência das fontes sociais de consumo – com tendência igualitarista – que caracterizou a política social durante o período revolucionário se aprofundou com os esforços para distribuir os impactos da crise econômica na década de 1990. Por outro lado, a partir dos anos 2000, com as políticas que procuraram reforçar o protagonismo estatal e conter a abertura econômica – no âmbito do programa governamental Batalha de Ideias -, fortaleceram-se os fundos sociais de consumo e a distribuição igualitária[125].

Uma vez que esta forma de distribuição era insuficiente para a satisfação das necessidades, ao mesmo tempo, verificou-se a diversificação das fontes de acesso a bens e

[125] Considera-se que a distribuição igualitária, especialmente dos salários estatais, além de ser injusta com os trabalhadores mais esforçados e que mais contribuem ao crescimento da riqueza nacional, desestimula este tipo de atitude nos trabalhadores em geral, e com isso ocasiona o descenso da produção.

serviços que não se relacionavam com a transcendência social do trabalho (ou seja, desvios, roubos, remessas estrangeiras, corrupção, comercio ilegal etc.). Desta forma, a combinação do igualitarismo distributivo com a ascensão de outras fontes renda (em sua maior parte ilegais), somadas ao escasso poder de compra do salário estatal, se tornaram as principais causas econômicas dos baixos níveis atuais de *intensidade do trabalho* no país[126]. Com efeito, o círculo vicioso gerado pela interação destes fenômenos, segundo Estrada, constitui um grande prejuízo à legitimidade do projeto socialista no país atualmente. E, portanto, tentar desarticula-lo é um desafio crucial.

Em vista deste quadro, tornara-se evidente a debilidade do modelo socialista existente em oferecer oportunidades e mobilidade social aos indivíduos. Em suma, Estrada destaca que um desafio fundamental das reformas econômicas em curso é possibilitar que:

> O novo modelo econômico e social ofereça aos indivíduos alternativas para construir seus projetos de vida em conformidade com os objetivos da construção socialista. Durante as décadas de 70 e 80 as aspirações de vida dos jovens da época eram claramente realizáveis nos marcos da aspiração coletiva, pois as regras implícitas de mobilidade social estavam ligadas aos objetivos do projeto da nova sociedade. No entanto, a partir dos anos 1990, o projeto social impactado pela crise, sobrevive com uma capacidade muito depreciada para oferecer oportunidades de inserção e prosperidade individual a partir da contribuição laboral. Inclusive, era bastante duvidosa a capacidade de satisfação das necessidades nos marcos da legalidade. (ESTRADA, 2011, p.28).

Diante disso as poucas alternativas de mobilidade social que apareciam, basicamente, estavam ligadas à ocupação de postos de trabalho com alguma possibilidade de apropriação ilícita de recursos (em especial no setor de turismo, gastronomia, distribuição de combustíveis e construção civil), os quais acabavam potencializando o comercio ilegal no mercado negro, altamente lucrativo. Além desta, outra alternativa é a entrada em postos chave da burocracia estatal, isto é, em instituições ou empresas nas quais há possibilidade de acesso a recursos extra salariais (incluindo bens e serviços oficialmente institucionalizados) denominados pelo autor de privilégios e prebendas[127]. Por sua vez, a existência de formas administrativas

---

[126] Em 1985, auge da expansão do emprego estatal, se estimava que 49% do consumo total de bens e serviços se obtinha pelo resultado do trabalho (salários), enquanto que os 51% restantes era atribuído a gratuidades e subsídios contidos nos Fundos Sociais de Consumo. Em 2009, devido às várias deformações que se desenvolveram nas duas últimas décadas, cerca de 49% do total da renda monetária da população era proveniente do trabalho em entidades estatais, apesar de que 84% da população estava empregada no setor estatal (ESTRADA, 2011). Estrada diferencia o conceito de *Intensidade do trabalho* de *produtividade do trabalho*, já que este último também leva em conta outros fatores que não dependem da atitude direta do trabalhador, como a relação capital-trabalho e a inovação tecnológica.

[127] Destacam-se as possibilidades de ter um automóvel estatal para o transporte individual ou o acesso à casa própria. Segundo Estrada, os privilégios e prebendas ameaçam anular a perspectiva de transformação de

arbitrárias como esta, representa uma tentativa de compensar as limitações do mecanismo de distribuição. Somava-se isto a possibilidade de dedicar-se a pequenas atividades privadas autônomas legais ou ilegais. E por fim, o que acaba evidenciando ainda mais a debilidade do modelo até então existente, é a significativa incidência da emigração econômica.

Com efeito, esta situação conduziu à aceitação social certos valores inconsistentes com os paradigmas emancipatórios historicamente defendidos pelo socialismo, que se manifestam na proliferação de práticas altamente nocivas como o roubo e o desvio dos recursos estatais, a corrupção e o tráfico de influências. Inclusive, radicam nestas práticas as principais formas de *apropriação privada do trabalho alheio* até então existentes (além da exploração privada do trabalho assalariado, que era ilegal). E, portanto, já representavam uma grave ameaça à sobrevivência dos valores socialistas (ESTRADA, 2011).

Segundo Estrada, para enfrentar estas deformações o novo modelo deve impor a distribuição socialista de acordo com o trabalho - medido pela sua quantidade, qualidade e resultados - que cada qual aporta à criação da riqueza social, e com isso, impulsionar o desenvolvimento da produção. Sobretudo, deve ser capaz de incentivar que o trabalhador desempenhe bem sua função, assim como se interesse pelos resultados gerais da sua unidade ou empresa[128]. Em suma, a prioridade dada a esta forma distributiva será essencial para recuperar e fortalecer a significação social do trabalho e, consequentemente, conferir maior peso aos salários para a satisfação das necessidades individuais.

Ainda assim, esta forma fundamental deve ser complementada pelos *fundos sociais de consumo*. As diferenças socioeconômicas e de capacidades existentes entre os trabalhadores, assim como entre suas famílias, fazem com que as suas necessidades materiais também sejam distintas. Não obstante, para impedir que certas desigualdades se tornem um fator de desequilíbrio do desenvolvimento socialista, os fundos sociais de consumo estarão à disposição da população de maneira gratuita e igualitária (em alguns casos de maneira focalizada) sem a mediação do trabalho para o seu acesso. Entretanto, Oscar Estrada alerta - com base na obra da socióloga Mayra Espina - que uma interpretação simplificada da

---

alguns funcionários, já que sua capacidade de decisão poderia estar permeada por um sentido de conservação do status quo. Apesar disso, deve-se ressaltar que nem todos os funcionários que ascendem a estes cargos estão buscando apenas o interesse individual, muitos ainda se movem pelos valores altruístas fomentados durante décadas pela Revolução.

[128] Evidentemente os resultados econômicos das unidades/empresas não dependem exclusivamente do desempenho dos trabalhadores. Por exemplo, também dependem da regularidade de fornecimentos, possibilidades de crédito etc.; e por isso é fundamental que outros elementos de política econômica funcionem paralelamente.

heterogeneidade social, esta forma de distribuição pode se converter em um mecanismo que potencializa a desigualdade, distorcendo sua essência ao oferecer tratamento igualitário a sujeitos desiguais. Com isso, pode-se deduzir que a manutenção da distribuição igualitária de determinados bens e serviços deva ser acompanhada de políticas focalizadas em outros setores.

Desta maneira, portanto, permanecerão como fundos sociais de consumo os serviços de educação, saúde, assistência social e outros serviços comunais, uma vez que são serviços essenciais à formação integral dos cidadãos. Ademais, em condições de subdesenvolvimento e do imperativo de inserção na economia mundial – marcada pelo crescente progresso técnico-científico – não se pode abrir mão da universalidade e gratuidade destes serviços, sob pena de arriscar os objetivos socialistas do desenvolvimento. A manutenção e o incremento da qualidade dos fundos sociais de consumo, porém, estarão determinados pelas possibilidades econômicas do país, fundamentalmente, relacionadas à elevação da riqueza nacional, como pode se observar a seguir:

> Se os gastos sociais adquirirem magnitudes desmedidas e irracionais, necessariamente teria que reduzir-se a parte que cada um dos membros da sociedade recebe de modo direto para o consumo pessoal através dos salários, ou se não haveria que sacrificar, por exemplo, a acumulação (investimento) e com ela o bem-estar futuro. Como partes de um todo, isto é, do novo valor criado pela sociedade em seu conjunto, o aumento do montante direcionado a uma das partes ocasiona a diminuição do montante de outras. Para que todas as partes cresçam é necessário elevar o aporte geral dos trabalhadores, como resultado da criação de um produto social mais elevado (ESTRADA et al, 2013 p.22).

Por fim, com a recente autorização da contratação de força de trabalho assalariada nos negócios particulares, corresponderá ao Estado regular a apropriação privada do trabalho alheio para que esta não seja lesiva ao socialismo. Isto significa fazer uso, por exemplo, da política tributária e da prerrogativa de determinar as atividades autorizadas aos negócios privados, com vistas a limitar a concentração de capital e ao mesmo tempo desestimular, de forma indireta, a generalização deste tipo de emprego da força de trabalho. Por outro lado, deve ser sublinhado que todos, empregadores e empregados, terão acesso aos fundos sociais de consumo.

5.2 **O debate atual: as três visões do socialismo em Cuba**

Uma vez tendo abordado o que no nosso entendimento é uma tentativa de fundamentação teórica que possivelmente legitime a reforma econômica, passamos agora à

consideração das diferentes posições existentes dentro espectro socialista cubano acerca deste processo. Para isso vamos nos basear nos trabalhos da economista cubana Camila Harnecker, talvez a primeira autora a sistematizar o debate atual. Ela identificou e caracterizou, o que no seu entendimento, são as três concepções (ou visões) principais sobre o socialismo que se debatem no país - cujas visões estão mais ou menos presentes nas diretrizes do programa reformista –, e buscam influenciar, de acordo com as suas percepções, o processo em curso. Segundo Harnecker, as diferentes concepções sobre o socialismo presentes no debate político cubano – debate este entendido no seu sentido mais amplo, e não apenas entre acadêmicos – podem ser agrupadas em três correntes as quais denominou de *estatista, economicista e autogestionária*[129]. Por sua vez, estas correntes estão associadas a posições que defendem, respectivamente, o *socialismo de Estado, o socialismo de mercado e o socialismo participativo e democrático*.

Os seus expoentes podem ser membros do PCC ou não. E embora o Partido não reconheça tendências internas, estas diferentes visões podem ser percebidas nas opiniões individuais dos seus membros. É importante deixar claro que estas visões dificilmente vão aparecer de forma "pura" ou "estanque" no pensamento dos diferentes autores e sujeitos políticos, já que na realidade, embora as pessoas possam se identificar mais com uma do que outra posição, elas podem compartilhar pontos de vista similares em outros aspectos. Enfim este tipo de recurso é muito mais uma operação analítica – uma sistematização –, cujo propósito é apresentar os grandes traços dos enfoques existentes sobre o que é necessário para "salvar o projeto socialista cubano". Ademais, este mapeamento do debate é importante para situarmos melhor as ideias em disputa (ou possivelmente hegemônicas) dentro do Partido Comunista de Cuba.

De acordo com Harnecker a forma que tomará o novo modelo econômico e social, em condições de estabilidade política, vai depender da influência relativa das diferentes maneiras com que se concebe o socialismo e se vislumbra o futuro de Cuba. Se por um lado, estas visões coincidem que o principal objetivo (de longo prazo) do socialismo é alcançar uma sociedade mais justa e liberada das dificuldades econômicas que hoje o país enfrenta, por outro, divergem acerca do que entendem pela justiça social e a liberdade, e portanto, sobre o

[129] É importante esclarecer que estas nomeações são utilizadas pela autora no seu intuito de sistematização e, portanto, não partem do reconhecimento destes termos pelos possíveis expoentes que mais se identificam com aquelas ideias.

socialismo[130]. Elas compartilham, em grande medida, o mesmo diagnóstico da situação atual – de que reformas são necessárias -, porém não coincidem quanto às causas de fundo dos problemas, e consequentemente, sobre as possíveis soluções. Em suma, os contrastes entre as visões podem ser identificados quando se atenta para os objetivos de curto prazo que devem ser perseguidos pelo socialismo – ou seja, observando os meios pelos quais cada visão concebe para a construção do socialismo.

5.2.1 A visão *estatista*

Harnecker sintetiza esta visão através do seguinte propósito político: "aperfeiçoemos o socialismo de Estado", ou seja, trata-se da visão herdeira do legado soviético. Inclusive, é aquela que marcou fortemente a experiência socialista cubana recente e, portanto, a visão que conduziu, essencialmente, o país à situação atual. O principal objetivo do socialismo para esta corrente é um Estado representativo, bem administrado, que controle a sociedade. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de um Estado forte - embora não em extensão - capaz de funcionar corretamente, fazendo com que seus subordinados cumpram as tarefas estabelecidas. Este objetivo tem como pressuposto o fato de que se considera a natureza de classe do Estado cubano como distinta da dos países capitalistas, isto é, concebem-no com um Estado "socialista", pois responde aos interesses dos trabalhadores, e não ao dos capitalistas.

Assim sendo, a forma mais adequada de funcionamento deste Estado com vistas a proporcionar a produção de bens e serviços à população é um desenho centralizado, cuja organização é baseada em uma estrutura de comando verticalizada. Nesta visão ainda permanece a confusão muito comum entre propriedade social e propriedade estatal – uma herança dos antigos manuais de economia política soviéticos. Consequentemente, a empresa estatal é considerada o tipo de empresa mais avançado no socialismo, enquanto que as empresas não estatais são vistas apenas como necessárias, porém indesejáveis, logo, devem ser mantidas à margem do sistema econômico e eliminadas quando se consiga fórmulas que tornem efetiva a gestão estatal de pequenas e médias empresas. Em outras palavras, uma

[130] Segundo a autora é consensual que o processo de "construção do socialismo" é inevitavelmente gradual e não linear. Entretanto, enquanto alguns entendem o comunismo como a etapa mais avançada do socialismo, outros o entendem como um horizonte ao qual nunca se alcançará, porém serve para indicar a direção do processo de transformação pós-capitalista.

empresa é mais ou menos socialista na medida em que ela é administrada e controlada ‘diretamente’ pelo Estado, através de seus funcionários. Qualquer mudança que leve a uma menor intervenção do Estado, significa, em última instancia, um retrocesso no caminho do socialismo (HARNECKER, 2011).

Entendem, por exemplo, que a alternativa de uma regulação econômica horizontal dos atores econômicos individuais ou coletivos – isto é, formas de planificação democrática mediante associações de produtores e consumidores – é inviável e caótica. A partir deste referencial adotam uma postura de desconfiança quanto à gestão democrática e autônoma das empresas e organizações, uma vez que predomina a crença de que os cidadãos não estão preparados para administrar seus próprios assuntos. Sendo assim, acreditam que se for dada a oportunidade para participar na tomada de decisões, estes cidadãos levarão em conta essencialmente seus interesses estreitos, individuais e de curto prazo, cujo resultado possivelmente levaria à ineficiência econômica e desintegração social. Por outro lado, em vista das deficiências da planificação centralizada - e ainda que sejam temerosos quanto à expansão das relações mercantis - muitos adeptos da visão estatista aceitam a presença de relações de mercado como algo inevitável.

Harnecker não se esquiva de criticar a planificação tradicional que se instituiu, caracterizando-a como excessivamente centralizada e verticalista, a qual, aliás, denominou “planificação burocrática ou autoritária”. Nestes termos aponta que, embora este tipo de planificação tenha se preocupado com que todos os cubanos tivessem acesso aos bens e serviços básicos, encontrou dificuldades para incorporar a heterogeneidade social e satisfazer o consumo individual. Ademais, tem sido flagrante sua deficiência na administração das empresas estatais e cooperativas agrícolas, cuja ineficiência na utilização dos recursos não criou as condições para a sustentabilidade das conquistas sociais alcançadas pelo país.

De acordo com a autora, os defensores da visão estatista avaliam que os principais problemas da sociedade cubana contemporânea são a indisciplina e a falta de exigência dos administradores, funcionários de ministérios e membros do PCC. Daí advém os baixos níveis de produtividade e qualidade da produção, o descontrole e a desorganização da atividade econômica - o que possibilitou que o desvio de recursos do Estado se tornasse uma atividade naturalizada, além de expandir a corrupção. Não obstante, no entendimento desta corrente não é necessário introduzir mudanças profundas, senão fazer com que as instituições existentes sejam capazes de funcionar adequadamente. Para tal deve haver mais exigência e controle por

parte dos administradores (de unidades e empresas) e do Partido, juntamente com certo nível de descentralização e consulta às massas.

Frente a esta avaliação, as mudanças propostas pelos *estatistas* vão no sentido de estabelecer uma elevação do controle e da disciplina na atividade econômica - inclusive, uma das prioridades relaciona-se à redução do déficit fiscal e comercial. Assim sendo, isto se traduz em medidas com uma tendência a instituir altos impostos e reduzir os gastos mediante o corte de serviços sociais, ou até o fechamento de empresas que não são rentáveis (sem levar em conta a comunidade afetada ou se o coletivo de trabalhadores poderia assumir a sua gestão, diminuindo as subvenções estatais). Por outro lado, a descentralização que se concebe, deve, especialmente, retirar da tutela do Estado a gestão de pequenas e médias empresas, desde que os governos locais tenham recursos próprios para enfrentar os problemas gerados em cada território, além de um nível determinado de autonomia empresarial ser focado nos administradores e não na gestão democrática.

Segundo a autora, as três correntes – *estatista, economicista e autogestionária* - coincidem sobre o quanto é nocivo o descontrole nas instituições estatais, porém discordam das causas de fundo que o produzem. Os estatistas insistem no caráter cultural do problema: falam em uma mudança de mentalidade, e logo a solução deve passar por um aumento do controle externo às instituições e da supervisão da estrutura vertical, além de conceder (a menor possível) autonomia aos administradores. Os economicistas, por sua vez, insistem que a causa dos problemas são os baixos salários e, portanto, é necessário aumentar os incentivos materiais. Para os autogestionários, o problema relaciona-se ao formato pelo qual as instituições cubanas estão organizadas; consequentemente, seria necessário estabelecer modelos de gestão menos alienantes, capazes de gerar o tão almejado sentido de pertencimento à propriedade social e incentivar a criatividade das pessoas. Em suma, são mais favoráveis ao controle interno pelo coletivo de trabalhadores e pela comunidade na qual está localizada a empresa (por exemplo, com a prestação de contas nos organismos locais).

Por fim, Camila Harnecker ressalta que muitos estatistas repetem o chamamento de Raul Castro para “mudar os métodos de trabalho”, entretanto não incluem nisso, medidas salutares como a criação de condições para que as instituições sejam mais autônomas e democráticas, e tampouco permitem níveis mínimos de transparência para tornar público o orçamento dos governos provinciais e as empresas estatais.

Quanto aos grupos sociais que subscrevem esta visão, Harnecker aponta que ela está presente entre administradores e funcionários estatais de nível médio, que temem perder seus postos de trabalho e o seu prestigio social, ou ainda sua capacidade de beneficiar-se da corrupção. Além destes, está presente em alguns setores que, cansados de burocratas incompetentes, querem o "regresso da ordem". Possivelmente, também apoiam esta visão pessoas que temem que as reformas signifiquem a perda das conquistas sociais da Revolução. Outros autores (como Valdés Paz; Chaguaceda e Centeno) inclusive consideram que esta é a visão dominante na burocracia do PCC.

5.2.2 A visão *economicista*

A segunda visão do socialismo observada e caracterizada por Harnecker é a que denominou de *economicista*. Resulta desta visão a proposição de que o chamado socialismo de mercado, nas atuais condições Cuba, é o único caminho factível para se sustentar o projeto socialista. Em circunstâncias de subdesenvolvimento o objetivo do socialismo, de acordo com esta visão, deve ser o desenvolvimento das forças produtivas, entendido como a capacidade tecnológica para criar mais riqueza material, ou seja, possibilitar o crescimento econômico. Desta forma, o socialismo é concebido eminentemente como um método de distribuição de riqueza, sustentando-se, inclusive, que a construção do socialismo não é possível até que as forças produtivas tenham se desenvolvido suficientemente. Resumindo, insistir em uma distribuição igualitária em condições de pobreza só fará decair o sistema produtivo. Consideram, em última instancia, que "onde não houver riqueza então não haverá nada que distribuir" (HARNECKER, 2012).

Com base nestas concepções as mudanças propostas por esta corrente buscam, especialmente, um melhor desempenho da economia cubana que recoloque o país no rumo do desenvolvimento, e com isso, seja capaz de satisfazer as crescentes necessidades materiais da população. Argumentam, por outro lado, que com uma efetiva redistribuição da riqueza, coordenada conjuntamente pelo mercado e a regulação estatal, todas as instituições e modelos de gestão (privada, estatal, descentralizada etc.) eficientes e produtivos são uteis para a construção do socialismo, como sublinhou no contexto chinês o ex-líder daquele país Deng Xiaoping: "não importa a cor do rato, desde que ele cace os ratos". Harnecker salienta, no

entanto, que os economicistas desdenham da gestão democrática - uma possibilidade supérflua, e no limite, utópica.

Segundo Harnecker, para os defensores desta visão não há grandes problemas na privatização e na mercantilização, já que estes são instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade, seja socialista ou não. Contrariamente, para a corrente estatista, o desenvolvimento do setor privado e das relações de mercado são vistos como um mal necessário pois trazem riscos à construção socialista, mas, apesar disso, poderiam ser domesticados pela ação do Estado. Alternativamente, para a concepção autogestionária, tais instrumentos poderiam ser superados, gradualmente, caso se possibilitasse a expansão de organizações alternativas que fossem capazes de fundir os objetivos econômicos da produção aos sociais – isto é, não basta mudar o sujeito que se apropria do excedente, mas também a forma de produzi-lo. Em outras palavras, os autogestionários entendem que qualquer forma de gestão pode contribuir para a construção socialista, desde que esta gestão seja democrática e responda aos interesses sociais expressos em planos de desenvolvimento local ou nacional.

Retornemos, no entanto, para a visão economicista: segundo ela, as principais causas do baixo rendimento da economia cubana estão associadas à centralização da gestão, ao monopólio estatal do comércio e da produção, às 'restrições orçamentárias brandas' – isto é, o Estado sempre socorre empresas ineficientes que operam com perdas, evitando sua falência, e assim não há sanção para o uso ineficiente dos recursos –, bem como à ausência de incentivos materiais resultantes da iniciativa privada e das relações de mercado. Ademais, é bastante comum que chamem atenção para a questão da eficiência, ao apontar que ineficiência do setor estatal da economia cubana faz com que as conquistas sociais da Revolução se tornem insustentáveis e afetem a toda população – avaliação inclusive compartilhada por Camila Harnecker.

Assim sendo, postula-se que a forma de gestão descentralizada das empresas estatais - orientada pela "disciplina de mercado" somando-se aos incentivos materiais - faria com que os agentes econômicos se comportassem de maneira ótima, ou seja, que os administradores tomassem as decisões corretas e os trabalhadores aumentassem a produtividade. Nesta perspectiva é legitimo que recaiam sobre os produtores e os consumidores os efeitos das suas decisões tomadas, o que implicaria em assumir riscos, receber sanção pelas falhas ou premiação pelo mérito. Alguns adeptos desta visão, ainda que de forma velada, consideram a

empresa privada capitalista como a forma de organização mais eficiente da produção – o que para Harnecker significa empresa autônoma, autoritária e guiada por interesses privados. Com efeito, não poderiam deixar de atacar as relações paternalistas que se desenvolveram no âmbito do modelo centralizado e estatista de até então, as quais teriam provocado em muitos cidadãos o habito de esperar que outros - especialmente o Estado - resolvam seus problemas.

Demais, Harnecker não deixa de chamar atenção para uma percepção bastante difundida entre os economicistas, que é a tendência a minimizar a preocupação com as consequências da privatização e mercantilização da sociedade, tais como: aumento das desigualdades, marginalização de determinados setores, exploração de trabalhadores assalariados e a deterioração do meio ambiente. Aqueles ponderam, no entanto, que tais preocupações devem ser pensadas mais adiante para não obstaculizar o processo de reformas, haja visto que todo curso de transformações, inevitavelmente, traz seus efeitos colaterais. Em suma, frequentemente esta vertente estabelece a problemática econômica em termos de uma escolha entre a eficiência com inevitável desigualdade ou a justiça social acompanhada de carências materiais – o que, aliás, para Harnecker, seria uma avaliação equivocada.

Muito embora defendam a implementação de medidas compensatórias para reduzir tais efeitos, os economicistas desde já alertam para o fato de que vai haver "perdedores e ganhadores" em função das novas regras de mercado e da capacidade de cada um lidar com elas. Com relação a este entendimento, a autora destaca que nele é comum ter-se a ideia de justiça social reduzida ao estabelecimento de um sistema tributário eficaz (que controle as desigualdades de renda) e de uma legislação que proteja os trabalhadores assalariados e os consumidores, assim como o meio ambiente.

Na perspectiva de lograr um crescimento econômico mais acelerado, muitas destas propostas insistem no fato inegável de que Cuba não pode prescindir do financiamento externo. Portanto, defendem que o país tenha uma inserção no mercado internacional mais vantajosa, através da qual possa potencializar a atração de investimentos estrangeiros. Neste ponto, é muito comum que apontem para a importância de se observar as experiências chinesa e vietnamita em promover o crescimento mediante a abertura ao investimento estrangeiro direto.

Camila Harnecker, embora concorde com os economicistas em algumas questões pontuais – por exemplo: que a ineficiência econômica tenha conduzido à insustentabilidade das conquistas sociais – é fortemente crítica quanto à maioria destes posicionamentos, uma

vez que os considera excessivamente influenciados pelo pensamento econômico neoclássico. E talvez por isso, mostram-se insensíveis quanto aos possíveis efeitos deletérios das práticas mercantis, diante das quais o Estado se limitaria a uma regulação posterior. Harnecker, porém, não se furta em denunciar o fetichismo entretido em tais visões pelos mecanismos de mercado, pela competição e a privatização – o que, em suma, seriam traços de uma concepção um tanto quanto reducionista do papel dos fatores econômicos para a satisfação humana, além de deixar em segundo plano os "benefícios espirituais" de um processo produtivo alternativo, mais democrático.

Enfim, a autora sublinha que se o objetivo da economia for a satisfação dos interesses sociais e não o de poucos grupos, não se poderá confiar na 'mão invisível' do mercado para que a economia responda às necessidades sociais. Ou seja, a atomização intrínseca às relações mercantis, sempre buscará maximizar os interesses individuais (frequentemente imediatistas) e, portanto, não levará em consideração os possíveis efeitos negativos que podem causar ao coletivo e tampouco ao interesse social. Harnecker pondera, no entanto, que seu ceticismo em relação aos benefícios do mercado não é uma obstinação ideológica, mas uma visão pragmática baseada em experiências irrefutáveis sobre a inadequação das relações mercantis para alcançar os propósitos do interesse e da eficiência social, ou para que as 'externalidades' repercutam da maneira mais positiva possível (ou ao menos não negativamente).

De acordo com Harnecker, provavelmente esta concepção seja a predominante em Cuba na atualidade. É bastante comum entre economistas mais jovens – embora com exceções como a própria autora e o economista supracitado Oscar Estrada[131] -, tecnocratas e administradores que anseiam maior autonomia de gestão. É forçoso ressaltar que é bem possível que esta visão seja hegemônica entre os setores militares do país, cujo sistema empresarial sob seu comando é o responsável pela administração das empresas cubanas mais bem sucedidas na atualidade – onde prevalece, pelo menos economicamente, uma visão mais pragmática.

5.2.3 A visão *autogestionária*

[131] Harnecker, inclusive cita o trabalho de Oscar Estrada (2011), como um exemplo do que poderíamos considerar, com o perdão do trocadilho, como a visão de um economista não "economicista".

A terceira concepção do socialismo identificada por Camila Harnecker presente no debate cubano é a que vem sendo denominada de autogestionária. De acordo com a autora, sua proposição se sintetiza na epígrafe: “somente um socialismo democrático é verdadeiro e sustentável”. Inclusive, é importante sublinhar, que no nosso entendimento esta é a concepção que a autora em questão mais se aproxima, e a partir da qual avalia o processo em curso e formula suas críticas.

Assim como os estatistas – e contrariamente aos economicistas mais puros – a concepção autogestonária tem como pressuposição uma crítica radical ao sistema capitalista e, consequentemente, defende a busca de uma ordem social alternativa, mais justa e sustentável. Entretanto, se diferenciam dos primeiros ao denunciar, pela esquerda, as deformações sofridas pela experiência socialista no século XX, em especial o autoritarismo resultante de um modelo social altamente estatizado e centralizador. De acordo com os autogestionários não há socialismo verdadeiro, se este não se basear nos valores da solidariedade e da igualdade (a qual não se confunde com o igualitarismo) e na participação substantiva dos cidadãos na tomada de decisões em todos os âmbitos da vida social: política, econômica, cultural etc.

Desta forma, entende-se que a essência do socialismo é a autogestão ou o autogoverno das pessoas nas suas comunidades, no seu trabalho e até no nível nacional. Em outras palavras, socialismo é o controle social da sociedade sobre o Estado, a economia, o sistema político, enfim sobre todas as instituições. Inspirados nas concepções do chamado “socialismo do século XXI” e nos ideias humanistas emancipadores e igualitários que marcaram desde o início a Revolução Cubana, o objetivo do socialismo para esta vertente é o desenvolvimento integral de todos os seres humanos, cujo fundamento pode ser observado nas palavras de Harnecker:

> A suprema felicidade, autorrealização, liberdade plena, pode ser alcançada quando se permite, basicamente, a cada pessoa desenvolver suas capacidades mediante a participação ativa nas atividades sociais cotidianas, sobretudo na tomada de decisões que a afetem (HARNECKER, 2012 p.50).

Portanto, construir o socialismo é democratizar ou socializar os poderes, libertar o indivíduo de toda forma de opressão, discriminação, subordinação e exclusão que interfira na satisfação de suas necessidades materiais e espirituais. Em outras palavras, os autogestionários buscam a emancipação tanto de um Estado opressivo quanto do autoritarismo das instituições econômicas não democráticas - que não satisfazem as necessidades da maioria -, como é o caso das empresas privadas capitalistas e das empresas estatais convencionais (bem como das relações mercantis e da ‘planificação burocrática’).

Para além da satisfação das crescentes necessidades materiais, consideram que o socialismo deve possibilitar que as capacidades dos seres humanos possam se desenvolver plenamente. Embora julguem que as relações estabelecidas pelo trabalho assalariado – uma forma de exploração - e o mercado sejam opressivas, a maioria dos autogestionários entende que estas relações não devem ser proibidas, senão que a sociedade deva avançar no sentido da sua superação (ou eliminação) gradual, porém não de forma absoluta. A transformação neste sentido passaria pela promoção da gestão democrática nas empresas, inicialmente nas estatais e cooperativas, e o experimento das relações econômicas horizontais socializadas (isto é, os chamados "mercados socializados"[132]), empenhando-se, ao mesmo tempo, para que estas novas relações funcionem de forma efetiva no processo produtivo e sejam atrativas frente às outras formas socioeconômicas existentes.

Segundo a corrente autogestionária o principal problema do socialismo cubano não é que a economia tenha sido suplantada pela política – como apontam os economicistas –, mas como essa "política" foi definida. Ou seja, as decisões tomadas em nível central do Estado, e inclusive nos governos locais e nas empresas, foram sendo tomadas sem uma real participação dos cidadãos, e por isso os benefícios da participação foram perdidos. Apontam, então, que é a escassa ou nula participação democrática nas instituições políticas (e econômicas) e o insuficiente controle democrático dos órgãos executivos e de direção, os quais – além dos baixos salários – são os principais responsáveis pela pouca motivação ao trabalho, pelas decisões gerenciais equivocadas e a corrupção em todos os níveis do Estado.

Embora os autogestionários concordem com os estatistas sobre a necessidade de exercer um maior controle, e com os economicistas quanto ao estabelecimento de um sistema coerente de incentivos materiais, os primeiros identificam diferentes causas de fundo para os problemas e propõem soluções distintas. De acordo com sua visão o fraco desempenho das instituições estatais se explica, principalmente, pelo baixo sentido de pertencimento dos trabalhadores, e inclusive dos administradores. Diferentemente das outras vertentes, os autogestionários avaliam que o problema da falta de sentido de pertencimento dos

---

[132] Segundo Haenecker (2012) os "mercados socializados" são aqueles espaços de intercambio horizontal controlados por representantes de interesses sociais (em associações ou conselhos), ou seja, uma instituição econômica com capacidade de promover que os participantes autônomos (vendedores e compradores) busquem 'internalizar' os interesses sociais, para além dos seus interesses imediatos. Este tipo de coordenação poderia ser alcançado mediante mecanismos de planificação democrática ou participativa, por exemplo, reunindo uma associação de pequenos produtores aos representantes do poder político local, com vistas a tomar uma decisão consensual para os planos de desenvolvimento nesta localidade. Um desenvolvimento mais profundo da temática dos "mercados socializados" encontra-se na obra de Diane Elson (1993).

trabalhadores à propriedade estatal resulta das relações sociais que se estabelecem no seu interior, especialmente em vista da natureza autoritária e vertical que prevalecem no processo de tomada de decisões nas empresas. Assim sendo, para enfrentar este problema não basta assinalar a existência de um ordenamento jurídico em que predomine a propriedade social (em sua forma estatal), senão possibilitar que esta propriedade esteja efetivamente sob o controle dos trabalhadores, com mais autonomia, enfim, realizar de fato a *propriedade social*. De todo modo, se não for assim, imaginam que dificilmente haverá motivação para os trabalhadores e para assegurar que se utilizem adequadamente os recursos

Nesta visão é claramente perceptível que o socialismo é concebido não apenas como um método de distribuição da riqueza, mas que deve ir além e possibilitar uma mudança na maneira de produzir, isto é, criar as novas relações socialistas de produção – marcando uma forte convergência com os ideais *guevaristas* acerca do socialismo. Segundo Harnecker, baseando-se em Marx, estas relações de produção se definem, essencialmente, pelas formas de trabalho livre associado (e associações em geral) coordenadas por algum tipo de plano - logo, são relações que se baseiam na cooperação. Portanto, para motivar os trabalhadores e a gestão eficiente em Cuba deve-se atacar aquele diagnóstico apresentado acima, sobretudo, reorganizando as instituições de modo a garantir que a autogestão possibilite melhores condições de produção, criatividade e distribuição mais justa.

Com estas ideias em mente Harnecker alerta para os riscos da manutenção da perspectiva socialista no país, caso a reforma em curso privilegie incondicionalmente a produção material, sem levar em conta os benefícios (materiais e espirituais) relacionados à forma com que se produz:

> Somente democratizando ou socializando a economia, materializando a propriedade social sobre ela, poderemos avançar para uma sociedade que tenha como horizonte o desenvolvimento humano e não somente a redistribuição da riqueza. Se não, corremos o risco de que – com o pretexto de criar benefícios materiais – a lógica do lucro se converta em natural e inevitavelmente choque com o propósito redistributivo, e sendo assim, um dia, talvez o mais 'racional' seja abandonar o horizonte socialista (HARNECKER, 2011 p.76).

Por outro lado, a autora também chama atenção paras as contradições e os desafios políticos que a reforma coloca, principalmente se o processo mantiver apenas o objetivo limitado de "aperfeiçoar a economia". Nestes termos, pondera que não se pode desconsiderar que ainda perdura na sociedade uma cultura de solidariedade em importantes setores da população - cultivada durante anos pelo processo revolucionário –, logo, efeitos negativos prováveis como a expansão das desigualdades e a marginalização de certos grupos serão

percebidos como injustos, acentuando uma situação de descontentamento. Preocupada com os custos sociais da mercantilização sobre grupos mais vulneráveis – os que partem de uma condição de desvantagem e inclusive os ambientados em outra visão de mundo - e o seu possível impacto político, a autora sublinha que:

> Uma estratégia centrada somente em sustentar um crescimento econômico e em melhorar o desempenho do Estado cubano pode melhorar as condições de vida de uma parte da população e poderia ajudar a manter o apoio ao projeto socialista. No entanto, à medida que o crescimento econômico venha fundamentalmente da privatização e da mercantilização – no lugar da democratização ou a socialização da economia -, os interesses dos novos empresários inevitavelmente vão se distanciar dos interesses sociais, e vão encontrar um modo de contribuir com menos impostos, cobrar preços mais elevados, enfim, 'externalizar' os custos à sociedade tanto quanto seja possível. Mais cedo ou mais tarde, como acontece nos países capitalistas e com economias de mercado, eles buscarão a que o Estado responda a seus interesses privados. (...). Portanto, se as mudanças se concentrarem apenas em "aperfeiçoar a economia", não vão conseguir o objetivo de melhorar as condições materiais da população cubana e, ademais, a coesão social que sustentou a Revolução se verá afetada. [Sendo assim], seus principais defensores estarão menos inclinados a apoiar um projeto que não leva em conta suas necessidades e suas expectativas de justiça e dignidade. (HARNECKER, 2012, p.53).

Visando evitar tal desenlace a autora propõe a gestão democrática tanto para as empresas estatais como para as cooperativas – sendo que estas últimas também deveriam ser estimuladas como alternativa à privatização -, além de defender incentivos governamentais a esta forma de gestão. Estas entidades, por sua vez, poderiam ser coordenadas por algum tipo de planificação democrática ou participativa (ainda que não se excluam as relações mercantis), na qual as associações de produtores e usuários/consumidores se juntassem aos governos locais, e assim desempenhariam um papel decisivo para estabelecer o interesse e o controle social sobre a atividade econômica.

Segundo as vertentes economicistas e estatistas, determinadas ideias defendidas pelos autogestionários são consideradas utópicas, por exemplo: a proposição da democracia no local de trabalho, diante das condições existentes, desafia as hierarquias e com isso só é capaz de gerar caos e ineficiência econômica. Por outro lado, o anseio participativo dos autogestionários não raro é percebido como voluntarista, uma vez que não levariam em conta que nem todos os cidadãos estariam interessados em participar ou assumir responsabilidades em empresas e governos locais.

Por fim, Harnecker aponta que a corrente autogestionária é minoritária dentre as três, sendo composta fundamentalmente por intelectuais ou pessoas que tiveram acesso às leituras sobre uma "maneira alternativa de se construir o socialismo". Portanto, há muito pouco desta

visão no programa reformista, que se manifesta por exemplo no reconhecimento das cooperativas como uma forma de propriedade socialista e a pretensão de expandi-las nos serviços urbanos. Apesar de minoritária, a visão autogestionária busca introduzir no debate determinados temas caros à sua perspectiva, embora com baixa capacidade de influência nas altas instâncias de poder. Desta forma, talvez sua influência possa ser mais efetiva em alguns experimentos localizados, como em governos locais ou empresas mais autônomas.

***

De acordo com os referenciais adotados por Camila Harnecker em sua análise das distintas concepções do socialismo que viemos discutindo, as reformas atuais claramente apresentam um viés fundamentalmente "economicista". Não obstante, ela não deixa de apontar que durante a consulta popular, prévia ao Congresso, o programa reformista agregou algumas medidas influenciadas pela visão "estatista" – como a gradualidade de implementação, sobretudo em relação às demissões no setor estatal e à extinção da subvenção aos alimentos, além da ênfase na centralidade da planificação frente ao mercado. Nestes termos, Harnecker considera que a versão final do programa reformista é menos "economicista" que a inicial, mas nem por isso invalida as suas críticas que sublinhamos anteriormente. Portanto, segundo esta autora, a visão economicista parece ser a predominante atualmente dentro de Cuba, seguida pela corrente estatista, as quais, em grande parte, marcaram o tom dos debates em torno das reformas econômicas que estamos tratando.

Como já sublinhamos, Harnecker aproxima-se mais da visão "autogestionária" do socialismo. Ainda que considere positivamente a centralidade das cooperativas no novo modelo almejado, sua avaliação expressa claramente uma perspectiva mais crítica quanto ao rumo das reformas, especialmente se elas não incorporarem elementos de democratização econômica e política, isto é, sinalizarem elementos que apontem para um "planejamento democrático" (ou "mercados socializados"), além da possibilidade de aumentar a participação e o controle social sobre o Estado. Ao fim pode-se observar que Harnecker está empenhada em chamar atenção para a existência de outra maneira de conceber o socialismo – e a justiça intrínseca a sua proposta – enfatizando, com isso, que o debate atual não deve se limitar entre as perspectivas que defendem uma "atualização" do *socialismo de Estado* ou a sua transfiguração em *socialismo de mercado*. Neste ponto, não poderíamos deixar de mencionar

que o entendimento de Harnecker vai de encontro ao que pensa Oscar Estrada, na medida em que este pondera, para além dos desafios práticos e culturais (a mudança de mentalidade) das reformas, que:

> A implantação do novo modelo [econômico e social] deverá lidar com a ameaça constante que se apresenta - como únicas alternativas de alinhamento - pelo binômio que contrapõe *dogmatismo-pragmatismo*. Em oposição à intransigência dogmática estabelecida como herança cultural do modelo (único) soviético, se poderia transitar ao perigoso traçado do pragmatismo economicista. E com isso coloca-se a possibilidade de uma derrota histórica do socialismo, caso não se aprofunde, essencialmente, o debate acerca do que deve ser entendido por socialismo entre os cubanos (ESTRADA, 2011 p.27).

Ou seja, quanto às posições dentro debate atual no país, Estrada sugere uma visão semelhante à de Harnecker. Por outro lado, embora o autor considere positiva a movimentação econômica iniciada pelo governo, não deixa de ressaltar que o processo reformista, até agora, carece de um documento oficial onde esteja claro o fundamento conceitual e teórico sobre o socialismo ou o modelo socialista que se deseja construir (do ponto de vista da Economia Política). De todo modo, para Estrada, as reformas econômicas deveriam ter sido o produto de um debate mais aprofundado a este respeito, evidenciando, portanto, o quanto é arriscado promover um programa reformista com base no pragmatismo. Apesar disso, salienta que o grande desafio que se coloca adiante é não se entregar ao pragmatismo economicista, apontando para a urgência do aprofundamento de um debate consensual acerca dos traços fundamentais do socialismo que a sociedade cubana almeja, enquanto visão futura da sociedade em um tempo geracionalmente factível. Portanto, haveria que dar maior precisão ao chamado *socialismo com características nacionais*, em sua expressão cubana.

CONCLUSÃO

Ao final desta dissertação gostaríamos de apresentar algumas conclusões desta pesquisa, fruto de uma discussão que apenas se inicia. É importante ressaltar que as ideias expostas aqui têm um caráter mais aproximativo e não conclusivo, já que tratam de um rico processo em curso - sujeito a desdobramentos imprevisíveis.

Considerando a história do socialismo cubano, o processo reformista aberto com as medidas econômicas aprovadas no VI Congresso do PCC, revela uma postura mais pragmática do governo cubano, talvez como nunca tenha se visto durante o período revolucionário. À luz do que foi discutido neste trabalho, pretendemos expor algumas reflexões sobre este pragmatismo, chamando atenção para algumas diferenças sobre o contexto reformista iniciado anos 1990, além de determinados aspectos da conjuntura política cubana atual, os quais me parecem decisivos para os possíveis rumos que as reformas venham a tomar.

No nosso entendimento a busca por um "socialismo próspero e sustentável" que o governo estabeleceu como a meta da atualização do modelo econômico está essencialmente ligada à necessidade de combater uma crise econômica que se tornou crônica, que afeta tanto o funcionamento macroeconômico nacional como a vida cotidiana da população. Para tal aposta-se em uma abertura econômica significativa - embora controlada e gradual – que seja capaz de criar as condições econômicas para uma melhoria das condições de vida no país. À medida que esta crise produziu um importante desprestígio ao "socialismo" perante aos olhos da população, como o projeto da sociedade ideal e uma alternativa viável – inclusive, deteriorou os valores historicamente defendidos por ele -, imaginamos que o propósito político de fundo das reformas atuais é conferir maior legitimação material ao "socialismo". Ou, como já foi apontado, corre-se o risco de que um "socialismo sem resultados econômicos" apenas favoreça a percepção, em última instância, que um capitalismo (ainda que injusto) possa ser a saída aos problemas do país. Em suma, era importante sinalizar que pelo menos há uma tentativa no sentido de buscar uma viabilidade econômica ao projeto socialista[133].

---

[133] E aqui não estamos desconsiderando que, eventualmente, um resultado possível das medidas atuais seja lançar as bases para uma forma particular de capitalismo ou, especificamente, o que alguns chamam de capitalismo de Estado.

Em outras palavras, ainda que as revoluções socialistas tenham colocado a questão essencial da "autonomia da política"[134] – e a Revolução Cubana o fez especialmente –, o contexto cubano atual, depois de 50 anos de processo revolucionário, parece evidenciar que a ênfase na legitimação político-ideológica chegou a um limite. Esta, por sua vez, precisa ser acompanhada de uma "tradução econômica" que respalde qualquer tentativa de construção alternativa ao capitalismo, sinalizando que seja viável e gere expectativas na população. Portanto, este limite parece ser a "questão econômica" a qual o governo precisava enfrentar de forma substantiva – e aos olhos de alguns intelectuais cubanos, nas discussões recentes a economia ganhou uma autonomia positiva. A falta dessa "legitimação econômica", entre outros fatores, talvez explique a natureza pragmática das reformas econômicas proposta pelo Partido e o governo.

Ao longo desta pesquisa foi ficando claro que a manutenção da crise pós-1990, para além dos condicionamentos externos, estava ligada à crise do modelo socialista baseado na estatização quase absoluta e na gestão centralizada por métodos diretos, fazendo com que a economia perdesse capacidade de uma reprodução ampliada que pudesse, inclusive, sustentar os próprios direitos e as conquistas sociais – que a Revolução tanto se orgulha - estabelecidos nas décadas de bonança das relações com a URSS, sobretudo ao longo dos anos 1970 e 1980. Com a crise do Período Especial nos anos 1990 houve uma forte desorganização econômica e social imposta pela crise, o que produziu inúmeras relações socioeconômicas à margem das instituições e regulações oficiais, inclusive a proliferação das relações capitalistas. Por outro lado, isto refletiu na elevação do descontentamento popular e, consequentemente, o amplo consenso majoritário com que a Revolução contava foi abalado.

Ao mesmo tempo Fidel Castro mantinha um discurso de apelo à resistência, cujos preceitos da moral revolucionária, em grande parte, se baseavam na renúncia material, colocando muitas vezes os interesses individuais como contraditórios (ou até mesmo antagônicos) aos interesses coletivos, em suma, enfatizava a conscientização política da população como um elemento importante para suportar a crise[135]. Em parte, este ideário

---

[134] Esta relativa autonomia da política é o que possibilita uma transformação revolucionária para além do que até então era considerado como "possível", fazendo com que a revolução se acelerasse a tal ponto de romper com a ordem social capitalista. Ou seja, a autonomia da política em uma revolução socialista diz respeito ao alcance da vontade transformadora e, evidentemente, os seus limites variam conforme a conjuntura.

[135] É interessante observar como neste contexto de tensões entre a economia e a política, também se prolifera o fenômeno da chamada "dupla moral". Ou seja, a existência de uma pratica social em que determinados indivíduos se pautam por uma moral pública "oficial": socialista, revolucionária, coletivista, enfim de apoio

pautava-se por uma concepção do socialismo que, além de acentuar a mobilização política e os valores, se confundia com a tendência à estatização e a centralização. Portanto, resistiu-se à ampliação das relações mercantis, as quais foram entendidas como um mal necessário – já que temiam sujeitos econômicos autônomos ou a diferenciação social que o mercado conduz -, cuja utilização foi justificada como uma imposição das circunstâncias. Assim sendo, as reformas mercantis iniciadas na década de 1990 se mantiveram dentro de limites rígidos, controladas estritamente pelo Estado, que por sua vez, recorria a práticas de economia de guerra como o racionamento e os subsídios generalizados.

Por outro lado, a extrema cautela com que o governo tratou a questão da reforma do modelo socialista naquele momento deveu-se, ao que parece, basicamente às condições adversas tanto nacional como internacionalmente. Cuba estava passando por uma crise econômica devastadora, na qual os dirigentes tinham a percepção de que próprio governo revolucionário poderia estar em risco; enquanto isso, no plano externo, as políticas neoliberais estavam no auge, associadas a uma ampla hegemonia alcançada pelo neoliberalismo, ao qual, inclusive, se converteu numerosos segmentos até então de esquerda ou socialistas. Resumindo, ainda que prevalecesse uma concepção (do socialismo) 'estatista' no governo, supomos que estas condições não alentaram uma renovação substantiva do socialismo que fosse capaz de propiciar o desenvolvimento de um novo modelo viável. Talvez o governo cubano tenha entendido que uma tentativa neste sentido acentuaria os riscos de uma perda do controle político da situação e terminaria redundando em uma completa restauração capitalista, e por isso restringiu o debate que estava em curso, assim como, em determinada altura, buscou paralisar a abertura iniciada e fortalecer a presença estatal.

Bastou uma melhoria da situação externa (em especial a parceria com a Venezuela) para que se promovesse o retorno aos preceitos do modelo estatal e centralizado, mobilizando novamente o velho ideal socialista da estatização, da planificação por métodos diretos e da distribuição igualitária com a finalidade de contenção do aumento das desigualdades. Enfim, os dirigentes consideraram que a estratégia do governo foi vitoriosa, pois o regime sobreviveu, o projeto socialista foi abalado, porém, se manteve; possibilitou-se uma reinserção internacional; além de ter conseguido minimizar a crise econômica. Contudo, depois de duas décadas do início da crise, o país sequer conseguiu recuperar o grau de atividade econômica anterior à crise ou o nível de vida da população – nas palavras de Valdés

---

político ao sistema; e outra moral privada, permeada pelos imperativos da sobrevivência, das ações ilegais no mercado negro, da corrupção, e da crítica em ambientes privados.

Paz: “o que havia era sobrevivência e não desenvolvimento”. Foi então que o país se viu confrontado mais uma vez por um choque externo, a crise capitalista que eclodiu em 2007-2008, logo, o governo percebeu que era iminente a intensificação da crise interna. No entanto, agora, em um contexto político interno mais complexo e incerto: a Revolução já não conta com a base social de outrora e a “liderança histórica” começa a sair de cena – a começar pela renúncia de Fidel Castro. Neste cenário, mais uma vez a reforma do socialismo voltou à ordem do dia para o governo, catalisada pelo impacto externo que, porém, no nosso entendimento parece evidenciar, acima de tudo, o esgotamento do modelo socialista baseado na estatização e na centralização – inclusive, vários estudiosos discutidos neste trabalho já sinalizavam nesta direção[136].

Como alguns intelectuais cubanos já sugeriam anteriormente, em 2011, o Partido e o governo, retomam as reformas econômicas de caráter mercantil, com vistas a articular um novo modelo, pois o que vinha até então, segundo o próprio governo, se tornou insustentável. Porém, agora, as reformas são justificadas sob outro prisma ideológico, diferente do que se observou na década de 1990[137]. Conforme vimos no capitulo 3, já não já não são vistas como um mal necessário; admite-se a diversificação dos atores econômicos e um maior papel mercado, perseguindo possíveis benefícios em ganho de eficiência e produtividade, ainda que controlados pelo Estado. Em uma palavra, são apresentadas em nome da sustentabilidade do socialismo.

Embora no nosso entendimento esta mudança do governo - quanto ao tratamento ideológico das reformas mercantis -, se relacione mais com a sua percepção sobre a manutenção da crise interna e o quão danoso seria insistir em um modelo com sinais manifestos de esgotamento, é interessante observar a visão de Chaguaceda e Centeno (2012) sobre esta mudança. Estes autores sustentam a hipótese de que há uma mudança na correlação de forças entre as duas instituições mais fortes do país, quais sejam: o Partido Comunista e as Forças Armadas Revolucionárias (FAR). Segundo os autores, em Cuba, os militares foram

---

[136] O sociólogo cubano Juan Valdés Paz afirmou que reformas do tipo das atuais já eram necessárias desde meados da década de 1980. Enquanto que economistas como Carranza et al (1995) já tinham esta percepção desde início dos anos 1990.

[137] Os cidadãos que exercem o trabalho autônomo deixaram de ser vistos pelo governo como ‘protocapitalistas’ – ou seja, um mal necessário -, e atualmente seu desempenho é apresentado como um veículo para aumentar os níveis de produtividade e eficiência. Portanto, distanciando-se daquelas concepções que, na década de 1990, condenaram este tipo de trabalho à quase extinção e estigmatizaram aos que decidiram somar-se a ele, mesmo tendo sido legalizado.

ocupando um papel qualitativamente superior (e diferente) do restante das outras experiências socialistas, sendo que o atual presidente, Raul Castro - que liderou as FAR ao longo de praticamente todo período revolucionário - fomentou nesta instituição uma simbiose de eficácia administrativa e disciplina; inclusive, é de onde vêm os quadros mais importantes de sua equipe de colaboradores. Com efeito, a reforma econômica que emanou do VI Congresso do PCC está mais próxima dos experimentos mercantis dos setores militares do que da ortodoxia 'estatista' que prevalece no Partido. Ainda que as duas instituições trabalhem em conjunto nas mais altas esferas do poder (como no Conselho de Ministros), Raul confiou no segmento militar para operar sua agenda de reformas e empreender "uma maior abertura ao mercado" em contraposição ao "grupo mais conservador da burocracia partidária que comanda o PCC" (CHAGUACEDA ; CENTENO, 2012).

Com relação às concepções do socialismo em Cuba vimos que, historicamente, prevaleceu um ideário que entendia o sistema econômico socialista através do estabelecimento da propriedade social sobre os meios de produção fundamentais – cuja expressão concreta incluiu praticamente *todos* e não somente os *fundamentais* - e da chamada "planificação socialista", representada pela centralização da gestão econômica estatal, via métodos diretos. O que observamos na discussão teórica sobre as reformas atuais foi que, em princípio, este entendimento sobre o sistema econômico socialista permanece, entretanto, modifica-se a concepção destes conceitos chave.

Essencialmente, a propriedade social continua a se expressar pela propriedade estatal, porém abandona-se a perspectiva que absolutizava este preceito sobre toda economia. A sua retração cede espaço à propriedade cooperativa, um tipo de propriedade coletiva, considerada oficialmente uma forma de propriedade socialista, que agora deve ser expandida nos serviços urbanos. Agrega-se a isto a expansão das modalidades de propriedade mista, as quais, ao que parece, vão preponderar nos negócios estabelecidos com o capital estrangeiro (em pareceria com o Estado), além da concessão dos pequenos estabelecimentos estatais à gestão privada ou cooperativa, também previstos pela reforma. Haverá, ademais, um espaço maior às empresas privadas, de pequeno e médio porte, e ao trabalho autônomo. As empresas de grande porte, em especial estrangeiras, deverão atuar em pareceria com o Estado. Ainda assim, é importante ressaltar que estas empresas estrangeiras que se estabeleçam em Cuba – onde a Zona Econômica Especial do Porto de Mariel deve desempenhar um empreendimento chave –, não terão acesso à livre contratação dos trabalhadores cubanos, senão através de agencias

empregadoras do Estado. Enfim, ainda que se mantenha o predomínio da propriedade estatal, o objetivo é diversificar a estrutura de propriedade e gestão econômica.

Por outro lado, o que parece ser um importante consenso entre os economistas cubanos, mesmo com diferentes filiações ideológicas, é que a planificação centralizada – a chamada "planificação socialista" - da forma com que vinha operando até então, era uma das grandes responsáveis pela má utilização dos recursos e o funcionamento ineficiente global da economia, e por isso, era urgente que se encaminhasse para um tipo de planificação cada vez mais baseada em mecanismos indiretos e financeiros, potencializando a autonomia das empresas, além de incrementar as relações mercantis. Em grande parte, pode-se dizer que o rechaço histórico às relações de mercado no modelo cubano, esteve intimamente ligado à influência da concepção guevarista sobre o mercado. Entretanto, é visível que a aposta neste momento é conceder maior espaço de operação ao mercado na economia, sem abrir mão de uma regulação efetiva pelo Estado; portanto, neste aspecto, coloca-se em segundo plano o ideário guevarista. Em suma, volta-se ao velho dilema do aumento das relações mercantis ou a expansão da burocracia, mediante os técnicos e planificadores centrais. A alternativa a isso seriam os experimentos de "planificação democrática" ou "mercados socializados" que Camila Harnecker advoga, ou seja, das tentativas de racionalização da economia (ou a democratização das relações econômicas), via consulta e participação dos principais envolvidos. Contudo, dada a tradição de centralização existente em Cuba, é bem possível que implementar experiências neste sentido pressuponha um avanço da discussão.

Ademais, outro aspecto importante é a questão da distribuição da riqueza. Em Cuba durante certo tempo predominou a distribuição igualitária – ou "igualitarista" conforme tem sido criticada. No passado, quando as condições eram outras e os recursos abundavam, esta forma distributiva obteve relativo êxito econômico e bons resultados sociais, inclusive, durante a crise dos anos 1990 ela teve sua razão de ser para evitar tragédias maiores. No entanto, isto significou o rebaixamento da renda individual a um patamar insuficiente para a sobrevivência básica, suportada pelos subsídios estatais e o acesso aos serviços coletivos (gratuitos), razoavelmente garantidos. Porém, chegou-se à conclusão de que esta situação é insustentável, devendo-se transitar para uma distribuição de acordo com o trabalho, complementada pelos fundos sociais de consumo. As conquistas sociais (coletivas) principais vão ser mantidas, contudo, pretende-se ampliar os incentivos materiais à iniciativa individual.

De todo modo, parece haver um entendimento de que, nas circunstancias atuais, as desigualdades sociais derivadas do trabalho que o indivíduo aporta à sociedade, são legítimas.

Ainda que aqueles princípios sistêmicos do socialismo permaneçam, as reformas orientadas por este novo entendimento dos conceitos acima, possivelmente vão conduzir, no médio prazo, a muito mais do que uma *atualização* do modelo estatal e centralizado, mas a uma modificação substancial deste modelo. Ou seja, o Estado vai abrir mão de uma postura quase exclusivista de intervenção socioeconômica, em favor de outros atores econômicos associados a um maior dinamismo das relações de mercado, especialmente nos setores mais ineficazes até então. Desta forma, pretende-se que o Estado seja um ator econômico essencial - como "empresário", mas também na regulação dos mercados, além de provedor de determinados direitos fundamentais. É bem provável que um dos desafios capitais da reforma seja a definição dos setores estratégicos nacionais, sobre os quais a propriedade estatal deva ser delimitada.

Este processo de mudanças coloca a questão sempre recorrente do socialismo e o desenvolvimento das forças produtivas. Retomando aquela constatação feita por Alfredo Gutierrez, baseando-se em Marx, de que uma sociedade mais solidária, socialista, tem como premissa prática fundamental o desenvolvimento das forças produtivas, as reformas atuais estabelecem como objetivo explícito acelerar tal desenvolvimento, e para isso haveria que eliminar inúmeras "travas burocráticas" existentes. No entanto, isto também coloca o risco evidente de que, neste processo de liberação das forças produtivas - inclusive com o reconhecimento de que as relações capitalistas vão se expandir –, possa levar à perda da perspectiva socialista do Estado no meio do caminho. Nas palavras de Che Guevara: "corre-se o perigo de que as arvores impeçam de ver o bosque" – é importante mencionar que Guevara era um crítico deste tipo de estratégia. Dito isso, como bem apontou Oscar Estrada, a possibilidade de restauração capitalista existe, e procuramos ressaltar onde estão os principais riscos.

Uma visão bastante comum entre os que defendem um papel mais ativo das relações mercantis no socialismo, pode ser sintetizada pelo economista Julio Diaz Vazquez, quando sublinhou que o mercado tem duas faces: de um lado, o estimulo à atividade comercial, aumento dos incentivos materiais ao trabalho, vitrines repletas de mercadorias, além da diferenciação dos produtores; de outro lado, exacerba a cobiça e os "sentimentos mesquinhos como o individualismo e o egoísmo". Logo, o mais criativo a ser feito seria aproveitar os

benefícios da primeira face e evitar as “deformações” da outra face (VÁZQUEZ, 2010). Isto vai de encontro às reflexões de Aurélio Alonso, sobretudo quando pensa que é possível direcionar o mercado para finalidades éticas, de acordo com os valores ideais da nova sociedade. No entanto, estas proposições parecem levar a uma dinâmica política bastante complexa, na qual emergem alguns importantes questionamentos, por exemplo: é possível direcionar e imprimir um sentido ético ao mercado? Como evitar que os valores associados à expansão das relações mercantis minem a própria orientação socialista do Estado? Como vão ser incorporados politicamente ao os setores ligados à acumulação privada?

Ao que parece, estas questões não possuem uma resposta cabal e prevalece em muitos autores o entendimento de que a transição socialista só pode ser um processo de tentativa e erro, uma experimentação constante. Porém, não podemos deixar de observar que na visão de muitos revolucionários cubanos, o socialismo não é apenas uma questão de distribuição econômica, mas também é intrínseco a ele os fundamentos morais, culturais e políticos – como fatores indispensáveis que impulsionam a construção da nova sociedade. Ou seja, para que o desenvolvimento tenha uma determinada intencionalidade. Como vimos anteriormente, a incorporação de elementos mais afins ao sistema capitalista coloca sérios desafios à perspectiva socialista do desenvolvimento cubano, engendrando novas tensões e contradições no processo. Logo, como muitos daqueles revolucionários apontam, o ‘elemento político’ do socialismo pode desempenhar um papel fundamental.

Apesar de um certo viés “economicista” que marca as reformas atuais, o governo e o PCC não abandonaram a visão que sustenta a primazia da política na construção do socialismo, e talvez a manutenção da perspectiva socialista do Estado no longo prazo dependa, entre outros fatores, da sua capacidade de mobilização política, em dois sentidos: 1) controlar os efeitos derivados da expansão das relações mercantis na consciência social, impedindo, por exemplo, fenômenos comuns às sociedades capitalistas, como o consumismo ou tendência a absolutizar os interesses privados sobre os coletivos; 2) e ao mesmo tempo, desenvolver a participação (mais horizontal) nos processos econômicos e políticos conforme a perspectiva do *socialismo autogestionário*, apontada por Camila Harnecker.

Como se depreende da visão de alguns autores analisados neste trabalho, este parece ser um aspecto crucial para que não se perca a perspectiva socialista em um cenário de maior liberalização. Aproveitando-se esta questão, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre as dificuldades e as incertezas da conjuntura política atual em Cuba – as quais parecem

colocar enormes desafios a uma mobilização política que vá naquele sentido. Na tradição socialista cubana, sempre foi muito forte o elemento político mobilizador, o qual, além de instrumento para governar, buscava evitar que o processo caísse no 'economicismo'. Esta concepção esteve bastante presente nas visões de Che Guevara e Fidel Castro, além de importantes economistas com participação no governo como é o caso de José Luis Rodriguez, Alfredo Gutierrez, Osvaldo Martinez, ou em intelectuais como Fernando Heredia. Consequentemente, isto se manifestou na constituição de um processo revolucionário com forte mobilização popular, acentuada politização da sociedade, ênfase na formação educacional e forte presença da propaganda e dos atos políticos. Resumindo, a mobilização política se tornou uma marca distintiva do regime cubano, embora tenha passado por momentos de maior ou menor intensidade[138].

Entretanto, não se pode deixar de mencionar que este tipo de recurso ocorreu, invariavelmente, "de cima pra baixo" - do Estado para a sociedade. Nesta tarefa a vanguarda revolucionária desempenhou papel crucial, na qual Fidel Castro (durante muito tempo) exerceu uma liderança decisiva, comumente percebida pelos analistas como uma 'liderança carismática', inclusive acima do próprio Partido Comunista. Sem dúvida, o prestígio alcançado pela liderança esteve amparado na significação popular da transformação revolucionária (material e espiritual) – e neste sentido cabe lembrar Florestan Fernandes ao sublinhar que "as grandes revoluções criam seus próprios mitos", imprimindo aquela aura utópica e romântica que envolveu a imagem de Fidel e Che. Por outro lado, talvez o grande móvel das mobilizações tenha sido o embate com o imperialismo estadunidense, manifestando-se na resistência contra as agressões militares e as dificuldades impostas pelo Bloqueio econômico, enfim, na luta pela independência e a soberania nacional. Além deste fator, certamente existiram outros como o trabalho voluntário (patrocinado por Che Guevara) e as campanhas laborais para fins econômicos - estes, contudo, foram perdendo força ao longo dos anos.

Atualmente, porém, o poder de convocatória da chamada *dirección política* é mais limitado, em função de um evidente desgaste do governo perante uma parcela significativa da população, relacionado basicamente às dificuldades econômicas (vide a crise que afeta a vida

---

[138] Neste aspecto é interessante chamar atenção para a visão do economista cubano-americano Carmelo Mesa-lago (2012). Em sua apreensão teórica do processo revolucionário cubano, Mesa-Lago aponta que as políticas econômicas e sociais do regime operam de acordo com *ciclos idealistas ou pragmáticos*, que se sucedem e se contrapõem, constituindo um círculo vicioso no qual o que é preponderante é a reprodução política do regime, e não a lógica econômica.

cotidiana há tempos) ou às questões de ordem política, vinculadas aos próprios efeitos deste tipo de mobilização, como é caso do excessivo centralismo e o controle político sobre a sociedade. Seja como for, já não há aquele "entusiasmo revolucionário" das décadas iniciais – e possivelmente este seja outro fator importante para compreendermos o pragmatismo das reformas atuais. Além disso, pesam outros aspectos de incerteza sobre a conjuntura interna, tais como: o afastamento de Fidel Castro, a proximidade do fim da 'liderança histórica', a questão geracional[139], a mudança de abordagem sobre o "inimigo externo" (EUA) e os possíveis avanços nesta questão. De todo modo, a mobilização política permanece em tempos recentes, acentuando mais claramente o nacionalismo e a resistência frente aos intentos de subversão pelos EUA.

Com relação à condução política do processo reformista, por um lado, não são poucos os analistas que ressaltaram a importância de que reformas desta magnitude fossem deflagradas pela 'liderança histórica' – como também aconteceu na China (em 1978) e no Vietnã (em 1986) -, com Raul Castro ainda à frente do país, uma vez que detém a legitimidade e autoridade imprescindíveis para enfrentar possíveis resistências burocráticas (às mudanças) e os cenários incertos que tendem a se complexificar. Por outro lado, Valdés Paz destacou que a derrubada do "socialismo real" na Europa Oriental representou uma experiência vital para Cuba, tendo revelado um aprendizado fundamental para os dirigentes no sentido de evitar um desfecho semelhante para a Revolução Cubana, assim como possíveis equívocos que possam conduzir a tal situação. Neste aspecto, não é incomum a percepção de que não deve haver uma abertura política concomitante à abertura econômica, pois se entende que, talvez, este tenha sido o erro fatal que conduziu a liquidação do "socialismo real" e a URSS. Outra lição importante seria evitar o distanciamento do Partido frente à população em geral e aos seus anseios[140].

---

[139] A questão geracional também é uma variável importante no contexto atual da Revolução Cubana. Pelo menos duas gerações de cubanos não conheceram uma situação econômica razoavelmente confortável. Estes jovens não viram e tampouco sentiram as transformações qualitativas que a Revolução levou a cabo, que melhoraram as condições de vida da maioria da população, além de incrementar a participação política e social. Ou seja, viveram fundamentalmente o momento crítico do Período Especial e a manutenção da crise econômica que permaneceu de modo menos intenso; soma-se a isso as questões de ordem moral e os valores. Em resumo, este tema produz algumas polêmicas em Cuba e evidencia uma certa tensão entre as gerações mais novas e as mais velhas.

[140] Ainda que a discussão pública do programa reformista antes do VI Congresso possa ter tido um viés 'verticalista', parece que de forma mais geral, o governo angariou apoio da maioria da população para as reformas. Além disso, não se pode descartar que o conteúdo inicial das reformas, em boa parte, possa ter sido fruto de consultas indiretas à população, através de pesquisas regulares pelas instituições oficiais, sobre sua percepção dos problemas econômicos e possíveis soluções.

Diferentemente da experiência de reformas soviéticas de fins da década de 1980, as autoridades cubanas estão procurando reforçar a institucionalidade política vigente – em especial o papel dirigente do PCC -, como já sinalizou Raul Castro, com vistas a assegurar o controle político das transformações, além de que a implementação das medidas seja exitosa. Segundo leituras recentes e a percepção que tive em minha visita a Havana, passados quase quatro anos do VI Congresso, estas preocupações parecem refletir no ritmo gradual com que as reformas estão sendo implementadas – muito lento para alguns -, no qual não se pode descartar a ocorrência de resistência burocrática de setores estabelecidos no aparato estatal, além do surgimento de problemas novos[141]. Portanto, ao que parece, a condução do processo está ocorrendo de forma bastante cuidadosa.

Por fim, gostaria de concluir fazendo algumas considerações ao que me parece ser um componente estratégico da reforma cubana, ou seja, as condições externas. Apesar dos efeitos recessivos da crise capitalista internacional nos últimos anos, sem dúvida, parecem existir melhores condições geopolíticas para Cuba – possibilitando que as reformas possam ser implementadas sem terapias de choque, conforme objetivo do governo –, uma vez que o país aumentou relativamente sua margem de manobra internacional.

De um lado, destaca-se a forte reaproximação de Cuba à América Latina e ao Caribe, marcando o melhor momento das suas relações com a região, desde que a Revolução Cubana chegou ao poder em 1959. Como sugeriu Osvaldo Martinez, Cuba deveria se beneficiar (e se beneficiou) da ascensão de forças de esquerda em diversos governos latino-americanos na última década, inaugurando um contexto em que se vislumbra a construção de um bloco contra-hegemônico na região, que alguns denominam pós-neoliberal. Apareceram governos que buscam negar as políticas neoliberais anteriormente dominantes, porém sem a afirmação clara de um novo projeto alternativo. Neste sentido é mais perceptível algumas linhas do tipo neodesenvolvimentista, socialdemocrata, nacionalista, além da busca por um "socialismo do século XXI". Isto significa, no entanto, que o neoliberalismo perdeu força na região, mas não deixou de existir. Mais importante do que as caracterizações dos chamados governos progressistas, o que importa é que emergiu um grupo de países que estreitaram as relações com Cuba[142].

---

[141] Por exemplo, atualmente, fala-se de um aumento da inflação, em especial sobre os alimentos.

[142] Neste contexto é importante destacar a participação de Cuba nos organismos de integração regional como a ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Esta guinada mais à esquerda na América Latina também representou, consequentemente, a contenção da influência norte-americana na região, inclusive, o governo de Washington ficou isolado em seu posicionamento hostil frente a Cuba, embora mantendo-se o bloqueio econômico. Ainda que as relações entre Cuba e EUA não tenham avançado substancialmente com vistas a uma normalização das relações diplomáticas, atualmente tem sido crescente a pressão da comunidade internacional (e dos países latino-americanos, em particular) para o levantamento do bloqueio econômico, uma vez que coloca vários obstáculos para o desenvolvimento da economia cubana. Embora esta questão seja bastante espinhosa nos EUA (pois, além de ter dispositivos legais, mexe no jogo político-eleitoral), há alguns sinais de mudanças internas naquele país, as quais poderiam conformar um cenário favorável a uma possível alteração desta política no médio prazo[143].

Por outro lado, enquanto as restrições para as relações econômicas com os EUA não terminam, Cuba vem recebendo o apoio expressivo de um "eixo bolivariano" que se formou na América Latina em torno da Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua. Aqui é importante ressaltar a cooperação econômica com a Venezuela que, ao atingir grandes proporções, se tornou o principal sócio comercial de Cuba. Ademais, a parceria com este país representou uma ajuda decisiva para o funcionamento da economia cubana, ainda que mantendo-se em condições precárias. Contudo, deve ser sublinhado que não foram poucos os que alertaram que Cuba estaria novamente arriscando-se a uma dependência acentuada de um único país, capitaneada por estreitos laços políticos – condição que a sua história recente já provou ser bastante perigosa. Portanto, era necessário avançar na diversificação das relações econômicas externas. Nesta busca tem sido fundamental uma importante aproximação política e econômica com o Brasil, sobretudo nos projetos relacionados com o desenvolvimento da Zona Econômica Especial de Mariel. Soma-se a isso o estreitamento das relações com a China, cujo comércio e os investimentos foram incrementados sensivelmente nos últimos anos. Ademais, segue-se uma reaproximação com a Rússia, além de outros acordos importantes com os países da União Europeia.

---

[143] O importante jornal *The New York Times* se pronunciou várias vezes (entre outubro e novembro de 2014) por uma mudança da política dos EUA frente a Cuba. Em editorial do dia 11/10/2014 defendeu que o governo norte-americano ponha fim ao embargo/bloqueio, destacando uma possível mudança da opinião pública nos EUA sobre este tema e, portanto, sugeriu a retomada das relações diplomáticas entre os dois países. Ademais, a ex-secretária de Estado do governo Obama, Hilary Clinton, escreveu em seu livro de memórias que seria favorável a uma postura nesta linha. Soma-se a isso sinais de mudança política na comunidade cubano-americana nos EUA, possivelmente tornando minoritária a visão conservadora tradicional, que apoia as sanções.

Neste ponto, emerge uma questão decisiva que gostaríamos de deixar em aberto, talvez para uma possível reflexão futura. No âmbito das relações externas parece estar mais ou menos claro que estas ligações de Cuba com a economia mundial influenciaram na natureza do tipo de reforma econômica que foi proposta. No entanto, uma problemática mais difícil que aparece é: frente tais relações, qual é o grau de autonomia relativa que um país tem para conformar um sistema econômico alternativo? Até que ponto as relações externas acabam por determinar a forma de estruturação das relações econômicas internas?

Enfim, procurei desenvolver alguns temas que me parecem fundamentais para o entendimento do processo reformista atual, sobre o qual pairam enormes desafios. Por outro lado, sem a pretensão de previsibilidade, imaginamos que alguns pontos levantados aqui, possivelmente aponte algumas linhas de desenvolvimento que as reformas possam conduzir. Ainda assim, permanecem importantes questões em aberto, fruto de uma discussão que apenas se iniciou com esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ACANDA, Jorge L. Sobre la transición socialista en Cuba: un simposio. *Revista Temas* nº 50-51. Havana. 2007.

ALONSO, Aurélio. Sobre la transición socialista en Cuba: un simposio. *Revista Temas* nº 50-51. Havana. 2007.

_____. Sair do caos sem cair da lei da selva. *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo. Edição: Julho, 2008.

_____. *Cuba*: a sociedade após meio de século de mudanças, conquistas e contratempos. São Paulo: *Revista Estudos Avançados* (USP) nº 72, 2011.

ALZUGARAY, Carlos. Cuba cincuenta años después: continuidad y cambio político. *Revista Temas* nº 60. Havana. 2009.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____ (org). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Buenos Aires: Icaria, 2011.

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: BLACKBURN (org.) *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BORÓN, Atílio. *O socialismo no século XXI: Há vida depois do neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRITO, Julian. A Revolução Cubana após a derrubada do "campo socialista": as condições da sobrevivência política. *Revista Aurora, v.6, nº1*, 2012. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2699/2123. Acesso em 30/01/2013.

_____. Cuba em transformação: regime político e o contexto da "atualização do modelo econômico e social". *Cadernos Prolam/USP*, v.13, nº24, 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/88784. Acesso em 29/11/2014.

BRUS, Wlodzimierz. O funcionamento da economia socialista. In: HOBSBAWN (org.). *História do Marxismo*. V.11 São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CARCANHOLO, Marcelo e BARUCO, Grasiela. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. Rio de Janeiro *Revista Praia Vermelha* v.21 nº1, 2011.

CARRANZA, Julio. Cuba: situación actual y proceso de cambio. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad* nº108, 1990, 5p.

_____. La economía cubana: balance breve de una década crítica. Havana: *Revista Temas* nº 30, 2002.

CARRANZA, Julio.; MONREAL, Pedro.; GUTIERREZ, Luis. Cuba: reestruracción económica, socialismo y mercado. *Revista Temas* nº1, 1995.

CASTRO, Fidel. Discurso en la Universidad de la Habana. 17 de Noviembre de 2005. In: GUANCHE (org). *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

_____. *Entrevista Concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura* (1990). Disponivel em: www.rodaviva.fapesp.br .Acesso em 8/11/2014

_____. Discurso en la clausura del VI Encuentro del Foro de Sao Paulo. 24 de Julio de 1993. Disponivel em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1993/esp/f240793e.html. Acesso em 08/11/2014.

_____. Discurso de clausura en el acto central por el XL Aniversario del ataque al Moncada. 26 de Julio de 1993. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1997/esp/f081097e.htm Acesso em 10/11/2014.

_____. Informe Central al V Congreso del PCC. 8 de Octubre de 1997. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1997/esp/f081097e.htm. Acesso em 8/11/2014.

CASTRO, Raúl. Discurso pronunciado en el acto por el aniversario 54 del asalto al Cuartel Moncada, en la ciudad de Camaguey, el dia 26 de Julio de 2007. Disponível em: http://www.granma.cu/granmad/secciones/raul26/. Acesso em 29/07/2014.

_____. Discurso pronunciado en la clausura del IX Congreso de la Unión de Jóvenes Comunistas. 04/04/2010a. Disponível em http://www.cubadebate.cu. Acesso em 15/03/2013

_____. Discurso pronunciado en la clausura del Sexto Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 18/12/2010b. Disponível em: http://www.cubadebate.cu. Acesso em 29/07/2014

_____. Informe Central al VI Congreso del Partido Comunista de Cuba. 16/04/2011. Disponível em http://www.cubadebate.cu. Acesso em 15/03/2013.

_____. Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión de Constitución de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 24/02/2013. Disponível em http://www.cubadebate.cu. Acesso em 15/03/2013.

_____. Discurso pronunciado en el acto de comemoración del 55º aniversario del triunfo de la Revolución. 01/01/2014. Disponível em http://www.cubadebate.cu. Acesso em 15/03/2013.

CHAGACEDA, Armando e CENTENO, Ramon. "Reformas y transición en Cuba: una evaluación de desarrollos recientes (2010-2012)" *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*. nº. 43, Quito, mayo 2012, pp. 135-148.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. Edição de bolso. Havana: Editora Política, 2010.

ELSON, Diane. A economía de um mercado socializado. In: BLACKBURN (Org). *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ESPINA, Mayra. Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad* nº 216, 2008a.

_____. "Mirar a Cuba hoy: cuatro supuestos para la observación y seis problemas-nudos" *Revista Temas*, nº 56. Havana, 2008b.

_____. "La solución está en socializar la renda del cambio". In GUANCHE, Julio César (org.) *El Poder e y el Proyecto*: *Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

ESTRADA, Oscar Fernandez. El modelo de funcionamento económico en Cuba y sus transformaciones. Seis ejes articuladores para su análisis. In*: Observatorio de la Economia Latinoamericana*, nº153, 2011. Disponível em: http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/. Acesso em 01/10/2014.

ESTRADA Oscar, et al. La transición socialista y el modelo económico y social. In: RABELO, Margarita e SANTOS, Vilma de los (org.*). Modelo económico y social cubano: nociones generales*. Havana: UH Editorial, 2013.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Luis. *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2000.

GARCIA BRIGOS, Jesus Pastor [et. al.]. *Cuba: Propiedad social y construcción socialista*. Havana: Ciencias Sociales, 2012.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUANCHE, Julio Cesar. *El continente de lo posible: Un examen sobre la condición revolucionaria.*- La Habana: Ruth Casa Editorial/ICIC Juan Marinello, 2008.

_____. *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

GUTIERREZ, Alfredo Gonzalez. Socialismo y mercado. - Havana. *Revista Temas* nº 30, 2002.

_____. Economía y Sociedad: los retos del modelo económico. Havana *Revista Temas* nº11, 1997

GUEVARA, Ernesto 'Che'. *El Gran debate sobre la economía en Cuba 1964-1964*. Havana: Ocean Press/Centro de estudios Che Guevara, 2006.

HABEL, Janette. Cuba busca renovar su modelo. In: *Cuba: hacia donde va la transición?* Santiago de Chile: Aun creemos en los sueños, 2010.

HARNECKER, Camila. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. Havana: *Revista Temas* nº 70, 2012.

_____. Empresas no estatales en la economia cubana: construyendo el socialismo? *Revista Temas* nº 67, 2011.

HEREDIA, Fernando. *En el horno de los 90.* Havana: Ciencias Sociales, 2005.

_____. El Che y el gran debate sobre la economía en Cuba. In *El gran debate sobre la economía en Cuba*. – Buenos Aires: Ocean Press, 2006.

_____. Pensamiento Social y Política de la Revolución. In: *La Política Cultural del Período Revolucionario: memoria y reflexión*. Havana: Centro teórico-cultural Critérios, 2007.

_____. En Cuba tenemos que combinar bien el realismo terco con la imaginación (2014). Disponível em: http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/02/11/en-cuba-tenemos-que-combinar-bien-el-realismo-terco-con-la-imaginacion/#.U9b_k5RdXrQ. Acesso em 28/07/2014.

HERNANDEZ, Rafael. Sobre la transición socialista en Cuba: un simposio. *Revista Temas* nº 50-51. Havana. 2007.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das lestras, 1994.

LANGE, Oskar. A economía política do socialismo. In: *Oskar Lange* (Col. Grandes Ciêntistas Sociais). São Paulo: Atica, 1981.

LENIN. Vladmir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
_____. (org.). *O marxismo na América Latina*. - 2ª ed.- São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

KORNAI, Janos. From Socialism to capitalism: Eight Essays. Budapeste: Central European University, 2008.

MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989.

_____. *Power and Money*. Londres: Verso. 1992.

_____. El debate econômico en Cuba durante el periodo 1963-1964. In: GUEVARA, E. *El gran debate sobre la economía en Cuba*. Havana: Ocean Press/Centro de Estudios Che Guevara 2006.

MARTINEZ, Osvaldo. Sobre la transición socialista em Cuba: un simposio. *Revista Temas* nº 50-51. Havana. 2007.

MARQUES, Rosa Maria. O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 2, p. 120-143. 1998.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, Carlos. China: Entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de. *Trotski diante do socialismo real: perspectivas para o século XXI*. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

MESA-LAGO, Carmelo. *Cuba en la era de Raul Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos.* Madrid: Colibrí, 2012.

MÉSZÁROS, István. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. In: *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto**.** *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina***.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NODA, Ramón S. Retransición vs. Transición al socialismo. In: *El derrumbe del modelo eurosoviético: una visión desde Cuba* (colectivo de autores). Havana: Felix Varela, 1994

NODARSE, Hiran M. La crisis del socialismo en la URSS y Europa Oriental: Implicaciones para Cuba. In: *El derrumbe del modelo eurosoviético: una visión desde Cuba* (colectivo de autores). Havana: Felix Varela, 1994.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PICKEL, Andreas. Is Cuba different? Regime stability, social change and the problem of reform strategy. *Communist and post-communist studies* vol. 31, 1998, 16p.

PINEDA, Daniel R. Debates teoricos sobre la transicion al socialism en Rusia y Cuba: dos polémicas inconclusas, de transcendencia mundial, para la izquierda del siglo XXI.

Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/rafuls_301106.pdf. Acesso em 08/11/2014.

RABELO, Margarita e SANTOS, Vilma de los (org.). *Modelo económico y social cubano: nociones generales*. Havana: UH Editorial, 2013.

RAMONET, Ignácio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. – São Paulo: Boitempo, 2006.

RODRIGUEZ, José Luis. Cincuenta años de revolución en la economía cubana (1959-2009). *Revista Espacio Critico* nº13, 2010.

_____. Cuba: "un modelo centralizado en las decisiones estratégicas pero com gestión descentralizada y participación de los trabajadores. *Revista Realidad Económica* nº 265. Buenos Aires. 2011.

_____. A propósito del socialismo, ¿de qué inviabilidad se habla? (2011). Disponível em: http://www.temas.cult.cu/catalejo/economia/Jose_Luis_Rguez.pdf Acesso em 8/11/2014.

_____. El Periodo Especial veinte años después. *Revista Temas* nº 65. Havana, 2011.

SADER, Emir (org). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

TRIANA, Juan. Cuba: de la actualización del modelo económico al desarrollo? *Revista Nueva Sociedad* nº 242, 2012.

_____. El Periodo Especial veinte años después. Revista Temas nº 65. Havana, 2011.

VALDÉS, Gilberto. La alternativa socialista: reforma y estrategia de orden. Revista Temas nº 6. Havana, 1996.

VALDÉS PAZ, Juan. *El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano.* Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

_____. Que es el socialismo del siglo XXI? Conferência de 24 de Abril de 2007. Texto enviado pelo autor.

VAZQUEZ, Julio Diaz. "Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión". *Revista Temas*. Havana, nº66, 2011. p. 123-133.

_____. Gestión y Dirección de la Economia. In: VILLANOVA, Omar Everleny Pérez (org.) *Ciencuenta años de la economía cubana*. Havana: Ed. Ciencias Sociales, 2010.

VILLANOVA, Omar Everleny Pérez (org). *Cincuenta años de la econonomia cubana*. Havana: Ed. Ciencias Sociales, 2010.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Objetivos de trabajo del Partido Comunista de Cuba aprobados por la Primera Conferencia Nacional. 29/01/2012. Disponível em: http://www.cubadebate.cu. Acesso em 29/07/2014.

_____. I Congreso del PCC: Tesis y Resoluciones (1975). Disponível em :http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/I-Congreso-PCC.-Tesis-y-Resoluciones-sobre-la-Plataforma-Program%C3%A1tica-del-Partido.pdf .Acesso em 10/11/2014.

_____. Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y social. Noviembre de 2010. Disponível: http://www.cubadebate.cu . Acesso em 25/05/2014.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Informacion sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolución. Mayo de 2011. Disponível em: http://cubadebate.cu. Acesso em 20/05/2011.

_____. Resolución sobre los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. 18/04/2011. Disponível em: http://pcc.cu. Acesso em 25/05/2014.

_____. Información sobre el resultado del debate de los lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. Mayo de 2011. Disponível em http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/05/09/descargue-en-cubadebate-los-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-pdf/#.VM_H5CzSrvU . Acesso 17/08/2013